



**Gregor Guedes Alcoforado Assunção de Rooy**

**O Exército, os Organizadores Intelectuais e o Desenvolvimento  
Estratégico Brasileiro entre 1964-1985**

**Linha de Pesquisa: Estudos da Paz e da Guerra**



***Rio de Janeiro***  
**2024**



Gregor G. A. A. de Rooy

**O Exército, os Organizadores Intelectuais e o  
Desenvolvimento Estratégico Brasileiro entre 1964-1985**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em Ciências Militares.

Orientador: Professor doutor Hélio Caetano Farias.

Rio de Janeiro, 2024

\_\_\_\_\_ **Rooy, Gregor Guedes Alcoforado Assunção de**  
O Exército, os Organizadores Intelectuais e o Desenvolvimento Estratégico Brasileiro entre 1964-1985  
. **Gregor Guedes Alcoforado Assunção de Rooy. 2024.; Orientação: Hélio Caetano Farias.**  
Tese (Doutorado) Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro, 2024.  
Bibliografia: f. 217 - 229.

1. **Indústria, Geopolítica, Segurança Nacional, Infraestrutura de Transportes Terrestres, Desenvolvimento Estratégico**

CDD \_\_\_\_.

**GREGOR GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO DE ROOY**

**O EXÉRCITO, OS ORGANIZADORES INTELECTUAIS E O DESENVOLVIMENTO  
ESTRATÉGICO BRASILEIRO ENTRE 1964-1985.**

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior  
do Exército, como requisito parcial para a obtenção do  
título de Doutor em Ciências Militares.

Aprovada em 02 de outubro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** HÉLIO CAETANO FARIAS  
Data: 03/10/2024 13:20:09-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

HÉLIO CAETANO FARIAS – Prof Dr – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI  
Data: 04/10/2024 17:35:08-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI – Prof Dr – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CARLOS FREDERICO DE SOUZA COELHO  
Data: 04/10/2024 08:23:19-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CARLOS FREDERICO DE SOUZA COELHO – Prof Dr – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME


Documento assinado digitalmente  
**gov.br** GUILHERME SANDOVAL GÓES  
Data: 04/10/2024 10:11:09-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

GUILHERME SANDOVAL GÓES – Prof Dr – Membro  
Escola Superior de Guerra – ESG

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RICARDO ZORTÉA VIEIRA  
Data: 03/10/2024 14:56:34-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

RICARDO ZORTÉA VIEIRA – Prof Dr – Membro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Ciente:

  
GREGOR GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO DE ROOY – Postulante  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

## RESUMO

Este estudo pesquisa o papel das ideias de Defesa e desenvolvimento do Exército e de seus intelectuais e a sua influência em projetos de infraestrutura de transportes terrestres e no alargamento do setor industrial entre 1964-1985. Para isto, analisa-se, a partir da geopolítica e geografia política a importância da infraestrutura de transportes terrestre e indústria para a Defesa Nacional. Na sequência se examina como esta relação se deu no Brasil, país onde o Exército teve protagonismo específico nestes projetos. Para este exame, sugere-se as lentes teóricas do construtivismo que entende a relação entre agência (atores) e estrutura (Exército) como um processo de mútua influência. Em seguida, é realizado um resgate histórico e pesquisa documental da atuação do Exército como ator político e instituição de Defesa, de seus intelectuais, suas contribuições e formação. Por fim, analisa-se o processo decisório do Regime Militar durante o período 1964-1973 (ano anterior ao Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento). Conclui-se que o Exército desenvolveu ideias de desenvolvimento e Defesa próprias motivadas pela percepção da escassez de meios (de infraestrutura e indústria) para a Defesa Nacional, pelo temor da desintegração territorial, de crises econômicas, políticas e guerras civis. Este conjunto de ideias, formado principalmente entre 1913 e 1960, foi o principal elemento que impulsionou a criação de diferentes projetos de infraestrutura de transportes terrestres e a expansão industrial entre 1964-1985.

**Palavras-chave:** Segurança Nacional, Geopolítica, Infraestrutura de Transporte, Indústria, Desenvolvimento Estratégico

## ABSTRACT

This study aims to answer how ideas of Defense and development evolved in the Brazilian Army and how it influenced the design of major land transportation infrastructure projects and industrial expansion during 1964-1985. To answer that, the research uses classical geopolitics to understand the relevance of transport infrastructure and industry for a state's Defense. Consecutively, through the lenses of constructivism, the study aims to comprehend how these links and interaction took place in Brazil. Then, the research performs a historical study of the Army's performance (and its key intellectuals) as a political player and Defense institution. Finally, the decision-making process of the Military Government 1964-1973 (the year before the Second National Development Plan) is analyzed and the conclusion reached is that the Army developed indigenous ideas of Defense and Development mostly based on concerns over the scarcity of means (infrastructure and industry) to fight, and fears of territorial disintegration, economic and political crisis and civil war. These ideas were essential for the creation of infrastructure projects during the Military Government/Dictatorship, ensuring, consequently, national integration, security and boosting the industry between 1964-1985.

**Keywords:** National Security, Geopolitics, Transport Infrastructure, Industry, Strategic Development

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, a minha família, ao Exército Brasileiro, a meus amigos e professores, a meu orientador, prof. dr. Hélio Caetano Farias. Agradeço também ao prof. dr. Vinicius Mariano de Carvalho, que me recebeu por profícuos cinco meses, no War Studies Department do King's College de Londres, onde atuei como pesquisador visitante. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) que tanto contribui para a pesquisa no Brasil ao auxiliar pesquisadores por meio de bolsas de estudos, instrumento sem o qual esta pesquisa não teria sido possível. O Ministério da Defesa também recebe meus agradecimentos, foi a parceria entre o Ministério da Defesa e a Capes que resultou no Programa de Pesquisas no Exterior em Áreas Estratégicas para a Defesa Nacional (PROPEX - Defesa) que me proporcionou a experiência de pesquisador visitante no Reino Unido. Outras instituições que agradeço são a Escola Superior de Guerra, principalmente a Biblioteca General Cordeiro de Farias pelo tratamento cordial e diligência ao me auxiliar na busca por fontes primárias; e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil pelo empenho em contribuir para os estudos históricos sobre o Exército Brasileiro.

## Lista de Figuras

**Figura I:** Representação da *Heartland*, a área branca limitada por traçados pontilhados.....p. 46

**Figura II:** Esquema do esforço ferroviário Platino.....p. 133

**Figura III:** Esquema das possibilidades de reação das comunicações da bacia amazônica sobre a política ferroviária platina.....p.134

**Figura IV:** Esquema das influências geo-políticas sobre *Santa Cruz de La Sierra*.....p. 134

**Figura V:** As aberturas andinas e a capacidade carreadora da Amazonia.....p.135



## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela I:** Matérias correlatas à Infraestrutura de Transportes e Indústria durante a graduação dos Organizadores.....p.104

**Tabela II:** Participação (ou não) dos Organizadores na ESG.....p.171

**Tabela III:** Matérias correlatas à Infraestrutura de Transportes Terrestres e Indústria na ESG (1950-1973).....p. 178

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACE – Alto Comando do Exército  
ADN – A Defesa Nacional  
AHEX – Arquivo Histórico do Exército  
AHIMTB - Academia de História Militar Terrestre do Brasil  
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
BID – Base Industrial de Defesa  
BR – Brasil  
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores  
CEMCFA – Curso de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas  
CEN – Conceito Estratégico Nacional  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CI – Curso de Inteligência  
CIK – Crise de Incerteza Knightiana  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CMN – Curso de Mobilização Nacional  
CSG – Curso Superior de Guerra  
CSN – Conselho de Segurança Nacional  
COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste  
DEB – Desenvolvimento Estratégico Brasileiro  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
EME – Estado-Maior do Exército  
EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas  
EMR – Escola Militar do Realengo  
END – Estratégia Nacional de Defesa  
EPV – Escola da Praia Vermelha  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EsTE - Escola Técnica do Exército  
E.U.A – Estados Unidos da América  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FEB – Força Expedicionária Brasileira  
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
GC – Grade Curricular  
GPMI - Grupo Permanente de Mobilização Industrial  
ICI – Índice de Confiança na Indústria  
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil  
IME – Instituto Militar de Engenharia  
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
O.M – Organização Militar  
ONP – Objetivo Nacional Permanente  
ONA – Objetivo Nacional Atual  
PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo  
PBT – Política Brasileira de Transportes  
PCB – Partido Comunista do Brasil

PD – Partido Democrático  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento  
PGE – Programa Geral de Estudos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIN – Programa de Integração Nacional  
PND – Política Nacional de Defesa  
PPGCM – Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares  
PRP – Partido Republicano Paulista  
PRM – Partido Republicano Mineiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SMO – Serviço Militar Obrigatório  
SN – Segurança Nacional  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
STF - Supremo Tribunal Federal  
SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia  
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste  
UDN – União Democrática Nacional  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
TO – Teatro de Operações  
PND – Política Nacional de Defesa  
I – PND – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento  
II – PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

Introdução.....	p.15
Problematização.....	p.17
Referencial Teórico-Metodológico.....	p.22
Justificativa/Contribuição.....	p.29
Divisão dos Capítulos.....	p.31
<b>1º Capítulo – A Geopolítica da Infraestrutura de Transporte Terrestre e Indústria</b>	
1.1 Ratzel, o “Desenvolvimento de Todos os Recursos que Contém o Solo” e a Defesa.....	p.38
1.2 Vallaux e Whittlesey.....	p.39
1.3 A Geopolítica de Mackinder .....	p.43
1.3.1 A Importância das Estradas para o Poder Terrestre.....	p.44
1.4 Geopolítica e Indústria.....	p.47
1.4.1 A <i>Going Concern</i> , o <i>man-power</i> , a Dimensão Política e a Dimensão Econômica/Industrial para Mackinder.....	p.47
1.4.2 As Percepções de Nicholas Spykman sobre uma Economia de Guerra e a Indústria.....	p.51
1.5 As Dimensões Política, Social, Militar, Econômica e da Infraestrutura de Transportes Terrestre sob a ótica da Geografia Política e Geopolítica.....	p.53
<b>2º Capítulo - O Exército na Política, Contexto e Choques Exógenos</b>	
2.1 Estrutura, Agência e Ideias.....	p.59
2.2 Do <i>Floriano</i> à 1964, Contexto, Choques exógenos e a Crise de Incerteza <i>Knightiana</i> .....	p.69
2.2.1 Do <i>Floriano</i> à Revolta do Contestado.....	p.70
2.2.2 O Tenentismo.....	p.77
2.2.3 A Era Vargas (1930-1945) .....	p.78
2.2.4 De Dutra a Kubitschek.....	p.85
2.2.5 De Kubitschek à Crise de Incerteza <i>Knightiana</i> .....	p.87
2.2.6 A Ruptura Institucional de 1964 compreendida como uma Crise de Incerteza <i>Knightiana</i> .....	p. 94
<b>3º Capítulo - As noções de Defesa e Desenvolvimento de Infraestrutura de Transportes Terrestres e Indústria no Exército</b>	
3.1 A Educação no Exército e as Grades Curriculares entre 1810 e 1941.....	p.99
3.2 A Defesa Nacional.....	p.117
3.3 As Ideias dos Organizadores Intelectuais.....	p.124
3.3.1 Os Organizadores Intelectuais Geopolíticos.....	p.127
3.3.1.1 Lysias Rodrigues e Mario Travassos.....	p.128
3.3.1.2 Francisco de Paula Cidade.....	p.137
3.3.2 Os Organizadores Intelectuais da Segurança Nacional.....	p.139
3.3.2.1 Goés Monteiro.....	p.140
3.3.2.2 Juarez Távora.....	p.143
3.3.2.2.1 As Contribuições de Távora.....	p.145
3.3.2.3 Lyra Tavares.....	p.149
3.3.3 As Ideias de Defesa e Desenvolvimento do Exército e dos Organizadores Intelectuais.....	p. 153

<b>4º Capítulo – A Materialização das Ideias de Defesa e Desenvolvimento de Infraestrutura de Transportes e Indústria</b>	
4.1 A Dimensão Econômica, o Desenvolvimento Estratégico, Golbery e a ESG.....	p.161
4.1.1 A Dimensão Econômica & o Desenvolvimento Estratégico.....	p.161
4.1.2 Golbery e a ESG.....	p.165
4.1.2.1 A Escola Superior de Guerra.....	p.167
4.2 A Materialização das Ideias de Defesa e Desenvolvimento de Infraestrutura de Transportes e Indústria .....	p.197
4.2.1 Os Planos de Desenvolvimento.....	p.197
4.2.2 O Desenvolvimento Estratégico Brasileiro.....	p.199
4.2.3 As Reuniões/Consultas do CSN.....	p. 203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p. 212</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>p. 217</b>

## ANEXOS

ANEXO I (CURSO SUPERIOR DE GUERRA – PROGRAMA PORMENORIZADO DO 1º PERÍODO) 1958.....	p.230
ANEXO II (PROGRAMA DO 3º PERÍODO PARA O CSG, CMN E CI) 1959.....	p. 231
ANEXO III (PROGRAMA DO 1º PERÍODO CSG) 1964.....	p. 232
ANEXO IV - PROGRAMA DO 2º PERÍODO (NÃO ESPECIFICADO).....	p. 233
ANEXO V - PROGRAMA DO 2º PERÍODO CSG & CEMCFA 1971.....	p.234
ANEXO VI - PROGRAMA DE ESTUDOS – ANEXO C AO PGE/ 1973.....	p. 235
ANEXO VII - PROGRAMA DE ESTUDOS – ANEXO C AO PGE/ 1973 (p.3).....	p. 236

## INTRODUÇÃO

A história política da República Brasileira é marcada pela participação de militares do Exército na liderança do Poder Executivo. De um universo de 38 presidentes, seis foram marechais, três foram generais e a presidência de 2019-2022 foi ocupada por um capitão da reserva<sup>1</sup>. Destes presidentes, dois marechais e três generais governaram o país entre 1964 e 1985, momento em que tiveram a oportunidade de, em um Regime Militar<sup>2</sup>, implementarem seus respectivos entendimentos sobre Defesa e desenvolvimento nacionais com significativo impacto tanto na infraestrutura como na indústria do país.

Neste período foram implementadas a hidroelétrica de Itaipu (iniciada em 1975 e inaugurada em 1984), a Usina Nuclear de Angra I (1971-1985), o Sistema Nacional de Eletrificação iniciado em 1967, a expansão do setor de telecomunicações com a fundação da Embratel em 1965 e da Telebrás em 1972, e o Programa de Integração Nacional (PIN), iniciado em 1970, que incluía a construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da BR-203 (Cabedelo – Lábrea). Este último setor, o de transportes terrestres, objeto deste estudo em conjunto com o alargamento da indústria.

Na economia, encontra-se que no período de 1967 e 1970, o aumento da produção industrial foi de 9,8% e entre 1971 e 1973 este percentual chegou a 14,3% (LAGO, 2009). O Brasil obteve, entre os anos de 1967 e 1973, um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de aprox. 10,2% e, entre 1971 e 1973, de 12,5% (LAGO, 2009).

Segundo Perdigão e Junior, o Índice de Confiança na Indústria (ICI), no período 1966-1974, teve um bom resultado “atribuído aos planos promovidos pelo governo em prol da industrialização, tais como o PED [Programa Estratégico de Desenvolvimento] e o I-PND [Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento], associados à política monetária

---

<sup>1</sup> Os respectivos presidentes militares foram: Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Marechal Humberto Castello Branco (1964-1967), Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), General Ernesto Geisel (1974-1979), General João Baptista Figueiredo (1969-1985) e o Capitão Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

<sup>2</sup> Dentre os diferentes termos usados para definir o período autoritário de 1964-1985, optou-se pelo termo “Regime Militar”; encontrou-se referência a este termo em autores da geopolítica e das relações internacionais. O cientista político Shiguenoli Miyamoto (2013), o usa ao analisar a “política externa brasileira conduzida pelo regime militar” (MIYAMOTO, 2013, p.3). O cientista político e historiador Paulo Fagundes Vizentini (2020) também opta pelo termo em “O Regime Militar e a Projeção Mundial do Brasil – Autonomia Nacional, Desenvolvimento Econômico e Potência Média / 1964-1985”. Estes autores, cuja contribuição perpassa as obras supracitadas e alcança a Geopolítica e os estudos de Defesa, fazem uso deste termo para aprofundarem seus estudos a respeito das diferentes dinâmicas do período que resultaram em diferentes políticas públicas. Os respectivos estudos são obras científicas que caracterizam a prática catedrática. É desta forma que, neste estudo, também se opta por este termo para o período 1964-1985.

expansionista, fortes investimentos públicos com recursos internos e externos e crescimento da produção” (PERDIGÃO&JUNIOR, 2021). Este desempenho perduraria até o início da década de 1980.

Estes presidentes militares foram formados por uma instituição caracterizada pela sua disciplina, hierarquia e educação, em parte, padronizada a seus oficiais de carreira. Além disso, afirma-se nesta tese que conviveram com intelectuais militares do próprio Exército cujas publicações, ou atuação na política, ou no ensino militar se destacam entre 1930 e 1981.

É a partir destas informações que se sugere a hipótese de que os marechais e generais presidentes entre 1964-1985 e os oficiais intelectuais, aprenderam e/ou elaboraram uma forma específica de pensar a Defesa e o desenvolvimento nacionais que pode ter impactado projetos de infraestrutura, em especial a de transportes terrestres, e o crescimento da atividade industrial entre 1964-1985. Isto permite a sugestão de três perguntas norteadoras deste estudo:

- a) De que maneira as ideias de Defesa e desenvolvimento foram forjadas no Exército?
- b) Como os oficiais intelectuais contribuíram para a formação e/ou disseminação dessas ideias?
- c) De qual forma os principais projetos de infraestrutura de transporte terrestre, entre 1964 e 1985, foram influenciados por essas ideias, assim como a expansão do setor industrial?

Estas três perguntas convergem no Objetivo Geral desta tese que é o de estudar o impacto das ideias próprias de Defesa e desenvolvimento do Exército, e de seus oficiais intelectuais no alargamento do setor de transportes terrestres e industrial entre 1964-1985. Para que se atenda a este objetivo, é necessário realizar os seguintes objetivos específicos:

- 1) Estudar a importância da infraestrutura de transporte terrestre e da indústria para a Defesa Nacional.
- 2) Compreender o papel do Exército na política entre 1889 (início da República) e 1964, início do Regime Militar.
- 3) Verificar, a partir dos currículos das escolas de formação do oficial, quais foram as ideias de Defesa e desenvolvimento passadas do Exército a seus oficiais.
- 4) Verificar, a partir das publicações dos oficiais intelectuais, quais eram suas respectivas ideias de Defesa e desenvolvimento, especialmente em relação à infraestrutura de transportes terrestres e indústria.
- 5) Analisar como estas ideias de Defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes terrestres e indústria se materializaram em projetos nacionais durante 1964-1985.



Há aspectos sobre os pontos levantados que solicitam maior esclarecimento. Nas sessões seguintes argumenta-se sobre a pertinência de se pesquisar a validade da hipótese sugerida. Na Problematização explica-se o porquê da relevância de se compreender noções de desenvolvimento próprias do Exército. No Referencial Teórico sugere-se como compreender a Defesa de um Estado, ou as suas ambições, a partir da Geografia Política, da Geopolítica Clássica e a relação entre oficiais e o Exército, diga-se agência e estrutura, a partir do Construtivismo, tanto de autores da Ciência Política como das Relações Internacionais.

### **Problematização**

O desenvolvimento econômico da América Latina foi tema de importantes estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada em 1949. No que diz respeito ao Brasil, a Comissão influenciou projetos de industrialização, principalmente, através da atuação do economista e político Celso Furtado<sup>3</sup>. O principal argumento da CEPAL, como explica Ricardo Bielchovsky (2000), era a “ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana” (BIELCHOVSKY, 2000, p. 16)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Celso Monteiro Furtado integrou a CEPAL no ano de sua fundação (1949), em 1950 tornou-se diretor da divisão de desenvolvimento econômico da Comissão. Entre 1953 e 1955 presidiu o grupo misto CEPAL-BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) no Rio de Janeiro, em 1956 retornou à CEPAL e em 1957 realizou seu pós-doutorado na Universidade de Cambridge. Em 1958 foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek interventor junto ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. A partir desta atuação, Furtado torna-se um dos idealizadores da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e se torna seu presidente em 1959, posição que ocupou até 1962 quando se tornou Ministro Extraordinário do Planejamento durante o governo sob a presidência de João Goulart e do Primeiro-Ministro Hermes Lima. Em 1963 retornou à SUDENE onde ficou até 1964 (Arquivo Juscelino Kubitschek, FGV CPDOC, 2024)

<sup>4</sup> Os termos “centro” e “periferia”, no âmbito da CEPAL, referem-se a dois tipos principais de estados ou economias da economia mundial e foram cunhados pelo argentino Raúl Prebisch, economista e Secretário-Executivo da Comissão entre 1949 e 1963. Em seu “O Desenvolvimento Econômico para a América Latina e Alguns dos seus Problemas Principais” (PREBISCH, [1949], 2000), o autor inicia o texto falando desta dicotomia da economia mundial à época, escrevendo o seguinte: “Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva, das guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial” (PREBISCH, 2000 p. 71).

Para a Comissão, formada principalmente por economistas sulamericanos, o desenvolvimento econômico de um Estado era compreendido como a “necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza” (BIELCHOVSKY 2000, p. 25). A ideia de que países não industrializados deveriam se industrializar a partir de um projeto liderado pelo Estado para superar a pobreza, veio a ser chamada de desenvolvimentismo (BIELCHOVSKY, 1988; FONSECA, 2015).

O estudo de Fonseca (2015) “Desenvolvimentismo a Construção do Conceito”, realizou a leitura de um leque de autores<sup>5</sup> que se debruçaram sobre o tema do desenvolvimentismo e encontrou elementos fundamentais, comuns na literatura, que permitem uma definição global do termo.

Segundo Pedro Fonseca (2015), autor de “Desenvolvimentismo a Construção do Conceito”, uma concepção ampla do que é o desenvolvimentismo deve incluir<sup>6</sup>: a) A existência de um *projeto deliberado* ou *estratégia* tendo como objeto a nação e seu futuro, b) A *intervenção consciente e determinada do Estado* com o propósito de viabilizar o projeto, c) A *industrialização*, como caminho para acelerar o crescimento econômico, d) Capitalismo como sistema econômico; e o que o autor entende como uma variável contextual que “*perpassa ou está subentendida em todas as conceitualizações de desenvolvimentismo*” (2015, p.21), ou seja, “a consciência ou ato deliberado de alterar o *status quo*” (2015, p.21). Fonseca também encontra a perspectiva compartilhada, entre os autores estudados, de que o projeto desenvolvimentista:

sempre passa por aumento da produção e da produtividade (o qual, às vezes, é tratado eufemisticamente como modernização), trazendo-o à centralidade da formulação da política econômica, no que se afasta da ortodoxia, cuja prioridade, em geral é a estabilização. (FONSECA, 2015, p. 21)

Outros elementos verificados, em sua revisão, com menor frequência, mas para os quais o autor chama a atenção é que um projeto desenvolvimentista pode incluir: “*i*) burocracia ou grupo técnico recrutado por mérito para formular e/ou executar o projeto; *ii*) planejamento econômico; *iii*) redistribuição de renda; *iv*) reforma agrária; e *v*) banco de desenvolvimento ou instituição de fomento” (FONSECA, 2015, p. 21).

---

<sup>5</sup> Dentre os autores estudados por Fonseca encontram-se o sociólogo e cientista político Hélio Jaguaribe, os economistas Ricardo Bielchovsky, Celso Furtado, Bresser-Pereira, Robert Wade, Ha-Joon Chang, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso, José M. Echevarría, Peter Evans, o cientista político Chalmers Johnson e a economista-política Alice Amsden.

<sup>6</sup> As palavras estão destacadas em itálico por se tratar de uma transcrição exata do texto do autor.

Assim, Fonseca propõe que desenvolvimentismo é:

*a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista* (FONSECA, 2015, p. 40)

Para o autor, os Governos Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979) foram governos desenvolvimentistas já que tinham um projeto nacional, comandaram um estado interventor na economia, incrementaram a industrialização nacional, contaram com o capital estrangeiro, tinham uma estrutura burocrática, um planejamento e bancos de desenvolvimento, com destaque para o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento). Ao considerar os três principais elementos verificados em sua revisão bibliográfica, ou seja: Projeto Nacional, Intervenção Estatal e Industrialização, com exceção dos governos dos marechais Castello Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), Fonseca entende que o Brasil foi um Estado Desenvolvimentista entre 1930 e 1979 (FONSECA, 2015).

A história do desenvolvimentismo no Brasil é contada por Bielchovsky (1988) em “Pensamento Econômico Brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930 – 1964”, obra em que fala da contribuição de uma gama de economistas influentes no período e descreve o ambiente institucional em que estes economistas puderam materializar seus estudos em políticas públicas. Bielchovsky também classificou alguns militares como desenvolvimentistas, como o marechal Horta Barbosa e os generais Anápio Gomes e Juarez Távora. Todavia, Bielchovsky não se aprofundou sobre os estudos de Távora, nem tampouco sobre a formação desses oficiais que foi de matiz militar e não de matiz econômica.

Tanto para Bielchovsky, como para Fonseca, o desenvolvimentismo no Brasil ocorreu antes da fundação da CEPAL e, para Fonseca, vigorou ainda durante o Regime Militar. Embora a Comissão e a sua visão sobre a importância da industrialização tenham influenciado o país, principalmente através da atuação de Celso Furtado, os estudos sobre o desenvolvimentismo no Brasil apontam para uma provável dimensão militar deste processo e, com ela, outras formas de se pensar e promover a industrialização nacional.

No campo de estudos da Geografia Política encontra-se um outro olhar sobre o desenvolvimento econômico nacional que, além da industrialização, engloba, também, o

alargamento da infraestrutura. Em “Brasil uma Nova Potência Regional na Economia – Mundo” (BECKER & EGLER, 2003), Bertha Becker e Claudio Egler, estudam a formação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil entre o período colonial (1530-1822) e o início deste século. Especificamente sobre a industrialização, os autores, similar a Fonseca e Bielchovsky, entendem que este processo se intensificou a partir de 1930, início da Era Vargas (1930-1945); todavia, ao invés do termo desenvolvimentismo, usam o termo modernização conservadora.

A modernização conservadora, não implica, como no desenvolvimentismo, na superação da pobreza, mas sim em uma série de ações do poder político central tendo em vista a industrialização, o crescimento da burocracia estatal ao longo do território e, também, da infraestrutura (BECKER & EGLER, 2003). Segundo Becker e Egler (2003), esta modernização conservadora, foi chefiada pelo Estado e, a partir de 1964, se intensificou com a ascensão dos militares ao poder que entendiam o Brasil sob dois principais prismas, o da geopolítica e o da Segurança Nacional.

Sobre a geopolítica durante o Regime Militar, os autores argumentam que:

Os militares conquistaram o Estado, que tomou para si a execução de um projeto geopolítico para a modernidade. O novo autoritarismo foi uma estratégia para acelerar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, porém, uma estratégia do Estado para ele mesmo. A combinação do projeto geopolítico com o autoritarismo histórico resultou numa modernização conservadora (BECKER & EGLER, 2003, p. 124).

Um dos principais focos desta geopolítica, além da habitação de áreas ermas do país, principalmente na região Norte e Centro-Oeste, foi o desenvolvimento da infraestrutura de transportes terrestres (ROOY&FARIAS, 2020). Em paralelo à geopolítica, produzida majoritariamente por militares do Exército (ROOY&FARIAS,2020), emerge a Doutrina de Segurança Nacional, uma:

técnica de planejamento estratégico designada inicialmente para uso no campo da política de segurança nacional em tempos de guerra, mas que foi estendida a todos os setores de atividades do país. O conceito de Segurança Nacional é o cerne da doutrina, onde a luta para a sobrevivência exige a maximização do crescimento econômico, para o que é necessária a segurança e também sacrifícios do povo. A doutrina é explicitada na obra do General Golbery do Couto e Silva (1955, 1957). Trata-se de uma perspectiva nacional de um país subdesenvolvido com vistas a acelerar o seu desenvolvimento e alcançar um novo *status* segundo modelo corrente nos países capitalistas avançados, sob a tutela do Estado, mas, ao mesmo tempo, mantendo uma visão de autonomia relativa no hemisfério face à hegemonia dos E.U.A (BECKER & EGLER, 2003, p.129)

Esta preocupação militar, portanto, com a indústria e infraestrutura nacionais, apesar de seu impacto na economia, tem notável relação com a guerra e a manutenção da soberania do Estado. Sobre isto, Klaus Knorr, autor de “*Power and Wealth the Political Economy of International Power*” (KNORR, 1973), argumenta que em uma dinâmica de permanente competição entre os Estados, se faz relevante analisar a força econômica (*economic strength*), entendida como um aspecto tanto da economia como do poder militar do Estado (KNORR, 1973).

A força econômica engloba “os recursos produtivos que a sociedade controla, trabalho, tecnologia, recursos naturais; capital real (na forma de fábricas, represas de energia, rodovias, estoques de materiais e manufatura, etc.)” (KNORR, 1973, p.45, traduzido pelo autor). Compreendidos sob este conceito, infraestrutura e indústria são indissociáveis e críticos para os militares, segundo o autor:

os militares dependem criticamente de artigos manufaturados; porque as indústrias de bens duráveis podem mudar da produção de material civil para a de equipamento militar (por exemplo, de caminhões civis para caminhões militares e tanques); porque as indústrias de bens de capital podem, além disso, produzir as instalações e o equipamento para tal conversão; e porque a versatilidade gerencial e dos trabalhadores também facilita a conversão. Para ter certeza, várias indústrias de serviços - particularmente transporte, comunicação e produção de energia elétrica não são menos essenciais. Mas a capacidade dessas indústrias está necessariamente associada à industrialização da produção (1973, p. 52, traduzido pelo autor).

A importância da indústria para o Estado e sua economia, portanto, é algo transversal aos autores analisados. Os estudos da CEPAL, na década de 1950, compreendiam os estados da América Latina como periferias do sistema econômico mundial dividido entre centro (os países industrializados) e periferia (os países não industrializados) (PREBISCH, 2000). Tomando um outro ponto de partida, Becker e Egler (2003) analisam o Brasil como parte da economia-mundo<sup>7</sup>.

Os achados de Bielchovsky sobre a participação de militares no que o autor chama de ciclo econômico do desenvolvimentismo (1930-1964), o fato de que Fonseca considerou os governos Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979) também

---

<sup>7</sup> Becker e Egler explicam o termo assim: “a economia-mundo consiste essencialmente em um único mercado mundial capitalista. Isto significa não apenas que as mercadorias são produzidas primordialmente para o mercado e não para uso, mas que o desenvolvimento das trocas com o exterior e a existência de um mercado mundial são condições inerentes ao surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista” (BECKER & EGLER, 2003, p. 26)

desenvolvimentistas, e as inferências de Becker e Egler sobre a importância da Geopolítica e da Segurança Nacional para a Economia durante o Regime Militar, apontam para a existência de uma outra forma de se pensar a industrialização nacional e a infraestrutura de transportes terrestres que pode ser mais atrelada à Defesa do país, e ao seu contexto político, do que à Economia e a ao contexto econômico internacional. Esta outra forma de se pensar estas dimensões da Defesa, encontra, por sua vez, respaldo nos estudos de Klaus Knorr (1973).

Para que se compreenda, a partir dos pontos destacados, a industrialização e o alargamento do setor de transportes terrestres entre 1964-1985, de uma forma menos atrelada aos estudos da economia mundial ou do capitalismo e mais atrelada às questões políticas e de Defesa nacionais, buscou-se um aporte teórico na Geografia Política, na Geopolítica Clássica e no Construtivismo, tanto da Ciência Política como das Relações Internacionais.

Os estudos de geógrafos políticos e de autores clássicos da Geopolítica são apresentados para que se compreenda a relevância dos transportes terrestres e da indústria para a Defesa de um país e o papel dos oficiais intelectuais (que, a partir da explicação proposta no primeiro capítulo, serão chamados de organizadores intelectuais) na elaboração de um pensamento de Defesa capaz de assessorar a liderança política em projetos de poder de um Estado.

O Construtivismo contribui para que se realize uma análise a partir de um determinado período da história, que contemple a relação entre atores e instituição, bem como mudanças institucionais que podem gerar, também, políticas públicas. Antes da apresentação da Geografia Política, da Geopolítica e do Construtivismo como lentes de análise, explica-se o que são as Ciências Militares e porque solicitam o ecletismo teórico proposto.

### **Referencial Teórico-Methodológico**

Cunha e Migon (2019), ao analisarem a literatura que versa sobre a natureza e a finalidade das Ciências Militares, encontraram no primeiro *Diccionario de Ciências Militares*, escrito por Don Mariano Rubió Y Bellvé (1895) que as Ciências Militares eram definidas como: “[...] todas as disciplinas cujo conhecimento interesse de modo directo à conduta da Guerra. A Ciência Militar analisa, examina, compara e deduz, enquanto a Arte Militar executa” (BELLVÉ, 1895 *apud* CUNHA & MIGON, 2019, p. 13). Para

Bogdanove (2004), “os objetivos da guerra e de sua arte ‘[...] constituem a base teórica das ciências militares” (BOGDANOVE *apud* CUNHA & MIGON, 2019, p. 14).

Por fim, Cunha e Migon (2019), como produto de sua revisão, sugerem que “as Ciências Militares são um corpo organizado e sistematizado de conhecimentos, além de possuírem princípios, métodos, técnicas e tecnologias próprios, cuja finalidade é o emprego da força armada” (p. 14, 2019).

Ainda sobre a definição das Ciências Militares, encontrou-se, no artigo 3º da Portaria nr. 734, de 19 de agosto de 2010 que o Comandante do Exército Brasileiro definiu as Ciências Militares como um “sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos, valendo-se da metodologia própria do ensino superior militar” (BRASIL, 2010).

Para três das quatro definições encontradas tem-se que o principal fenômeno a ser estudado pelas Ciências Militares é a guerra. Cunha e Migon (2019), de forma mais ampla, sugerem que o principal elemento a ser analisado é o emprego da força armada. Tanto para Cunha e Migon (2019), como para o Comandante do Exército (2010), as Ciências Militares, devido a sua natureza, solicitam métodos próprios.

Como, então, compreender o alargamento do setor de transportes terrestres e da indústria como um aspecto da guerra ou um elemento essencial ao emprego da força armada? A guerra, como principal objeto de estudos das Ciências Militares é, por sua vez, compreendida em três principais dimensões, ou níveis, que são o nível estratégico, o nível operacional e o nível tático (MAXWELL, 1997; HARVEY, 2022).

Para Harvey (2022), o nível estratégico engloba a dimensão política e a estratégia do teatro de operações, o nível operacional seria aquele referente às campanhas e grandes operações e o nível tático o nível relativo aos combates, engajamentos e ações de frações e guarnições (HARVEY, 2022). Maxwell define o nível estratégico como o nível que:

centra-se na definição e no apoio à política nacional e está diretamente relacionado com o resultado de uma guerra ou de outro conflito no seu conjunto. Normalmente, as guerras e os conflitos modernos são ganhados ou perdidos neste nível e não nos níveis operacional ou tático. O nível estratégico aplica-se a todas as formas de guerra e de conflito, desde as atividades militares fora da guerra até à guerra insurrecional, convencional e nuclear. Este nível envolve um conceito estratégico, planos para preparar todos os instrumentos nacionais de poder para a guerra ou conflito, orientação prática para preparar as Forças Armadas e liderança das Forças Armadas para atingir os

objetivos estratégicos. (MAXWELL, 1997, p. 1, traduzido pelo autor)

O nível estratégico, portanto, ou faz parte do nível político (HARVEY, 2022) ou é aquele que apoia diretamente a política (MAXWELL, 1997). Como explica Maxwell (1997), o nível estratégico engloba, também, as atividades militares fora da guerra e envolve “planos para preparar todos os instrumentos nacionais de poder para a guerra ou conflito” (ibid). Embora não tenha usado o termo “instrumentos nacionais de poder”, Knorr (1973), como visto, destaca a infraestrutura de transportes e a indústria como elementos essenciais ao poder militar e a força econômica.

A política, portanto, ou a sua prática relacionada à guerra e aos conflitos, é um objeto de análise das Ciências Militares. Além da política, a indústria e a infraestrutura, quando voltadas ao esforço de guerra, também se tornam objetos desse campo de estudos. Assim, sendo estas três dimensões do Estado objetos de estudo das Ciências Militares, como estudá-las para responder as perguntas de pesquisa?

A Geografia Política e a Geopolítica Clássica contribuem para que se aprofunde a compreensão da preocupação dos marechais e generais presidentes entre 1964-1985, bem como dos oficiais intelectuais, com projetos de infraestrutura de transportes terrestres e indústria. O Construtivismo provê uma lente teórica para que se analise a importância e o papel das ideias, ao longo de um determinado período e contexto, referentes à infraestrutura de transportes terrestre e indústria, no Exército e a partir de seus oficiais intelectuais.

Para que se compreenda o primeiro ponto, recorreu-se aos geógrafos políticos Friederich Ratzel, Camille Vallaux e Derwent Whittlesey. A leitura de Ratzel contribui para que sejam verificados os fundamentos da relação entre o homem e o solo a partir da qual se desdobram atividades políticas, sociais, econômicas e de Defesa. Vallaux e Whittlesey, ao utilizarem o conceito de circulação, elaboram os fundamentos da relação entre as rotas, o Estado, seu território e sua Defesa.

A estes três autores foram somadas as contribuições dos geopolíticos Halford John Mackinder (inglês) e Nicholas Spykman (neerlandês-estadunidense) que desenvolveram estudos para que seus estados pudessem projetar melhor seus interesses sobre o globo ou



uma determinada região e/ou se defenderem melhor de ameaças externas (MACKINDER, 1904, [1919] 1942<sup>8</sup>; SPYKMAN 1938, 1942, 1944).

Dentre os interesses do Estado, Spykman argumenta que a sua integração seria um critério essencial para que viesse a exercer ambições regionais ou globais. Nas suas palavras:

Se o clima e a topografia criam barreiras, o estado deve esperar até que os elementos necessários de capitais e tecnologia estejam disponíveis para que essas barreiras naturais sejam superadas através de meios artificiais. Assim se torna claro porque a Turquia antes de 1914 e o Brasil e China hoje, apesar de estarem entre os maiores países do mundo, ainda são poderes de segunda classe. Boa parte do território turco era deserto e, conforme já notamos, o país não tinha um sistema adequado de comunicação nem de administração efetiva. A mesma ausência de sistemas de comunicação (combinadas, no caso da China, com uma ausência completa de técnica industrial) tem impedido tanto o Brasil como a China de efetivamente integrar seus vastos territórios (SPYKMAN, 1938, p. 39, traduzido pelo autor).

Logo, a integração é o elemento primário a partir do qual um estado pode melhor gerir seu território, protegê-lo e, se quiser, expandir seus interesses. Elementos de infraestrutura, chamados por Spykman de “sistemas de comunicação”, da administração do território e da indústria são, portanto, fundamentais à Geopolítica.

A existência e aperfeiçoamento da integração por meio das vias de comunicação, podem elevar o Estado à categoria de potência (SPYKMAN, 1938). Sobre a infraestrutura de transportes, Mackinder, em “O Pivô Geográfico da História” (MACKINDER, 1904), faz uma divisão entre o poder terrestre e o poder marítimo ao falar da rivalidade entre o Reino Unido (caracterizado pelo autor como poder marítimo) e a Rússia (caracterizada pelo autor como poder terrestre).

Mackinder condiciona o poder destes países à capacidade de se movimentarem no mar e/ou na terra. Segundo o autor: “As ferrovias russas têm um caminho limpo de 6.000 milhas de Wirballen, no Oeste, até Vladivostok, no Leste. O exército russo na Manchúria é a evidência significativa de poder terrestre móvel, como o exército britânico na África do Sul era a de poder marítimo” (MACKINDER, 1904, p. 16). Logo, tanto a integração

---

<sup>8</sup> A obra foi originalmente publicada em 1919, aqui faz-se uso da *National Defense University Press Defense Classic Edition* de 1942.

do território do Estado, como a sua Defesa são alicerçados pela infraestrutura de transportes terrestres.

Um olhar mais amplo sobre os meios de transportes, especialmente os terrestres, é encontrado nos estudos do geógrafo político francês Camille Vallaux ([1911], 1914)<sup>9</sup>. O autor de *L sol et L'État* (O Solo e o Estado) entende que a infraestrutura de transporte, chamada de “vias de circulação” têm “um caráter político, mesmo quando se propõe a fins puramente econômicos” (1914, p. 272, traduzido pelo autor). Para Vallaux, esta infraestrutura possibilita as ações do Estado quando se propõe a:

transmitir o pensamento e a vontade coletiva em todos os pontos de um território, e quando movimenta, para fins de ataque e defesa, a riqueza nacional e forças militares. Em suma, a circulação política se mistura na terra com quase todos os fenômenos gerais da circulação econômica. (1914, p. 272, traduzido pelo autor)

A dimensão econômica e industrial tem destaque nos estudos de Mackinder e Spykman. A ideia de a economia ser o centro de um projeto deliberado coordenado pelo Estado (FONSECA, 2015) é semelhante à perspectiva da Geopolítica Clássica anglo-saxã. A diferença é que, para os desenvolvimentistas, como visto, o crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, teria a finalidade de transformar a sociedade com vistas a alcançar “fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista” (FONSECA, 2015, p. 40), já para Mackinder (1942) e Spykman (1938;1942), a finalidade seria a defesa dos interesses do Estado.

Ao citar o exemplo da ascensão da Alemanha como Estado que poderia ameaçar a hegemonia do Reino Unido no início do século XX, Mackinder diz que:

A partir de 1878, a Alemanha começou a aumentar a sua força de trabalho estimulando o crescimento do emprego. Um de seus métodos foi a tarifa científica, uma peneira pela qual as importações eram "filtradas", de modo que contivessem um mínimo de mão de obra e, principalmente, de mão de obra qualificada. Mas todos os outros meios foram utilizados com o propósito de levantar uma *Going Concern* que deveria render uma grande produção doméstica. As ferrovias foram compradas pelo Estado, e tarifas preferenciais concedidas. Os bancos foram colocados sob o controle do estado por um sistema de participação acionária interligada, e o crédito foi organizado para a indústria. Os cartéis e conglomerados reduziram o custo de produção e distribuição. (1942, p.101, traduzido pelo autor)

---

<sup>9</sup> O livro *L'etat et L'Soil* foi publicado em 1911, no entanto, aqui se usa a sua versão traduzida para o espanhol publicada em 1914.

Estes tipos de ações, dentre as quais se destacam aquelas voltadas à infraestrutura de transportes e indústria, permitiram que, no início do século XX, a Alemanha tivesse os meios de desafiar as posições hegemônicas tanto da França como do Reino Unido no globo. Sobre esta relação entre Geopolítica, poder e indústria, Spykman escreve que as guerras modernas somente podem ser lutadas “com base em um rico suprimento de matérias-primas estratégicas e enorme produção industrial” (1942, p.34, traduzido pelo autor). O abastecimento para as Forças Armadas seria uma função que exigiria “plena participação de uma economia nacional com alta produtividade e extensos equipamentos industriais” (SPYKMAN, 1942, p.34, traduzido pelo autor). O autor também entende que:

Devido ao tamanho do esforço econômico envolvido, a preparação para a guerra inevitavelmente significa maior controle governamental da vida econômica, substituição de considerações de custo e lucro por considerações de necessidade militar, planejamento nacional e realocação da capacidade produtiva longe da satisfação dos desejos do consumidor e em direção ao atendimento das necessidades militares. A guerra hoje exige não apenas um estabelecimento militar disciplinado, mas também uma economia disciplinada e bem integrada. (SPYKMAN, 1942, p. 35, traduzido pelo autor)

Economia e esforços de guerra seriam, portanto, elementos indissociáveis. A Economia nacional é vista como a peça que dá sustentação ao aparato militar (SPYKMAN, 1942; KNORR, 1973). Logo, para que se compreenda a relação entre infraestrutura de transportes terrestres, indústria e Defesa, tem-se que a integração nacional é um fator *sine qua non*, para a manutenção da soberania e somente pode ocorrer a partir da existência de “vias de comunicação” e de um grupo capaz de gerir o território (VALLAUX, 1914; SPYKMAN, 1938).

Tanto para Mackinder, quando se refere às capacidades de movimentação da Rússia, como para Spykman, quando se refere aos obstáculos de integração da China e do Brasil, o desenvolvimento da infraestrutura de transportes terrestres é um elemento para que o Estado alcance o status de potência (MACKINDER, 1904; 1942; SPYKMAN, 1938).

Especificamente sobre a relação entre Política e Economia, Vallaux argumenta que estas dimensões são indissociáveis, sendo a primeira mais importante do que a segunda. O autor também observa que é a partir dos caminhos ou da circulação que o estado se integra e faz transitar suas riquezas e tropas (VALLAUX, 1914). A dimensão da Economia do Estado, que interessa à Geopolítica, é, portanto, aquela dimensão cujo fortalecimento se dá pelas capacidades produtivas, a existência de uma indústria e infraestrutura capazes

de prover, ao aparato militar ou à liderança política, os insumos necessários à guerra (MACKINDER, 1942; SPYKMAN, 1938, 1942).

Estes autores desenvolveram estudos que permitem que se analise a infraestrutura de transportes e a indústria como elementos indissociáveis da Defesa do Estado. A Geopolítica Clássica e a Geografia Política, contudo, não oferecem subsídios que permitam compreender como instituições e os indivíduos que as compõem promovem ideias que podem influenciar o processo decisório e, por desdobramento, se transformar em projetos de infraestrutura e indústria a serviço da Defesa Nacional.

Para este fim, buscou-se em autores do construtivismo das Relações Internacionais e do Institucionalismo Construtivista um conjunto de conceitos que permitisse a compreensão do processo de influência do Exército em seus oficiais e vice-versa, em um determinado período da história.

Deste conjunto de conceitos, tem-se, em Alexander Wendt, autor de *Social Theory of International Politics* (2003), importante contribuição sobre a relação entre ideias, instituições (compreendidas como estruturas) e atores, chamado pelo autor de agência. Segundo o autor, no campo ideacional (das ideias) o principal elemento caracterizador de uma estrutura é a cultura que Wendt sugere chamar de *knowledge* compartilhada entre agências (pessoas).

Uma “*knowledge* socialmente compartilhada é uma *knowledge* que é tanto comum quanto conectada aos indivíduos” (WENDT, 2003, p. 141, traduzido pelo autor). Neste sentido, uma cultura pode ser compreendida como “normas, regras, instituições, ideologias, organizações, sistemas de ameaça, etc” (WENDT, 2003, p. 141). Logo, tem-se que as ideias, principal elemento de uma cultura que é o principal elemento de uma instituição, é algo compartilhado entre membros da instituição. Sobre a influência das ideias entre atores/agência e instituição/estrutura, Wendt limita-se a dizer que esta relação é uma “via de mão dupla” (WENDT, 2003).

Apesar deste argumento, o autor pouco se debruça sobre como que os atores podem influenciar a instituição. A esse respeito, encontrou-se em *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century* de Mark Blyth (2002), uma importante contribuição. Para Blyth, é em situações de grande instabilidade institucional, ou crise, que as ideias dos próprios atores podem contribuir para a mudança na estrutura/instituição.

Este tipo de situação, chamado de *Knighthian Uncertainty Crisis* (Crise de Incerteza Knightiana), é uma situação específica de crise que gera uma incerteza temporária que afeta os indivíduos que se encontram nesta situação e, por desdobramento, força a que recorram às ideias que enquadrem a crise como tal e busquem solucioná-la. Esta busca tem como resultado mudanças na instituição à qual pertencem (BLYTH, 2002).

A abordagem de Wendt (2003) permite que se compreenda o Exército como uma estrutura que incute em seus membros um tipo de cultura (*knowledge*). Isto, todavia, não impede que os atores da instituição também a influenciem, esta influência é analisada por Blyth (2002) que argumenta que as ideias dos atores ocupam um papel central nas instituições em um momento de Crise de Incerteza Knightiana.

Desta forma, tem-se que a Geopolítica e a Geografia Política permitem o estudo do setor de transportes terrestres e da indústria a partir das necessidades de Defesa de um Estado. Estes campos de estudo, todavia, não contribuem para que se analise como, nos termos institucionais, estas necessidades podem ser pensadas e promovidas. Para este fim, se encontrou em autores construtivistas, tanto das Relações Internacionais como da Ciência Política, estudos que respaldam uma análise sobre como as ideias tanto do Exército como de seus oficiais intelectuais, podem ter influenciado projetos nestes setores entre 1964-1985.

### **Justificativa/Contribuição**

Ao pesquisar o papel das ideias de Defesa e desenvolvimento do Exército e de seus oficiais intelectuais no alargamento do setor de transportes terrestres e da indústria entre 1964 e 1985, este estudo poderá realizar algumas contribuições. A primeira, acadêmica, diz respeito às Ciências Militares no Brasil e a compreensão do nível estratégico da guerra, aqui analisado sob as óticas da Geografia Política, Geopolítica e a partir do construtivismo. Ademais, como destacado acima, busca-se investigar a existência de uma perspectiva militar, em específico do Exército, sobre o desenvolvimento nacional que, possivelmente, se distingue das explicações sugeridas pelos estudiosos do desenvolvimentismo, ou da modernização conservadora.

Ao estudar a relevância dos setores da infraestrutura de transportes terrestre e da indústria e sua relação com o desenvolvimento e Defesa nacionais, esta pesquisa atende a alguns pontos elencados nos documentos de Defesa. Em sintonia com a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2012, um estudo que analisa a relação entre infraestrutura

e Defesa Nacional atende a uma vulnerabilidade identificada pelo documento que é a necessidade de: “desenvolvimento das infraestruturas marítima, terrestre e aeroespacial necessárias para viabilizar as estratégias de defesa” (BRASIL, 2012, p. 117).

Na versão da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa, encaminhadas para a apreciação do Congresso Nacional em 22 de julho de 2020, nota-se ampla menção ao termo infraestrutura (3 vezes na PND e 14 vezes na END). Dentre as passagens, na PND, em um dos oito Objetivos Nacionais de Defesa, destacam-se os elementos de infraestrutura aqui estudados e sua relação com o desenvolvimento, vide:

Para assegurar o atendimento à crescente demanda imposta pelo processo de desenvolvimento, é vital para o País possuir condições de diversificar sua matriz de transporte, sua matriz energética e obter a autossuficiência das tecnologias necessárias para o pleno aproveitamento do seu potencial nuclear, hidrelétrico, solar, eólico e fóssil, dentre outros. (BRASIL, 2020, p. 13)

Já na END (2020b), fala-se da infraestrutura de transportes (e seu melhoramento) como elemento que deve permitir “às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional ou no exterior, quando assim impuser a defesa dos interesses nacionais” (BRASIL, 2020b, p. 38).

A dimensão industrial é indissociável da infraestrutura por prover-lhe os insumos processados necessários à sua construção e manutenção. A indústria, também, é o elemento da Economia nacional que permite a produção, em larga escala, de equipamentos de guerra. Tanto a END de 2012, como a PND e END encaminhadas ao Congresso em 2020, reconhecem a sua importância para a Defesa Nacional.

Na END de 2012, a indústria é um dos três eixos estruturantes da Defesa (juntamente com a organização das F.A e composição dos efetivos) (BRASIL, 2012). Na PND e END de 2020 a indústria é parte indissociável do desenvolvimento tecnológico do país que refletirá em sua Base Industrial de Defesa e independência tecnológica. Entendimento verificado nas seguintes passagens:

**PND 2020:**

priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa - BID e a autonomia tecnológica do País (BRASIL, 2020, p.21)

## END 2020:

Os setores governamental e industrial e o meio acadêmico, voltados para a ciência, tecnologia e inovação - CT&I, devem ser priorizados e integrados de modo a contribuir para assegurar que o atendimento às necessidades de produtos de defesa seja apoiado em tecnologias críticas sob domínio nacional. Tais tecnologias são obtidas mediante estímulo e fomento ao setor industrial e ao meio acadêmico, de forma sinérgica. A capacitação da Base Industrial de Defesa - BID, incluído o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento de produtos de defesa visando à autonomia tecnológica do País (BRASIL 2020, p.34)

Portanto, um estudo que busca entender a relação entre Forças Armadas, infraestrutura de transporte e indústria, além da contribuição acadêmica, está em sincronia com, pelo menos, dois dos três mais importantes documentos de Defesa Nacional do Estado Brasileiro<sup>10</sup>.

### Divisão dos Capítulos

Para que seja possível responder: a) De que maneira as ideias de Defesa e desenvolvimento foram forjadas no Exército? b) Como os oficiais intelectuais contribuíram para a formação e/ou disseminação dessas ideias? & c) De qual forma os principais projetos de infraestrutura de transporte terrestre, entre 1964 e 1985, foram influenciados por essas ideias, assim como a expansão do setor industrial? Foram organizados quatro capítulos.

No primeiro capítulo, de título “A Geopolítica da Infraestrutura de Transporte Terrestre e Indústria e a sua Importância para a Defesa”, aprofunda-se na contribuição dos autores da Geografia Política e da Geopolítica Clássica apresentados acima para que se compreenda a relação entre infraestrutura de transportes terrestres e indústria e sua importância para a Defesa Nacional. Uma vez explicada esta relação, propõe-se o conceito de organizador intelectual.

Para Mackinder, o organizador político é uma liderança pragmática, militarista ou capitalista, que maneja a sociedade de acordo com as necessidades econômicas e geopolíticas do Estado (MACKINDER, [1919], 1942). Mackinder, todavia, não explica a origem de interpretações da realidade que venham a influenciar este organizador, daí sugere-se o conceito de organizador intelectual e o seu estudo no caso brasileiro.

---

<sup>10</sup> O terceiro documento é o Livro Branco de Defesa Nacional.

No segundo capítulo, de título “O Exército na Política, Contexto e Choques Exógenos entre 1889 e 1964”, aprofunda-se em duas importantes dimensões desta pesquisa. A primeira é o modelo analítico proposto no referencial teórico sobre a relação entre ideias, atores e instituições, elaborado a partir das contribuições de Blyth (2002) e Wendt (2003). A segunda é o contexto político entre 1889 e 1964 e a atuação política do Exército neste contexto até a Ruptura Institucional de 1964<sup>11</sup> que aqui também se sugere chamar de Crise de Incerteza Knightiana.

Isto permite que se compreenda como o Exército reagiu às instabilidades do período e, também, às circunstâncias, a partir das quais emergiram as ideias dos organizadores intelectuais. Encerra-se este capítulo com a explicação de que a Ruptura Institucional de 1964 foi uma Crise de Incerteza Knightiana, momento, aqui se argumenta, em que as ideias dos organizadores intelectuais do Exército puderam influenciar de forma mais contundente a instituição e, a partir de 1964, a Presidência da República.

Este aprofundamento das contribuições de Wendt (2003) e Blyth (2002) e revisão bibliográfica de estudiosos que se propuseram a estudar a história do Brasil com um foco específico na atuação do Exército, fundamenta a pesquisa bibliográfica e documental realizada no terceiro e quartos capítulos.

No terceiro capítulo, de título “As noções de Defesa e Desenvolvimento de Infraestrutura de Transportes Terrestres e Indústria no Exército”, são analisados dois pontos basilares desta pesquisa que são as ideias de Defesa e desenvolvimento do Exército e as ideias dos organizadores intelectuais.

Em relação ao primeiro ponto, toma-se como ideias de Defesa e desenvolvimento do Exército, as grades curriculares da formação do oficial (nível graduação) entre o ano de 1810 (primeiro ano em que foi possível o acesso às grades curriculares) e 1940, ano em

---

<sup>11</sup> Há uma série de termos para definir a ascensão dos militares ao poder em 1964. O geopolítico e general de divisão Carlos de Meira Mattos, refere-se ao evento como Revolução (MATTOS, 2011). O cientista político e historiador Ronald M. Schneider que escreveu *The Political System of Brazil* (SCHNEIDER, 1971) também se refere ao evento como uma Revolução. Outro grupo de autores prefere usar o termo Golpe, como o sociólogo e cientista político Hélio Jaguaribe (2013) e o jornalista Élio Gaspari que escreveu quatro volumes sobre o período (Vol 1 – A Ditadura Envergonhada, Vol – 2 A Ditadura Escancaradas, Vol 3 A Ditadura Derrotada, Vol 4 A Ditadura Encurralada). Nesta miríade de termos, optou-se por utilizar o termo Ruptura Institucional, porque houve, como será explicado no segundo capítulo, uma intensa e abrupta mudança no arranjo institucional a partir do dia 1 de abril de 1964. Há autores que também concordam com esta nomenclatura, o cientista político Marcos Tadeu Del Roio em seu artigo “A Ruptura Institucional de 1964 e o Sentido da Democracia” usa tanto o termo Golpe como Ruptura Institucional para referir-se ao evento (ROIO, 2014), o mesmo é visto na publicação “Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra” (SANTOS, 2007) do também cientista político Everton Rodrigo Santos, dentre outras publicações.



que o ministro de estado militar mais jovem do Regime Militar, o ministro dos transportes coronel Mario Andrezza, concluiu o seu curso na Escola Militar do Realengo - EMR. Diante da impossibilidade, durante a pesquisa, de se adquirir este material junto a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), obteve-se estas grades a partir do livro “Formação do Oficial do Exército”, escrito por Jeovah Motta (1998).

Uma vez verificados os aspectos voltados à infraestrutura de transportes terrestres e indústria nas grades curriculares, são analisados estes temas nos editoriais da Revista “A Defesa Nacional”, tida como uma influente publicação sobre assuntos de Defesa na década de 1910 e 1920 (MCCAN, 2009; LUNA, 2011). A análise dos editoriais da Revista “A Defesa Nacional” se deu pela revista refletir preocupações de parte expressiva da oficialidade (MCCAN, 2009; LUNA, 2011).

Consecutivamente, em relação ao segundo ponto estudado, ou seja, as ideias dos organizadores intelectuais, são analisadas suas principais publicações entre 1930 e 1964. Esta análise é feita a partir da década de 1930 porque a publicação mais antiga encontrada data de 1934. As obras estudadas são aquelas publicadas antes de 1964, pois busca-se entender como estas ideias influenciaram o Regime Militar a partir do seu primeiro ano.

A identificação dos oficiais como organizadores intelectuais deu-se de diferentes maneiras. Este pesquisador, que escreveu sua dissertação de mestrado de título “Um Estudo da Influência do Pensamento Geopolítico na Concepção do Programa de Integração Nacional (PIN)” (ROOY, 2019) identificou, a partir de revisores da geopolítica brasileira (COSTA, 1992; MIYAMOTO, 1995; FREITAS, 2004), um grupo de oficiais do Exército, que aqui se propõe chamar de organizadores intelectuais geopolíticos, que se dedicou a estudar e publicar seus estudos de geopolítica com um foco específico nos desafios (e soluções) de Defesa do Brasil.

Afora este grupo, foi encontrado um segundo grupo, o grupo dos organizadores da Segurança Nacional. Este grupo de organizadores intelectuais foi identificado a partir de algumas informações encontradas durante a pesquisa. Dentre estas informações cita-se a inferência de Becker e Egler (2003), destacada na Problematização, de que duas perspectivas militares de se compreender o Brasil contribuíram para a modernização conservadora, foram elas a Geopolítica e a Segurança Nacional (BECKER & EGLER, 2003).

Além da obra de Becker e Egler, encontrou-se na leitura de um conjunto de pesquisadores estadunidenses que se dedicaram a estudar o Regime Militar, como Selcher

(1977) e Hepple (1986), importantes inferências sobre a relevância do conceito de Segurança Nacional para o Regime. Assim, na busca por outros oficiais que puderam ter estudado e publicado, antes de 1964, sobre os temas pesquisados, a partir do prisma da Segurança Nacional, buscou-se por publicações daqueles oficiais que ocuparam posição de relevo entre 1964 e 1973, ano anterior à emissão do penúltimo projeto de desenvolvimento econômico do Regime Militar, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, 2º PND<sup>12</sup>.

Desta forma, buscou-se por publicações dos presidentes militares, dos Comandantes do Exército e de membros do Conselho de Segurança Nacional entre 1964 e 1973. A partir desta busca, foram encontrados dois oficiais que se dedicaram ao tema e publicaram antes de 1964, como o general de Exército Juarez do Nascimento Távora, ministro do Ministério de Viação e Obras Públicas entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1968 e o general de Exército Aurélio de Lyra Tavares membro da Segunda Junta Militar, que governou o país entre 31 de agosto de 1969 e 30 de outubro de 1969.

Exceção a este filtro foi aplicada ao Marechal Pedro Aurélio de Goés Monteiro. Isto se deu pela publicação da relevante obra do autor “A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército” (MONTEIRO, 1934), que seria estudada nesta pesquisa de forma semelhante ao estudo dos editoriais da revista A Defesa Nacional, ou seja, como uma fonte primária<sup>13</sup> que poderia ilustrar como um militar que ocupou importantes posições<sup>14</sup>, pensava os problemas do país. Todavia, encontrou-se que esta compreensão de Monteiro se dava a partir do conceito de Segurança Nacional o que fez com que se propusesse classificar Goés Monteiro como um organizador da Segurança Nacional.

Uma vez analisadas as grades curriculares das escolas de formação de oficiais durante a sua graduação, os editoriais da revista A Defesa Nacional e as publicações dos organizadores intelectuais, analisa-se, no quarto capítulo, as grades curriculares dos principais cursos da ESG (Escola Superior de Guerra). Isto se dá porque, a partir da

---

<sup>12</sup> Foram cinco os planos de Desenvolvimento do Governo Militar, o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo - 1964-1967) (BRASIL, 2024a), o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento – 1968-1970), o 1º PND (Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972-1974), o 2º PND (1975-1979) e o 3º PND (1980-1985) (BRASIL, 2024b). O 3º PND não é do escrutínio desta pesquisa, por ter vigorado durante o fim do Governo Militar e, portanto, não ter suas diretrizes continuadas a partir de um mandato presidencial característico do Regime.

<sup>13</sup> Os editoriais da revista foram obtidos no site oficial da revista, disponível em: <http://www.ebrevistas.cb.mil.br/ADN>

<sup>14</sup> Entre 1934 e 1935 Monteiro foi ministro da Guerra, entre 1937 e 1943 ocupou a posição de chefe do Estado-Maior do Exército, entre 1945 e 1946 foi, novamente, ministro da Guerra e entre 1951 e 1952, foi chefe do EMFA. Por fim, entre 1952 e 1956 Monteiro foi ministro do Superior Tribunal Militar (RAMOS, 2023).

revisão bibliográfica realizada no segundo capítulo foi identificado um importante papel da Escola no sistema decisório do Regime. Assim, estudou-se as grades curriculares do Curso Superior de Guerra (CSG), ministrado a civis e militares e do CEMCFA (Curso de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas), ministrado somente a militares. A análise destas grades se deu entre 1949 (ano de fundação da Escola) e 1973, ano anterior a publicação do 2º PND.

Nesta análise, buscou-se pelas obras dos organizadores estudados, ministradas aos alunos dos cursos e por matérias correlatas à infraestrutura de transportes terrestres e indústria. Estas fontes primárias foram estudadas durante visitas à Biblioteca General Oswaldo Cordeiro de Farias, na ESG, entre os anos de 2019 e 2022.

No quarto capítulo, além de se destacar, em linhas gerais, como os Planos Econômicos do período 1964-1979 tratam da infraestrutura de transportes terrestres e indústria, também foram analisadas as Atas de Reunião/Consultas ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Estes documentos encontram-se disponíveis, *on-line*, no Centro de Referência do Arquivo Nacional. A cosmovisão do CSN se dava a partir dos estudos da Escola Superior de Guerra e o Conselho adquiriu poderes especiais, junto à Presidência da República, durante o Regime Militar (HEPPLE, 1986). Por fim, fala-se dos projetos concebidos ou implementados pelo Regime, referentes ao alargamento do setor de transportes terrestres, principalmente as rodovias, e ao alargamento das atividades industriais.

A identificação destes projetos deu-se da seguinte maneira: Foram lidas as Atas de Reunião/Consulta ao CSN entre 1964 e 1973. A partir desta leitura, buscou-se por temas relacionados aos temas pesquisados. A partir dos achados desta busca, procurou-se pela existência do próprio projeto, pela própria lei (relacionada aos temas pesquisados) debatida durante as reuniões ou de legislação aprovada em pouco espaço de tempo após a Reunião/Consulta ao Conselho. Assim, foi possível encontrar uma série de projetos relacionados ao alargamento da infraestrutura de transportes terrestres, especialmente de rodovias, e de projetos industriais, especialmente relacionados à indústria petroquímica.

Conclui-se que o desenvolvimento de infraestrutura e indústria durante o Regime Militar deve-se, em parte, à emergência e preponderância de um pensamento específico e autóctone formado por dois principais grupos de militares organizadores intelectuais, o grupo dos geopolíticos e o grupo dos intelectuais da Segurança Nacional. Este pensamento é relevante na resolução da Crise de Incerteza Knightiana de 1964

(especialmente o do grupo dos organizadores da Segurança Nacional) e exerce uma importante influência no Poder Executivo a partir de 1964.

Nas Considerações Finais, sugere-se que o termo Desenvolvimento Estratégico é mais adequado do que o termo desenvolvimentismo para os governos militares, inclusos o governo Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979), considerados desenvolvimentistas por Fonseca (2015). O Desenvolvimento Estratégico, similar ao desenvolvimentismo “passa por aumento da produção e da produtividade” (FONSECA, 2015, p.21). Todavia, a finalidade do Desenvolvimento Estratégico não é, necessariamente, a superação dos problemas econômicos e sociais, a partir da industrialização, como é no desenvolvimentismo (BIELCHOVSKY, 1988; FONSECA, 2015), mas sim a garantia da Segurança Nacional que é fundamentada em uma estratégia cujo fim seria salvaguardá-la (SILVA, 1967). Dentre os aspectos desta estratégia encontram-se o alargamento dos transportes terrestres e das atividades industriais, concretizados entre 1964-1985.

Para que se alcance esta conclusão com a clareza almejada, analisa-se, no próximo capítulo, a Geopolítica da Infraestrutura de Transporte Terrestre e a importância da Indústria para a Defesa.

## 1º Capítulo – A Geopolítica da Infraestrutura de Transporte Terrestre e a Importância da Indústria para a Defesa

Circulação e organização do espaço é um tema clássico na história da Geografia Política e da Geopolítica, analisado por diferentes autores tais quais Friedrich Ratzel (RATZEL, [1898-1899], 2011), Vidal de La Blache (1908), Camille Vallaux (1914), Halford Mackinder (1904; [1919] 1942), estes em um contexto específico<sup>15</sup>; Nicholas Spykman (1938;1942) e Derwent Whittlesey (1939).

Ratzel (2011) pensou, principalmente, no papel da circulação para a formação do Estado alemão, enquanto Vidal de la Blache (1908) analisou a circulação como elemento organizador do espaço, principalmente o território francês. Vallaux, em seu *Le Sol et l'État*” (O Solo e o Estado) publicado em 1911, traz os fundamentos destas percepções ao dialogar com Ratzel e Vidal de la Blache e aprofunda a sua análise ao referir-se a aspectos econômicos e sociais ligados ao fenômeno. Whittlesey (1939), tem a preocupação de elaborar uma Geografia Política a serviço da elite política de um Estados Unidos que deveria, à luz das instabilidades na Europa, ter melhor compreensão da importância da matéria (MARTIN, 2015).

Um olhar mais direcionado à guerra é encontrado na Geopolítica. Para Mackinder (1942), a circulação é o elemento a partir do qual tribos ou estados se expandiram na massa continental euroasiática e no continente africano. Spykman a analisa sob dois aspectos, a circulação a partir de rotas navais seria um elemento possibilitador do cerco a estados rivais (SPYKMAN, 1944). No âmbito interno, a circulação, associada às capacidades produtivas do Estado, seria o elemento que permitiria a ascensão do Estado ao *status* de potência e que melhor o equiparia para um conflito (SPYKMAN, 1938; 1942).

A conclusão que encerra este capítulo é que a infraestrutura de transportes terrestres é um elemento *sine qua non* para a integração de um território, a sua integridade

---

<sup>15</sup> Segundo Visentini e Pereira: “O início do século XX se caracteriza pela consolidação de novas tecnologias de comunicação, transporte, aplicações da química e da metalurgia na indústria, e da implementação do petróleo como nova matriz energética. Esse conjunto de mudanças, também conhecido como Segunda Revolução Industrial teve como principais palcos a Europa e os EUA. Em paralelo a essas mudanças no modo de produção também se destaca o fortalecimento da Alemanha, que, após sua unificação em 1871 e a intensa transformação industrial, ascende ao status de potência continental. É nesse contexto que notamos uma busca mais agressiva por parte do Reino Unido, da França e da Alemanha por territórios e mercados, o que intensifica as tensões e competição territorial entre Reino Unido, França e Alemanha” (VISENTINI & PEREIRA, 2012).

(soberania e segurança embutidos neste aspecto), a sua capacidade de dissuasão e a sua capacidade ofensiva caso seja do interesse do governante. A dimensão industrial, em específico, é responsável pela provisão de diferentes insumos às Forças Armadas e, até mesmo, à construção da infraestrutura. A indústria, nos casos analisados por Mackinder e Spykman, quando mobilizadas ou direcionadas a um projeto de poder, são também viabilizadoras da expansão territorial ou de interesses do Estado.

Na seção seguinte analisa-se a contribuição de Ratzel sobre os fundamentos da Geografia Política acerca da relação entre homem, solo e Estado e seus desdobramentos para a Defesa.

### **1.1 Ratzel, o “Desenvolvimento de Todos os Recursos que Contém o Solo” e a Defesa.**

Em “O Solo, A Sociedade e o Estado” (RATZEL, [1898-1899], 2011), há alguns pontos considerados basilares para esta seção, Ratzel analisa a fixação do homem no solo e as dinâmicas ali decorrentes que fazem com que dessa relação se forme o Estado; para o autor “o Estado não pode existir sem um solo” (RATZEL, 2011, p.93). As primeiras necessidades do homem, ou seja, habitação e alimentação, decorrem da sua interação com o solo.

Segundo Ratzel (2011), quando a coletividade, a partir da agricultura, começa a se fixar no solo, verifica-se a formação do Estado e, intrínseca a ela, a necessidade de defesa daquele território. Este primeiro movimento torna possível a existência de outras dinâmicas sociais, que permitem, como último fim, novamente a defesa do território; como diz o autor:

Quando se utiliza o solo apenas de uma maneira passageira, a fixação a ele se dá apenas de uma maneira também passageira. Quanto mais as necessidades de habitação e da alimentação ligam estreitamente a sociedade à terra, tanto mais é premente a necessidade de nela se manter. É dessa necessidade que o Estado tira suas melhores forças. A tarefa do Estado, no que concerne ao solo, permanece sempre a mesma em princípio: o Estado protege o território contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo. No mais alto grau da evolução política, a defesa das fronteiras não é a única a servir nesse objetivo; o comércio, o desenvolvimento de todos os recursos que contém o solo, numa palavra, tudo aquilo que pode aumentar o poder do Estado a isso concorre igualmente. A defesa do território (pays) é o fim último que se segue por todos esses meios (RATZEL, 2011, p.96)

A noção de defesa do território, portanto, é um dos aspectos basilares que definem um estado, estado este que se forma a partir da fixação do homem no solo em que habita e a partir do qual se alimenta. O segundo movimento sobre o qual o autor fala é aquele das atividades econômicas, ou seja, o comércio e o “desenvolvimento de todos os recursos que contém o solo”, ambos subordinados a um objetivo que é o de “aumentar o poder do Estado”. Este segundo movimento, por sua vez, é também indissociável da noção de Defesa, como diz o autor: “A defesa do território (pays) é o fim último que se persegue por todos esses meios” (ibid). Ratzel, portanto, submete a dimensão econômica à Defesa, a Defesa à dimensão política e esta, finalmente, à dimensão social, já que a “sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo” (RATZEL, 2011, p.98).

A contribuição de Ratzel é fundamental pois seu estudo se debruça sobre o elo entre o Estado e o solo e a subordinação e indissociabilidade da Economia à Defesa. O desenvolvimento, para Ratzel, diz respeito a todas as dinâmicas decorrentes daquele estado que possam resultar em poder (RATZEL, 2011).

Nas seções a seguir são analisados alguns aspectos desta interação entre o Estado e o solo, como a perspectiva da Geografia Política e da Geopolítica sobre a infraestrutura de transportes terrestres, a indústria e um tipo específico de liderança política, o organizador. Os estudos de Vallaux (1914) e Whittlesey (1939), em algum grau, se debruçam sobre a questão econômica e aqui se extrai, principalmente, a contribuição de ambos sobre o conceito de circulação, essencial para que se compreenda a importância da infraestrutura de transportes terrestres para a Defesa.

## **1.2 Vallaux e Whittlesey**

Tanto Vallaux (1914) como Whittlesey (1939) tratam da questão da infraestrutura dos transportes e sua relação com a Política e a Economia. Em O Solo e o Estado (VALLAUX, 1914), no sétimo capítulo, intitulado “A Circulação”, Vallaux trata das dimensões políticas e econômicas da circulação. A circulação, viabilizada pela infraestrutura de transportes terrestres de um Estado, é social e geopolítica. Isto é, a circulação envolve, fundamentalmente, um acordo social manifestado em vontade política que motiva determinado povo a objetivos imediatos como a guerra, o saque ou a escravização de terceiros (VALLAUX, 1914). Outrossim, é quando o objetivo é de médio ou longo prazo que ele é considerado geopolítico, ou seja, quando este povo visa garantir a sua soberania

sobre determinado território (VALLAUX, 1914). Isto fica evidente quando o autor diz que:

a circulação não é somente um fenômeno econômico, senão também um fenômeno político, e que, falando-se as coisas tais como são, constitui um fato social que, na acepção mais ampla da palavra, se manifesta claramente antes da extensão e da generalização dos caminhos e até antes do estabelecimento dos Estados, pelos grandes movimentos dos povos. Estes movimentos, sobre os quais falamos de uma maneira geral no capítulo III (principalmente no §5), não têm por fim o estabelecimento de correntes de troca. A troca vem depois dos movimentos; mas não os provoca e nem é a sua causa. Estes movimentos de homens, quando têm uma finalidade imediata, são feitos em razão da guerra, dos saques e da busca por escravos, quando têm uma finalidade distante, vislumbram a conquista do solo ou a imigração à um clima mais doce. Quando os cimérios e os teutões se apresentaram sobre as fronteiras romanas, não pediram a Mario outra coisa que não a terra (VALLAUX, 1914, p. 273, traduzido pelo autor)

Os caminhos são, portanto, “uma obra política e militar” (VALLAUX, 1914, p. 290, traduzido pelo autor). A questão política, assim, deve ser vista como antecedente à questão econômica, já que “a via econômica não nasce senão depois da via política, porquê à sombra da proteção do Estado é como a circulação econômica prospera e se desenvolve” (VALLAUX, 1914, p. 291, traduzido pelo autor).

No âmbito político, a infraestrutura de transportes terrestres (estradas e ferrovias) teria três propósitos principais que seriam: a manutenção de um Estado coeso (evitando as forças centrífugas/separatistas), a viabilização do trânsito de autoridades e a movimentação de tropas (VALLAUX, 1914).

Este ponto é explicado a partir de uma série de exemplos obtidos pelo estudo da história, tais quais Roma, China, França e Estados Unidos. O exemplo histórico da China é o dos caminhos como algo de preocupação exclusiva das autoridades, pois a administração não se ocuparia “jamais dos caminhos, exceto aqueles por onde deve passar o imperador, quando se dá ao trabalho de viajar” (VALLAUX, 1914, p. 294, traduzido pelo autor).

No caso dos EUA, um estado mais jovem que os anteriores, Vallaux relata que a construção das ferrovias, na segunda metade do século XIX, se deu concomitantemente à criação do próprio território e governo dos EUA, nas suas palavras:

com as inumeráveis prolongações das vias férreas no *farwest* [Far-West] americano, avançou até o Oeste o sistema federativo dos Estados Unidos. Todos os novos Estados organizados desde



há meio século, no extremo *faroeste* e sobre os planaltos das Montanhas Rochosas deveram seu nascimento aos trilhos cujos dormentes foram colocados às pressas (VALLAUX, 1914, p. 296, traduzido pelo autor)

Logo, para Vallaux (1914), os caminhos terrestres e, posteriormente, a infraestrutura de transportes terrestres, portanto, eram percorridos ou construídos devido a uma motivação social a partir das quais Estados se formaram e se tornaram soberanos sobre determinados territórios. Uma vez conquistados esses territórios, o seu controle e a sua soberania eram mantidas pelas estradas e ferrovias feitas, principalmente, para o trânsito de autoridades e do exército ou milícias.

Outro aspecto fundamental da construção de uma infraestrutura de transportes terrestres era que esta deveria permitir a coesão do Estado, assim, impedindo que viesse a ser desfeito. Este aspecto ganha destaque quando o autor, sobre a França, diz o seguinte:

Muitas de nossas antigas estradas na França, de traçado reto e rígido, seguem as alturas e cumes, quase desertas até hoje, que com mais razão estavam desertas quando essas estradas foram criadas, e onde nada precisava ser feito para a circulação econômica. A potência que traçou essas estradas não sonhava em facilitar o comércio. Queria neutralizar as tendências centrífugas de territórios e grupos de homens ainda pouco acostumados a conviverem juntos; chegava, enfim, construindo essas linhas de poder estratégico, que são as estradas antigas, semelhantes às estradas romanas. Nesta obra, o Estado construtor violentava a natureza, assim como violentava ao homem. Não se limitava a seguir as vias geográficas das emigrações, percorridas em outros tempos pelos povos não organizados. Vencia em linha reta as encostas íngremes, atravessava os rios, protegia os desfiladeiros com fortalezas. Ao mapa físico da terra, o Estado sobrepôs, pela primeira vez, um mapa político de linhas diferentes, quando construiu as estradas (VALLAUX, 1914, p. 290, traduzido pelo autor)

A neutralização das tendências centrífugas e, com ela, a coesão nacional, seria um componente basilar da existência do Estado da mesma forma que o eram a autoridade e a força militar. As estradas eram também a expressão material desta coesão, ou seja, da relação de poder mantida pelo Estado em relação a seu povo em um processo de organização do território que atendesse ao interesse da elite dirigente<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Também, a serviço desta coesão (e da manutenção deste poder) estaria uma outra infraestrutura, a infraestrutura dos cabos de telegrafia. Tanto os meios de transportes como a telegrafia viabilizavam que o estado transmitisse o seu “pensamento e as vontades coletivas sobre todos os pontos do território” (VALLAUX, 1914, p. 272, traduzido pelo autor). Anteriormente à telegrafia eram as estradas e ferrovias que permitiam também a comunicações das populações a partir da circulação dos cidadãos ou súditos e dos serviços de correios. A telegrafia, em específico, ao robustecer a comunicação também da sociedade civil, reduziria as distâncias entre os diferentes pontos do território e, com isso, reduziria as diferenças regionais

Whittlesey, em *The Earth and the State/ A Terra e o Estado* (1939), fala da relação entre as vias de comunicação (transportes, correios, telegrafia e rádio), a formação do Estado, a capacidade de controle deste sob o seu território a partir destas vias e o alargamento das atividades econômicas que emergem com este processo. A relação entre os três primeiros aspectos é central em sua obra; a infraestrutura de transportes e comunicação eram essenciais para a manutenção do território, aspecto observável nos exemplos de Roma e da Itália.

Os romanos:

foram as primeiras pessoas a unificar a Itália, e os italianos do século 19 foram os segundos. Cada um possuía um novo meio de transporte e comunicação terrestre, e nenhum outro dos habitantes da península jamais tiveram essa chave para o sucesso político – para a nação romana, a estrada e o correio, para a nação italiana, a ferrovia e o telégrafo, a rodovia e o telefone, o avião e o rádio (1939, p. 09, traduzido pelo autor)

Similar a Vallaux, portanto, Whittlesey também destaca a relação entre meios de transportes, comunicação e coesão do estado, entendimento sintetizado quando o autor, ao citar os E.U.A, fala que “teriam grandes dificuldades de manter-se coeso, apesar da primária unidade de sua população, se não fosse pelas oportunas invenções da ferrovia e da telegrafia” (1939, p.11, traduzido pelo autor).

Os meios de transportes são também compreendidos por Whittlesey (1939) como um elemento que favorece projetos de dominação, coesão e desenvolvimento econômico. O autor trata desses aspectos ao recordar o exemplo do Império Britânico na Índia, cujos trilhos construídos pelo primeiro permitiu a dominação de um grupo de 100.000 britânicos sobre 340 milhões de indianos. Por outro lado, esses trilhos permitiram também a ligação entre diferentes pontos da Índia e, conseqüentemente, da aproximação dos indianos de diferentes regiões, bem como o escoamento dos produtos ali produzidos que corroborou para o desenvolvimento político e econômico da Índia (WHITTLESEY, 1939).

Em suma, as contribuições de Vallaux (1914) e Whittlesey (1939) sobre a infraestrutura de transportes, permitem a conclusão de que servem para:

- Viabilizar a formação do estado
- Permitir o controle do estado sob o seu território

---

(VALLAUX, 1914). A redução dessas diferenças, como desdobramento, mitigaria também o estranhamento das populações o que contribuiria para um estado estável e coeso (VALLAUX, 1914).

- Permitir a movimentação de tropas e autoridades
- Permitir a circulação/comunicação do povo e do comércio
- Diminuir a diferença entre os povos de regiões distintas
- Propiciar a coesão nacional

Os caminhos são, portanto, uma obra política e militar. A relação entre esta infraestrutura e o Estado é sintetizada por Whittlesey, quando ele diz que: “o estado sempre estará próximo de quaisquer meios de transportes e comunicação” (1939, p. 22, traduzido pelo autor)

A contribuição desses autores refere-se, principalmente, às dinâmicas estatais fronteiriças. Neste ponto se assemelha à geopolítica brasileira cuja maior parte da literatura produzida na primeira metade do século XX, desenvolve-se com este olhar (ROOY&FARIAS, 2020). Já a geopolítica anglo-saxã desenvolve uma perspectiva histórica e um olhar exógeno, ou seja, voltado para fora de suas fronteiras. Isso se verifica nos estudos de Halford Mackinder que elaborou uma Geopolítica que considera as dimensões da infraestrutura de transportes, da política e da economia/indústria para a defesa de um território ou a expansão de um Estado e/ou seus interesses.

As próximas três seções são reservadas a este geopolítico inglês e a Nicholas Spykman (neerlandês-estadunidense) que tratou da relação entre Economia/indústria, poder e Geografia. Com esta exposição pretende-se demonstrar como autores clássicos da Geopolítica compreendem a importância da infraestrutura de transportes e da indústria para a Defesa Nacional.

### **1.3 A Geopolítica de Mackinder**

Ao observar o comportamento dos impérios ao longo dos séculos, o padrão identificado por Mackinder é que os estados que possuem grande plataforma terrestre e movimentam-se mais por vias terrestres do que navais, possuem preponderância sobre potências navais (MACKINDER, 1904, 1942). A comprovação desta hipótese a partir de um resgate histórico da preponderância de potências terrestres sobre potências navais, culmina em seu principal argumento, o de que o Estado que exerce a hegemonia sobre a *Heartland*<sup>17</sup>, torna-se o Estado mais poderoso do mundo (MACKINDER 1904, 1942).

---

<sup>17</sup> A *Heartland* seria uma região que hoje corresponderia aos países centrais da Ásia (Uzbequistão, Quirguistão, Cazaquistão, Turcomenistão), a grande parte da Rússia, e a partes de Belarus, Irã, Turquia, Nepal, Iraque, Afeganistão e Paquistão (vide figura I na página 46).

A teoria de Mackinder, contudo, não se fundamenta apenas em um olhar voltado para as capacidades de Estados se movimentarem por terra, esta capacidade somente atenderá adequadamente a um projeto de poder, se o Estado tiver o adequado *man-power*, conceito que condensa as dimensões sociais, políticas e econômicas do Estado em função de sua realidade geopolítica presente ou almejada (MACKINDER, 1942). Nas próximas seções explica-se com maior minúcia sobre a contribuição deste geopolítico.

### **1.3.1 A Importância das Estradas para o Poder Terrestre**

Em sua explicação a partir dos exemplos históricos, Mackinder lembra que no caso do Império Romano, este Estado, após a destruição de Cartago em 146 a.C e a guerra de reunificação em 31 a.C, se torna um poder terrestre, ou seja, todo litoral do Mar Mediterrâneo pertence a uma Roma unificada que não se vê comprometida por ameaças navais e passa a se expandir, principalmente, por terra. (MACKINDER, 1942).

Uma vez conquistada a península da Itália, a Gália e a Península Ibérica, Roma teria de lidar com a inconveniente vizinhança das tribos celtas da Grã-Bretanha o que forçou o imperador à época, Júlio César, a realizar incursões nesta região, conquistar o sul da Grã-Bretanha e tornar o Canal da Mancha, também, um “mar fechado” (MACKINDER, 1942). Especificamente sobre a infraestrutura de transportes terrestre, o autor diz o seguinte:

Quando Roma completou a organização de seu poder envolvendo o Mediterrâneo, seguiu-se uma longa época transitória, durante a qual o desenvolvimento oceânico da civilização Ocidental se preparava gradualmente. A transição começou com o sistema de estradas romano, construído para a maior mobilidade das marchas das legiões. Depois do fim das Guerras Púnicas quatro províncias que falavam latim enveloparam a parcela ocidental do Mediterrâneo, foram elas: Itália, Gália do Sul, Espanha do leste e do sul e a África Cartaginesa. O *outer boundary* da província Africana estava protegido pelo deserto do Saara e a Itália tinha na sua retaguarda o fosso do Adriático, mas na Gália e na Espanha, Roma encontrava-se desconfortável com a vizinhança de tribos celtas. Assim, o dilema familiar do Império apresentou-se, avançar e acabar com a ameaça ou se entrincheirar e impedir sua entrada, mas não os eliminar. Um povo ainda viril escolheu a primeira opção, e a fronteira e estradas foram empurradas até o oceano ao longo de mil milhas entre o Cabo de São Vicente e as desembocaduras do Reno (MACKINDER 1942, p. 29-31, traduzido pelo autor)

As estradas, portanto, além de permitirem a circulação de burocratas, técnicos, pessoas, etc... do Império Romano, permitiam uma maior mobilidade das legiões. Esta mobilidade era inseparável do projeto de poder de Roma que, para neutralizar a ameaça celta, não o fez sem ter construído caminhos que viabilizassem e melhorassem a movimentação de suas legiões.

A região, que o Império Romano teve dificuldade de manter, foi o berço do poder sarraceno/árabe que governou parte da Península Ibérica, o Norte da África, o Oriente Médio e parte do que hoje é a Índia. Por vias terrestres, a partir da Península Arábica, os sarracenos expandiram-se da seguinte maneira:

Hedjaz de Meca e Medina, enviaram os exércitos sarracenos, que expulsaram os partos [arsácidas] da Mesopotâmia e os romanos da Síria e do Egito, e estabeleceram uma cadeia de capitais no interior -- Cairo, Damasco e Bagdá --- no antigo caminho da fertilidade. A partir desta base fértil, o poder sarraceno foi levado para todas as regiões ao redor de forma a fazer uma oferta para um verdadeiro império mundial. A nordeste, os maometanos ascenderam de Bagdá ao Irã pela mesma passagem que guiara os partos e persas para baixo, e se espalharam até o norte da Índia. Para o sul, eles cruzaram do promontório da Arábia no Iêmen até a costa africana ao sul do Saara, e penetraram com seus camelos e cavalos por toda a extensão do Sudão. Assim, como uma vasta águia, seu império de poder terrestre estendeu suas asas do centro árabe, por um lado, sobre o *heartland* do norte, nas profundezas da Ásia, e, por outro lado, sobre o *heartland* do sul igualmente distantes nas profundezas da África. (MACKINDER, 1942, p. 68, traduzido pelo autor)

A queda dos sarracenos se deu a partir de derrotas em diferentes *fronts*, sendo o principal *front* oriundo do norte do Irã, nas palavras do autor: “a queda dos sarracenos na Arábia deve-se ao poder terrestre turco” (MACKINDER, 1942, p. 69, traduzido pelo autor), ou seja, de uma região essencial à teoria do poder terrestre de Mackinder, a *Heartland*. Especificamente, é assim que Mackinder descreve a *Heartland*:

terra contínua, cingida de gelo no norte, cingida de água em outros lugares, medindo 21 milhões de milhas quadradas; ou mais de três vezes a área da América do Norte, cujo centro e norte, medindo cerca de nove milhões de milhas quadradas; ou mais de duas vezes a área da Europa, não tem água disponível, caminhos para o oceano, mas, na terra, exceto na floresta subártica, geralmente é muito favorável à mobilidade de homens a cavalo e a camelo. Para leste, sul e oeste da *Heartland*, estão as regiões periféricas, variadas em um crescente vasto, acessível por navegação (MACKINDER, 1904, p. 431, traduzido pelo autor).

**Figura I:** Representação da *Heartland*, a área branca limitada por traçados pontilhados.

*DEMOCRATIC IDEALS AND REALITY*



FIG. 24.—The Heartland, with the addition of the basins of the Black and Baltic Seas, and the uppermost (plateau) valleys of the Chinese and Indian rivers.

Tradução: Figura 24 (A *Heartland* com adições [área listrada] das bacias dos mares Negro e Báltico e vales superiores (planaltos) dos rios chineses e indianos. (MACKINDER, 1942, p. 76, traduzido pelo autor)

Ao se debruçar sobre a *Heartland*, a primeira grande ofensiva observada pelo autor é a da tribo supramencionada. Afora os turcos, foi a partir da *Heartland* que os tártaros se organizaram e realizaram incursões na Europa, (contribuindo para a queda do Império Romano) Oriente Médio, Índia e China. Os caminhos de terra foram o principal meio pelo qual tribos e estados da Eurásia puderam implementar seus projetos de poder e de conquista do território (MACKINDER, 1942).

Na análise de Mackinder há três padrões históricos importantes. O primeiro é o da vantagem estratégica de estados ou tribos com continentalidade contra seus rivais com menor continentalidade, o segundo padrão, desdobrado deste primeiro, é que tribos oriundas da *Heartland*, ao longo da história, conseguiram destruir o Império Romano, o Sarraceno, e foram influentes em regiões hoje conhecidas como Índia e China. É assim que Mackinder percebe um protagonismo desta região e elabora a sua máxima: “*Who rules East Europe commands the Heartland: Who rules the Heartland commands the World-Island: Who rules the World-Island commands the World*” (MACKINDER, 1942, p. XVII).

O terceiro padrão é que a continentalidade e/ou posição geográfica não seria o suficiente para o sucesso dos projetos expansionistas dos estados ou tribos. Este sucesso se daria pela combinação desta continentalidade, os caminhos estabelecidos que

permitissem a movimentação dos elementos do estado (principalmente o militar) e do *man-power*.

A queda dos Sarracenos, e de tribos oriundas da *Heartland* que se lançaram sobre a Europa, como os Hunos e os Tártaros se deu pela falta de um adequado *man-power* (MACKINDER, 1942). Para Mackinder, os estados, à época, com a maior capacidade de se tornar *hegemon* seriam a Prússia ou a Rússia, já que tinham tanto uma posição estratégica, como o adequado *man-power*. Este conceito, bem como as dimensões políticas e econômicas/industriais, segundo o olhar de Mackinder, são analisados na próxima seção.

## **1.4 Geopolítica e Indústria**

### **1.4.1 A *Going Concern*, o *man-power*, a Dimensão Política e a Dimensão Econômica/Industrial para Mackinder**

O *man-power* é um conceito chave para a Geopolítica de Mackinder porque ele congrega duas dimensões, a econômica e a política (e a social embutida na política), que devem ser indissociáveis de uma adequada defesa ou expansão do território. A explicação deste conceito incluirá, sinteticamente, as percepções de Mackinder sobre essas dimensões.

A dimensão econômica de um projeto de poder de um Estado torna-se evidente quando o autor fala que:

Até agora, pensamos na rivalidade dos impérios do ponto de vista das oportunidades estratégicas e chegamos à conclusão de que a Ilha Mundo e a *Heartland* são as realidades geográficas finais no que diz respeito ao poder marítimo e ao poder terrestre, e que o Leste Europeu é essencialmente parte da *Heartland*. Mas ainda há que se considerar a realidade do *man-power*. Vimos que a questão da base, não só segura, mas também produtiva, é vital para o poder marítimo; a base produtiva é necessária para o apoio de homens, não só para a tripulação dos navios, mas para todos os serviços terrestres relacionados com a navegação, um fato hoje mais claramente percebido na Grã-Bretanha do que nunca. No que diz respeito ao poder terrestre, vimos que os camelos e cavaleiros da história passada não conseguiram manter impérios duradouros por falta do adequado *man-power*, e que a Rússia foi o primeiro inquilino do *Heartland* com um *man-power* realmente ameaçador. (MACKINDER, 1942, p. 99, traduzido pelo autor)

Destarte, a dimensão econômica é indissociável da sua leitura sobre o território e a capacidade do Estado se movimentar. Uma adequada base produtiva, desdobramento do

adequado *man-power*, é a mantenedora das potências terrestres e navais e se tornaria uma verdadeira ameaça à hegemonia britânica, se desenvolvida na *Heartland*.

O *man-power*, explica Mackinder, deveria contar com um amplo número de pessoas saudáveis e eficientes, e seria “muito dependente da organização, ou, em outras palavras, da *Going Concern*, o organismo social” (MACKINDER, 1942, p. 99, traduzido pelo autor). Logo, o *man-power* (a capacidade produtiva do estado), é condicionado pela sociedade e seus *organizers* (organizadores/manejadores). Sendo o primeiro tipo de organizador, um organizador setorial e o segundo e mais importante, a liderança política. Este pensamento é explicado a partir da seguinte metáfora:

A sociedade é uma Preocupação Permanente (*Going Concern*), e não é parte pequena do nosso bem-estar que pode ser comparada com a intangível “boa vontade” da qual depende um negócio. O proprietário de um negócio depende dos hábitos dos seus clientes não menos do que do funcionamento regular da maquinaria na sua fábrica; ambos devem ser mantidos em manutenção, e quando em manutenção têm o valor da *Going Concern*; mas se o negócio parar, eles têm apenas um valor de ruptura - a maquinaria transforma-se em sucata, e a boa vontade é reduzida às dívidas do livro. (MACKINDER, 1942, p. 7, traduzido pelo autor)

Logo, a metáfora de Mackinder, que serve a sua Geopolítica, entende que o homem (clientes) seria uma criatura do hábito e a sociedade, ao conectar os diferentes hábitos do homem, teria uma estrutura compatível àquela de uma máquina (MACKINDER, 1942). Homens, ligados pelo hábito e que formavam a “máquina social” seriam os elementos basilares do *man-power* e, por consequência, do funcionamento do Estado. Os mantenedores desta “máquina social” seriam os organizadores (*organizers*), divididos em dois tipos. Os primeiros organizadores, setoriais, seriam os administradores que teriam a função de:

manter a máquina social funcional e verificar a sua lubrificação. Quando os homens morrem, ou por razões de má saúde ou idade avançada, se aposentam, é o seu papel preencher os lugares vacantes com homens devidamente treinados de antemão. (MACKINDER, 1942, p. 8, traduzido pelo autor)

O segundo tipo de organizador seria o líder político pragmático, como explica Mackinder:

Ele é o inverso da mente do idealista, pois ele moveria homens em brigadas e, portanto, deve levar em consideração as limitações materiais, enquanto o idealista apela à alma em cada um de nós, e as almas são aladas e podem voar alto. Isso não quer dizer que o organizador seja descuidado com o bem-estar da sociedade abaixo dele; pelo contrário, ele considera aquela



sociedade como uma quantidade de mão de obra a ser mantida em condições de eficiência. Isso é verdade, seja ele militarista ou capitalista, desde que seja visionário. Na esfera da política, o organizador vê os homens como existindo para o estado (MACKINDER, 1942, p. 11, traduzido pelo autor)

O principal fundamento para ambos os organizadores é a disciplina, como diz o autor:

a possibilidade de organização em um sentido construtivo depende da disciplina. Uma sociedade funcional é constituída de uma miríade de diferentes hábitos entrelaçados de vários homens, se a estrutura social é para ser alterada, mesmo que em um aspecto relativamente pequeno, um grande número de homens e mulheres devem mudar vários de seus hábitos de maneira complementar (MACKINDER, 1942, p. 10, traduzido pelo autor).

Assim, entende-se, a partir da leitura de Mackinder, que o *man-power* ou o *man-power* ideal seria uma estrutura sócio-política capaz de sustentar as ambições geopolíticas de um estado. Esta estrutura diz respeito a um corpo social, constituído por hábitos, devidamente liderado por dois tipos de liderança, uma setorial/administrativa e a outra política (militarista ou capitalista), que mantêm, pela disciplina, a capacidade produtiva do estado (MACKINDER, 1942).

Na perspectiva de Mackinder, seriam os organizadores, os agentes responsáveis por manejar a sociedade de maneira que viesse a alcançar um progresso que lhe permitisse se defender de outros Estados ou expandir para além de suas fronteiras (MACKINDER, 1942). Os exemplos dos organizadores políticos usados pelo autor são o do líder francês Napoleão Bonaparte (1769-1821) e do líder prussiano, unificador dos estados germânicos, Otto Von Bismarck (1815-1898).

Sobre a Alemanha, em específico, há alguns aspectos da sua ascensão como potência militar no fim do século XIX e início do século XX que merecem destaque. O *man-power* alemão progrediu devido a algumas medidas dos organizadores políticos como a implementação de tarifas protecionistas, o subsídio dado às linhas de navegação, o uso dos bancos alemães como postos avançados de negócios/comércio em cidades do estrangeiro e a promoção de tratados comerciais que subordinassem os signatários aos interesses econômicos da Alemanha (MACKINDER, 1942).

Estas ações tornaram possível o alargamento da capacidade produtiva e industrial do país que ficou munido da adequada estrutura para disputar com outras potências europeias regiões ricas em matérias primas e mercados, no continente e no mundo. Esta dinâmica

teve como consequência um acirramento da competição, principalmente com a França e o Reino Unido que resultou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Em última instância, para Mackinder, eram as capacidades produtivas, em especial as industriais, mantidas pelo adequado *man-power*, que proveriam ao estado os meios de se defender ou atacar na instável Europa pós Primeira Guerra Mundial, perspectiva sintetizada na passagem abaixo:

Não é o poder produtivo que conta agora ao invés da riqueza morta? Não devemos nós, todos nós - e agora em algum grau até os americanos também – ter gasto todo o nosso capital morto, e não devemos nós, todos nós, os alemães inclusos, recomeçar na corrida produtiva praticamente do zero? O mundo ficou surpreso com a rapidez com que a França recuperou do seu desastre de 1870, mas o poder da "produção industrial era como nada se comparado ao que é agora". (MACKINDER, 1942, p. 110, traduzido pelo autor)

A capacidade industrial para o poder de um Estado é indissociável da sua teoria da *Heartland* e dos aspectos da circulação ou da infraestrutura de transportes destacados acima. Isto porque esta capacidade, fruto direto de um *man-power* manejado pelo organizador político, teria mais chances de triunfar, nas disputas entre os Estados, se assimilada à posição geográfica do país e a sua infraestrutura de transportes, como diz o autor:

A guerra econômica, com a Alemanha explorando os eslavos e, atualmente, a *Heartland*, serviria, a longo prazo, somente para enfatizar a distinção entre o Continente e as Ilhas, e entre a potência terrestre e a potência marítima, e ninguém que contemple a unidade do Grande Continente a partir das condições ferroviárias modernas, pode ver com despreocupação a preparação para a guerra mundial que seria inevitável, ou resultado final dessa guerra. (MACKINDER, 1942, p. 111, traduzido pelo autor)

Ainda, para Mackinder, o Estado alemão contava com uma vantagem estratégica que, àquele momento (1919) o Reino Unido não parecia ter, ou seja, pensavam a economia de seu Estado de forma indissociável da Geografia, e pensavam ambas como meio para atender aos interesses alemães ainda que, para isso, fosse necessário a guerra. Como diz o autor: “A cultura germânica, a filosofia dos ‘meios e fins’, tem sido perigosa ao mundo externo porque reconhece ambas as realidades, geográfica e econômica e pensa *somente* nos termos delas” (MACKINDER, 1942, p. 99, traduzido pelo autor).

É assim, portanto, que Mackinder entende que as dimensões dos meios de transportes (em seu caso naval e terrestre) e econômica são indissociáveis da geopolítica. Em poucas

linhas, a dimensão política (organizadores) é aquela responsável pela coordenação e disciplinamento da dimensão humana que compõe o *man-power*; e a economia é, precisamente, a capacidade produtiva que emerge a partir do *man-power*. Logo, para a Geopolítica de Mackinder, Geografia, Economia e Política, são pensadas em conjunto e são indissociáveis da Defesa do Estado e, por consequência, de seu setor militar.

As contribuições de Mackinder para este estudo e a Geopolítica podem ser sintetizadas da seguinte maneira: Mackinder entendia que as rotas, principalmente as terrestres, eram a infraestrutura a partir da qual estados ou tribos poderiam lançar seus projetos expansionistas. Os Estados que tivessem continentalidade teriam uma vantagem (comprovada a partir dos exemplos históricos) sobre os que não tinham a continentalidade. A maior vantagem, neste aspecto, estaria com os Estados da *Heartland*. Contudo, em última instância, o sucesso de um Estado dependeria de um adequado *man-power*.

Portanto, o Estado que tivesse tanto a continentalidade, como a infraestrutura que lhe permitisse explorar esta continentalidade e, também, o adequado *man-power*, seria, inevitavelmente, o *hegemon* de todo o globo. Esta hegemonia geopolítica, seria indissociável de uma liderança política, no âmbito doméstico, que tivesse a eficácia de coordenar a sociedade em prol de uma excelente capacidade produtiva, diga-se, produção industrial.

#### **1.4.2 As Percepções de Nicholas Spykman sobre uma Economia de Guerra e a Indústria**

Nicholas Spykman também trata da dimensão econômica, especificamente a indústria, em sua obra *America's Strategy in World Politics* (1942). Similar a Mackinder, o autor desenvolve robusta análise sobre as dinâmicas dos conflitos na Europa e analisa as implicações da posição geográfica dos EUA e da América do Sul para os EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Spykman estuda os elementos que compõem o poder de um Estado em um cenário de Guerra Total; isto é, um cenário em que o estado necessita de todos os seus recursos para manter a guerra. Estes elementos são o elemento ideológico, o político, o econômico e o militar. Para Spykman:

poder é, em última instância, a habilidade de lançar uma guerra vitoriosa, e na geografia repousam as pistas para os problemas da estratégia política e militar. O território de um estado é a base a partir da qual o estado opera em tempo de guerra e a posição

estratégica que o estado ocupa durante o armistício temporário chamado paz. A Geografia é o fator mais fundamental na política externa dos estados porque é o fator mais permanente (SPYKMAN, 1942, p. 41, traduzido pelo autor).

Isto é dizer que, embora a Geografia não esteja destacada como um dos elementos da atenção do Estado para a Guerra Total, ela é, precisamente, a plataforma a partir da qual esses elementos devem ser pensados sendo, assim, intrínseca a cada um deles. A sua análise da expressão militar e da expressão econômica do poder de um Estado, envolve a indústria e os meios de transportes terrestres. O setor industrial para a guerra tem, primeiramente, um impacto de escala, já que é a partir da primeira revolução industrial (1760) que se torna possível armar e vestir um amplo número de soldados e os “motores a vapor e a gasolina, as ferrovias e as rodovias, lhes deram mobilidade” (SPYKMAN, 1942, p. 26, traduzido pelo autor).

As atividades industriais, naquele contexto de guerra, exigiriam o controle do governo sobre a Economia, a substituição da lógica de lucro, pela lógica das necessidades militares e um planejamento nacional que voltasse as capacidades produtivas para essas necessidades (SPYKMAN, 1942). A infraestrutura de transportes, por sua vez, serviria diretamente à logística militar que depende do dinamismo econômico do Estado, como coloca o autor:

Um combate prolongado envolve uma integração efetiva entre as atividades econômicas e militares em três zonas diferentes, uma zona de operações, uma zona pela qual correm as rotas de fornecimento, e uma área de base. O que já foi uma linha de depósitos e bases de abastecimento, é hoje co-extensiva ao coração econômico e industrial do país. (SPYKMAN, 1942, p. 29, traduzido pelo autor).

Para Spykman, portanto, a Economia seria um elemento subordinado às necessidades políticas e militares em caso de contencioso e a indústria a sua expressão mais importante. A infraestrutura de transportes teria, fundamentalmente, duas finalidades: a) permitir a circulação de insumos para a indústria e, b) a circulação dos produtos industrializados para o TO (Teatro de Operações). Na seção seguinte são sintetizadas as principais contribuições dos autores analisados.

## **1.5 As Dimensões Política, Social, Militar, Econômica e da Infraestrutura de Transportes Terrestre sob a ótica da Geografia Política e Geopolítica**

O que se entende ao ler os clássicos da Geografia Política e da Geopolítica é que as dimensões política, social, militar e econômica são complementares, se manifestam no território e a indústria e a infraestrutura de transportes são um desdobramento desta interação. Portanto, são elementos inerentes à projetos de expansão dos interesses ou da Defesa de um Estado.

Ratzel subordina as dimensões política, militar e econômica, à dimensão social. Nas palavras do autor “a sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo” (RATZEL, 2011, p.98). Porém, uma vez estabelecido o vínculo com o solo, Ratzel pouco se refere à dimensão social e limita-se a explicar os acordos políticos que estabelecem a liderança sobre o território. Estes acordos e liderança, por sua vez, viabilizariam as atividades econômicas como o comércio e o “desenvolvimento de todos os recursos que contém o solo” (RATZEL, 2011, p.96), que poderiam aumentar o poder do Estado e, em última instância, deveriam ser usados para os fins militares/de defesa (RATZEL, 2011).

Sobre esta relação entre política, sociedade e território, Vallaux pouco se diferencia de Ratzel; similar a este último, Vallaux trata das conquistas territoriais como uma expressão da política e da sociedade (fato social)<sup>18</sup>. A sua maior contribuição (para os objetivos desse estudo), diz respeito ao conceito de circulação e a sua importância para a liderança política. A circulação, viabilizada principalmente pela infraestrutura de transportes terrestres, permitiria que o Estado mantivesse o controle sobre a população, administrasse o território e fosse capaz de defendê-lo. No caso específico dos EUA, a construção de uma infraestrutura de transportes se deu de forma concomitante à formação do próprio Estado. As atividades econômicas seriam secundárias em relação às necessidades de segurança tanto internas como externas (VALLAUX, 1914).

Poucas diferenças são percebidas entre Whittlesey (1939) e Vallaux (1914) no tocante a infraestrutura de transportes. Há, todavia, alguns pontos relevantes deste autor que

---

<sup>18</sup> Vide passagem: “a circulação não é somente um fenômeno econômico, senão também um fenômeno político, e que, falando-se as coisas tais como são, constitui um fato social que, na acepção mais ampla da palavra, se manifesta claramente antes da extensão e da generalização dos caminhos e até antes do estabelecimento dos Estados, pelos grandes movimentos dos povos. Estes movimentos (VALLAUX, 1914, p. 273, traduzido pelo autor)” na página 40.

podem ser somados aos olhares de Ratzel e Vallaux. Whittlesey concorda com Vallaux e é mais enfático sobre a importância dos meios de transportes para as comunicações do estado com o povo e entre os próprios habitantes. Além disso, o autor aponta para o papel da infraestrutura de transportes na dominação de um estado sobre outro (caso do Império Britânico na Índia) e nas vantagens econômicas que esta infraestrutura oferece para o escoamento de produtos oriundos das regiões continentais de um país ou território como o Raj Britânico (1858 – 1947).

A geopolítica anglo-saxã discorre, mais especificamente, sobre a guerra e, em relação a esta, trata também das dimensões social, política, econômica, militar e da relevância dos meios de transportes.

A manutenção do território não é tema da preocupação de Mackinder ou Spykman como é de Vallaux ou Whittlesey. Mackinder, essencialmente, tem duas preocupações, a primeira diz respeito a como que Estados e/ou tribos prevalecem ao competir contra outros Estados ou tribos e conclui que os Estados ou tribos que têm maior continentalidade têm vantagem sobre os demais. Esta vantagem se adensa caso sejam oriundos da *Heartland*. Contudo, estas vantagens se tornariam secundárias se a elas não fosse somado o adequado *man-power*.

O adequado *man-power* encontra-se em uma sociedade devidamente manejada pelo organizador setorial (administrador) e pelo organizador político (militarista ou capitalista) que são capazes de transformá-la em uma eficiente força produtiva, compreendida como a expressão mais importante da economia de um Estado (MACKINDER, 1942). Esta força produtiva, em 1919, ano da publicação de seu livro, seria, essencialmente, uma capacidade humana convertida em capacidade industrial.

Mackinder considera a indústria a mais importante provedora de insumos para a manutenção do Império Britânico e, também, para a guerra. Spykman, igualmente, se refere à indústria como o aspecto da Economia que mais atenderia às necessidades militares em caso de guerra.

A compreensão de poder e Economia, em Spykman, se assemelha à de Ratzel. O primeiro fala da mobilização dos elementos ideológicos, políticos, econômicos e militares para o poder de um Estado em um contexto de Guerra Total e o segundo fala no “desenvolvimento de todos os recursos que contém o solo”, para aumentar o poder de um Estado que deveria ser usado, em última instância, para fins de Defesa. Para Spykman,

“poder é, em última instância, a habilidade de lançar uma guerra vitoriosa” (SPYKMAN 1942, p. 41, traduzido pelo autor).

A partir desta leitura conclui-se que, sob as lentes da Geopolítica Clássica e da Geografia Política, a Economia é uma dimensão do Estado subordinada à Política que dela pode fazer uso para as suas necessidades de Defesa. Sobre a dimensão econômica, em específico, o seu setor de maior relevância é o industrial porque proveria ao Estado os insumos necessários para manter seu império (MACKINDER, 1942), ou armar seus exércitos (SPYKMAN, 1942; MACKINDER, 1942).

Como parte desta dinâmica, encontra-se a infraestrutura de transportes, sem a qual os agentes do Estado, principalmente os reis, rainhas e/ou políticos e os militares, teriam dificuldades de se movimentar (VALLAUX; 1914; MACKINDER, 1904, 1942; SPYKMAN, 1938). Esta infraestrutura também permite a provisão de insumos ao TO e à própria indústria (SPYKMAN, 1942). A capacidade de movimentação é um aspecto *sine qua non* para a existência do Estado, a sua coesão (VALLAUX, 1914; WHITTLESEY, 1939) e para a sua emergência como potência ou o seu sucesso em um contencioso (SPYKMAN, 1938, 1942; MACKINDER, 1904, 1942).

O que foi apresentado até então diz respeito aos estudos de geopolíticos e geógrafos políticos consagrados, mas não abarca como a burocracia estatal dos seus respectivos países (ou dos casos analisados) manejou o interesse do Estado e o materializou em ocupação de território, ofensivas, conquistas, ou no alargamento das capacidades produtivas e construção de uma infraestrutura que viabilizasse estas ações. Nesta linha, a conceitualização de Mackinder se aprofunda e sugere o conceito de *man-power* e, intrínseco a este conceito, o conceito do organizador (*organizer*) político e setorial.

Contudo, o autor não analisa, por exemplo, como os Gabinetes dos Primeiros-Ministros britânicos, ou as Forças Armadas, ou a Coroa, atuaram na manutenção e transformação deste *man-power*, ou na construção de uma infraestrutura de transportes e indústria principalmente naval (no caso britânico), que viesse a dar o adequado suporte às ambições Reais. Mackinder tampouco se debruça sobre como as ideias, pensadas nestes órgãos do Império Britânico, vieram a ter como desdobramento o *man-power* britânico. Os próximos capítulos, em parte, pretendem sanar a incompletude da análise de Mackinder. As lentes propostas pelo autor, todavia, não serão aplicadas ao Reino Unido, mas ao Brasil.

Esta tese argumenta que o Exército Brasileiro não somente teve uma dimensão política que pode se adequar ao conceito de Mackinder, mas, como explicado na seção “Divisão dos Capítulos” teve também uma dimensão intelectual. Com isso, propõe-se que o *man-power* não é composto somente de organizadores (políticos e setoriais) e de uma população capaz de manter uma adequada produção industrial, mas, também, de uma dimensão intelectual capaz de orientar as decisões dos organizadores políticos. Logo, sugere-se que existe uma expressão intelectual ou, das ideias, que compõe o que Mackinder chama de *man-power*.

No caso brasileiro, argumenta-se que os organizadores políticos (e, usando os seus termos, tanto capitalistas como militaristas) foram os presidentes marechais e os presidentes gerais que lideraram o país entre 1964 e 1985. Já os organizadores setoriais, termo mais amplo de Mackinder, são aqueles oficiais que chefiaram diferentes setores do governo, especificamente os setores voltados à pujança econômica (projetos industriais, de usinas de produção de energia, rodovias, etc...) e os oficiais que lideravam setores do processo político decisório, como ministros de estado militares, a chefia do SNI e do EMFA. Dentre os organizadores setoriais, no caso brasileiro, se dedicará atenção a estes três últimos. Os ministros de estado, chefes do SNI e do EMFA, participavam das Reuniões/Consultas do Conselho de Segurança Nacional, cuja relevância para o Regime é explicada no quarto capítulo.

Os organizadores intelectuais, aqui se sugere, são aqueles oficiais cujas ideias serviram tanto ao Exército como ao processo político decisório do período 1964-1985. Quem foram estes organizadores políticos e organizadores intelectuais? Os organizadores políticos foram o Marechal Humberto Castello Branco, presidente do Brasil entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1967, o Marechal Artur da Costa e Silva presidente entre 15 de março de 1967 e 31 de agosto de 1969, o General de Exército Emílio Garrastazu Médici, presidente entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974, o General de Exército Ernesto Geisel, presidente entre 15 de março de 1974 e 15 de março de 1979 e o General de Exército João Baptista Figueiredo presidente entre 15 de março de 1979 e 15 de março de 1985.

Os organizadores intelectuais, como explicado na introdução, são divididos em duas categorias, os organizadores intelectuais geopolíticos e os organizadores intelectuais da Segurança Nacional. Os primeiros são o Marechal Mario Travassos, o General de Divisão Francisco de Paula Cidade e o Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Rodrigues. Os



organizadores da Segurança Nacional são o Marechal Pedro Aurélio de Goés Monteiro, o General de Exército Juarez do Nascimento Távora, o General de Exército Lyra Tavares e o General de Divisão Golbery do Couto e Silva. Golbery não foi um general da ativa, tornou-se General de Divisão depois que pediu transferência para a reserva no mês em que João Goulart assumiu a Presidência da República, em setembro de 1961 (RAMOS, 2023).

Neste capítulo, atendeu-se ao primeiro Objetivo Específico desta tese, “Estudar a importância da infraestrutura de transporte terrestre e da indústria para a Defesa Nacional”. No próximo capítulo busca-se atender ao segundo Objetivo Específico que é a compreensão do papel do Exército na política entre 1889 (início da República) e 1964, início do Regime Militar. Para isto, inicia-se o capítulo com a apresentação das ferramentas de análise que permitam a análise do contexto que propiciou que as ideias tanto do Exército como dos organizadores intelectuais fossem implementadas a partir de 1964.

## **2º Capítulo - O Exército na Política, Contexto e Choques Exógenos**

As perguntas norteadoras deste estudo abarcam esferas que exigem uma explicação a partir de diferentes matrizes teóricas. A primeira, Geopolítica, fora explanada acima. A segunda diz respeito à interação entre o Exército (estrutura/instituição) e seus atores-chave (agência), os organizadores políticos, os organizadores setoriais e os organizadores intelectuais. Assim, se se argumenta que havia atores cujas ideias se desenvolveram/consolidaram ao longo do tempo e puderam influenciar projetos de infraestrutura de transportes terrestres e o alargamento do setor industrial, busca-se entender como o Exército influenciou esses atores e como esses atores influenciaram o Exército. Nesta pesquisa em específico, este segundo esforço de compreensão limita-se aos organizadores intelectuais.

Nesta análise de uma influência de “mão dupla” há dois principais objetos a serem estudados. O primeiro é a educação ministrada aos cadetes durante a graduação, o segundo é a contribuição dos organizadores intelectuais que veio, ao longo do tempo, a influenciar o Alto-Comando e a compor as ementas dos cursos da ESG e, possivelmente, da EMR (Escola Militar do Realengo) e ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército).

As ementas da ESG são estudadas no quarto capítulo por não serem exclusivas do Exército. A relação analisada entre estrutura e agência é a relação entre o Exército e seus oficiais, a ESG representa algo mais amplo do que o Exército por ser uma Escola para civis e militares das três forças desde a sua fundação em 1949. Isto não exclui, todavia, a análise das ementas de seus principais cursos devido a sua relevância no período 1964-1985, sobre a qual se explicará no quarto capítulo.

Na próxima seção, aprofunda-se sobre os autores construtivistas apresentados na introdução para que se compreenda, neste capítulo, o papel do Exército na política entre 1889 (início da República) e 1964 e, também, o momento em que as ideias dos atores se tornam mais propícias a influenciar a instituição.

## 2.1 Estrutura, Agência e Ideias

Para que se compreenda a dinâmica de influência entre o Exército e seus agentes, encontrou-se respostas em diferentes estudos tanto no construtivismo das Relações Internacionais<sup>19</sup>, como no institucionalismo construtivista da Ciência Política<sup>20</sup>.

O conceito chave nos estudos encontrados, é o conceito de ideia que é compreendido a partir de duas perspectivas. A primeira, analisada por Alexander Wendt, autor de *Social Theory of International Politics* (2003) direciona um maior foco para as ideias nas instituições. A segunda, analisada por Mark Blyth autor de “*Great Transformations – Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*” (BLYTH, 2002) direciona um foco maior para as ideias dos atores na instituição e como estas ideias podem mudar as instituições. A pergunta de pesquisa A - “De que maneira as ideias de Defesa e desenvolvimento foram forjadas no Exército”, começa a ser respondida a partir da contribuição desses autores.

Para Alexander Wendt (2003), uma estrutura social é pensada na sua forma material e ideacional (*ideational* - das ideias). No campo ideacional o principal elemento caracterizador de uma estrutura é a cultura que Wendt sugere chamar de *knowledge*

---

<sup>19</sup> O construtivismo nas relações internacionais é uma corrente de estudos que se propõe ser uma alternativa ao materialismo, compreender a construção do interesse dos estados, compreender a relação entre agência e estrutura como mutuamente constituídas e compreender o sistema anárquico internacional como algo composto por múltiplas lógicas (HURD, 2008). Destas características, para a realização deste estudo, adota-se a alternativa ao materialismo proposta pelo construtivismo e a sua abordagem em relação à agência e estrutura. Sobre o primeiro aspecto, Hurd, ao citar Wendt, diz que “um princípio fundamental da teoria social construtivista é que as pessoas agem em relação aos objetos, incluindo outros atores, com base nos significados que os objetos têm para elas.” (WENDT *apud* Hurd, 2008, p230, traduzido pelo autor). Sobre o segundo aspecto tem-se que “A atenção construtivista à construção social de interesses e identidades introduz o problema mais geral da relação entre estruturas e agentes. Por “estruturas” quero dizer as instituições e significados partilhados que compõem o contexto da acção internacional, e por “agentes” quero dizer qualquer entidade que opere como actor nesse contexto.” (HURD, 2008, p. 303, traduzido pelo autor). Como será observado a partir dos estudos de Wendt, antes de se referir ao sistema internacional, o autor também toma instituições por estruturas dentro do Estado e pessoas como atores e/ou agentes, de modo que se faz uso desta perspectiva construtivista sobre a relação entre estrutura (Exército) e agentes (organizadores) nesta tese.

<sup>20</sup> Na ciência política, o institucionalismo construtivista é um ramo da vertente do institucionalismo, uma corrente de estudos que se dedica ao estudo das instituições. O institucionalismo construtivista, para Colin Hay (2006), é entendido como uma vertente do Institucionalismo que “procura identificar, detalhar e questionar a medida em que - através de processos de normalização e incorporação institucional - as ideias estabelecidas se tornam codificadas, servindo como filtros cognitivos através dos quais os atores interpretam os sinais ambientais. Ainda, e de forma crucial, o institucionalismo construtivista também está preocupado com as condições em que esses filtros cognitivos e paradigmas estabelecidos são contestados, desafiados e substituídos. Além disso, consideram que as mudanças paradigmáticas anunciam uma mudança institucional significativa. Esta formulação implica uma compreensão dinâmica da relação entre as instituições, por um lado, e os indivíduos e grupos que as compõem (e sobre cuja experiência elas incidem), por outro. Enfatiza a inovação, o dinamismo e a transformação institucionais, bem como a necessidade de considerar os processos de mudança ao longo de um período de tempo significativo” (HAY, 2006, p.65, traduzido pelo autor)

compartilhada entre agências (pessoas). *Knowledge* é compreendida como “qualquer crença que um ator toma como verdade” (BLUMER *apud* WENDT, 2003, p.140, traduzido pelo autor). Logo, uma cultura ou uma *knowledge* compartilhada entre agências é uma *knowledge* “que é tanto comum quanto conectada aos indivíduos” (WENDT, 2003, p. 141, traduzido pelo autor).

Neste sentido uma *knowledge* compartilhada, ou seja, qualquer crença que atores (agências) tomam como verdade de forma compartilhada, pode ser compreendida como “normas, regras, instituições, ideologias, organizações, sistemas de ameaça, etc” (WENDT, 2003, p. 141, traduzido pelo autor). Logo, uma instituição pode ser entendida como uma *knowledge* compartilhada entre agências (WENDT, 2003).

Há dois principais tipos de *knowledge* compartilhada, a *common knowledge* e a *collective knowledge*.

A *common knowledge*:

é subjetiva no sentido de que as crenças que a compõem estão na cabeça dos atores, e figuram em explicações intencionais. No entanto, como essas crenças têm de ser crenças precisas sobre as crenças dos outros, é também um fenômeno intersubjetivo que confronta os atores como um facto social objetivo que não pode ser eliminado individualmente. Nem uma estrutura de nível unitário, devido à sua natureza intersubjetiva, nem uma estrutura de nível macro, devido à sua natureza subjetiva, a *common knowledge* é firmemente um fenômeno de nível interativo. Formas culturais específicas como normas, regras, instituições, convenções, ideologias, costumes e leis são todas feitas de *common knowledge* (WENDT, 2003, p.160, traduzido pelo autor)

A *collective knowledge* corresponde a:

estruturas mantidas por grupos que geram padrões, a nível macro, no comportamento individual ao longo do tempo. Exemplos incluem o capitalismo, o Sistema de Westfália, o apartheid, o *Afrika Korps*, o regime de livre comércio e, como eu argumento no próximo capítulo, os estados (WENDT, 2003, p. 162, traduzido pelo autor).

Tanto na *collective knowledge*, como na *common knowledge* a cultura se afirma em seus agentes e é por eles afirmada em uma dinâmica que o autor chama de processo. Para Wendt:

toda a estrutura, micro e macro, é instanciada somente no processo. Como Herbert Blumer coloca no que diz respeito à estrutura cultural: “[uma] aceitação gratuita dos conceitos de normas, valores, regras sociais e afins não devem cegar o cientista social ao fato de que qualquer um deles é subtendido por um processo de interação social – um processo que é necessário

não somente para a mudança deles mas também para que permaneçam a uma forma fixa. É o processo social na vida em grupo que cria e mantém as regras, não as regras que criam e mantém a vida em grupo]. Eu modificaria a linguagem da última frase, que sugere uma perspectiva de ‘ou uma coisa ou outra’ para uma relação que deve ser vista como uma relação de “mão dupla” (WENDT, 2003, p. 186, traduzido pelo autor)

Esta perspectiva permite que se compreenda que instituições incutem em seus membros (atores/agência) um tipo de cultura (ideias) que faça com que suas ações sejam previsíveis em algum grau. Ainda assim, a relação entre agência e estrutura também permite que ocorram mudanças na estrutura em ocasiões específicas, como:

- a) Contradições internas entre diferentes lógicas em uma cultura. Culturas consistem de muitas normas diferentes, regras e instituições e as práticas que induzem serão frequentemente contraditórias.
- b) O fato de que agentes nunca são perfeitamente socializados, (de tal maneira de que eles somente têm crenças compartilhadas). Cada um de nós temos crenças privadas que nos motiva a alcançar projetos pessoais que podem mudar os nossos ambientes
- c) As consequências não intencionais das crenças compartilhadas são também uma terceira fonte de conflito.
- d) Choques exógenos são um quarto fator. Uma revolução, imperialismo cultural, ou uma invasão por conquistadores podem transformar uma ordem cultural.
- e) E finalmente há a criatividade, a invenção de novas ideias a partir de uma cultura. (WENDT, 2003, p. 188, traduzido pelo autor)

O conjunto de conceitos proposto por Wendt pode contribuir para que se compreenda a relação entre os oficiais (agência) e o Exército Brasileiro (estrutura/instituição), bem como mudanças pelas quais o Exército pode ter passado ao longo do período de análise proposto (1889-1964).

Wendt argumenta que a análise de um período contribui para que se compreenda as crenças de um grupo já que estas crenças estão “frequentemente inscritas na ‘memória coletiva’, nos mitos, narrativas e tradições que constituem quem é o grupo e como ele se relaciona com os outros.” (WENDT, 2003, p.163, traduzido pelo autor). Para o autor:

Estas narrativas não são meramente as crenças partilhadas pelos indivíduos num dado momento (embora dependam dessas crenças), mas fenômenos históricos inerentes que se mantêm vivos ao longo das gerações através de um processo contínuo de socialização e de encenação ritual. É em virtude de tais memórias que os grupos adquirem continuidade e identidade ao longo do tempo (WENDT, 2003, p.163, traduzido pelo autor)

Sobre os elementos que podem causar estas mudanças, Wendt não explica como os choques exógenos podem influenciar as instituições, nem tampouco como as ideias dos atores também podem fazê-lo. A respeito do primeiro, esta pesquisa sugere passos para estudar os choques exógenos pelos quais o Exército Brasileiro passou entre 1889 e 1964. Sobre o segundo aspecto, encontrou-se uma importante contribuição em “*Great Transformations – Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*” (BLYTH, 2002) de Mark Blyth.

Neste estudo, Blyth analisa o papel das ideias dos atores na instituição, principalmente em situações de crise. O autor estuda “o papel das ideias, especificamente das ideias econômicas, como elementos cruciais na construção e transformação das ordens institucionais” (BLYTH, 2002, p.VIII, traduzido pelo autor), e tenta “compreender como tais ideias têm sido usadas pelos negócios, o estado, e os empregados, para ajudá-los a compreender momentos de incerteza econômica e a construir soluções institucionais para as crises que estes momentos geram” (BLYTH, 2002, p. VIII, traduzido pelo autor).

Especificamente sobre o que são as ideias para os atores, Blyth considera que interesses são iguais a ideias e que existe alguma determinação estrutural na constituição das ideias, mas que elas são constituídas, principalmente, de “vontades” [*wants*] que são mediadas por desejos e crenças (BLYTH, 2002), como diz o autor:

O analista acaba por ficar nesta posição devido a um erro conceitual presente na maioria das formulações sobre o que é “interesse”, ou seja, concebem o interesse como um conceito singular. Afirmar que um agente fez algo porque o seu "interesse" estava em x em vez de y ignora o facto de que o conceito de interesse pressupõe *cognatos* não reconhecidos, mas muito importantes, de interesse, como vontades, crenças e desejos. No entanto, como os teóricos da decisão demonstraram, estes cognatos *não* são analiticamente separados dos interesses e devem ser considerados como parte do próprio conceito de interesse. Se esta posição for aceita, então a especificação do que é interesse torna-se menos sobre determinação estrutural e mais sobre a construção de "desejos" como algo mediado por crenças e desejos - ou seja, ideias. (BLYTH, 2002, p.29, traduzido pelo autor)

A passagem acima permite afirmar que interesses são iguais a ideias e que tanto ideias como interesses correspondem a vontades mediadas por crenças e desejos (e minimamente por fatores estruturais) (BLYTH, 2002), de modo que se pode dizer que:

Ideias/Interesses = vontades mediadas por crenças e desejos (e minimamente por fatores estruturais)

A pergunta que permanece é, o que o autor entende por crenças e desejos? Citando Wendt, para Blyth, não existe diferença entre crença e desejo, logo “supor que uma agente tem um interesse na política pública y pressupõe que ela tem uma ‘vontade’ por y dado as suas crenças e desejos” (BLYTH, 2002, p. 30, traduzido pelo autor).

Como, porém, estas ideias dos agentes/atores ganham protagonismo em uma instituição? O papel da promoção das ideias dos atores em instituições é analisado pelo autor, especificamente, em um contexto de crise que gera uma situação de incerteza *knightiana* a qual, por desdobramento, tem como resultado uma transformação ou mudança institucional. A incerteza *knightiana* é um conceito proposto por Blyth sobre um tipo de incerteza que o autor encontrou nos estudos de Frank Hyneman Knight autor de *Risk, Uncertainty and Profit* (1921)<sup>21</sup>. Em miúdos, Blyth descreve a incerteza *knightiana* como “situações compreendidas por agentes contemporâneos como eventos únicos onde os agentes não estão certos sobre quais são seus interesses na realidade, nem tampouco como concretizá-los” (BLYTH, 2002, p.09-10). Em uma situação de incerteza *knightiana*:

Os interesses dos agentes em tal ambiente não podem ser dados nem por um pressuposto ou localização estrutural e podem ser definidos somente nos termos das ideias de que os agentes eles mesmos têm sobre as causas da incerteza. Sem referência a tais ideias, nem os interesses nem as estratégias teriam significado sob as condições da incerteza *knightiana* (BLYTH, 2002, p. 32, traduzido pelo autor)

A mudança institucional que se dá a partir de uma Crise de Incerteza *Knightiana* é, também, o momento em que “novas políticas podem ser materializadas” (BLYTH, 2002, p. 10, traduzido pelo autor). É desta forma que uma situação de crise se torna central para um estudo em linha com o que propõe o Institucionalismo Construtivista já que é neste momento que o papel das ideias dos atores pode ter um protagonismo maior e contribuir para mudanças institucionais. Como explica Blyth:

A crise torna-se, assim, um ato de intervenção em que as fontes de incerteza são diagnosticadas e construídas. Dado isto, o conjunto de ideias disponíveis para interpretar o ambiente, reduzir a incerteza e tornar possível a ação coletiva intencional torna-se crucialmente importante para determinar a forma das novas instituições (BLYTH, 2002, pp 09 – 10, traduzido pelo autor)

Assim, em poucas linhas, as ideias:

---

<sup>21</sup> Frank Hyneman Knight (1885-1972) foi um notório economista durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, considerado um dos fundadores da Escola de Economia de Chicago. (BRITANNICA, 2024).

1. Em períodos de crises econômicas as ideias (não as instituições) reduzem incerteza (BLYTH, 2002, p.35, traduzido pelo autor)
2. Seguindo a redução da incerteza, ideias tornam possíveis a ação coletiva e a construção de coalisões (BLYTH, 2002, p. 37, traduzido pelo autor)
3. Na disputa sobre instituições existentes, ideias são armas (BLYTH, 2002, p. 39, traduzido pelo autor)
4. Ao deslegitimarem as instituições existentes, novas ideias agem como *blueprints* institucionais (BLYTH, 2002, p.40, traduzido pelo autor)
5. Seguindo a construção institucional, as ideias tornam a estabilidade institucional possível. (BLYTH, 2002, p.41, traduzido pelo autor)

Para analisar a importância das ideias dos atores em uma situação de Crise de Incerteza *Knightsiana*, Blyth estuda dois casos que são as mudanças na política econômica dos E.U.A e da Suécia onde reserva especial atenção ao contexto histórico, político e econômico dos países. O autor estuda como que economistas e políticos deram sentido às crises econômicas de 1929 e 1970, ambas compreendidas como crises de incerteza *knightsiana*. Aqui se explicará como Blyth aplica a sua compreensão sobre o papel das ideias em uma Crise de Incerteza *Knightsiana*, em relação à crise de 1929 nos E.U.A e na Suécia, a fim de verificar os pontos fortes e as limitações de seu modelo.

O principal debate, na década de 1930, em ambos os países, se deu em torno de que a matriz de pensamento que orientaria a economia deveria mudar de um liberalismo clássico para um liberalismo embutido (*embedded liberalism*)<sup>22</sup> (BLYTH, 2002). Segundo o autor, as ideias que solucionaram esta Crise de Incerteza *Knightsiana* tomaram, gradativamente, protagonismo durante a década de 1930. Blyth explica que:

o *Social Security Act* e o *Wagner Act*, ambos claramente articularam as novas ideias *underconsumptionist* que estavam cada vez mais fundamentando a resposta do Estado à Depressão de 1929. Estas instituições viriam a se provar componentes vitais da emergente ordem do liberalismo embutido (BLYTH, 2002, p. 64, traduzido pelo autor).

O *Social Security Act* fundamentou-se, principalmente, nas ideias de “economistas como Lachlan Currie e Alvin Hansen, comentaristas populares como William Trufant Foster e Wadill Catchings e algumas das sessões mais militantes do movimento trabalhista

---

<sup>22</sup> O liberalismo embutido, é um tipo de liberalismo que compreende que: “os governos podiam, e deviam, procurar controlar a economia nacional através de uma manipulação ativa do mercado, uma vez que a economia privada no seu conjunto era vista como inerentemente instável e incapaz de produzir resultados socialmente ótimos. Em particular, o desemprego maciço e prolongado era visto como um resultado inevitável do processo capitalista. À luz destas novas ideias, o Estado tinha o dever de socializar as condições de investimento para minimizar a instabilidade inerente ao ciclo econômico e o desemprego que lhe estava associado” (BLYTH, 2002, p. 4/5, traduzido pelo autor)



organizado”<sup>23</sup> (BLYTH, 2002, p. 65, traduzido pelo autor). Em relação ao *Wagner Act*<sup>24</sup>, o papel do ator é mais proeminente, já que foi o próprio senador Robert Wagner (do Partido Democrata) que elaborou e pôs este plano à votação no Parlamento Estadunidense.

Em relação à crise econômica de 1929 na Suécia, Blyth estuda como o SAP (*Sveriges Socialdemokratiska Arbetareparti* – Partido Trabalhista Social Democrático Sueco) encontrou no contexto político e econômico da década de 1920 uma oportunidade para promover suas ideias de modo a implementar o liberalismo embutido que, segundo o autor, vigorou como principal matriz econômica deste país entre 1930 e 1970.

Blyth explica que as ideias formuladas se deram no âmago do próprio partido e, também, no movimento trabalhista sueco que não se limitava somente ao SAP, mas contava com economistas oriundos da Escola de Economia de Estocolmo. Dentre os economistas, segundo o autor, destacaram-se Gunnar Myrdal, Erik Lindahl e Bertil Ohlin.

Estes economistas argumentavam veementemente pela adoção de políticas anticíclicas pelo estado como forma de sanar a crise econômica que passou a vigorar após 1929 (BLYTH, 2002; KRAGH, 2014). De forma descritiva e atento ao contexto político e econômico da Suécia entre as décadas de 1920 e 1970, Blyth explica como essas ideias ganharam protagonismo no processo político decisório do país a partir da década de 1930.

Segundo o autor, os economistas em questão tiveram os meios de influenciar quem seria o futuro ministro das Finanças da Suécia entre 1936-1949, Ernst Wigforss do SAP. Wigforss, enquanto membro do SAP, em 1932, propôs que 93 milhões de coroas fossem gastos em despesas com obras públicas a taxas de mercado (BLYTH, 2002). Lindahl, por sua vez, deu uma palestra na Sociedade Económica Sueca sobre a utilidade das obras públicas convencendo demais economistas de que, “em vez de afastar o investimento, se houvesse capacidade ociosa e saldos monetários ociosos, então uma maior despesa pública aumentaria a procura global e, assim, teria um impacto positivo na propensão para investir” (BLYTH, 2002, p. 109, traduzido pelo autor).

Para Blyth, estes economistas eram atuantes no debate público e conseguiram, com suas próprias ideias sobre economia, influenciar atores-chave da política sueca o que

---

<sup>23</sup> A principal medida do Ato foi a criação de “um programa de seguro social elaborado para pagar aposentados, a partir dos sessenta e cinco anos de idade, uma pensão contínua” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2023a, traduzido pelo autor)<sup>23</sup>

<sup>24</sup> O *Wagner Act* “concedeu aos trabalhadores o direito, ao abrigo da Secção 7, de formar sindicatos e obrigou os empregadores a negociarem coletivamente com sindicatos selecionados por uma maioria dos trabalhadores numa unidade de negociação adequada” (ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, 2023b, traduzido pelo autor)

acarretou o início do liberalismo embutido naquele país. O modelo teórico e analítico proposto por Blyth tem pontos fortes e limitações. Ao analisar o papel das ideias em uma Crise de Incerteza *Knighiana* o autor ressalta a importância das ideias de alguns atores-chave que, ao alcançarem importantes políticos, ou serem eles mesmos os políticos, tornaram-se leis e políticas públicas que causaram uma mudança institucional tanto nos E.U.A como na Suécia.

A partir deste esforço, tem-se que as ideias percorreram um caminho entre uma rede de atores, mas não foi analisada, como se propõe analisar aqui, a relação entre atores e instituição. Não foi o objetivo de Blyth explicar como os atores adquiriram ou desenvolveram estas ideias, nem tampouco, como se deu a relação dos mesmos com dinâmicas internas tanto do partido democrático dos Estados Unidos da América como do SAP da Suécia ou da Escola de Economia de Estocolmo.

Apesar de Blyth não ter explicado como os atores desenvolveram ou assimilaram ideias e não se aprofundar sobre como influenciaram os partidos ou o parlamento (limitando-se a falar sobre os momentos em que a influência ocorreu), a sua contribuição teórica e demonstração de como um conjunto de ideias contribuiu para mudanças institucionais, pode apontar caminhos para a análise que se dará a seguir. Os campos não respondidos pelo modelo proposto por Blyth podem ser respondidos a partir da contribuição de Wendt e/ou da combinação de ambos.

A contribuição de Wendt permite que se analise uma dinâmica interna do Exército. Aqui se compreende o Exército como uma instituição de nível interativo e intersubjetivo devido a seus rituais e tradições passados a seus membros a cada instante, ou seja, uma instituição formada pela *common knowledge*. Do universo de elementos da *common knowledge* que compõem o Exército (normas, regras, ideologias, entre outros), propõe-se as grades curriculares das Escolas de formação de oficial como elemento a ser estudado<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> O Exército, como visto a partir da descrição de Wendt (2003), enquadra-se na primeira categoria, ou seja, uma *common knowledge*. Embora não faça uso deste termo, Castro, cuja publicação da primeira edição da sua obra “O Espírito Militar *Um antropólogo na caserna*” data de 1990, também aponta para a relevância da interação e da educação na instituição, nas suas palavras: “Na academia o cadete vive um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar (...) através de manuais e apostilas o cadete adquire conhecimentos sem dúvida indispensáveis ao exercício da profissão, mas é na interação cotidiana com outros cadetes e com oficiais que ele aprende como é *ser militar*” (CASTRO, [1990] 2004, p. 15).

Ainda sobre ideias, instituição e educação, Hurd diz que “Formas intersubjetivas e institucionalizadas de ideias ‘não são redutíveis a mentes individuais’ (Wendt 1999, cap. 4; Legro 2005, 5). Jeffrey Legro (2005, 6) resume a compreensão construtivista das ideias: ‘as ideias não são tanto mentais como simbólicas e organizacionais; elas estão incorporados não apenas nos cérebros humanos, mas também nas memórias coletivas’, nos procedimentos governamentais, nos sistemas educacionais e na retórica da política.” (HURD, 2008, p. 301)

O estudo das grades curriculares entre 1810 e 1940<sup>26</sup>, permitirá que se verifique quais foram as noções de Defesa e de desenvolvimento inculcadas no oficialato e, em específico, nos oficiais aqui caracterizados como organizadores intelectuais, organizadores políticos e organizadores setoriais.

Outro aspecto analisado a partir do argumento de Wendt de que instituições mudam com choques exógenos (WENDT, 2003), é a mudança da instituição (Exército Brasileiro) em reação aos choques exógenos entre 1889-1964. Isto fundamenta que se estude a relação entre o Exército e a política brasileira e como esta relação moldou as ações da instituição e a forma dos organizadores intelectuais entenderem a Defesa e, com ela, o desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústria. Dito de outra forma, como os choques exógenos influenciaram a relação do Exército com a política e como esta relação interferiu no Exército e, por conseguinte, nas crenças (ideias) dos atores analisados.

A terceira análise, que tem por base as contribuições de Blyth (2002), permite que se compreenda como esta adaptação ao contexto e, com ela, às ideias desenvolvidas ao longo do tempo pelos organizadores intelectuais, alcançaram protagonismo na crise político-econômica de 1964 que, aqui se sugere, foi uma Crise de Incerteza *Knightsiana*. A Crise de Incerteza *Knightsiana* de 1964 reuniu vários elementos, além de uma reação a um conjunto de choques exógenos, que, como se verá a seguir, mudou a natureza da atuação política do Exército e contou com as ideias dos organizadores intelectuais.

Nesta pesquisa, além de se pôr em prática os modelos propostos por Wendt (2003) e Blyth (2002), pretende-se contribuir para o *framework* teórico proposto por Blyth, isto porque o autor fala das ideias propostas por atores, mas não fala da sua formação, nem tampouco se aprofunda sobre o conteúdo das ideias *per se*. Blyth limita-se a explicar que membros de partidos políticos ou acadêmicos tinham ideias que viriam a ser caracterizadas como liberalismo embutido (*embedded liberalism*) e que influenciaram o governo para aplicar determinadas políticas públicas. Este movimento não é estranho ao caso estudado; porém, uma vez explicados o contexto, os choques exógenos e a Crise de Incerteza *Knightsiana*, busca-se compreender dois pontos: Quais foram as ideias do

---

<sup>26</sup> Entre o ano de 1810 (primeiro ano em que foi possível o acesso às grades curriculares) e 1940 (ano em que o organizador setorial mais jovem, o ministro dos transportes Mario Andreazza, concluiu o seu curso na EMR).

Exército, inculcadas, a partir das grades curriculares, nos organizadores (políticos, intelectuais e setoriais) e, também, quais foram as ideias dos organizadores intelectuais.

A principal diferença entre este estudo e o de Blyth diz respeito ao tema analisado. O foco do autor são crises econômicas e suas respectivas soluções a partir das ideias de atores-chave. Nesta tese estuda-se crises políticas, especialmente a de 1964 e suas respectivas “soluções” a partir das ideias dos organizadores intelectuais que exerceram influência sobre o Exército e os organizadores políticos. Apesar desta diferença, o modelo proposto pelo autor não se restringe somente a questões econômicas, mas foi neste tema que Blyth encontrou um caso que permitiu o teste de seu modelo. Ademais, como visto, a sua análise se dá em relação à interação entre ideias econômicas e o meio político. Nesta tese estuda-se a interação entre ideias de Defesa e desenvolvimento e o meio político brasileiro.

Nas próximas seções compreender-se-á quais foram os choques exógenos e o contexto político que antecederam e propiciaram o que aqui se propõe chamar da Crise de Incerteza *Knightsiana* de 1964. Ao falar dos choques exógenos, Wendt limita-se a considerar como tal, eventos como o imperialismo cultural, revolução e invasão (WENDT, 2003). Destes eventos, é possível afirmar que dois causam impacto direto nas Forças Armadas, ou seja, uma invasão e uma revolução. Ao tomar por base estes dois tipos de choques exógenos, nesta pesquisa, considerou-se como choques exógenos, tentativas de revolução, guerras ou conflitos cujo alcance poderia impactar diretamente (com o emprego de militares) ou indiretamente (pressionando sobre a necessidade de armamentos, por exemplo) as Forças Armadas. As guerras e conflitos explicados a seguir, a partir de uma revisão histórica do período 1889-1964, foram os fenômenos que mais se aproximam dos termos “invasão” e “revolução” mencionados por Wendt. Os demais eventos explicados contribuem para a compreensão do contexto que caracteriza o período.

A análise das funções ou atuações dos organizadores intelectuais e a “resolução” da crise de 1964 será feita de maneira transversal nas próximas seções e capítulos. Alguns organizadores intelectuais que também tiveram importante atuação na política, aparecem nas próximas seções deste capítulo; foram eles o marechal Pedro Aurélio de Góes Monteiro e os generais Juarez do Nascimento Fernandes Távora e Golbery do Couto e Silva. No próximo capítulo, analisa-se as grades curriculares, estudadas como um aspecto da *common knowledge*, e, também, sintetiza-se as ideias dos atores encontradas em suas principais publicações, antes de 1964, sobre Geopolítica e Segurança Nacional.

A partir do que foi proposto nesta primeira parte deste capítulo, busca-se, nas demais partes, atender ao segundo objetivo específico desta tese, que é: “Compreender o papel do Exército na política entre 1889 (início da República) e 1964, início do Regime Militar.” Esta compreensão permitirá que se responda, consecutivamente: De que maneira as ideias de Defesa e desenvolvimento foram forjadas no Exército? Como os organizadores intelectuais, contribuíram para a formação e/ou disseminação dessas ideias?

## **2.2 Do *Floriano* à 1964, Contexto, Choques exógenos e a Crise de Incerteza Knightiana.**

O Exército vivenciou, entre 1889 e 1964, uma série de “choques exógenos”, ou seja, movimentos separatistas, projetos e investidas revolucionárias contra o Poder Central, bem como a ameaça de que se eclodissem no Brasil guerras civis. Nesta seção busca-se compreender o contexto político e histórico em que o Exército atuou e verificar estes choques exógenos que vieram a influenciar o comportamento e mudanças na instituição.

A história do Exército como ator político entre 1889 e 1964 é um assunto de amplitude ímpar. Para o seu estudo, foram selecionadas obras que têm por foco a relação do Exército com a política em diferentes momentos do período estudado. Frank MacCann em “Soldados da Pátria” (MCCANN, 2009) se propôs a estudar a instituição e seu papel político entre 1889 e 1937, Thomas Skidmore, em “Brasil de Getúlio a Castello” (SKIDMORE, 1988), ao analisar os diferentes elementos que desencadearam na ascensão dos militares ao poder em 1964, estuda o papel do Exército entre 1930 e 1964. Ronald Schneider, em “*The Political System of Brazil*” (SCHNEIDER, 1971), analisa o período 1889-1970 de forma mais ampla com foco para o período 1964-1970. Em “Os Militares na Política” (STEPAN, 1975), por fim, Alfred Stepan analisa como diferentes variáveis podem ter influenciado no comportamento político do Exército.

Sobre estas variáveis, Stepan encontrou que 10 generais chave na ascensão de Castello Branco, em 1964, tinham em comum em um grau de 60% ou mais, o fato de terem sido membros da FEB, ou alunos de escola militar no exterior, ou alunos da escola militar nos E.U.A, ou primeiro colocado de turma, ou egressos da ESG, ou membros do seu corpo permanente (STEPAN, 1975).

Ainda que com estudos distintos sobre o Exército Brasileiro, os autores concordam que havia, na instituição, uma descrença ou ceticismo de que a sociedade civil seria capaz de governar o Brasil. Isto, somado à sua incapacidade de controlar as Forças Armadas,

em especial o Exército, fez com que os militares fossem atuantes na política (STEPAN, 1975; SKIDMORE, 1988; MCCANN, 2009). Esta descrença se deu por motivos como o risco da desintegração do território nacional devido às diferentes ocasiões em que o Brasil viveu ou se viu próximo a viver uma guerra civil (STEPAN, 1975; SKIDMORE 1988; MCCANN, 2009), a emergência do comunismo no Brasil visto, pelos militares, como uma ameaça à segurança nacional e à democracia (SCHNEIDER, 1971, STEPAN, 1975; SKIDMORE, 1988; MCCANN, 2009), o fato de que as elites civis não deliberavam favoravelmente sobre temas de interesse aos militares dentre eles a modernização das Forças Armadas, principalmente no que se refere aos armamentos e ao desenvolvimento da indústria nacional, especificamente a metalúrgica (MCCAN, 2009; SKIDMORE, 1988).

Nas próximas seções busca-se explicar qual o contexto, entre 1889 e 1964, a partir do qual emergiram as ideias de Defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústria do Exército e de seus organizadores intelectuais.

### **2.2.1 Do *Florianismo* à Revolta do Contestado**

Sobre o engajamento do Exército na política, a primeira vertente, segundo Schneider (1971) e McCann (2009), do Período Republicano, que compreendia o Exército como tutelador da República e promotor do desenvolvimento nacional, chama-se *Florianismo*, termo usado por ambos os autores em alusão ao segundo Presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), que sucedeu ao Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Segundo McCann (2009), a República, para Floriano, “era a incorporação de novas técnicas de governo a serem impostas energicamente ao Brasil. Ele preconizava uma presidência forte, se não ditatorial, e parecia favorável aos interesses da classe média” (MCCANN, 2009, p.60). Schneider sugere uma continuidade do *Florianismo* ao longo do século XX, quando diz que:

essa corrente intervencionista deixou seu impacto na geração militar nascida após a implantação da República. Assim, se os acontecimentos anteriores a 1910 eram apenas lembranças tênues dos oficiais superiores do início da década de 1960, o mesmo não acontecia com o governo Hermes da Fonseca e o período da Primeira Guerra Mundial. Salvo raras exceções, os generais da era pós-Vargas eram já cadetes nesta altura, matriculados no Colégio Militar, se já não estivessem na Escola Militar (SCHNEIDER, 1971, p.41, traduzido pelo autor).

Saes define o Florianismo como um “fenômeno político-militar de cunho nacionalista, autoritário e progressista” (SAES, 2005, p.14). Àquela época, segundo Saes, o progressismo:

defendia a abolição da escravidão, uma política de incentivo à imigração europeia, o serviço militar obrigatório, o crédito liberal e tarifas protecionistas para a indústria, e a implantação de uma infraestrutura para o território brasileiro (construção de ferrovias, estradas e linhas telegráficas no interior do país e nas áreas de fronteira) (SAES,2005, p.23).

Portanto, identifica-se que o Florianismo é a primeira vertente do período Republicano que combinava nacionalismo, autoritarismo, ceticismo quanto à capacidade das elites civis de governarem o país e um olhar voltado à necessidade de implementação de várias políticas públicas, dentre elas, aquelas voltadas ao desenvolvimento da indústria (SCHNEIDER, 1971; SAES, 2005; MCCANN, 2009) e de uma infraestrutura de transportes (SAES, 2005).

O mandato de Floriano foi marcado por uma violenta revolta no Rio Grande do Sul que reverberou para Santa Catarina e o Paraná, a Revolução Federalista (ABREU, 2023)<sup>27</sup>, e uma revolta da marinha, a Revolta da Armada. A Revolução Federalista (1893-1895) tinha contornos de uma guerra civil (ABREU, 2023) e se deu pela disputa pelo poder, no Rio Grande do Sul, entre “liberais ex-monarquistas, liderados por Gaspar da Silveira Martins e concentrados no novo Partido Federalista, contra os republicanos de Júlio de Castilhos” (MCCANN, 2009, p. 51). Tanto Deodoro como Floriano apoiaram Castilhos política e militarmente.

McCann (2009) explica que a Revolta da Armada (1893), uma das causas da renúncia de Deodoro, refletia o descontentamento de setores da marinha que se sentiam desprestigiados com a emergente República e que fizeram, da dissolução do congresso por Deodoro e do veto à reeleição por Floriano, um motivo para rebelar-se. Segundo o autor “O almirante Mello [líder dos revoltosos] justificou sua rebelião alegando estar defendendo a Constituição e o governo civil contra o militarismo” (MCCANN, 2009, p. 56).

---

<sup>27</sup> Ao ler diferentes estudiosos deste evento, Alzira Alves de Abreu (2023) explica que a Revolução Federalista tinha mais contornos de uma guerra civil e se deu, principalmente, pela disputa entre diferentes blocos da elite política do Rio Grande do Sul.

A revolta terminou, explica McCann (2009), com a intermediação da Marinha dos E.U.A que convenceu os rebelados a deporem as armas. Em contrapartida, Floriano convocaria eleições e renunciaria. A eleição de Prudente de Moraes (da elite agrária) em 1894 pacificou os ânimos entre Exército e Marinha e sua gestão conseguiu colocar um fim à Revolução Federalista. O presidente tinha a intenção de diminuir o peso político do Exército e tinha o apoio de uma ala, chamada por McCann, de profissionais apolíticos, ou seja, “politicamente conservadores, livres de cuidados com as realidades sociais do país e não muito preocupados com a questão de o Brasil ser uma monarquia constitucional ou uma República parlamentar ou presidencial” (MCCANN, 2009, p. 62). Os oficiais florianistas, continua o autor, rejeitavam tamanha despreocupação.

Os presidentes Prudente de Moraes (1894 – 1898) e Campos Sales (1898-1902) também tiveram que suprimir revoltas internas (MCCANN, 2009). Durante o governo de Moraes, a que mais se destaca foi a Guerra de Canudos (1896-1897) no sertão da Bahia. A revolta de cunho político e religioso derrotou três expedições do Exército que suprimiu os revoltosos somente com a quarta expedição. O presidente Sales tivera de enfrentar a Revolta da Vacina (1904), na cidade do Rio de Janeiro, que se deu quando parte expressiva da população protestou contra a obrigatoriedade de se vacinar contra a varíola (MCCANN, 2009).

Neste período, o *Florianismo* e sua visão nacionalista, tuteladora da República, finca-se na Escola da Praia Vermelha (EPV), que, em 1895, 1897 e 1904 foi palco de revoltas e desobediências dos cadetes contra seus comandantes. Durante a primeira revolta, os estudantes “vaiaram o comandante e o governo e deram vivas a Floriano” (MCCANN, 2009, p. 61). O general e comandante da Escola, Joaquim Mendes Ourique Jacques tinha um forte posicionamento anti-florianista (MCCANN, 2009).

A Revolta de 1904 que teve por estopim a Revolta da Vacina foi um forte sinal do ceticismo de alguns militares quanto à capacidade das elites civis de governarem o Brasil, McCann a sintetiza desta maneira:

Suprimida a revolta militar, a violência nas ruas durou apenas mais um dia. Longe de ser uma rebelião quixotesca contra a vacinação compulsória, o levante de 1904 visava, nas palavras do conspirador coronel Inocêncio Serzedelo Correia, à “completa renovação da nação” por meio da “destruição da presente ordem e da completa mudança do cenário político”. Seu propósito era a destruição da oligarquia que recuperara o controle durante o tumulto da década de 1890 e se mantinha no poder pelo sistema da “política dos governadores”. Segundo Robert G. Nachman, esse foi “o primeiro sinal de oposição unida ao controle



oligárquico do Brasil republicano”. “Como protesto contra esse controle, o episódio foi parte de uma série de comoções que levariam, através do movimento salvacionista e da revolta do Contestado na década seguinte e das revoltas tenentistas de década de 1920, à Revolução de 1930” (2009, p. 136)

Estes eventos revelam uma dimensão geopolítica da preocupação militar, o Exército pensava o Brasil de acordo com a sua geografia e, ciente de processos externos ao país, ou fronteiriços, tentava se adaptar a esta dinâmica. Estas preocupações, porém, estavam em dissonância com as ambições da elite agrário-exportadora que governava o país, uma situação sintetizada por McCann da seguinte maneira:

A oligarquia reagiu à tormenta apregoando que o melhor para o Brasil era manter seu status e limitar o desenvolvimento da indústria e infra-estrutura nacional ao que fosse necessário para atender às necessidades da economia agrícola.

Na sociedade moldada por essa economia, as elites viam a maioria da população tão-somente como fonte de trabalho barato para a agricultura. Seu interesse pela imigração advinha, sobretudo, do objetivo de assegurar a abundância e o baixo custo da mão-de-obra, mas também, em segundo lugar, do desejo de “embranquecer” a população. E essas elites continuaram a não demonstrar interesse pelo ensino público. Os vários planos de reforma militar que serão mencionados adiante seriam frustrados pela visão limitada das oligarquias estaduais, o que, como se verá em capítulos posteriores, acabou transformando os oficiais mais impacientes de reformistas em revolucionários (MCCANN, 2009, p.104)

Durante a década de 1910, de acordo com McCann, identifica-se três tipos de oficiais, os apolíticos, sobre os quais já se falou acima, os reformistas (que tornar-se-iam revolucionários) e os políticos. A categoria dos oficiais políticos desta seção não deve ser confundida com a categoria dos organizadores políticos que esta pesquisa analisa. Todavia, é importante falar desta categoria que se destaca na década de 1910 porque ela ilustra o estado de instabilidade e diversidade de perspectivas que vigorava na força, bem como os anseios de interferência na política.

Nesta década foi eleito à presidência o Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca. Ainda que oriundo do Exército, a ascensão de Hermes não foi um projeto da instituição Exército *per se* de envolvimento na política, mas sim um desdobramento de desacordos entre oligarquias regionais (MCCANN, 2009). A sua presidência foi marcada por dois eventos desestabilizadores, uma revolta da marinha, de menor gravidade, e a Revolta do Contestado (1912-1916). Além disso,

destaca-se o envolvimento de uma série de militares nas políticas estaduais, movimento este, chamado por McCann de salvacionista, sintetizado da seguinte forma:

Em fins de 1911 e início de 1912, época de eleições para governos estaduais, Hermes estava tentando cumprir seus compromissos. Há razões para supor que ele nem sempre foi ávido por usar o Exército como instrumento político. Em 1910, mesmo antes de Hermes assumir a presidência, alguns oficiais haviam-se juntado a políticos civis para forçar mudanças no controle político no Amazonas e no Rio de Janeiro. Agora o governo de Hermes apoiava os oposicionistas em Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Pará, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, com a condição de que escolhessem os candidatos, em sua maioria oficiais militares, que ele aprovasse. Em Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia, parentes de Hermes estavam no páreo. O desordenado processo de substituir uma aliança oligárquica por outra frequentemente envolveu o emprego direto da força militar. Em alguns casos o choque entre as Forças Armadas e as oligarquias estaduais foi claramente delineado; em outros, foi confuso. O governo Hermes efetivamente patrocinou golpes contra governos estaduais. No caso de Pernambuco, tropas federais juntaram-se à oposição e a populares no ataque ao quartel da polícia estadual, causando tamanha desordem que o governador teve de renunciar em favor do general Emigdio Dantas Barreto, ministro da guerra (MCCANN, 2009, p. 160)

O movimento salvacionista, explica McCann, atinge seu ápice e conseqüente recuo quando Hermes da Fonseca vê-se na iminência de causar uma guerra civil ao tentar interferir em dois estados, São Paulo e Rio Grande do Sul, que ameaçaram responder às investidas do presidente e de seu ministro da Guerra, Mena Barreto, com o uso da força. Isto provocou, como explica McCann (2009), o recuo de ambos, a demissão de Mena Barreto e a aposentadoria de uma série de oficiais engajados nas políticas estaduais. Minas Gerais também reagiu com veemência a esta investida e, talvez, o caso mais peculiar deste movimento tenha ocorrido no Ceará.

As querelas<sup>28</sup> que ocorreram no Ceará e resultaram na direta participação do Exército na retirada e, depois, reabilitação de uma oligarquia naquele estado; embora tenha sido um dos últimos episódios do movimento salvacionista, revelou também uma cisão na força “entre os oficiais que defendiam o profissionalismo militar apolítico e os que viam

---

<sup>28</sup> Especificamente sobre o Ceará, McCann narra que o Exército, à princípio, viabilizou que o coronel Rabelo, antigo professor da desativada Escola Militar de Fortaleza, se tornasse governador do estado em antagonismo a duas forças políticas importantes, a família Accioly e o Padre Cícero. O confronto de Rabelo contra essas duas forças políticas fez do estado um terreno fértil a um confronto armado entre as partes, derrubou a popularidade de Rabelo e forçou o envolvimento do Exército que o demoveu do poder, reabilitou a família Accioly e consolidou o poder político do padre Cícero em Juazeiro (MCCANN, 2009).

o Exército como uma força política estabilizadora incumbida de manter a ordem social” (MCCANN, 2009, p. 170).

A Revolta do Contestado, similar à Canudos, foi mais um episódio das dificuldades do Poder Central em governar o território e atender às demandas populares. A princípio, a revolta popular teve por estopim a morte de uma liderança espiritual da região, o beato José Maria pela polícia militar do Paraná. McCann explica, todavia, que a revolta se deu por uma série de problemas, dentre eles o abandono de funcionários de diferentes Estados que foram ao Contestado trabalhar na construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, a interrupção das ações assistencialistas da liderança e elite local e, por fim, a disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina pela região. Em seu auge, o movimento “controlava cerca de 26 mil quilômetros quadrados, área aproximada de Alagoas, ou 0,3% do território brasileiro. Nos redutos havia por volta de 20 mil pessoas no total, das quais mais de 8 mil eram homens combatentes” (MCCANN, 2009, p. 183-184).

O agravamento da crise obrigou que fossem enviadas expedições militares para a repressão dos revoltosos; os problemas referentes à incapacidade das lideranças civis (locais e estaduais) em assistirem à população e resolverem os conflitos, tornava inevitável que alguns oficiais viessem a se preocupar com a governança do país. Fato verificado por McCann ao estudar a revista *A Defesa Nacional*. Sobre isto o autor escreve que:

O episódio do Contestado certamente interessou aos reformistas, que publicaram artigos em *A Defesa Nacional* durante a campanha e posteriormente, além de angariar fundos para ajudar as famílias dos que haviam sido mortos em ação. Além disso, uma das clarinadas na revista – que a maioria dos oficiais deixasse de lado sua criminosa, “impatriótica indiferença” e “inércia perniciosa” e participasse da reconstrução da máquina de guerra brasileira – foi escrita por um veterano do Contestado, o segundo-tenente Mário Travassos.

E agosto de 1917, os editores resumiram o relatório do general Setembrino e comentaram que a “perda de vidas preciosas” resultara da velha falta de previsão e de ação decisiva. A atabalhoada montagem de uma força expedicionária a partir de unidades díspares do Exército lançara uma precária “organização de tropas irregulares” em “uma luta sem glórias e de desprestígio para as nossas armas”. Os editores fizeram uma crítica severa à República: “Que foi o Contestado senão a ausência de normas políticas elevadas, o abandono de milhares de brasileiros, até hoje segregados de vias de comunicação fáceis, pela falta de energia e pela pobreza de iniciativa que, infelizmente, tem caracterizado as administrações em geral desde os tempos da monarquia? E alertaram: Aos nossos chefes militares, especialmente [...] a lição do Contestado não deverá impressionar

tão-somente pelo lado técnico [...] ela revelará que a passividade com que o Exército vai recebendo todas as medidas mal inspiradas de origem política ou de caráter puramente administrativos, só lhe acarretará prejuízos morais e as mais funestas consequências ao país que não tem confiança no seu Exército (MCCANN, 2009, p. 212)

Embora não diretamente ligados, tanto o movimento salvacionista como a Revolta do Contestado, revelam dificuldades do Exército em duas frentes. A primeira é de ser ou não ser um ator político e, caso o fosse, como ser este ator. A segunda é de controlar o território nacional e suprimir com sucesso movimentos populares violentos que questionassem à ordem vigente. O caso do Contestado, argumenta-se nesta tese, fora mais grave do que Canudos pois a própria presidência era comandada por um militar o que poderia facilitar as ações pacificadoras.

É neste contexto de instabilidade e preocupação dos militares sobre os rumos da política e da capacidade do Estado manter-se coeso que, internamente, o Exército vive dois eventos importantes. O primeiro é a abertura da EMR, o segundo a criação da revista A Defesa Nacional (ambas fundadas em 1913) reduto dos oficiais reformistas (MCCANN, 2009).

Os achados de MacCann na revista ilustram como que as noções de Defesa vão se tornando indissociáveis de noções políticas próprias da Força. Ainda que houvesse outras revistas organizadas por militares na época, a revista A Defesa Nacional (ADN), destaca-se como um dos primeiros esforços dos oficiais em vocalizar e sistematizar o pensamento sobre um variado leque de problemas tanto da força como do país (MACCANN, 2009; LUNA, 2023). Os editoriais da ADN são, portanto, a primeira fonte primária analisada neste estudo no próximo capítulo.

A explicação do contexto acima, que segue na próxima seção, destacou uma série de choques exógenos que podem ter tido impacto no Exército. Os choques exógenos, como argumentando por Wendt (2003), são um dos elementos que podem causar mudanças na estrutura. Se em 1913, com a fundação da ADN, tem início um esforço sistemático por parte de oficiais que fizeram intercâmbio na Prússia (os Jovens Turcos<sup>29</sup>) e, inspirados naquele Estado, propuseram todo um rol de ideias ao Exército e ao Estado Brasileiro para

---

<sup>29</sup> O termo Jovens Turcos “fazia alusão a oficiais turcos que haviam realizado estágio análogo no Exército alemão e, que, ao retornar a seu país, se engajaram em um movimento de oposição ao sultanato que acabou por resultar na Proclamação da República em 1923, sob a liderança do militar Mustafá Kemal” (LUNA, p.02, 2023)

que sanasse os problemas acima descritos; em 1920, vê-se o surgimento de um movimento político/subversivo de dentro do Exército que, embora não tenha tido a participação dos redatores da revista, torna-se uma expressão política de muitos dos anseios escritos nos editoriais, trata-se do tenentismo (MCCANN, 2009).

O breve relato sobre o tenentismo se faz importante porque, assim como a ADN, o movimento também tinha entre seus membros oficiais que depois se tornaram organizadores intelectuais, aspecto analisado no terceiro capítulo.

### **2.2.2 O Tenentismo**

Na década de 1920, diferentemente das décadas anteriores, não houve grandes conflitos regionais de origem popular. Todavia, ao final desta década, houve o risco de uma guerra civil nacional que desencadeou na intervenção direta do Exército e da Marinha no sistema político brasileiro. Afora este choque exógeno, o Exército sofreu sérias instabilidades internas devido à emergência de um movimento subversivo, o tenentismo, que ultrapassou os limites da Escola Militar do Realengo onde eclodiu.

Foram 3 os levantes tenentistas. O primeiro em 1922, o segundo em 1924 e o terceiro em 1926 (FORJAZ, 2022). Segundo Schneider, o movimento foi a expressão política do descontentamento de uma “minoría significativa que questionava o papel militar institucional de apoio à ordem estabelecida” (SCHNEIDER, 1971, p. 47, traduzido pelo autor). Os futuros tenentes, quando alunos da EMR, estudavam e lamentavam um Brasil “carregado de problemas, sob o peso da crise e nas mãos de políticos ineptos e sem escrúpulos, instrumentos das oligarquias” (SCHNEIDER, 1971, p. 45, traduzido pelo autor).

O primeiro levante, em 1922, contava com o apoio do antigo presidente, Hermes da Fonseca e se deu pela insatisfação de setores do Exército, principalmente de cadetes, com a eleição de Artur Bernardes (1922-1926). As insurreições de 1922 ocorreram na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo, e no forte de Copacabana “cuja ocupação terminou, a 5 de julho de 1922, na legendária marcha dos 18 do Forte, da qual participaram os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos, e na qual morreram os tenentes Newton Prado e Mário Carpenter” (FORJAZ, 2022).

Já os levantes de 1924, que ocorreram em São Paulo<sup>30</sup>, Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul tinham uma agenda política centrada nos seguintes pontos:

voto secreto, combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral, verdadeira representação política, liberdade de imprensa e pensamento, limitação das atribuições do Poder Executivo e restabelecimento do equilíbrio entre os três poderes, ampliação da autonomia do Poder Judiciário, moralização do Poder Legislativo, centralização do Estado e correção dos excessos da descentralização federativa (FORJAZ, 2022)

Um importante desdobramento destes levantes foi o surgimento da Coluna Miguel Costa-Prestes (1925-1927), liderada pelos tenentes Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. A Coluna se formou em 1925 quando grupos diferentes de tenentes, reprimidos em São Paulo e no Rio Grande do Sul se uniram e marcharam por 11 estados, travando batalhas contra as polícias locais, coronéis e jagunços. O seu objetivo era o de:

propagar seu ideário político e incentivar a eclosão de novos movimentos revolucionários que solapassem gradativamente o regime oligárquico vigente. De início não tencionavam atacar diretamente o poder central, mas criar condições para expandir e nacionalizar a revolução. (FORJAZ, 2022).

A liderança do movimento não tivera sucesso em sua tentativa de nacionalização da revolução e a Coluna se dissolveu em 1927. Em 1926, no Rio Grande do Sul, ocorreu o último levante tenentista<sup>31</sup>.

### **2.2.3 A Era Vargas (1930-1945)**

Concomitantemente ao tenentismo, o regime republicano sofria sérias instabilidades em sua cúpula (FORJAZ, 2022; MCCANN, 2009; SKIDMORE, 1988). O acordo tácito de alternância de poder na Presidência entre indicados da elite mineira (Partido Republicano Mineiro - PRM) e indicados da elite paulista (Partido Republicano Paulista - PRP) funcionou até a eleição e vitória de Washington Luís (PRP) para a presidência em

---

<sup>30</sup> A ocupação da cidade de São Paulo pelos tenentes também é chamada de Revolta Paulista de 1924 e teve entre seus líderes o general reformado Isidoro Dias Lopes e os tenentes e irmãos Juarez e Joaquim Távora. O último faleceu durante a Revolta (MCCANN, 2009).

<sup>31</sup> Sobre a reincorporação dos tenentes, McCann diz que: “Um dos objetivos dos tenentes na Revolução de 30 fora a anistia geral e a reincorporação de todos os oficiais e estudantes da escola militar expulsos durante a década de 1920, e conseguiram concretizá-lo usando sua influência junto a Vargas e Leite de Castro. Disso resultou que 508 estudantes exonerados, depois de uma década de vida civil, foram readmitidos, passaram por um curso de um ano e foram feitos primeiros-tenentes – o posto que teriam se não houvessem sido expulsos” (MCCANN, 2009, p. 394). José Fernandes Leite de Castro foi um general-de-brigada e ministro da Guerra entre 24 de outubro de 1930 e 28 de junho de 1932.

1926. Washington Luís foi empossado em novembro de 1926 e destituído em 24 de outubro de 1930 (SKIDMORE, 1988; FORJAZ, 2022)

Em 1929 a elite paulista rompe, *de facto*, o acordo e apoia a eleição de Júlio Prestes que saiu vitorioso. Insatisfeito com este movimento, o núcleo mineiro vinha costurando uma aliança com oligarquias dissidentes, principalmente a gaúcha, desde 1927 (SKIDMORE, 1988; FORJAZ, 2022). A união dessas oligarquias se concentra na Aliança Liberal que coopta também remanescentes do tenentismo e, em 1930, com a derrota de seu candidato à presidência e de alguns outros ao congresso, opta pela luta armada. O estopim para que esta se tornasse a opção definitiva se deu com o assassinato de João Pessoa, candidato à vice-presidência na chapa apoiada pela elite mineira que tinha Getúlio Vargas como candidato ao cargo. Ainda que o assassinato de João Pessoa tenha ocorrido devido a contendas pessoais e da política local, este evento foi usado como álibi para que Vargas liderasse um movimento armado, a partir do Rio Grande do Sul, para assumir como presidente.

Skidmore (1988) relata que, temerosos de uma guerra civil, os oficiais dissidentes ao regime, optaram por apoiar Vargas. Em suas palavras:

Com os militares a seu favor, o presidente Washington Luís teria imposto seu novo presidente, como no passado, em 1910 e 1922, contra os severos protestos da oposição. Mas à medida que os rebeldes marchavam para o Rio de Janeiro, vindos do sul (Rio Grande do Sul), do norte (Paraíba) e do oeste (Minas Gerais), Washington Luís ia se enfraquecendo, a ponto de perder o comando militar do governo.

O presidente em exercício havia recebido do seu Ministro da Guerra, General Sezefredo dos Passos, a certeza de que poderia contar com as Forças Armadas para apoiá-lo contra os rebeldes. Mas muitos generais de patente mais elevada, servindo no Rio, alarmaram-se com a perspectiva de uma guerra civil contra o que, agora, era uma formidável oposição armada nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O líder dos oficiais dissidentes, chefe do Estado-Maior do Exército, General Tasso Fragoso, esclareceu posteriormente as suas apreensões: “Parecia que uma faísca elétrica havia atravessado a atmosfera política”. E responsabilizou o presidente “pelo estado de inquietação e desconfiança em que nos encontrávamos. Infelizmente êle enveredara por caminho escabroso e já causara grandes males ao país”. Quanto a Washington Luís: “Ninguém desejava que seu filho vestisse uma farda e fosse morrer na linha de frente por um homem tão francamente divorciado dos interesses coletivos” (SKIDMORE, 1988, p. 24)

A Revolução de 1930 é um importante marcador para este estudo e a história do Exército porque é a primeira vez, no período Republicano, que os militares interferem na

política para resolver o que aqui se considera mais um choque exógeno, ou seja, os impasses políticos das elites civis que preambulavam uma guerra civil. Desta vez, a guerra civil não seria somente local, como foi em Canudos, no Contestado, ou regional como foi durante a Revolução Federalista, mas nacional devido a quantidade de estados envolvidos e dispostos a combater. A interferência dos militares na política em 1930 buscou evitar o conflito (STEPAN, 1975; SKIDMORE, 1988; MCCANN, 2009).

A passagem de Skidmore e o esforço de síntese acima demonstram, também, que havia uma grande insatisfação dos oficiais com a política. Os tenentes foram a expressão subversiva/revolucionária desta insatisfação, porém, haja vista o relato de Tasso Fragoso, até mesmo parte da alta hierarquia militar optou pela via intervencionista. O presidente Washington Luís foi deposto em 24 de outubro de 1930 pelas lideranças do Exército e da Marinha que, antes de passarem o poder a Vargas, governaram o país entre 24 de outubro de 1930 e 3 de novembro do mesmo ano. Os generais Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaias de Noronha compuseram a Junta Governativa Provisória de 1930 (SKIDMORE, 1988; MCCANN, 2009).

Durante o Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945), período conhecido como a Era Vargas (1930-1945), ressaltam-se alguns pontos importantes como a ação dos militares no próprio governo e os choques exógenos. Quanto ao primeiro ponto, MacCann (2009) fala da criação de um pacto secreto em 1932:

Naquele mesmo mês [02/1932], dando forma a seus sonhos de reformar o Exército, Goés Monteiro compilou uma lista de propostas com colegas revolucionários, o capitão Alcides Gonçalves Etchegoyen e o primeiro-tenente Jurandir da Bizarria Mamede. Outros dezenove oficiais juntaram-se a eles e assinaram o que denominaram um “pacto secreto” de trabalhar pelas reformas pretendidas. O documento declarava que, enquanto o governo revolucionário estava reorganizando o país, as Forças Armadas deviam garantir a sobrevivência do regime. Enquanto não fosse redigida uma Constituição (não se especificava o prazo) Vargas necessitava do apoio inequívoco dos militares e o merecia. Os signatários identificaram três porta-vozes militares regionais: Goés Monteiro para o Sul, Leite de Castro para os estados centrais e Juarez Távora para o Norte. Buscariam as opiniões dos oficiais revolucionários e as transmitiriam para Vargas. O documento aconselhava que se nomeassem comandantes favoráveis à revolução em cada nível, e afirmava que os que não se haviam comprometido com a revolução deviam ser expurgados ou, no mínimo, designados para servir em locais onde não pudessem causar dano algum. (MCCANN, 2009, p. 391)



O “pacto secreto”, todavia, não era sinal de consenso no Exército e a Revolução Constitucionalista de 1932 foi sinal disto. Nota-se que a menção a oficiais revolucionários acima diz respeito àqueles que apoiavam a ascensão de Vargas em 1930 e não àqueles que apoiaram a Revolução Constitucionalista de 1932.

Insatisfeitos com o interventor de São Paulo, o tenente (do movimento tenentista) João Alberto Lins de Barros, a elite paulista concentrada em dois partidos, o PRP e o PD (Partido Democrático), solicitou a sua deposição e instauração de um paulista; Lins de Barros era pernambucano. O PD, que apoiou a Revolução de 30, considerava-se traído por Vargas e o PRP era um rival natural já que era o partido do presidente deposto Washington Luís (MCCANN, 2009)

Como interventor, Lins de Barros controlava a política clientelística da região, tendo o poder de fazer “nomeações para os cargos de chefia nos municípios e nas várias repartições do governo” (MCCANN, 2009, p. 391). A sua política social e econômica, também descontentava as lideranças locais. Barros permitiu que o PCB (Partido Comunista Brasileiro) organizasse comício, ordenou que o Banco do Estado dividisse algumas fazendas e formou uma comissão para estudar a questão trabalhista no estado que concentrava a maior quantidade de indústrias do país (MCCANN, 2009).

A reação a Barros, assim como a Revolta de Canudos e a Revolta do Contestado, revela a rejeição regional ao governo central; a diferença é que desta vez o descontentamento veio das elites e não das classes populares. A Revolução Constitucionalista, segundo McCann, foi a última grande revolta regional do período 1889-1937. O governo de Barros, amplamente apoiado por Vargas que o pôs como interventor, caiu em meio a uma resposta armada da elite paulista descontente. Sobre este descontentamento, McCann escreve que:

A insistência de João Alberto para que negociassem com seus operários levou industriais a fechar suas fábricas em meados de 1931. Greves, lockouts e violência nas ruas compuseram o pano de fundo para o desenrolar dos acontecimentos políticos e militares.

O clamor da elite paulista para que se substituísse João Alberto por um civil natural do estado e sua reivindicação de uma convenção constitucional talvez resultassem mais do desejo de proteger os próprios interesses do que de insatisfação com as origens do interventor ou de comprometimento dessa elite com o governo constitucional, e menos ainda com a democracia. Tal era a oposição daqueles homens à intervenção nacional nas políticas econômicas e sociais que estavam dispostos a começar uma guerra civil para recuperar o controle do estado. Em 17 de janeiro

de 1931, o PD lançou um manifesto rompendo com Vargas. (MCCANN, 2009, p. 398)

O presidente destituiu João Alberto Lins de Barros e nomeou, consecutivamente, outras três pessoas<sup>32</sup> que não conseguiram se manter no poder. Em fevereiro de 1931, Vargas assina uma lei federal que propõe eleições para uma nova constituinte, mas isto também não arrefece os ânimos em São Paulo. Em 9 de julho de 1932, o setor da elite paulista que antagonizava com Vargas e uma série de militares, dá início à rebelião armada. Após meses de confronto e o aprisionamento de instigadores da revolta como o à época presidente de Minas Gerais e ex-presidente do Brasil, Prudente de Moraes, e, também, o presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, a rebelião termina. As reivindicações paulistas de autonomia foram atendidas e a Assembleia Constituinte foi realizada em 1934.

Deste conflito civil, destaca-se uma vulnerabilidade operacional percebida pelo Alto-Comando do Exército (ACE), McCann diz que:

Uma nova onda de reorganização e rearmamento marcou os anos seguintes, juntamente com a convicção de que a dependência de fontes estrangeiras para armas e munições tinha de acabar. O Brasil precisava ter sua própria indústria bélica, e os esforços para cri-la gerariam uma aliança mais firme entre Vargas e os militares, além de afetar o rumo que as relações exteriores do Brasil tomariam até a eclosão da segunda guerra mundial. (2009, p.420)

Na Assembleia Constituinte de 1934 tanto os liberais, da Aliança Liberal, como os tenentes, conseguem vitórias. Os tenentes, especificamente, “podiam se apoiar na asserção constitucional de uma nova responsabilidade do governo nas áreas do dirigismo econômico e da previdência social, principalmente como estava formulada nos dispositivos da Ordem Econômica e Social” (SKIDMORE, 1988, p.40). Com a nova Assembleia, Vargas foi eleito, por voto indireto, para novo mandato presidencial, que deveria durar até 1938.

Apesar da tentativa de retorno ao regime democrático, o Estado-Novo emerge em 1937, devido a três principais motivos: A ambição de Vargas de permanecer no poder, o apoio dos militares e à profunda desconfiança das lideranças políticas, e dos militares,

---

<sup>32</sup> A exoneração de Lins de Barros levou ao empossamento do desembargador do Tribunal de Justiça Paulista Lauro Ferreira Camargo que renuncia três meses depois de ascender ao poder. Em seguida, Vargas indica o coronel Manuel Rabelo que permaneceu menos de quatro meses no cargo e foi substituído pelo ex-ministro da agricultura do governo de Hermes da Fonseca, Pedro de Toledo. (RIBEIRO, 2012)

frente ao fortalecimento do Partido Comunista do Brasil e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) (SKIDMORE, 1988; MCCAN, 2009). A ANL foi posta na ilegalidade em julho de 1935 e, junto ao partido, em novembro daquele ano, tenta dar um golpe de estado. O movimento chamado de Intentona Comunista e aqui compreendido como um choque exógeno, foi mais expressivo nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. O Exército suprimiu com facilidade e o PCB somente retornou à legalidade em 23 de maio de 1945.

A rivalidade do Exército contra o comunismo, consolidada na década de 1930, é um outro *front* da instituição que já tinha as suas ressalvas quanto à capacidade das oligarquias de governarem o país. Sobre esta rivalidade, Skidmore a descreve da seguinte forma:

O comando do Exército vinha planejando uma solução autocrática para a crise brasileira desde a revolta comunista de novembro de 1935. Os militares superiores estavam céticos quanto à capacidade do Brasil para suportar a confusa indecisão da competição política aberta, e estavam assustados com a perspectiva de maiores progressos por parte dos radicais de esquerda – os quais, se chegassem ao poder, poderiam afastar as Forças Armadas da posição de árbitros finais dos conflitos políticos (SKIDMORE, 1988, p. 51)

A pressão do Exército e a Intentona Comunista fez com que o Congresso concedesse mais poderes ao presidente Vargas que, entre novembro de 1935 e junho de 1937, governou no regime de estado de sítio. Quando, em junho de 1937, não lhe é concedida a renovação do estado de sítio, o presidente se organizou para um golpe com o apoio dos militares. Sobre este apoio, Skidmore (1988) conta que:

Em dezembro de 1936, o general Eurico Dutra tornou-se Ministro da Guerra, assegurando o apoio militar aos desígnios totalitários. Em julho de 1937, o General Goés Monteiro, persistente defensor de um regime mais centralizado e mais autoritário, foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército, fortalecendo ainda mais o braço de Vargas. Nos dois anos seguintes à revolta comunista de 1935, Góes Monteiro, a *eminense grise* militar de Vargas, tinha levado a cabo o seu próprio plano de neutralizar os Estados cuja liderança política havia entrado em oposição ao governo federal: Bahia (Juraci Magalhães), Pernambuco (Lima Cavalcanti), Rio Grande do Sul (Flôres da Cunha) e São Paulo (os partidários de Sales Oliveira). Para Góes Monteiro e Dutra, o objetivo era um “Exército forte dentro de um Estado Forte”. Os esforços de ambos para dar ao Exército nacional o monopólio da força militar coincidiam com os planos de Vargas de uma ditadura pessoal (1988, p.47).

Logo, a ditadura do Estado Novo (SKIDMORE, 1988), não pode ser considerada um choque exógeno ao Exército. Todavia, ela ilustra o interesse de oficiais da instituição, que ocupavam posições de poder, de apoiarem governos fortes que lhes desse a oportunidade de implementar reformas que julgavam importantes como a industrialização do país (SKIDMORE, 1988) e a obtenção/formação de “armas, equipamentos e homens necessários à construção de um exército moderno.” (MCCANN, 2009, p. 458)

No que diz respeito aos choques exógenos internacionais, ou seja, a guerras que poderiam impactar direta ou indiretamente o exército, durante a Era Vargas, pode-se citar duas guerras na América do Sul e a Segunda Guerra Mundial. A primeira guerra foi a guerra entre Peru e Colômbia, conhecida por Guerra Colômbia-Peru (09/1932-05/1933). A guerra foi uma disputa entre os dois países pela região do município de Letícia, na Colômbia, que faz fronteira com o município de Tabatinga no estado do Amazonas.

A segunda guerra, a Guerra do Chaco (1932-1935), foi um confronto entre o Paraguai (apoiado pela Argentina) e a Bolívia pela região do Chaco. O Paraguai saiu vencedor e motivou a preocupação do governo Vargas, especialmente na região do Mato-Grosso. Por fim, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi o último importante choque exógeno deste período. O governo Vargas manteve uma equidistância pragmática entre os dois lados antagônicos e negociou o seu apoio em troca de “créditos para a construção de uma siderúrgica e pelo reequipamento de suas forças armadas” (SVARTMAN, 2014, p. 86).

O fim do Estado-Novo ilustra como o Exército se tornou, ao longo da Era Vargas, um importante ator político. Em 1945, Vargas marcou eleições para 2 de dezembro, contudo, uma série de manobras do presidente fez com que o Exército concretizasse a sua terceira interferência na política brasileira durante o período Republicano.

Antes das eleições que tinha como candidatos à presidência o general e ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra pelo PSD (Partido Social Democrático), brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN (União Democrática Nacional) e Yedo Fiuza pelo PCB, ganha força um movimento que pede para que Vargas não deixe o cargo. O movimento queremista, formado por populares que desejavam que Getúlio continuasse presidente e que tinha por refrão: “queremos Getúlio”, o encoraja a apoiar uma Assembleia Constituinte antes das eleições diretas o que daria ao presidente alguma margem de manobra para permanecer no cargo (SKIDMORE, 1988).

Fora isto, Vargas também fez acenos à esquerda quando assinou um “decreto ‘antitruste’ criando uma comissão autorizada a desapropriar qualquer organização cujos

negócios estivessem sendo conduzidos de maneira lesiva aos interesses nacionais” (SKIDMORE, 1988, p. 76) e antecipa a data das eleições estaduais e municipais para o mesmo dia das nacionais o que irrita a oposição. Por fim, explica Skidmore (1988), a troca do chefe da Polícia do Distrito Federal pelo seu próprio irmão foi o último evento que motivou o ACE a depô-lo. Com a sua deposição, assume o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) José Linhares que convoca as eleições para 2 de dezembro daquele ano e sai vencedor o general e ex-redator da ADN, Eurico Gaspar Dutra.

A revisão do período 1889-1945 relatou eventos importantes de instabilidades, principalmente domésticas, que motivaram o envolvimento do Exército na política. Como este contexto influenciou as preocupações dos organizadores militares no que diz respeito à infraestrutura de transportes terrestres e indústria será tema do próximo capítulo. Na próxima seção, ver-se-á quais foram os choques exógenos que influenciaram o comportamento político do Exército e qual foi o contexto de 1945 a 1964 que gerou a Crise de Incerteza *Knighiana* a qual, por desdobramento, desencadeou o Regime Militar.

#### **2.2.4 De Dutra a Kubitschek**

O período 1945-1964, foi, também, marcado pela ameaça de guerra civil, pela continuidade do projeto comunista no Brasil e pela profunda crise política e econômica durante o governo de João Goulart (1961-1964).

O período do governo Dutra (1946-1951), não foi palco de grandes instabilidades ou choques exógenos. O alinhamento do Brasil com os E.U.A, foi um desdobramento da Segunda Guerra Mundial, ou seja, a Guerra Fria (1947-1991) cuja dinâmica geopolítica dividiu o mundo em três grandes blocos político-ideológicos, o Bloco Soviético/Comunista, o Bloco dos Não Alinhados e o Bloco Ocidental/Capitalista. Segundo Skidmore (1988), o alinhamento do governo Dutra com o Bloco Ocidental/Capitalista, foi motivo de maiores atritos com os comunistas e de uma maior parceria entre os exércitos dos E.U.A e do Brasil.

Foi no segundo período de Vargas na presidência (1951-1954) que se verifica a primeira grave crise interna do Exército, que excedeu os limites da instituição, desde a década de 1920. O Manifesto dos Coronéis ou Memorial dos Coronéis, foi um manifesto, “assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis e dirigido em fevereiro de 1954 à alta hierarquia militar, em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao Exército e a proposta governamental de elevação do salário mínimo em 100%” (LAMARÃO, 2023).

A questão da exiguidade dos recursos atingia as capacidades de reequipamento da força, o recrutamento de praças e oficiais e os reajustes salariais. O Manifesto dos Coronéis é um marcador importante para esta revisão porque demonstra como havia, entre oficiais superiores, um grande incômodo com o avanço do comunismo. O documento citava a “infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas” (LAMARÃO, 2023) na instituição e dizia que “com o comunismo solerte à espreita, seriam os próprios quadros institucionais da nação ameaçados, talvez, de subversão violenta” (ibid).

Afora a questão orçamentária e a reação ao crescimento do comunismo, o aumento do salário-mínimo em 100%, segundo os signatários do Manifesto, seria uma:

aberrante subversão de todos os valores profissionais, descartando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército dos seus quadros inferiores. No Distrito Federal, o salário mínimo passaria a 2.400 cruzeiros antigos por mês, remuneração equivalente à um segundo-tenente do Exército (LAMARÃO, 2003).

O efeito político deste documento foi a demissão do ministro da Guerra, General Ciro do Espírito do Santo Cardoso e do Trabalho João Goulart. Além da crise interna no Exército e, também, entre seus setores e o Poder Executivo, a instabilidade política do segundo governo de Vargas teve seu ápice em evento que ficou conhecido como Atentado da Rua Tonelero (1954) (SKIDMORE, 1988).

O partido político que se opunha energeticamente a Vargas era a UDN (União Democrática Nacional) e o jornal mais alinhado à UDN era o jornal carioca Tribuna da Imprensa, que pertencia ao também carioca Carlos Lacerda. A pressão contra Vargas e o flerte com a convulsão política e social eram tamanhos que na sua primeira edição de junho de 1950, quando Vargas ainda era candidato, Lacerda escrevia que “Vargas não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar” (LACERDA, 1950)

Esta rivalidade, explica Skidmore (1988), motivou que funcionários do Palácio do Catete, próximos a Vargas, atentassem contra a vida de Lacerda, isto resultou na morte do major-aviador da Força Aérea, Rubens Florentino Vaz, no ferimento do guarda municipal Sálvio Romeiro, que faziam a proteção de Lacerda e, também, no ferimento do próprio Lacerda. O fato, explica Skidmore (1988), de que foram pessoas ligadas a Vargas, fez com que o Exército, com apoio das demais forças e oposição, se visse na obrigação de

destituir, mais uma vez, o presidente que, devido à pressão, se suicida em 24 de agosto de 1954.

O governo de transição (1954-1956) que tinha por presidente o vice de Vargas, Café Filho, foi palco de uma conspiração de golpe civil-militar. Quando o vice-presidente adoece, torna-se interino o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz, do PSD que conspira com setores civis como o jornal Tribuna da Imprensa e a UDN e com setores das Forças Armadas, encabeçado pelo coronel Bizarria Mamede à época ligado à ESG (SKIDMORE, 1988). Os conspiradores queriam impedir que os candidatos eleitos à presidência e vice-presidência, Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumissem. Isto fez com que o ministro da Guerra, general Henrique Duffles Teixeira Lott, promovesse o que Skidmore chamou de “golpe preventivo”, nas suas palavras:

Convencido de que o Presidente interino Carlos Luz estava ligado aos conspiradores, Lott decidiu promover o seu próprio “golpe preventivo”. A 10 de novembro, no dia em que sua demissão se tornou pública, o ex-Ministro da Guerra rapidamente mobilizou o comando do Exército no Rio de Janeiro. A 11 de Novembro, unidades do Exército ocuparam todos os principais prédios públicos, estações de rádio e jornais. Era um golpe militar no estilo clássico. Tendo deposto o Presidente interino, o General Lott imediatamente anunciou o Presidente do Congresso e o Presidente do Supremo Tribunal Federal declaravam sua “solidariedade com o movimento dirigido para o retorno à situação de um regime constitucional normal”. Embora Lott tivesse o apoio do Exército no Rio e dos comandos vizinhos. Os Ministros das Marinha e da Aeronáutica denunciaram a sua ação como “ilegal e subversiva”. Sua resistência desapareceu, contudo, quando as unidades do Exército cercaram as bases aéreas e navais dissidentes (SKIDMORE, p.194, 1988).

Com esta manobra, a Câmara dos Deputados votou para que Nereu Ramos, presidente do Senado, assumisse a presidência até que Juscelino e Goulart fossem empossados em 31 de janeiro de 1956.

### **2.2.5 De Kubitschek à Crise de Incerteza *Knightsiana***

O esforço de síntese das seções anteriores teve por objetivo explicar o contexto político brasileiro e as instabilidades, principalmente nacionais, que ocorreram em decorrência desse contexto. Esta explicação contou, também, com a exposição do progressivo envolvimento do Exército na política. Ao usar a lente analítica proposta por

Wendt, é possível afirmar que foram seis os Choques Exógenos que ocorreram no país entre 1889 e 1964; a Revolução Federalista (1893-1895), a Guerra de Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916), a Revolução de 1930 (primeira hipótese de guerra civil nacional), a Revolução Constitucionalista (1932) e a Intentona Comunista (1935), e cinco os Choques Exógenos que ocorreram no meio internacional, ou seja, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria (1947-1991), a Guerra do Chaco (1932-1935) e a Guerra Peru-Colômbia também chamada de Conflito ou Questão de Leticia (1932-1933). Os choques exógenos, como explicado na seção 2.1, são eventos que podem mudar a cultura que é o principal elemento de uma estrutura/instituição.

Foi demonstrado que choques exógenos, principalmente os domésticos, criaram, gradativamente, um contexto que propiciou a crescente participação do Exército na política. Para historiadores e cientistas políticos que se propuseram a estudar o Brasil, como Franck McCann (2009), Thomas Skidmore (1988) e Alfred Stepan (1975), os contornos intervencionistas ganharam protagonismo depois da primeira hipótese de Guerra Civil nacional do Período Republicano (a Revolução de 1930). Nos termos de Wendt (2003), pode-se dizer que as ideias, que são o principal elemento da cultura que são o principal elemento da instituição (WENDT, 2003), mudaram de uma obediência total ao poder civil que se deu entre 1889 (após a Proclamação da República) e 1930 (Antes da Revolução de 1930) a uma obediência seletiva.

Esta obediência era questionada dentro do próprio Exército, e eventos relevantes refletem este questionamento como as revoltas na Escola Militar da Praia Vermelha em 1895, 1897 e 1904, o tenentismo (1922-1926) e a Coluna Miguel Costa Prestes (1925-1927). Todavia, no que diz respeito à instituição *per se* refletida pelo posicionamento do Alto Comando, só se pode falar em obediência seletiva, no Período Republicano, a partir de 1929.

Também não é possível dizer que esta obediência seletiva foi unicamente para que se evitassem outros conflitos civis. Em 1937, além do impacto da Intentona Comunista (1935), havia grande interesse do Exército na indústria metalúrgica. O ACE acreditava que Vargas seria o melhor líder para atender a este interesse (MCCANN, 2009). Em 1945, como explica Skidmore (1988), o ACE depôs Vargas para eliminar qualquer tentativa de permanência no poder. Em 1954 o Exército se antecipou aos ritos políticos normais para depor o presidente mais uma vez e em 1955 reagiu contra uma dinâmica tanto interna



como externa (e civil) que poderia resultar em um vilipêndio à democracia (SKIDMORE, 1988; STEPAN, 1975)

Wendt também diz que a criatividade e invenção de novas ideias a partir de uma cultura podem mudar uma instituição (WENDT, 2003). Para se analisar este aspecto, que ocorreu concomitantemente aos choques exógenos, antes, analisar-se-á o último choque exógeno que, aqui se propõe, foi uma CIK – Crise de Incerteza Knightiana; ou seja, uma crise que causa uma transformação institucional a partir, principalmente, das ideias dos atores da instituição que interpretam a crise como tal e buscam, com suas ideias, soluções para a crise (BLYTH, 2002). Esta seção é reservada para a explicação desta CIK.

O governo Kubitschek (1956-1961) não foi palco de nenhum choque exógeno. Segundo os principais autores aqui analisados, como McCann, Stepan, Schneider e Skidmore, não foram encontrados grandes eventos que pudessem receber a alcunha de choque exógeno. Todavia, as dinâmicas internacionais e internas, apontavam para um agravamento das tensões políticas<sup>33</sup>.

O governo de Jânio Quadros (1961), a sua dificuldade de governar e seus sinais de aproximação à URSS foram tema de preocupação para o ACE (SKIDMORE, 1988), mas de menor gravidade se comparado aos eventos que se sucederam a partir do momento da sua renúncia em 25 de agosto de 1961 e da crise de sucessão que se inicia. Antes de explicá-las, cabe uma breve introdução à biografia do político João Belchior Marques Goulart (PTB).

Conforme informações encontradas no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), João Goulart nasceu em São Borja no Rio Grande do Sul, em 1919, e foi protegido político de Vargas. Em 1946, Goulart ou *Jango* como era chamado por seus apoiadores, ingressou na carreira política quando foi eleito deputado estadual pelo seu estado. Em 1950, foi eleito deputado federal e, em 1953, foi nomeado ministro do trabalho por Vargas, momento em que enfrentou seu primeiro embate com os militares (o manifesto dos coronéis), quando quis aumentar o salário-mínimo. Em 1955, Goulart compôs com Juscelino Kubitschek a chapa vitoriosa das eleições, PSD-PTB, e em 1960 foi candidato à vice-presidência em chapa encabeçada

---

<sup>33</sup> Em Cuba, as instabilidades políticas proveram um terreno fértil à ascensão do comunismo em 1959. O movimento também se consolidava no Vietnã do Norte que governava a região/país desde 1945. Nesta década, no Brasil, o *Manifesto de Agosto* emitido pelo PCB, apontava para uma radicalidade do partido e um flerte com a luta armada (RIBEIRO, 2009).

pelo então general da reserva Henrique Duffles Teixeira Lott que perdeu para Jânio Quadros. Goulart, contudo, foi eleito vice; naquela época as eleições para presidente e vice eram independentes (CPDOC, 2023a).

Quando Jânio Quadros renunciou, em agosto de 1961, houve um forte movimento da oposição e de militares para que Goulart não assumisse a presidência. Ranieri Mazilli<sup>34</sup>, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência provisoriamente, mas o poder efetivo ficou nas mãos dos ministros militares; o general Odílio Denis (ministro da Guerra), o brigadeiro Moss (ministro da Aeronáutica) e o Almirante Sílvio Heck (ministro da Marinha) que “declararam imediatamente o estado de sítio, a fim de impedir demonstrações públicas” (SKIDMORE, p.254, 1988).

O congresso, todavia, negou o veto à posse de Goulart e buscou uma solução instituindo, em 2 de setembro de 1961, um sistema parlamentarista onde o presidente assumiu o cargo com poderes reduzidos e Tancredo Neves (PSD) tornou-se primeiro-ministro, permanecendo nesta posição entre 8 de setembro de 1961 e 12 de julho de 1962. O presidente, todavia, conseguiu se articular e organizou um referendo para que o povo escolhesse pela manutenção do parlamentarismo ou pelo retorno ao regime presidencialista sendo esta última a opção escolhida. O desejo popular de retorno ao presidencialismo foi respeitado e Goulart, finalmente, adquiriu poderes de presidente como seus antecessores (SKIDMORE, 1988).

A presidência de Goulart<sup>35</sup> e a sucessão de eventos narrada a seguir explica os anos preambulares à crise de 1964. Ao se perguntar por que Goulart foi deposto, Stepan diz que:

Naturalmente, a crise econômica e política havia gerado, pelo menos para os militares, os “reagentes químicos” capazes de produzir uma ruptura do regime. Já bem antes de 13 de março de 1964 existiam os componentes necessários para decretar uma ruptura, mas não constituíam causa bastante para uma mudança de regime. Os reagentes tinham de alcançar uma “temperatura” e “pressão” críticas para que realmente se desse a reação (p.140, 1975).

Os eventos que contribuíram para a “temperatura” e “pressão” que levaram à ascensão dos militares ao poder foram uma combinação de declarações de Goulart (como destacado

---

<sup>34</sup> Mazilli foi do PSD entre 1945 e 1965 e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) entre 1966 e 1975.

<sup>35</sup> Goulart ocupou a presidência entre 8 de setembro de 1961 e 1 de abril de 1964, sendo presidente de 1961 a janeiro de 1963 no regime parlamentarista, e entre janeiro de 1963 e abril de 1964 no regime presidencialista.

abaixo), as reformas de base, seu apoio à subversão militar no Motim dos Marinheiros, também conhecido como Revolta dos Marinheiros de 1964 e a reação de setores da oposição que não descartavam o uso da violência para impedir que Goulart implementasse as suas reformas (SCHNEIDER, 1971; STEPAN, 1975; SKIDMORE, 1988). A combinação desses elementos deixou o país, mais uma vez, vulnerável à uma guerra civil de escopo nacional (SCHNEIDER, 1971; STEPAN, 1975; SKIDMORE, 1988). Na manhã do comício de 13 de março de 1964, Goulart, em entrevista, disse o seguinte:

Apenas estou imaginando o pior que pode me acontecer, depois de minha decisão de promover as reformas e obter maiores poderes do Congresso. Mas nada acontecerá porque meu dispositivo militar é excelente. Assis Brasil [General de Brigada, Chefe do Gabinete Militar] me garantiu que, ao meu comando, o Exército me seguirá... Doravante, governarei somente com o apoio do povo. E o que todos verão hoje é que o povo mudou. Eles despertaram, estão maduros para os grandes problemas do país. (CALLADO *apud* STEPAN, p. 140, 1975)

Em concordância com a sua fala, no comício e, depois do evento, Goulart:

Anunciou que acabava de assinar um decreto de reforma agrária que declarava sujeitas a expropriação todas as propriedades subutilizadas de cerca de 500 hectares, situadas dentro de 10 quilômetros das rodovias, ferrovias públicas, e terras de 30 hectares localizadas dentro de 10 quilômetros das represas federais ou projetos de drenagem. Também nacionalizou todas as refinarias de petróleo particulares que ainda restavam no Brasil. Anunciou planos futuros de conceder aos analfabetos o direito do voto, o que quase iria dobrar o eleitorado, e de legalizar o partido comunista.

Exigiu que a constituição fosse reformada por ser obsoleta, pois “legalizava” uma estrutura econômica injusta e desumana”. Seu cunhado, Leonel Brizola, foi além, afirmando que o Congresso havia perdido “toda identificação com o povo”; propugnava o estabelecimento de um “congresso composto de camponeses, operários, sargentos e oficiais nacionalistas”. Tanto Brizola quanto Goulart ameaçaram com a realização de um plebiscito [para convocar uma nova constituinte], usando o eleitorado aumentado para passar por cima do congresso se este apresentasse um obstáculo a estes planos.

Goulart cumpriu sua promessa do comício imediatamente, apresentando suas reformas de base ao Congresso no dia 15 de março. Informou claramente ao Congresso de que os ministros militares haviam visto e aprovado o programa. Anunciou-se ainda que seriam realizadas por todo o país uma série de manifestações de massa. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão não reconhecido legalmente ameaçou decretar uma greve geral se o Congresso não aprovasse as mudanças constitucionais até 20 de abril e recomendou também que Goulart proclamasse uma moratória unilateral sobre o pagamento das

dívidas ao exterior. O Dia do Trabalho seria o dia da resolução se até lá as elites políticas continuassem intransigentes. (STEPAN, 1975, p.143)

Afora o comício e as medidas decorrentes dele, destaca-se também o Motim dos Marinheiros, em 26 de março de 1964, como último evento crítico antes da Ruptura Institucional. Neste motim, à revelia da proibição expressa do ministro da Marinha, o almirante-de-esquadra Silvio Mota de Sousa Borges, marinheiros e fuzileiros navais da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (associação ilegal), compareceram à sede do Sindicato dos Metalúrgicos em ato comemorativo junto a representantes do Comando Geral dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do, à época, deputado Federal Leonel Brizola, do PTB (STEPAN, 1975).

No Atlas Histórico do Brasil, do CPDOC, encontra-se que a principal pauta do evento, em discurso feito pelo cabo Anselmo, da marinha, foi “a disposição da associação de lutar contra o imperialismo e o latifúndio, em favor das ‘reformas de base, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis’” (CPDOC, 2023b).

O Alto Comando da Marinha, ao tentar reprimir o evento, verifica a intensificação da crise. Os fuzileiros navais que deveriam fazê-lo se unem à revolta, com o apoio de seu comandante, o contra-almirante Cândido Aragão. Isto levou ao pedido de exoneração do ministro da Marinha e o ministro que o sucedeu, o almirante Paulo Mario da Cunha Rodrigues, optou por anistiar os revoltosos (STEPAN, 1975; SKIDMORE, 1988).

Para Stepan (1975) e Skidmore (1988), este foi o último evento que desencadeou as ações civis e militares que resultaram na Ruptura Institucional de 1964. A histórica Reunião de Sargentos no Automóvel Clube de 30 de Março de 1964, em que Goulart apoiava a Revolta dos Marinheiros e fuzileiros, não foi um evento central já que as engrenagens que desencadearam na Ruptura Institucional de 1964 já estavam em curso.

Esta sequência de eventos tornou a hipótese de guerra civil, explicada acima, algo eminente (SCHNEIDER, 1971; STEPAN, 1975; SKIDMORE, 1988). Durante os primeiros meses de 1964, em reação às ações do presidente:

O governador Magalhães Pinto [de Minas Gerais], reagiu rapidamente ao comício de 13 de março. A 20 do mesmo mês, ele tornou público um manifesto, através da televisão nacional, onde declarava que Minas Gerais resistiria a qualquer “revolução comandada de cima”. No dia seguinte, assinou acordos com o governador do Espírito Santo, Lacerda de Aguiar, que lhe permitiam usar o porto de Vitória e as ferrovias a fim de carrear provisões para Minas no caso deste estado levantar-se em armas

contra as tropas federais de Goulart. Tal guerra, achava o governador, poderia durar até três meses. Afirmam que Magalhães Pinto considerava “surrealista” qualquer discussão das eleições presidenciais nesta época.

O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, dirigiu-se a uma estação de televisão na noite de 20 de março, onde fez um discurso apaixonado, com a duração de três horas, condenando o governo de Goulart por fomentar a revolução. Enfatizou sua vontade de persistir pela força e declarou que a Força Pública de São Paulo contava com 30.000 homens, bem como aviões para transportá-los. Ressaltou que essa força era duas vezes maior que as tropas federais aquarteladas em São Paulo, onde havia inúmeros generais favoráveis a Goulart (STEPAN, 1975, p. 147)

Além da histórica divergência de governadores com o poder central, a população que divergia das propostas de João Goulart realizou contundente protesto na Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, no dia 19 de março, em São Paulo, reunindo aproximadamente 500 mil pessoas (SKIDMORE, 1988). Skidmore também fala do fortalecimento de grupos radicais antidemocráticos tanto à esquerda como à direita do espectro político. Neste segundo campo tinha-se a Frente Patriótica Civil-Militar e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). No primeiro campo havia o Comando Geral de Greve, o Pacto Sindical de Unidade de Ação, o Comando Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas e Frente Parlamentar Nacionalista, a União Nacional dos Estudantes, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil. Sobre o flerte desses grupos, ou de alas desses grupos, em fazer uso da violência para defenderem as suas pautas, Skidmore diz que:

O importante aspecto a notar aqui, sobre os radicalizantes da esquerda, é sua ênfase nos métodos *diretos* para combater os “golpistas”, “entreguistas” e “reacionários”. Nenhum destes grupos era francamente revolucionário por volta de fins de 1962, mas a esquerda radical, contudo, demonstrava sérias dúvidas quanto à possibilidade de satisfazer seu desejo de mudanças radicais dentro da estrutura constitucional existente (SKIDMORE, 1988, p. 276)

Assim, foi em um contexto de intenso desgaste entre os diferentes polos político-ideológicos e, também, de desgaste da elite política civil, que a ala militar favorável a uma Ruptura Institucional, ganha protagonismo. Em reação ao comício de 13 de março, o chefe do Estado-Maior do Exército, marechal Humberto Castello Branco, despachou uma circular, em 20 de março, cujo principal trecho, dizia:

Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência. A ambicionada constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o

fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e constituinte? Parece que ainda não. Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não. As Forças Armadas não podem atrair o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas (MINISTERIO DA GUERRA *apud* Stepan, 1975)

A reação militar ao projeto de poder de Goulart e a profunda instabilidade econômica, política e social que se consolidava no país, ocorreu no dia 31 de março de 1964 e acarretou 21 anos de Regime Militar, momento em que o país foi palco da implementação de uma série de ideias de Defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústria elaboradas no Exército, como será explicado no terceiro capítulo, desde o fim do período Brasil Colônia, em 1792. Na seção seguinte se explicará porque a crise de 1964 é compreendida como uma Crise de Incerteza Knightiana.

### **2.2.6 A Ruptura Institucional de 1964 compreendida como uma Crise de Incerteza Knightiana**

À luz do segundo Objetivo Específico desta tese: “Compreender o papel do Exército na política entre 1889 (início da República) e 1964, início do Regime Militar” que fundamentou este capítulo, buscou-se compreender a Ruptura Institucional de 1964 como uma Crise de Incerteza Knightiana. Como explicado na seção 2.2, uma Crise de Incerteza Knightiana, suscita um “diagnóstico de uma situação como uma ‘situação de crise’ por um *set* particular de ideias como uma construção que torna a incerteza percebida pelos agentes como algo perceptível, explicável, gerenciável e, de fato, algo sobre o qual se pode agir” (BLYTH, 2002, p. 10, traduzido pelo autor). A Ruptura Institucional de 1964 pode ser compreendida como uma Crise de Incerteza Knightiana em que as ideias de alguns atores chave do Exército foram fundamentais para a sua resolução. A crise criou um contexto propício para que os militares recorressem a um rol de ideias que trouxessem mudanças ao Exército e, também, para a materialização de novas políticas.

Mais grave do que as crises anteriores, a crise de 1964 envolveu diferentes elementos que, isoladamente, já haviam suscitado a interferência do Exército. Em 1964 ocorreu a

segunda hipótese de guerra civil nacional e a possibilidade de ascensão de comunistas ao poder (SCHNEIDER, 1971; STEPAN, 1975; SKIDMORE, 1988). Sem se referir ao termo Crise de Incerteza Knightiana de Blyth, Stepan, cuja obra foi publicada em 1975, concorda que a crise de 1964 foi uma crise diferente das demais. Sobre isso ele diz:

O padrão moderador das relações entre civis e militares exigia simplesmente que os militares alcançassem o nível mínimo de “consenso de crise” para permitir-lhes depor um presidente e entregar o poder ao sucessor civil mais legítimo na esfera política. Em 1930, por exemplo, Getúlio Vargas, que provavelmente fora defraudado da vitória na eleição, recebeu o poder depois de uma revolução com amplo apoio. Como vimos, quase imediatamente após o golpe de 1945 o poder foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal, em 1954 foi entregue ao vice-presidente e em 1955 ao seguinte na linha de sucessão constitucional, o presidente da Câmara.

Em 1964, entretanto, dada a crença generalizada entre os oficiais que nenhum civil tinha condições de solucionar a crise, os militares se viram, institucionalmente, diante do problema de manter a ação por vários anos e não por vários dias e isto, por sua vez, exigia um grau de unidade que antes não fora exigido. Além disso, enquanto que no padrão moderador não houvera a necessidade de alcançar um acordo sobre um programa, haveria tal exigência se os militares quisessem permanecer no poder como força governante efetiva por muitos anos. (STEPAN, 1975, p. 161).

Ao analisar as crises anteriores, Stepan atribui ao Exército a função de uma força política moderadora das demais forças políticas; em 1964, todavia, o Exército não segue este padrão e se torna um dos atores políticos mais poderosos do país. A particularidade da crise de 1964 também se destaca por ter sido o auge do histórico ceticismo do Exército com a capacidade das elites políticas de governarem, Skidmore diz que:

A ação dos militares em 1964 foi, assim, além de qualquer outra intervenção desde 1945, porque o Exército estava quase a ponto de repudiar a elite política como um todo. O Ato Institucional mudou temporariamente as regras da política democrática. A implicação era evidente: a política de compromisso tinha sido desacreditada pelo jogo “ultrademocrático” de Goulart. A intervenção do exército era um retorno à mensagem antipolítica pregada por Jânio Quadros: tinha sido a irresponsabilidade dos “políticos” que conduzira o Brasil à beira do caos (SKIDMORE, 1988, p. 373)<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> É provável que Skidmore esteja falando do AI-1, o Ato Institucional nr.1 que, em poucas linhas, daria ao Governo Militar o poder de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por até 10 anos e, em relação aos funcionários públicos anti-regime, estes poderiam ser dispensados, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados (BRASIL, 1964a)

Em paralelo à crise política, o país também enfrentava uma séria crise econômica<sup>37</sup>. Segundo Stepan, a leitura que os militares tinham desta crise ilustra, também, o acirramento das tensões com os comunistas, o autor explica que:

foi particularmente importante o significado político da reação militar à inflação, porque os militares passaram a identificar os sindicatos e a política de mobilização como o fator mais responsável. Podemos ver um exemplo desta mentalidade em mudança num dos mais importantes documentos da revolução militar de abril de 1964, *Documento LEEEX*. Neste documento, os sindicatos militantes, com seus aliados “comunistas”, são criticados especificamente por terem criado a inflação que estava desmoralizando o Exército (STEPAN, 1975, p. 106)

A resolução da crise, para os militares que apoiaram a Ruptura Institucional, exigiu uma solução política por conta das profundas divisões políticas, uma solução econômica por conta da crise econômica, uma solução armada/coercitiva, pelo fato de temerem a subversão comunista e uma solução doutrinária devido as divisões internas que se davam, principalmente, pela promoção do comunismo nos diferentes quadros de oficiais, com destaque aos praças (SCHNEIDER, 1971, STEPAN, 1975, SKIDMORE, 1988).

Neste contexto, pergunta-se, quais foram os atores, do Exército, que interpretaram a crise de 1964 como uma Crise de Incerteza Knightiana? Quais foram as ideias dos organizadores intelectuais que permitiram a resolução da Crise de Incerteza Knightiana e causaram a transformação das Forças Armadas, principalmente do Exército, que expandiu as suas funções de uma força militar para uma força política autoritária? Havia, de fato, um conjunto de ideias que se tornaram operacionalizáveis para a resolução da crise de 1964? Estas são as perguntas que se busca responder no próximo capítulo.

---

<sup>37</sup> O período 1961-1964 foi, também, de grave instabilidade econômica. Entre 1960 e 1962 a dívida externa cresceu de 2.372 milhões de dólares para 3.005 milhões (ABREU, 1990). Abreu descreve que “em 1962 a taxa de crescimento do PIB reduziu-se para 6,6% comparados a 8,6% em 1961. A inflação mensal havia alcançado valores da ordem de 5 a 7% no final do ano e em bases anuais o índice de custo de vida do Rio de Janeiro havia aumentado quase 50%” (ABREU, 1990, p. 205). Durante a presidência de Goulart, Abreu explica que o ministério da fazenda sofreu várias trocas; foram ministros os políticos San Tiago Dantas (PTB) e Carvalho Pinto (PDC) e o economista Ney Galvão. Celso Furtado foi ministro extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico. Furtado propôs uma política econômica ortodoxa, mas não obteve sucesso. Em 1963, em visita aos E.U.A, San Tiago Dantas não consegue nem reescalonar as dívidas nem obter novos financiamentos. O país enfrenta dificuldades de pagamento da dívida externa e chega a considerar a moratória (ABREU, 1990).



### **3º Capítulo - As noções de Defesa e Desenvolvimento de Infraestrutura de Transportes Terrestres e Indústria no Exército**

No capítulo anterior, foram apresentados o contexto, principalmente nacional, e os choques exógenos que influenciaram o Exército. Por fim, sugeriu-se que 1964 foi uma Crise de Incerteza Knightiana e que um dos principais elementos solucionadores desta Crise foram as ideias dos organizadores intelectuais da instituição.

Neste capítulo responde-se, parcialmente, as seguintes perguntas de pesquisa: De que maneira as ideias de Defesa e desenvolvimento foram forjadas no Exército? & Como os oficiais (organizadores) intelectuais, contribuíram para a formação e/ou disseminação dessas ideias? A resposta provida é parcial porque o segundo capítulo trouxe explicações do contexto em que as ideias de Defesa e desenvolvimento emergiram e, no quarto capítulo, analisar-se-á como estas ideias foram disseminadas a partir da Escola Superior de Guerra e, também, a partir de alguns organizadores intelectuais, chegando a alcançar os organizadores políticos e os organizadores setoriais.

Todavia, concentram-se neste capítulo as principais dimensões analisadas e observadas das ideias de Defesa e desenvolvimento no Exército, com foco na infraestrutura de transportes e indústria. Estas dimensões encontram-se em dois dos objetivos específicos elencados, que são: Verificar, a partir dos currículos das escolas de formação do oficial, quais foram as ideias de Defesa e desenvolvimento passadas do Exército a seus oficiais & Verificar, a partir das publicações dos oficiais (organizadores) intelectuais, quais eram suas respectivas ideias de Defesa e desenvolvimento, especialmente em relação à infraestrutura de transportes terrestres e indústria.

Para responder as perguntas e concretizar os objetivos, este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte busca-se compreender, a partir das contribuições de Wendt (2003) que argumenta que uma instituição é formada por ideias compartilhadas entre agentes (*common knowledge*), quais foram as ideias inculcadas pelo Exército em seus oficiais. Para realizar esta compreensão, buscou-se um material comum aos oficiais e correlato à questões industriais e de infraestrutura de transportes.

O material selecionado foi as grades curriculares das escolas de formação de oficial, nível graduação, entre o ano de 1810 (primeiro ano em que foi possível o acesso às grades curriculares) e 1940 (ano em que o organizador setorial mais jovem, o ministro dos transportes Mario Andreazza, concluiu o seu curso na EMR). Esta etapa é concluída com

uma tabela dos organizadores e de quais matérias relacionadas aos temas eles tiveram contato<sup>38</sup>.

A segunda seção resume os editoriais da ADN entre 1913 e 1924. A ADN era a revista mais importante, no meio militar, sobre diferentes questões tanto políticas como operacionais (MCCAN, 2009; LUNA, 2011). No ano de 1924, como visto no segundo capítulo na seção 2.2.2, as dinâmicas políticas na jovem oficialidade já se encontram em outro contexto por terem se movido, em 1922, da manifestação de opiniões em revista para a subversão. Isto não quer dizer que os redatores da ADN tenham optado por esta ação na década de 1920 (fato não ocorrido), isto quer dizer que na década de 20 os anseios políticos dos jovens oficiais adquirem mais um contorno concomitantemente às publicações da ADN.

As ideias da ADN não são consideradas nem *common knowledge* nem ideias dos organizadores, mas são inseridas nesta pesquisa porque ilustram o debate político da época entre a oficialidade e demonstram, também, como os choques exógenos da década de 1910 afetaram a forma de parte desta oficialidade enxergar os problemas da política e da infraestrutura de transportes terrestres e indústria.

Por fim, são analisadas as principais contribuições/publicações dos organizadores intelectuais. Entende-se, assim, que a exposição da educação dos oficiais, dos editoriais da ADN e das contribuições dos organizadores intelectuais, constitui uma parte importante do que o Exército e seus oficiais compreendiam como noções de Defesa e desenvolvimento da infraestrutura de transportes terrestres e indústria. Ademais, durante a leitura dos editoriais da ADN constatou-se que emergiu uma perspectiva cética às capacidades das elites civis de governarem. Esta perspectiva ganha novos contornos com as publicações dos organizadores da Segurança Nacional que, além de críticos às elites civis, também eram, como constatado nesta tese, anticomunistas.

A exposição da biografia dos organizadores intelectuais, bem como suas respectivas atuações na ESG e durante a Ruptura Institucional de 1964, permite afirmar que este conjunto de ideias sobre Defesa Nacional, desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústria, e o ceticismo quanto as elites civis governarem o país, bem como o anticomunismo, compuseram o rol das ideias que “solucionaram” a Crise de Incerteza

---

<sup>38</sup> Lembra-se que o estudo das ementas da ECEME não foi possível de ser realizado pela sua aparente inexistência após consultadas a Biblioteca da Escola e o AHEx (Arquivo Histórico do Exército).

Knighiana de 1964. Na seção seguinte são analisadas a educação no Exército e as grades curriculares das escolas de formação de oficial entre 1810 e 1941.

### **3.1 A Educação no Exército e as Grades Curriculares entre 1810 e 1941**

A história da educação do Exército no Brasil tem início em 17 de dezembro de 1792 com a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho “destinada a formar para a Colônia oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros” (BENTO, 2009). A formação em engenharia servia tanto para civis como para militares. Em 1810, esta academia muda de nome e se torna a Real Academia Militar<sup>39</sup>, devido a chegada da Corte Portuguesa em 1808. A sua fundação se dá com ênfase à necessidade de formação de militares munidos de conhecimentos para desenvolver infraestrutura para o Império que se construía à época. Segundo Motta:

D. Rodrigo Coutinho [Conde de Linhares] concebeu a Real Academia Militar como um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a Colônia. Era ele sensível às necessidades militares e, também, aos reclamos dos serviços públicos civis. À sua visão surgiram as imensas distâncias brasileiras pedindo estradas, os largos rios exigindo pontes, o litoral reclamando portos. Esta colônia, este verdadeiro continente, ainda intocado, era um desafio às técnicas da engenharia já que o conde D. Rodrigo Coutinho, responsável pela Academia a concebeu como “um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a Colônia” (MOTTA, 1998, p. 21)

Logo, o Exército foi criado com a dupla função de defender o território e desenvolvê-lo/integrá-lo a partir de uma engenharia que brotou em conjunto com a força militar terrestre. O estatuto da Academia mencionava a formação de “oficiais engenheiros, geógrafos e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, estradas, portos e canais”<sup>40</sup> (MOTTA, 1998, p. 21).

Entre 1810 e 1850, a Academia passou por cinco grades curriculares, à época chamadas de Regulamentos. Na década de 1850, a Academia passa por algumas mudanças; são criadas três Escolas além da Escola Militar, que passou a se chamar Escola

---

<sup>39</sup> Esta Academia teve vários nomes tais quais Imperial Academia Militar (1822), Academia Militar da Corte (1832), Escola Militar (1840).

<sup>40</sup> O Governo permitiu que alunos civis estudassem engenharia na Real Academia Militar, uma vez concluído o curso, receberiam o diploma de “engenheiro civil.” (MOTTA, 1998).

Central (localizada no Largo de São Francisco) em 1858. As Escolas são a Escola da Praia Vermelha (1857), a Escola de Tiro de Campo Grande (1859) e o curso de Infantaria e Cavalaria são transferidos para o Rio Grande do Sul (1851) (MOTTA, 1998).

Com esta divisão, o adestramento militar na Praia Vermelha, é aplicado pela primeira vez com sucesso no sistema de ensino (MOTTA, 1998). A Escola Central ganha destaque como centro de engenharia, Motta explica que:

Os novos tempos que o Brasil começava a viver traziam-lhe responsabilidades maiores, de envolta com maiores possibilidades de expansão. Entrávamos na época da estrada de ferro, do telégrafo, da navegação a vapor, isto é, no mundo da engenharia e dos engenheiros. Significativa foi a voz que se levantou na Câmara dos Deputados em 1854, apelando para que o Ministro da Guerra atentasse no que se passava em torno: “O País reclama urgentemente um pessoal idôneo para curar do seu desenvolvimento material e industrial, e nenhuma das nossas instituições pode ministrá-lo a não ser a Escola Militar [**Escola Central**], onde já se ensinam todas ou quase todas as disciplinas que constituem a parte teórica da engenharia civil” (MOTTA, 1998, p. 126)

Em 1863 ocorre outra reforma e tanto infantes, como cavaleiros e artilheiros passam a cursar somente a Escola da Praia Vermelha. Os cadetes que queriam seguir a engenharia militar e pertencerem ao Corpos de Estado-Maior, além de terem de pedir permissão para frequentar os cursos de Estado-Maior e engenharia na Escola Central, cursavam os três primeiros anos na Escola da Praia Vermelha (MOTTA, 1998). Este processo de concentração das atividades nesta Escola, sinaliza a gradual transformação da Escola Central em centro de ensino superior civil de engenharia (MOTTA, 1998). Isto se deu em 1874 quando a Escola foi transferida para o Ministério do Império e se torna a Escola Politécnica. Assim, entre 1874 e 1889 todos os cursos de formação de oficial ficaram concentrados na Escola da Praia Vermelha.

Durante 82 anos a partir da fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792) e 52 anos a partir da fundação do Império do Brasil (1822) esteve o Exército diretamente ligado à engenharia e responsável pela formação de engenheiros civis e militares que tiveram papel quase que exclusivo na construção da infraestrutura nacional já que era a Escola Central a única escola de engenharia do país na época.

Ao analisar as grades curriculares durante este período, se verifica o ensino de diferentes matérias correlatas à infraestrutura de transportes e indústria. Nos Regulamentos de 1832 e 1833, bastante semelhantes, além das matérias das ciências

exatas<sup>41</sup>, que são inexoráveis a projetos de infraestrutura de transportes e indústria, o cadete também estudava Geodésia<sup>42</sup>, Topografia, Navegação, Fortificação Passageira, Fortificação Permanente, Arquitetura, Desenho de Arquitetura, Material de Construção, Resistência dos Materiais, Reconhecimento do Terreno, Castrametação de Alicerces, Abóbadas, Pontes, Estradas, Aquedutos, Portos e Canais, Explicação do uso de Máquinas, Construção Prática, Arquitetura Militar e Civil.

Em 1839 encontrou-se as matérias de Operações Topográficas, Desenho Topográfico, Fortificação Passageira, Fortificação Permanente, História Militar, Desenho de Máquinas, Desenho de Arquitetura Militar e Construção de Máquinas. O ano de 1839 é relevante porque neste Regulamento foi encontrada a primeira matéria das ciências humanas, História Militar. Isto aponta para uma realidade a qual as demais matérias relacionadas à infraestrutura de transportes e indústria ganham um novo contorno. Sugere-se que, neste contexto pedagógico, o contato do jovem oficial com este tipo de estudo leva à inevitável correlação da infraestrutura de transportes e indústria com questões históricas da guerra. A matéria também é encontrada nos Regulamentos de 1842 e 1845. Ambos sofrem poucas alterações em relação aos anteriores sendo uma novidade o ingresso de Hidráulica, Geologia Montanhística, Metalurgia e Física Experimental.

Durante o período 1851 – 1874, foram encontrados três Regulamentos sendo o mais importante o Regulamento de 1863. Especificamente sobre a Escola da Praia Vermelha, este Regulamento “resistiria, em suas linhas mestras, às reformas do período seguinte, chegando até a República” (MOTTA, 1998, p. 119).

Nos dois primeiros anos destacam-se as matérias de topografia e fortificação e no terceiro ano (somente para os que queriam seguir engenharia e Estado-Maior) as matérias de Tecnologia Militar, e de Máquinas de Guerra. Na Escola Central, durante a vigência do Regulamento de 1863, destacam-se as matérias de Mecânica aplicada às Construções, Resistência dos Materiais, Navegação Interior, Estradas, Pontes, Vias Têrreas e Telégrafos, Hidrodinâmica, Motores e Máquinas Hidráulicas, Rios e Canais, Encanamentos, Portos, Barras e Ancoradouros além do curso de Economia Política.

---

<sup>41</sup> Com poucas alterações entre os anos de 1832 e 1845, dentre as matérias das ciências exatas cita-se: Aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, cálculo diferencial e integral, geometria descritiva, desenho, física-química, mineralogia, matemática elemental, física experimental, mecânica, mecânica racional e aplicada, hidrostática, hidrodinâmica, minas, engenharia (a partir de 1839) dentre outras (MOTTA, 1998).

<sup>42</sup> Geodésia é a ciência que tem por objetivo determinar a forma e as dimensões da Terra, bem como os parâmetros definidores de seu campo da gravidade e suas variações temporais (GEMAEL, 1999, p.19).

No que diz respeito à infraestrutura de transportes e indústria, ainda que possa ter havido mudanças no conteúdo das matérias, foram verificadas poucas mudanças substanciais no período 1851-1874. No Regulamento de 1874, encontrou-se o ensino de geografia, as mesmas matérias de Topografia encontradas anteriormente, e de História Militar para todas as armas.

Os cadetes que seguiam a arma de Artilharia, Estado-Maior e Engenharia Militar estudavam mais das matérias relacionadas à infraestrutura de transportes e indústria. Estudavam Tecnologia Militar “compreendendo o desenvolvimento da telegrafia e Iluminação Elétrica da Defesa das Praças, Noções de Mineralogia, Geologia e Botânica, Artilharia e Minas Militares; Desenho de Fortificação e das Máquinas de Guerra” (MOTTA, 1998, p.161) e Economia Política. Especificamente para os que queriam seguir a Engenharia Militar lembra-se também das matérias de Construções Cíveis e Militares, Hidráulica, Estradas Ordinárias e Vias Férreas com Ênfase na Guerra.

O ensino passa por outra reforma em 1889 e ficam na Escola da Praia Vermelha os cursos de Infantaria e Cavalaria. Os cursos de Artilharia, Estado-Maior e Engenharia Militar são transferidos para a Escola Superior de Guerra, apesar de ter o mesmo nome esta instituição não pode ser confundida com a ESG fundada em 1949. Não se encontrou mudanças substanciais no Regulamento de 1889; já o Regulamento de 1890 destaca-se por ter sido influenciado pelo professor da Escola da Praia Vermelha, militar, positivista e conspirador republicano, Benjamin Constant. Sobre a influência de Constant, Motta argumenta que o seu ensino:

formaria o ‘cidadão armado’, agente dinamizador do progresso e defensor da República. Para isso, o currículo ensinaria ‘suculenta educação científica’, começando na Matemática e terminando na Sociologia. O estilo em que são vazados esses *consideranda* é inusitado, jamais foi visto em textos quejandos. Na verdade, Benjamin falava como quem estivesse forjando um novo exército, um instrumento adequado à defesa do novo regime, e queria-o dirigido por oficiais dotados de sólida cultura científica, afervorados pelos problemas cívicos, conhecedores da dinâmica social e política, imbuídos de uma ‘disciplina consciente’. Queria-o preparado para missões novas, não clássicas, que seriam cometidas aos exércitos da América do Sul (MOTTA, 1998, p. 173).

No que diz respeito às ciências exatas ou àquelas relacionadas à infraestrutura de transportes e indústria, houve poucas mudanças. Sobre este Regulamento menciona-se o foco do ensino de Geografia para a América do Sul e o Brasil, e o foco para o Brasil também na matéria de História. Outra novidade foi a inclusão de Sociologia e Geografia

Militar; e, ainda que não seja do recorte específico desta pesquisa, a matéria de Telegrafia se adaptou às inovações tecnológicas da época e se tornou “Telegrafia e Telefonia”. Em 1897, após várias críticas ao Regulamento de 1890, o ensino passou por outra mudança; a Escola Superior de Guerra foi extinta, foram criadas as escolas preparatórias e de tática sendo uma no Realengo e a outra no município de Rio Pardo no Rio Grande do Sul. Em 1898 passou a vigorar outro Regulamento.

A Escola da Praia Vermelha (EPV) permanece, lembra-se aqui que a Escola passou por três episódios de agitação, indisciplina e subversão entre os anos 1895, 1897 e 1904. Motta argumenta que a divisão da EPV em três escolas tinha o intento de “desarticular a formação de um clima político na Escola Militar da Praia Vermelha” (MOTTA, 1998, p. 185). Neste Regulamento (1898), não se encontrou mudanças relevantes ou incrementos de matéria.

A análise dos Regulamentos permite afirmar que as primeiras noções de Defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústria, existem de maneira indissociável desde o princípio da história do ensino no Exército. A compreensão da importância destes elementos, para o militar, a partir do Regulamento de 1839, é gradualmente combinada com matérias das ciências humanas, como História, Geografia, Economia Política, Sociologia e diferentes ramos do Direito (administrativo, internacional, etc). Assim, no decorrer dos anos, infraestrutura de transportes e indústria foram pensadas de forma inseparável da percepção militar dos problemas históricos, geográficos, políticos, econômicos e legais do país e do mundo. Se analisado sob a perspectiva de Wendt (2003), tem-se aí uma parte do que o autor chama de processo, ou seja, quando a instituição influencia o agente.

Durante o século XIX, a educação militar passou por várias mudanças em seu Regulamento e o mesmo se repetiu no século XX. Em 1904, com o fechamento da EPV, os alunos (de infantaria e cavalaria) que não foram expulsos, foram transferidos para a Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1911); nesta época os cursos de artilharia e engenharia já eram realizados na Escola do Realengo (MOTTA, 1998). A Escola do Rio Pardo permaneceu como escola preparatória e de tática até 1911 (BENTO & GIORGIS, 2005).

Em 1913 os cursos para todas as armas são reunidos novamente na EMR que permanece a escola de formação de oficiais até 1944 quando é substituída pela AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) no município de Resende no Rio de Janeiro. No

século XX já se encontra que Goés Monteiro, organizador intelectual mais antigo, provavelmente cursou a Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola de Guerra em Porto Alegre<sup>43</sup>.

Optou-se, nesta tese, pela alcunha de grade curricular (GC), ao invés de Regulamento pelo termo ter sido usado durante o século XX tanto nas Escolas Militares do Exército como na ESG. Em todas as GCs verificou-se ênfase nas ciências exatas. A matéria de direito e seus diferentes ramos<sup>44</sup>, com exceção da GC de 1905 onde não se encontrou nenhuma menção, foi uma constante nos cursos básicos ou fundamentais, ou seja, os cursos que eram ensinados a todas as armas. Vide Tabela:

**TABELA I: Matérias correlatas à Infraestrutura de Transportes e Indústria durante a graduação dos Organizadores**

<b>Organizadores Políticos</b>	<b>Arma/ Escola / Ano</b>	<b>Matérias relacionadas à Infraestrutura de Transportes e Indústria</b>
Marechal Humberto Castello Branco Presidente da República 15 de abril de 1964 -15 de março de 1968	Infantaria – EMR – 1918 a 1921	1º ano (GC-1918): História Militar do Brasil. Organização do Exército. 2º ano (GC-1919): Fortificação de Campanha, Fortificação Permanente, Topografia, Topografia Militar: croquis e esboços topográficos e panorâmicos. <i>Informação não encontrada para o curso das armas neste período</i>
General de Exército Artur da Costa e Silva Presidente da República 15 de março de 1967 - 31 de agosto de 1969	Infantaria – EMR – 1918 a 1921	IDEM

<sup>43</sup> Encontrou-se, no site do Arquivo Nacional, que o militar, da arma de cavalaria, começou a sua carreira em 1904 (BRASIL, 2024c). Por isto, considerou-se que o primeiro ano cursado por Monteiro foi na EPV e o segundo ano na Escola de Guerra de Porto Alegre (CACHAPUZ, 2024) que iniciou suas atividades em 1906 (BENTO, 2024). Não foi possível encontrar nem onde, nem como este militar continuou vinculado ao Exército e/ou se deu o seu processo de formação em 1905.

<sup>44</sup> No curso básico, da GC de 1913, encontrou-se as matérias de Direito Constitucional, Administrativo e Internacional – Legislação Militar. Na GC de 1918 encontrou-se o ensino de Direito Constitucional, Internacional, Penal e Processual. Na GC de 1919, encontrou-se o ensino do Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Penal e Processual Militar. Na GC de 1924 consta o ensino de Noções de Direito e Legislação Militar. Na GC de 1929 encontrou-se o ensino de Noções de Direito e Legislação Militar para Infantaria e Cavalaria. Para todas as armas, na GC de 1940, encontrou-se as matérias de Conhecimentos essenciais de Direito Constitucional, Administrativo e Internacional. Por fim, na GC de 1942 eram ensinadas as matérias de Direito Constitucional, Militar e Internacional e a matéria de Legislação e Administração Militares. Código Processual.



<p>General de Exército Emílio Garrastazu Médici Presidente da República 30 de outubro de 1969 15 de março de 1974</p>	<p>Cavalaria – EMR – 1924 a 1927</p>	<p>1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia 2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia Curso das Armas: Tática Geral e História Militar // Exercícios Táticos na Carta e no Terreno.</p>
<p>General de Exército Ernesto Geisel Presidente da República 15 de março de 1974 15 de março de 1979</p>	<p>Artilharia - EMR – 1925 a 1928</p>	<p>1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia 2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia Curso das Armas – Artilharia: Noções de Fortificação Permanente/ Tática Geral e História Militar // Exercícios na Carta e no Terreno</p>
<p>João Batista Figueiredo Presidente da República 15 de março de 1989 15 de março de 1985</p>	<p>Cavalaria - EMR – 1935 a 1937</p>	<p>1º ano (GC-1929): Missão do Exército e Missão Social do Oficial // Regulamento do Serviço em Campanha, de Transmissões e de Organização do Terreno. Topografia. Estudo do terreno, sua Morfologia e sua Representação na Carta. Curso das Armas Cavalaria: Topografia e Desenho Topográfico// Agentes de Transmissão; Radiotelegrafistas. Organização do Terreno// Topografia// Emprego da Engenharia// Fortificação Permanente.</p>
<p><b>Organizadores Intelectuais</b></p>		
<p>General de Exército Pedro Aurélio de Góes Monteiro  Ministro da Guerra (1934 –</p>	<p>Cavalaria Escola da Praia Vermelha (1904)</p>	<p>1º ano (GC-1898): Gramática Portuguesa, Gramática francesa, com leitura e versão fácil, Geografia, especialmente a da América do Sul; Aritmética; Desenho Linear. 2º Ano (GC-1905): Fortificação de campanha, Noções de Fortificação</p>

<p>1935// 1945-1946), Comandante do Estado-Maior do Exército 1936-1937// 1951-1952 (Organizador da Segurança Nacional)</p>	<p>– Escola de Guerra (de Porto Alegre) – 1906 - 1907</p>	<p>Permanente// Topografia e suas aplicações Militares // Trabalhos Topográficos Curso das Armas: Construção dos Entrincheiramentos: seu ataque e defesa, Castrametação; Trabalhos de Guerra: destruição de vias férreas, pontes e viadutos // Trabalhos Topográficos: levantamentos regulares e expeditos. Reconhecimentos e Explorações Militares // Prática de Telegrafia, Telefonia e Criptografia</p>
<p>General Francisco de Paula Cidade professor de História e Geografia Militar na EMR. Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Exército entre 1939 e 1942 (Organizador Geopolítico)</p>	<p>Infantaria XXX – 1908 – Escola de Guerra (de Porto Alegre)</p>	<p>1º ano (GC–1905): Arte e História Militares 2º Ano (GC-1905): Fortificação de campanha, Noções de Fortificação Permanente// Topografia e suas aplicações Militares // Trabalhos Topográficos Curso das Armas: Construção dos Entrincheiramentos: seu ataque e defesa, Castrametação; Trabalhos de Guerra: destruição de vias férreas, pontes e viadutos // Trabalhos Topográficos: levantamentos regulares e expeditos. Reconhecimentos e Explorações Militares // Prática de Telegrafia, Telefonia e Criptografia</p>
<p>Marechal Mario Travassos Diretor de Ensino do Exército (Organizador Geopolítico)</p>	<p>Artilharia – Escola de Artilharia e Engenharia (Realengo) 1908 – 1911</p>	<p>1º ano (GC - 1905): Física e Química Aplicadas à Arte da Guerra (explosivos, telegrafia, telefonia, fotografia e aerostação) // Metalurgia, Mineralogia. 2º ano: Mecânica Racional e sua Aplicação às Máquinas // Fortificação Permanente // Desenho de Fortificação: máquinas, especialmente de artilharia // Prática de Telegrafia, Telefonia e Fotografia, Trabalhos Topográficos. Ensino Prático: Fabrico das Bocas de Fogo // Visita às fábricas militares e arsenais // Trabalhos Topográficos // Telegrafia, Telefonia e Fotografia</p>
<p>Brigadeiro do Ar - Lysias Rodrigues Um dos fundadores da FAB e um dos criadores do Correio Aéreo Nacional (Organizador Geopolítico)</p>	<p>Artilharia – Escola Militar do Realengo – 1916-1918 <i>Tanto para a GC de 1913, como para a GC de 1918, são 4 anos de curso para o cadete. O que pode se supor, haja vista o tempo de graduação de Rodrigues é que alguns desses anos, podem ter sido feitos concomitantemente.</i></p>	<p>1º ano (GC - 1913): Organização dos Exércitos – Tática e Estratégia (noções) - História Militar do Brasil 2º ano: Mecânica Racional, Aeronáutica Militar, Topografia, especialmente a Militar. Curso de Armas 1º ano: Topografia Militar Curso de Armas 2º ano (GC-1918): Fortificação Permanente// Ataque e Defesa das Posições Fortificadas// Minas // Desenho de Máquinas // Fabrico do Material de Guerra // Desenho de</p>

		Fortificação // Telefonia e Sinalização // Construção de Fortificação de Campanha
General de Exército Juarez Távora Comandante da ESG (1952-1954) Ministro de Viação e Obras Públicas (15 de abril de 1964 e 15 de março de 1968)	Engenharia – EMR – 1917-1919	1º ano (GC - 1913): Organização dos Exércitos – Tática e Estratégia (noções) // História Militar do Brasil 2º ano (GC – 1918): Fortificação – Ataque e Defesa de Posições Fortificadas // Topografia // Telefonia e Telegrafia <b>Curso das Armas</b> 1º ano: Organização da Engenharia Militar // Resistência dos Materiais. Estabilidade das Construções // Hidráulica // Fortificação de Campanha // Minas // Construção: tecnologia das profissões correspondentes // Engenharia Sanitária. Abastecimento de Água e Esgotos. Topografia // Reconhecimentos e Exploração dos terrenos; Instalações telefônicas, Telegráficas e Radiotelegráficas 3º ano (GC-1919): Aplicação da Eletricidade aos Serviços da Arma de Engenharia // Material de Engenharia // Resistência dos Materiais // Estabilidade das Construções // Organização e Serviços de Engenharia // Estabelecimento e melhoramento das comunicações // Pontes // Estradas e Caminhos // Linha Férrea de Campanha // Telefonia // Telegrafia // Radiotelegrafia Militar // Minas // Destruições // Exercícios de Participação da Engenharia no Combate
General de Exército Aurélio de Lyra Tavares Ministro da Guerra (15 de março de 1967 a 30 de outubro de 1969) Membro da Junta Militar 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro de 1969. (Organizador da Segurança Nacional)	Engenharia - EMR – 1923 a 1925	1º ano (GC - 1919): Organização do Exército e Tática de Armas. 2º ano (GC-1924): Topografia e Desenho Topográfico, Noções de Direito. 3º Ano: <b>Cursos das Armas</b> (GC - 1924) – Curso Elementar de Estradas de Ferro e de Rodagem// Noções Essenciais de Geologia e de Resistência dos Materiais// Pontes Militares // Noções de Fortificação // Permanente // Exercício Topográfico
General de Divisão Golbery do Couto e Silva Chefe do SNI (1964-1966)	Infantaria - EMR – RJ – 1927 a 1930	1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da

<p>Chefe do Estado-Maior do Escritório Executivo da Casa Civil (1974-1981) (Organizador da Segurança Nacional)</p>		<p>carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia 2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia Curso de Armas – Infantaria: Noções de Fortificação Permanente // Tática Geral e História Militar// Exercícios táticos na carta e no terreno</p>
<p><b>Organizadores Setoriais</b></p>		
<p>Marechal Ademar de Queiroz Ministro da Guerra no Governo Castello Branco. Julho de 1966 a 15 de março de 1968</p>	<p>Infantaria - EMR – RJ – 1917 <i>não foi possível encontrar o ano de conclusão de Queiroz. Tomou-se o GC de 1913 para o ano de 1917 e o GC de 1918 para o segundo ano de curso do militar.</i></p>	<p>1º ano (GC - 1913): Organização dos Exércitos – Tática e Estratégia (noções) // História Militar do Brasil 1º ano (Curso das Armas): Fortificação de Campanha, Noções de Fortificação Permanente 2º ano (GC-1918): Fortificação – Ataque e Defesa de Posições Fortificada// Topografia// Telefonia e Telegrafia <i>Não foram encontradas informações do 3º ano de curso</i></p>
<p>General de Divisão Juracy Magalhães Ministro da Justiça de Castello Branco 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1968</p>	<p>Cavalaria - EMR – 1923 - 1927</p>	<p>1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia 2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia</p>
<p>Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Lavanère-Wanderley Ministro da Aeronáutica de Castello Branco de abril a dezembro de 1964, Chefe do EMFA de 1966 a 1968</p>	<p>Aviação Militar – EMR – RJ 1927 a janeiro de 1930</p>	<p>1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia 2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia Curso de Armas – Infantaria: Noções de Fortificação Permanente Aplicações Gerais da Física, Química e da Mecânica à Técnica Militar, Tática Geral e História Militar.</p>

<p>Marechal do Ar Márcio de Souza e Melo - Ministro da Aeronáutica 15 de dezembro de 1964 a 6 de janeiro de 1965 (Governo Castello Branco) Novamente em março de 1967 (Gov. Costa e Silva) até 25 de novembro de 1971 (Governo Médici)</p>	<p>Aviação Militar - EMR – 1925 - 1928</p>	<p>1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia 2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia</p>
<p>Ney Braga (major) Ministro da Agricultura de 18 de novembro de 1965 até 12 de agosto de 1966</p>	<p>Artilharia - EMR – 1935 a 1937</p>	<p>1º ano (GC -1929): Topografia, estudo do terreno, sus morfologia do terreno, e representação na carta / Missão do Exército e missão social do oficial. 2º ano, Curso de Armas: Topografia, Transmissões, sinaleiros, telefonistas radiotelegrafistas. 3º ano: Emprego da Engenharia, Fortificação Permanente, Síntese e Histórica da Fortificação, Aplicação da Física, Química e Mecânica à Técnica Militar, Exercícios Topográficos.</p>
<p>General de Exército - Orlando Geisel Ministro do Exército no Governo Médici de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.</p>	<p>Artilharia – EMR – 1923 - 1925.</p>	<p>1º Ano (GC-1919): Não se encontrou matérias relacionadas ao tema de pesquisa 2º ano (GC-1924): Topografia e Desenho Topográfico; Curso de Armas: Noções de Fortificação Permanente. Síntese Histórica da Fortificação // Tática Geral e História Militar.</p>
<p>General Arthur Duarte Candal da Fonseca Presidente da Petrobrás (04/1967 – 03/1969) Ministro-Chefe do EMFA (1971 – 01/1974) no Governo Médici.</p>	<p>Engenharia -EMR - 1925 até janeiro de 1929.</p>	<p>1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia 2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia Curso das Armas, Engenharia: Curso Elementar de Estradas de Ferro, e de Rodagem, Noções Essenciais de Geologia, Resistência dos Materiais, Pontes</p>

		Militares, Noções de Fortificação Permanente, Aplicações Gerais da Física, da Química e da Mecânica à Técnica Militar. // Tática Geral e História Militar
General Humberto de Souza Melo Chefe do EMFA até 1974 ( <i>não se encontrou a data de início de sua chefia</i> )	(arma não encontrada) – EMR – 1926 - 1930	1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia 2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia
Coronel Hygino Caetano Corsetti Ministro das Comunicações (30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974)	Engenharia - EMR – 1939 até 1942  <i>Não foi encontrado quando Corsetti concluiu em 1942, por isto foram considerados os GCs de 1920 e 1940</i>	1º Ano (GC- 1929): Topografia. Estudo do terreno, sua Morfologia e sua Representação na Carta. Missão do Exército e Missão Social do oficial. 2º ano (GC-1940): Conhecimentos Essenciais de Sociologia 3º ano: Topografia e Conhecimentos Essenciais de Topologia// Estradas de Ferro e de Rodagem (só para os cadetes de engenharia) // Preparação do Especialista de Transmissões // Aplicações práticas da Topografia Relacionada com a Engenharia
Tenente-Coronel Jarbas Passarinho Ministro do Trabalho e Previdência Social do governo Costa e Silva de 15 de março de 1967 a outubro de 1969 Ministro da Educação do governo Médici de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.	Artilharia - EMR – 1940 a 1943.	1º ano (GC-1940): Não foram encontradas matérias correlatas aos temas de pesquisa. 2º ano: Conhecimentos Essenciais de Sociologia 3º ano (GC-1942): História Militar do Brasil Curso das Armas: Preparo do oficial Orientador, Observador, de transmissões// Noções de organização e Emprego nas formações elementares motorizadas: defesa contra esses elementos.
Tenente-brigadeiro-do-ar Joelmir Campos de Araripe Macedo Ministro da Aeronáutica de Garrastazu Médici de novembro de	Aviação - EMR – 1925 a 1928	1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial// Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia

<p>1971 até o final do Governo Geisel em março de 1979.</p>		<p>2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia <i>Informação não encontrada para o curso de aviação</i></p>
<p>Tenente-Coronel José Costa Cavalcanti Ministro de Minas e Energia (15 de março de 1967 a janeiro de 1969) quando foi indicado para o Ministério do Interior do governo Costa e Silva (até o final do governo Emílio Médici a 15 de março de 1974). Em maio de 1974, no governo Geisel, Costa Cavalcanti assumiu a Presidência da Itaipú Binacional. Em 29 de setembro de 1980, no governo João Batista Figueiredo, assumiu cumulativamente à Presidência da Itaipú Binacional, a Presidência da estatal Eletrobrás. Permaneceu nas presidências das duas empresas até março de 1985.</p>	<p>Infantaria – EMR - 1935 a 1937</p>	<p>1º ano (GC-1929): Topografia, estudo do terreno, morfologia do terreno e representação na carta / Missão do Exército e missão social do oficial. 2º ano (Curso das Armas): Topografia e Desenho Topográfico / Agentes de Transmissão; Radiotelegrafistas/ Organização do terreno; topografia 3º ano (Curso das Armas): Organização e Tática das Armas; Emprego da Engenharia – Tática da Infantaria // Fortificação Permanente / História Militar / Exercícios táticos na carta e no terreno.</p>
<p>Marechal Afonso Augusto de Albuquerque e Lima - Ministro do Interior do Governo Costa e Silva (1967-1969)</p>	<p>EMR 1916 – 1918 Engenharia</p>	<p>1º ano (GC - 1913): Organização dos Exércitos – Tática e Estratégia (noções) // História Militar do Brasil 2º ano: Mecânica Racional // Topografia, especialmente a Militar Curso das Armas: Organização da Engenharia Militar // Resistência dos</p>

		Materiais // Estabilidade das Construções // Hidráulica. Abastecimento de Água e Esgotos // Engenharia Sanitária // Topografia em Geral // Material de Construção // Organização de Projetos e Orçamento de Obras Militares // Fortificação de Campanha e Permanente// Ataque e Defesa das Praças Fortes// Estradas, Pontes e Viadutos // Máquinas de Maior Importância pra a Engenharia Militar//Desenho de Fortificação e de Máquinas
General Jayme Portella de Melo - Chefe do Gabinete Militar de março de 1967 a agosto de 1969 (Governo Costa e Silva)	EMR – Ano e Arma Não encontrados	X
General Carlos Alberto da Fontoura Chefe do SNI (1969-1974)	Informação Não encontrada	Informação Não encontrada
General de Brigada (e engenheiro de Metalurgia) Edmundo de Macedo Soares e Silva - Ministro da Indústria e Comércio no Governo Costa e Silva (1967-1969)	EMR – 1918 – 1921 Engenharia	1º ano (GC - 1918): História Militar do Brasil. Organização do Exército. 2º ano (GC – 1919): Fortificação de Campanha // Fortificação Permanente // Topografia // Topografia Militar // Mecânica Racional Curso da Arma: Aplicação da Eletricidade aos Serviços da Arma de Engenharia // Material de Engenharia // Resistência dos Materiais (conhecimentos essenciais) Estabilidade das Construções // História Militar// Organização e Serviços de Engenharia // Temas táticos no terreno e na Carta. Jogo da Guerra // Construção e Reforçamento de Obras Especiais de Fortificação de Campanha // Estabelecimento e Melhoramento das Comunicações // Pontes Estradas e Caminhos // Linha Férrea de Campanha // Telefonia // Telegrafia // Radiotelegrafia Militar // Pombos Correios // Minas // Destruições // Criação de Obstáculos // Organização Especial de Pontos de Apoio // Exercícios de Participação da Engenharia no Combate
General de Exército Idálio Sardenberg -	EMR 1924 – 1927 – artilharia	1º Ano (GC-1924): Missão do Exército e Missão Social do oficial//



<p>Ministro Chefe do EMFA Governo Médici (1971-1972).</p>		<p>Regulamento de transmissões e de Organização do Terreno // Topografia: morfologia do terreno e representação da carta // Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia  2º Ano: Topografia e desenho topográfico // Organização do Terreno // Agentes de transmissão, radiotelegrafistas // Topografia  Curso das Armas: Curso Elementar de Estradas de Ferro e de Rodagem // Noções Essenciais de Geologia e de Resistências dos Materiais // Pontes Militares // Noções de Fortificação Permanente // Síntese Histórica da Fortificação // Tática Geral e História Militar // Exercícios Topográficos</p>
<p>Coronel Mário Andreazza, Ministro dos Transportes nos Governos Costa e Silva e Médici, de 15 de março de 1967 a 15 de março de 1974, final do Governo Médici.</p>	<p>Infantaria – EMR – 1938 a 1940.</p>	<p>1º ano (GC-1929): Topografia, estudo do terreno, morfologia do terreno e representação na carta / Missão do Exército e missão social do oficial.  2º ano (Curso das Armas): Topografia e Desenho Topográfico / Agentes de Transmissão; Radiotelegrafistas/ Organização do terreno; topografia  3º ano (GC-1940) (Curso das armas): Aplicações de Topografia, Relacionada com o emprego da Infantaria</p>
<p>Marechal Cordeiro de Farias, Junho de 1964 – junho de 1966 Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (atual Ministério do Interior).</p>	<p>Artilharia - EMR – 1917 a 1919.</p>	<p>1º ano (GC - 1913): Organização dos Exércitos – Tática e Estratégia (noções) - História Militar do Brasil  2º ano (GC-1918): Fortificação – Ataque e Defesa de Posições Fortificadas / Topografia  3º ano (GC-1919): Curso das armas: História Militar / Temas Táticos no Terreno e na Carta. Jogo da Guerra // Exercícios de Ligação (estafetas, sinaleiros, telefone)</p>

Fonte: Tabela elaborada e organizada pelo autor com base em diferentes fontes, especialmente Motta (1998), CPDOC, Biblioteca da Presidência da República e AHIMTB.

Dos organizadores políticos, dois eram da arma de Infantaria (Castello Branco e Costa e Silva), dois da arma de Cavalaria (Médici e Figueiredo) e um da arma de Artilharia (Geisel), sendo a arma de Infantaria a arma predominante entre os organizadores políticos no período 1964-1973 (ano anterior à publicação do 2º PND).

Entre os organizadores setoriais, três eram da Infantaria (Ademar de Queiroz, Costa Cavalcanti e Andreazza), um da arma de Cavalaria (Magalhães), três da Aviação Militar,

(Lavanere Wanderley, Souza Melo e Macedo) que era lecionada na EMR antes da fundação da FAB (Força Aérea Brasileira) em 1941, cinco da Artilharia (Sardenberg, Braga, Geisel, Passarinho e Farias) e quatro da engenharia (Lima, Silva, Corsetti e Fonseca).

Após consultas em diferentes sites, como o CPDOC e o site da AHIMTB (Academia de História Militar Terrestre do Brasil) e da Biblioteca da Presidência da República, não foi possível encontrar a arma do General Humberto de Souza Melo e do General Jayme Portella. Tampouco se encontrou informações sobre o general Carlos Alberto Fontoura, chefe do SNI, entre 1969 e 1974.

Logo, a contar com as informações obtidas, a arma predominante entre os organizadores setoriais era a Artilharia. No que diz respeito às matérias mais relacionadas à infraestrutura de transportes e indústria é possível dizer que, até mesmo nas armas com menor período de formação (cavalaria e infantaria), os cadetes estudavam matérias como: Fortificação de Campanha, Topografia, Construção dos Entrincheiramentos: seu ataque e defesa, Castrametação; Trabalhos de Guerra: destruição de vias férreas, pontes e viadutos; a exemplo da GC de 1905. As armas de Engenharia e Artilharia, conforme visto na tabela, preparavam mais o oficial nestas áreas.

Afora estas matérias, também se encontrou o estudo de História Militar, Geografia, Sociologia e a matéria de “Missão do Exército e Missão Social do oficial” na GC de 1924. Entende-se, nesta tese, que este conjunto de estudos, portanto, contribuía para que as noções de Defesa e desenvolvimento da infraestrutura de transportes e indústria fossem indissociáveis do entendimento dos militares sobre questões históricas, legais, sociais e, conseqüentemente, políticas do país.

Nos termos de Wendt (2003), é possível dizer que a estrutura inculcou em seus agentes a *common knowledge* e esta *common knowledge* (diga-se, ideias compartilhadas entre agentes) foi a base da formulação das ideias dos próprios agentes, principalmente dos organizadores intelectuais sobre os quais se aprofundará na seção 3.3. Ademais, como é possível verificar a partir das GCs ministradas aos cadetes, era consenso na força uma consciência situacional em que infraestrutura de transportes, energética, de comunicações e indústria eram indispensáveis tanto ao país como às Forças Armadas, já que as últimas não poderiam ter esses meios se o Estado não os tivesse também.

Devido à posição de poder que estes organizadores ocuparam é possível afirmar que, cada um à sua maneira, influenciou o Exército (com exceção dos que foram para a FAB

e de Ney Braga que chegou à patente de major), consolidando, então, o que Wendt (2003) chama de processo, ou seja, quando os atores são influenciados pela estrutura e a influenciam de volta.

Nos termos históricos, portanto, o Exército Brasileiro lida com a infraestrutura de transportes desde 1792. No que diz respeito à indústria militar, encontrou-se que em 1808 o Brasil contava com sua primeira fábrica bélica, a Fábrica de Pólvora da Lagoa. Após a Proclamação da República, em 1898, foi inaugurada a Fábrica de Cartuchos de Infantaria (Fábrica do Realengo) e em 1902 o Ministério da Guerra inaugurou a Fábrica de Pólvora sem Fumaça de Piquete (município de São Paulo) (GOLDONI, 2011).

Em 1932, o Ministério da Guerra deu início à instalação da Fábrica de Projétil de Artilharia e em 1933 inaugurou a Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia em Juiz de Fora e a Fábrica de Canos e Sabres para Armas Portáteis em Itajubá; em 1934 é criada a fábrica de Viaturas do Exército em Curitiba e em 1939 a Fábrica de Material de Transmissões e a Fábrica de Material contra Gases. Destaca-se, ainda, que o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, em operação desde 1762, passa a fabricar aço em 1920 (GOLDONI, 2011).

Estes dados evidenciam que o Exército já possuía alguma familiaridade com a indústria desde o início do século XIX. Em 1928 a Escola de Engenharia Militar<sup>45</sup> foi inaugurada. Em “Indústria de Defesa no Brasil entre as Duas Guerras Mundiais” (GOLDONI, 2011), Goldoni, além falar da relação entre a Escola Técnica do Exército e estas fábricas, explica que as mesmas investiam em laboratórios e/ou escolas para aperfeiçoar suas capacidades produtivas, a exemplo do Laboratório Pirotécnico da Fábrica do Realengo, da Seção Tecnológica da Fábrica de Projétil de Artilharia e da Escola de Aperfeiçoamento Técnico Profissional ligada à Fábrica de Canos e Sabres para Armas Portáteis que também contava com um Serviço de Controle e Pesquisas (GOLDONI, 2001).

O estudo também encontrou uma aproximação entre o Ministério da Guerra e elites civis, principalmente do estado de São Paulo, com a finalidade de instruir e incentivar as mesmas a desenvolverem uma indústria que produzisse manufatura de interesse militar, que veio a ser o caso da Companhia Nacional de Forjagem de Aço Brasileiro e a Sociedade Anônima Marvin (GOLDONI, 2011).

---

<sup>45</sup> Em 1933 a EEM passa a se chamar EsTE (Escola Técnica do Exército) e em 1959 a EsTE é fundida com o Instituto Militar de Tecnologia (1941) para formar o IME (Instituto Militar de Engenharia).

A decisão política de Vargas de criar a Companhia Siderúrgica Nacional que contou com o apoio dos EUA, teve importante influência das Forças Armadas, segundo Sá:

Sob um regime cada vez mais centralizado, Vargas teria dado início a uma vigorosa política de industrialização, que teve na construção da Companhia Siderúrgica Nacional o seu marco mais expressivo. A mudança de orientação não teria sido possível sem uma efetiva pressão dos militares. Com efeito, Wirth considera que as Forças Armadas foram os principais agentes da industrialização brasileira, pressionadas cada vez mais pela perspectiva de um conflito de proporções globais. Desta forma, foi a percepção da fragilidade nacional em um momento de graves perturbações na ordem internacional que tornou inadiável uma ampla política de substituição de importações, com os militares apresentando-se como os seus mais destacados defensores (SÁ, 2008, p. 64)

Em relação à infraestrutura dos meios de transportes, Vieira (2019) encontrou que no início da década de 1940 o ACE considerava duas hipóteses de guerra sendo a primeira contra a Argentina ou contra uma aliança entre a Argentina o Paraguai e o Uruguai e a segunda contra as Potências do Eixo, grupo formado, principalmente, por Alemanha, Itália e Japão. A respeito da primeira hipótese, ao analisar documentos do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e do ACE, Vieira encontrou que:

Dentro do planejamento militar para a guerra, os setores de petróleo e transportes terrestres, especialmente rodoviários, eram interconectados: De acordo com o EMFA [Estado-Maior das Forças Armadas], os carregamentos de combustíveis representavam, em caso de guerra, metade da tonelagem a ser enviada aos teatros de operação. Daí que era necessário planejar de modo articulado a extração, refino e transporte do petróleo e derivados. Essa articulação já vinha desde os anos 1940, quando o Exército instalou um sistema de implantação de rodovias financiado com recursos do imposto único sobre combustíveis proposto pelo General Horta Barbosa e administrado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem sob diretrizes do Conselho Rodoviário Nacional, cujas decisões eram submetidas à tutela do EME (Wirth 1973, Vieira 2018). Durante o Plano de Metas, as rodovias receberam investimentos de 23 bilhões de cruzeiros originados do Imposto, sendo o setor rodoviário um dos únicos a superar os objetivos previstos (CENTRO CELSO FURTADO, 2010).

Tendo sido resolvida a questão dos transportes rodoviários para os possíveis teatros de operações, era necessário obter e refinar o petróleo. (VIEIRA, 2019, p. 47)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Vieira também identificou uma participação do ACE no Plano de Metas de Kubitschek (1956-1961) associada à infraestrutura de energia, diz o autor: “As prioridades do Alto Comando para o setor de petróleo se refletiram nos projetos do Óleoduto Santos-São Paulo e na primeira grande refinaria da Petrobrás, Cubatão, assim como nos projetos do Plano de Metas. Até 1961, a Petrobrás ampliou exponencialmente a capacidade de extração e de refino sob direção geral do General Idálio Sardenberg, membro fundador do Corpo Permanente da ESG, sendo o grande projeto do período a instalação da Refinaria Duque de Caxias,

Importante se faz destacar que a histórica rivalidade entre o Brasil e a Argentina, por sua natureza “crônica”, não foi explanada como um choque exógeno. A rivalidade entre estes países, como será visto neste capítulo, foi tema de estudos dos organizadores intelectuais geopolíticos Paula Cidade (1940), Mario Travassos (1947) e Lysias Rodrigues (1947); e, também, uma das preocupações do Plano de Guerra de 1938 quando Goés Monteiro, organizador da Segurança Nacional, ocupava a chefia do EME.

Assim, para além dos choques exógenos e da crise de incerteza knightiana de 1964, a rivalidade entre o Brasil e a Argentina, que perdurou entre as décadas de 1820 e 1980, foi um elemento motivador, em diferentes momentos, das consternações e estudos do Exército, verificados em reuniões do ACE e relatórios do EME (VIEIRA, 2018). Esta rivalidade, segundo Vieira (2018), foi uma importante influência do entendimento, no Exército, sobre a importância de uma indústria nacional e da infraestrutura de transportes.

Deste modo, tem-se que a relação entre o desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústria e o Exército precede o Regime Militar. Durante as décadas analisadas, a instituição se organizou na esfera educacional/intelectual, operacional e política de modo que, em 1964, as tinha a sua disposição da forma mais elaborada. Na próxima seção analisa-se a importância e contribuição da revista A Defesa Nacional.

### **3.2 A Defesa Nacional**

A revista A Defesa Nacional (ADN), foi lançada em 1913 por tenentes e capitães que passaram por um período de instrução na Prússia nos anos 1905, 1908 e 1910 e, também, por adeptos entusiastas das ideias dos colegas (LUNA, 2023). Estes jovens oficiais, que fizeram intercâmbio, eram chamados de Jovens Turcos. Segundo Luna:

Já em seu primeiro editorial a revista definiu de forma precisa o objetivo e a orientação de seu grupo mantenedor: lutar pelo “soerguimento” do Exército, pela defesa nacional, pelo desenvolvimento do país e pela formação de uma nação moderna e militarizada, nos moldes das nações europeias, em especial a Alemanha (LUNA,2023)

Luna aponta que, para os jovens turcos:

---

no Rio de Janeiro (seguindo portanto o critério estratégico de instalar refinarias longe do território inimigo e a meio caminho entre a área de extração e o teatro de operações) (Centro Celso Furtado, 1959). Outro projeto relevante foi a ampliação da refinaria de Cubatão, levado a cabo pelo tenente-coronel Ernesto Geisel quando chefe da instalação (D’Araujo & Castro 1997)” (VIEIRA, 2019, p. 48)

os processos de desenvolvimento do Exército e da nação eram questões interligadas. Assim, somente após garantir a modernização de seu Exército e a manutenção de sua soberania, o país poderia desenvolver com tranquilidade seu comércio, suas indústrias e suas artes, vistos como fundamentais para a riqueza nacional (LUNA,2023).

Dentre os fundadores da revista, encontram-se os oficiais que estagiaram na Prússia, como Joaquim de Sousa Reis, Parga Rodrigues, Epaminondas de Lima e Silva, Euclides Figueiredo (pai do último presidente militar João Baptista Figueiredo), Francisco Jorge Pinheiro, Amaro de Azambuja Vila Nova; e os simpáticos às ideias dos Jovens Turcos, tais quais José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque, Clementino de Carvalho, Brasília Taborda e Francisco de Paula Cidade, que viera a se destacar como geopolítico na década de 1930. Ademais, tem-se que o presidente Dutra compôs o grupo mantenedor da revista em 1924 e o geopolítico Mario Travassos, em 1926, também fez parte deste grupo.

A ADN foi a revista mais importante para os militares, sobre assuntos políticos e de Defesa, durante a década de 1910 (MCCANN, 2009; LUNA, 2011). Os editoriais do período 1913-1924, versavam, principalmente, sobre a relevância de que o Brasil tivesse um Serviço Militar Obrigatório e, também, sobre temas mundanos da força como orçamento, soldo, fardamento, etc... Há, contudo, alguns editoriais que tratavam de questões políticas, industriais e da infraestrutura de transportes<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Sobre estes temas e o pensamento, no Exército, a respeito desses temas na década de 1920 é importante apontar para laços que permeiam os “Jovens Turcos”, a ADN, a Missão Indígena e o Tenentismo. Os “Jovens Turcos”, como visto, foram, em conjunto com entusiastas, os fundadores da revista A Defesa Nacional. A Missão Indígena, por sua vez, foi um grupo de ensino formado por militares brasileiros do Exército, dentre eles dois “Jovens Turcos”, que atuou na tentativa de reforma do ensino da EMR entre 1919 e 1923 (ROESLER, 2016). Segundo Roesler, que cita Denys, os oficiais da missão indígena “eram fortemente influenciados pelas orientações de instrução difundidas pelos jovens turcos nas páginas de A Defesa Nacional. Entretanto, destaca que, do grupo inicial de instrutores aprovados no concurso de 1918, apenas dois oficiais pertenciam ao grupo dos Turcos: o Tenente Euclides Figueiredo e o Capitão Epaminondas de Lima e Silva” (DENYS *apud* ROESLER, 2016, p. 76). A missão indígena, atuou na EMR até 1923, um ano após o primeiro levante tenentista que afetou a Escola; é possível apontar para o alto grau de probabilidade que a missão indígena tenha influenciado os tenentes sobre os temas tratados pela ADN. Uma das diferenças entre os “jovens turcos” e os tenentes é observada por Viera que argumenta que: “Na realidade, pode-se afirmar que a diferença fundamental entre Tenentes e “Turcos” no que diz respeito à política era mais de método do que de conteúdo. Enquanto os primeiros aderem à rebelião aberta, o grupo da ADN propõe que o Exército terá mais sucesso em garantir seus interesses se se pautar pelo reforço da disciplina e da hierarquia. Com isso, se garantiria a redução da influência civil no meio castrense, e se preservaria a instituição das lutas faccionais e partidárias. Consequentemente, a corporação teria um alto grau de coesão interna e de força para agir com firmeza e solidez perante a classe política civil, prevenindo-se contra sua própria dissolução ao mesmo tempo em que obtém os recursos morais necessários para desenvolver sua função política, fazendo prevalecer suas exigências” (VIEIRA, 2018, p.89). A partir de 1930, tem-se que fundadores ou mantenedores da ADN se dedicaram ao estudo da geopolítica, a exemplo de Paula Cidade e Mario Travassos, e a promoção do desenvolvimento da indústria nacional e aos estudos da Segurança Nacional, a exemplo do ex tenente Juarez Távora cuja biografia e sua atuação na Era Vargas (1930-1945) encontram-se entre as páginas 143 e 145.

A análise dos editoriais da ADN se dá entre 1913 e 1924, com o propósito de trazer à baila uma importante dimensão de como parte dos oficiais do Exército pensavam diferentes problemas nacionais. Em 1922, uma outra importante dinâmica emerge nas hostes militares, o Tenentismo e, em 1930, com a primeira intervenção militar na política da história da República, esta dinâmica muda outra vez. Em 1934 tem-se a primeira obra analisada de um organizador intelectual, “A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército” de Goés Monteiro e em 1959 as últimas publicações. Trata-se da versão de 1950 de “Aspectos Geopolíticos do Brasil” de Golbery do Couto e Silva e Organização para o Brasil de Juarez Távora. Dito isto, haja vista as diferentes mudanças no Exército ao longo destas décadas e, também, dado o surgimento de novas fontes e materiais que permitiram o estudo das ideias de Defesa e desenvolvimento sob outras lentes, optou-se por limitar a leitura dos editoriais da ADN entre 1913 e 1924.

No âmbito político, o que se percebe a partir da leitura dos editoriais é uma perspectiva de que o poder civil ao qual deviam e reconheciam que deviam obediência, não tinha a adequada clarividência para governar o país nem tampouco promover o seu desenvolvimento. Entendimento este encontrado em diferentes passagens, a exemplo da seguinte passagem no primeiro volume da revista, escrito, naturalmente, com a grafia da época. Vide:

É de balde que os espíritos liberaes, numa justificada ancia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um facto histórico que as sociedades nascentes têm necessidades dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização ellas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função. Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negócios internos do paiz, o Exército precisa, entretanto, estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociaes em marcha – e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuada das sociedades que se formam. (CLEMENTINO, p. 1, vol.1 1913)

Esta crítica ao poder civil, poderia ser sanada, em parte, pelo Exército, caso fosse instituído o Serviço Militar Obrigatório; o Serviço, além de sua importância específica às necessidades da força que passaria a contar com uma reserva preparada em caso de guerra, também criaria, em parcela da população, uma consciência voltada para o culto ao trabalho e o amor à pátria (ADN, 1914, n.9). Em reação aos eventos do Contestado, o

editorial do volume 13 da ADN, veladamente, criticava a liderança civil que tinha deixado o povo na situação acima explicada e defendia o engajamento do Exército na educação cívica e militar da nação. Vide:

Sejam, porém, quaes foram os factores que tenham actuado sobre essas populações, ainda há pouco, pacíficas, para arrasta-las à rebellião e ao saque, o que se não pode negar, é que a ignorancia lastimável em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente, é a causa principal desses lamentáveis desvios, que reduziram humildes sertanejos patricios à condição de nossos *inimigos* (...)

O Brazil precisa de homens, mas de homens que colaborem, dentro da ordem na obra de seu engrandecimento.

E não precisa menos, também, do esforço e do patriotismo de seus officiaes para a obra de reorganização militar do Exército e para a educação cívica e militar da nação (LEITÃO, 1914, p 1-2, v. 13)<sup>48</sup>

Por fim, a seguinte passagem ilustra como o ceticismo em relação ao poder civil estava, também, atrelado às preocupações dos redatores em relação à desenvoltura econômica do país, vide:

Não é de extranhar que vivamos a tangenciar o abysmo da bancarrota financeira e fallencia moral e politica. Só uma vontade hercúlea, inabalável, que seja surda ao clamor da rotina e às exigências da “burguesia egoística e obsecada” poderá salvar a nau brasileira de ser absorvida pelo *maelstrom* da anarchia, do despedaçamento e da ruina.

E o caminho a seguir é o da preparação da defeza nacional sob o múltiplo aspecto moral, político, economico e militar (ADN, 1916, p. 2-3, n. 34) [editorial sem autor]<sup>49</sup>

As noções de defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústria encontradas na Revista foram elaboradas, portanto, de maneira indissociável de um ceticismo quanto às habilidades dos civis de governarem o país. Havia preocupações internas quanto à educação do povo e instabilidades internas, bem como preocupações

---

<sup>48</sup> É provável que quem tenha assinado este editorial tenha sido pelo cadete Estevão Leitão de Carvalho, parte do grupo mantenedor da Escola. Na revista encontra-se uma assinatura onde lê-se: “Leitão”

<sup>49</sup> O Dicionário de Cambridge define a palavra *maelstrom* assim: a situation in which there is great confusion, violence, and destruction (CAMBRIDGE, 2023)



quanto as instabilidades mundiais, especificamente em relação à Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Como percebido nos volumes 31, 35, 43, 45<sup>50</sup>, entre outros.

Sobre a importância da indústria para o desenvolvimento nacional e a Defesa do país, o editorial mais relevante é o editorial de nr. 44 (1917) onde se argumentou que o país, para se tornar uma “nação armada”, precisava também (além das tropas que emergiriam a partir do SMO) de uma robusta indústria do aço (ADN, 1917, nr. 44). As três passagens a seguir expõem o argumento de que indústria e desenvolvimento nacionais seriam indissociáveis; expõem também o ceticismo de que o poder civil seria capaz de implementar esta indústria, vide:

*longe de encontrar nos governos a coadjuvação intuitiva e espontânea a uma indústria necessária como esta para o desenvolvimento nacional, as usinas tem sido obrigadas a travar lucta com a estreiteza de vistas dos directores económicos de nossa terra, a cuja myopia tem escapado a importância capital do problema siderurgico. Apesar de todos os óbices as fabricas tem continuado a fundir, isto é tem prosperado.*

*Só esperam para se desenvolver que chegue ao poder alguém capaz de permitir o livre broto da energia latente que n'ellas reside, e o crescimento desempedido do germen fecundo que representam” (ADN, 1917, p.250, n.44)*

*“aos esforços tão louváveis da indústria particular, que nenhum favor pede ao Estado senão permitir-lhe desenvolver-se e não cerrar ouvidos a suas justas reclamações pela existência de um mercado interno sem se alterarem as normas actuaes de taxaço alfandegaria; a esses esforços tem respondido a acção governamental com a mais profunda indiferença” (ADN, 1917, p.251, n. 44) [editorial sem autor]*

As preocupações com a indústria continuam em outros editoriais como os dos volumes 94, 114 e 125. No volume 94 o editorial sugere que o Exército tenha o seu próprio

---

<sup>50</sup> Especificamente no volume 46, fala-se sobre a importância da mobilização e a capacidade industrial dos países envolvidos na guerra, principalmente o Reino Unido. A indústria metalúrgica seria central para a guerra e sua performance naquele momento era a consequência de investimentos acertados durante o tempo de paz. O exemplo do Reino Unido, não selecionado em vão, servia de alerta, pelos redatores, sobre a situação do Brasil; país que deveria fabricar o aço para ser capaz de produzir o seu material bélico, e outros meios de guerra, como diziam: “Pesa-nos ver fora das cogitações do poder publico um problema abordado e resolvido por nações onde mingam os elementos que nos sobejam, quando tudo apenas depende de sua exacta compreensão e de vontade firme. O futuro bem dirá do Governo que num gesto patriótico der incremento à grande obra iniciada há um século por Varnhagen e Eschwege, de crear a indústria metallurgica no Brazil” (ADN, 1917, p. 317, n. 46) [editorial sem autor]

quadro técnico de especialistas para lidar com as indústrias da força<sup>51</sup>; sobre o mesmo assunto, o editorial do volume 125 diz o seguinte:

Embora os Regulamentos de ensino militar incluam em seus programas, além do curso de artilharia para tropa, o técnico especial de artilharia e engenharia, não é possível dispensar os técnicos práticos especiais, digamos melhor, de engenheiros industriais, se quisermos possuir técnicos fabris nas condições de dirigir eficazmente os vários serviços de nossas fábricas militares (ADN, 1924, p.2, n. 125) [editorial sem autor]

As ambições notadas neste editorial, apontam para um desejo que vai além do domínio das áreas da química e da siderurgia, mas que envolve, também, as áreas da elétrica, da metalurgia e “algumas outras”, como escrevem os editores. Antecedendo as discussões sobre o desenvolvimentismo (concentradas principalmente na Problematização da Introdução desta tese) percebe-se que, apesar de enxergarem com bons olhos a iniciativa privada, para os editores, o Estado deveria ser o indutor da industrialização. Argumento este não somente destacado acima, em que se critica a postura do Estado em relação a algumas indústrias ou políticas industriais, mas também na seguinte passagem que comenta como o Estado poderia auxiliar as indústrias civis:

Se nossas indústrias civis ensaiam ainda seus primeiros passos, a boa visão indica-nos o dever, que cabe ao Estado, de ajudá-las, a troco de compensações que interessem diretamente à defesa nacional.

Judiciosas concessões, abertas em livre concorrência, a quem esteja em condições de assumir as responsabilidades de empreendimento promissor, são, de certo, os melhores alvites a seguir.

O que é preciso, entretanto, é que os contratos sejam organizados com inteligência e segurança, afim de que se possa efectivamente deles esperar o que se pretende, acautelando-se o governo contra as explorações que, não raro, mascaram, sob pretextos ilusórios, negociações inconfessáveis.

Desde, porém, que tais providências o presidam, nada mais razoável e natural do que um tal regime que, além de vir ao encontro de interesses directos e vitais da defesa, importam sobretudo em desenvolver indústrias de cujo advento está dependendo, em grande parte, nossa redempção económica. (ADN, 1923, p. 2-3, n. 114) [editorial sem autor]

---

<sup>51</sup> Fábrica de pólvora sem fumaça, Fábrica de Polvora Negra da Estrela, Arsenal de Guerra de Porto Alegre, Fábrica de Ferro de Ipanema.

Afora esta importante defesa sobre a construção de uma indústria militar e civil nacionais, a revista também tratou da importância da infraestrutura de transportes. Sobre esta infraestrutura, em específico, quando o principal meio mecanizado terrestre ainda eram as ferrovias (estradas de ferro), o editorial de número 47 defende um argumento que em muito se assemelha ao argumento de Camille Vallaux (1914). Como apresentado na introdução e no primeiro capítulo, Vallaux (1914) argumenta que as estradas atendem, primeiramente, às necessidades políticas e militares do estado. Apesar disso e, cientes de que com a imensidão territorial do país, se fazia necessário a soma de forças, o editorial sugeria a regulamentação “do serviço de estrada de ferro, considerando o seu emprego na guerra” (ADN, 47, 1917, p. 3) [editorial sem autor].

Inspirados no exemplo da recente desenvoltura prussiana, que em muito tinha alargado e organizado as suas ferrovias, a revista defendia que o Brasil deveria fazer o mesmo tendo como finalidade a guerra. A seguinte passagem sintetiza as preocupações sobre as ferrovias:

As estradas de ferro foram consideradas, logo depois dos primeiros aperfeiçoamentos, um elemento indispensável e eficiente à organização da defesa nacional.

O papel proeminente que têm representado na presente guerra, com decisiva influencia na movimentação das massas combatentes, no reabastecimento dos grandes exércitos, dão-lhes o direito a ser consideradas uma verdadeira machina de guerra

A construção das linhas férreas com proposito comercial, precisa ficar mais do que nunca subordinada às exigencias estrategicas, nas regiões em que os interesses simultâneos colidam. Essas exigencias são de tal ordem que, mesmo em zonas onde as probabilidades da exploração não seduzam a aplicação de capitães, por falta de riquezas naturaes, infertilidade do solo, pelas más condições da salubridade ou ausência de povoadores – os Estados são forçados a construir linhas de character essencialmente estratégico, a despeito de onerosos sacrificios (ADN, 1917, p. 1, n. 47) [editorial sem autor]

A Defesa Nacional, portanto, foi um importante foro onde oficiais do Exército e, principalmente, os que, de acordo com Luna (2011;2023) e McCann (2009) tinham uma visão reformista, divulgavam suas ponderações acerca de diferentes temas, como o ceticismo quanto ao poder civil em governar o país, a importância da indústria e infraestrutura e, também, o protagonismo do poder político que deveria liderar o estado na organização de políticas públicas tanto no setor da indústria como no setor dos meios de transportes.

Nas próximas seções analisa-se as ideias dos organizadores intelectuais geopolíticos e as ideias dos organizadores intelectuais da Segurança Nacional.

### 3.3 As Ideias dos Organizadores Intelectuais

Como explicado por Blyth (2002), as ideias dos atores são vontades mediadas por crenças e desejos (e minimamente por fatores estruturais). Quando se refere a estas ideias, Blyth toma como exemplo as ideias de políticos, jornalistas e de um grupo de acadêmicos da Escola de Economia de Estocolmo. Nesta tese, toma-se como ideias dos atores as principais publicações dos organizadores intelectuais onde versam sobre a Defesa Nacional a partir de dois principais prismas, o da Geopolítica e o da Segurança Nacional<sup>52</sup>.

A divisão entre estes dois campos, como explicado na introdução, se dá porque encontrou-se duas literaturas produzidas por oficiais do Exército onde tinham como principal tema a Defesa do país. Apesar deste tema em comum, estes oficiais diferenciavam-se pelo olhar a partir do qual dissertaram sobre os desafios e soluções da Defesa Nacional. Os geopolíticos o fazem a partir da Geopolítica, e os da Segurança Nacional o fazem a partir do conceito de Segurança Nacional.

Os geopolíticos militares analisados na seção seguinte são reconhecidos geopolíticos por uma gama de estudiosos da geopolítica brasileira <sup>53</sup> (COSTA,1992; MIYAMOTO,1995; FREITAS, 2004), trata-se do Marechal Mario Travassos, o General de Divisão Francisco de Paula Cidade e o Major-Brigadeiro do Ar Lysias Rodrigues. Os organizadores intelectuais da Segurança Nacional foram assim classificados porque

---

<sup>52</sup> O termo, organizador intelectual, lembra-se, foi uma sugestão deste autor a partir da leitura da obra de Mackinder “Democratic Ideals and Realities”. Mackinder argumenta que são os organizadores capitalistas ou militaristas aqueles que são capazes de conduzir o adequado *man-power* aos projetos de poder de um estado (MACKINDER, 1942). Dentre os organizadores, há os organizadores políticos e os organizadores setoriais, ou seja, os organizadores que governam o Estado e os organizadores que manejam os diferentes setores do Estado ou da sociedade tendo por vista um objetivo geopolítico. Mackinder, todavia, não explica de onde veem as ideias que pudessem fundamentar a atuação dos organizadores ou aconselhar estas ações, daí, nesta tese, foi sugerida a alcunha de organizadores intelectuais, ou seja, atores capitalistas ou militaristas que pensavam o Estado a partir da geopolítica e que, portanto, viesse a aconselhar os organizadores políticos sobre como manejar o Estado e o *man-power*.

<sup>53</sup> A geopolítica brasileira começa a ser sistematizada na década de 1920 com os estudos de Everardo Backheuser (MIYAMOTO, 1995). Antes deste autor, Delgado de Carvalho (1913), em “Geographia do Brasil”, analisou o desenvolvimento do Estado Brasileiro sobre o território em formação. O foco de seu estudo foi a expansão de atividades econômicas, políticas e religiosas, amarradas por um corpo burocrático incipiente durante o Brasil Colônia (1500-1808) e uma organização mais robusta durante o Brasil Império (1822-1889).

encontrou-se, durante esta pesquisa, um grupo de organizadores intelectuais que produziu profícua literatura sobre o tema.

Tomou-se como dado preliminar, para que se pesquisasse sobre estes organizadores, o trabalho de Becker e Egler (2003) “Brasil Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo”. Nesta obra os autores se referem à existência de duas principais formas de se compreender o Brasil a partir das quais os militares implementaram a modernização conservadora. Estas formas foram a Geopolítica e a Segurança Nacional. Afora esta informação, a leitura das obras do geopolítico Golbery do Couto e Silva (1967), bem como a leitura de documentos da Escola Superior de Guerra, analisados no próximo capítulo, apontam para o crescimento da importância deste conceito nos quadros militares a partir da década de 1950.

Estas informações preliminares fundamentaram a pesquisa pelo que aqui se propõe chamar de organizadores intelectuais da Segurança Nacional. Esta pesquisa se deu da seguinte maneira: Analisou-se as biografias dos organizadores setoriais do Exército; ou seja, aqueles militares, titulares do cargo que ocupavam, que participaram das reuniões/consultas do Conselho de Segurança Nacional. Neste grupo, se encontravam os ministros militares, os chefes do SNI e do EMFA entre 1964 e 1973 (ano anterior à publicação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento). Em seguida, buscou-se, a partir da análise das biografias, verificar publicações acerca da Segurança Nacional feitas por estes organizadores setoriais.

Daí foram encontradas importantes publicações, antes da Ruptura Institucional de 1964, do general de exército Juarez do Nascimento Távora, ministro do Ministério de Viação e Obras Públicas entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1968 e o general de exército Aurélio de Lyra Tavares, ministro do Exército entre 1967 e 1969 e membro da Segunda Junta Militar, que governou o país entre 31 de agosto de 1969 e 30 de outubro de 1969.

Exceção a este filtro foi aplicada ao Marechal Pedro Aurélio de Goés Monteiro. Isto se deu pela publicação de relevante obra do autor “A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército” (MONTEIRO, 1934), que seria estudada nesta pesquisa de forma semelhante ao estudo dos editoriais da revista A Defesa Nacional, ou seja, como uma fonte primária que poderia ilustrar como um militar que ocupou importantes posições<sup>54</sup>,

---

<sup>54</sup> Entre 1934 e 1935 Monteiro foi ministro da Guerra, entre 1937 e 1943 ocupou a posição de chefe do Estado-Maior do Exército, entre 1945 e 1946 foi, novamente, ministro da Guerra e entre 1951 e 1952, foi

pensava os problemas do país. Todavia, encontrou-se que esta compreensão de Monteiro se dava a partir do conceito de Segurança Nacional o que fez com que se propusesse considerá-lo um organizador da Segurança Nacional.

Com a demonstração das principais publicações dos organizadores intelectuais e as grades curriculares das Escolas de Formação dos Oficiais, tem-se uma parte importante do que aqui se considera as “Ideias de Defesa e desenvolvimento do Exército e de seus oficiais, voltadas à infraestrutura de transportes e indústria”.

Um breve preâmbulo sobre o contexto a partir do qual as ideias desses organizadores emergem pode ser desenvolvido em algumas linhas. As publicações analisadas foram publicadas entre 1934 e 1959. Anteriormente, como se encontra no segundo capítulo, ocorreram 5 choques exógenos (A Revolução Federalista [1893-1895], a Guerra de Canudos [1896-1897], o Conflito do Contestado [1912-1916], a Primeira Guerra Mundial [1914-1918] e a Revolução de 1930) e, durante o período das publicações, também ocorreram 5 choques exógenos (A Revolução Constitucionalista em 1932, a Guerra Colômbia-Peru entre 1932 e 1933, a Guerra do Chaco entre 1932 e 1935, a Intentona Comunista em 1935 e a Segunda Guerra Mundial entre 1940 e 1947).

Houve outros eventos que não podem ser assim considerados, mas que explicam a complexidade geopolítica em que o Brasil se encontrava. Daí tem-se o uso da arma nuclear pelos E.U.A contra o Japão em 1945, que, por consequência, criou o interesse em diferentes Estados (dentre eles o Brasil) pela física nuclear. Tem-se a Guerra da Coreia entre 1950 e 1953, que motivou intenso debate no Brasil sobre o envio de uma força expedicionária para lutar ao lado dos E.U.A (SILVA, 2019); a ascensão de um governo comunista no Vietnã a partir de 1954 e a Revolução Cubana (1953-1959), que resultou na ascensão de um governo autoritário de inspiração comunista.

Além disso, a Guerra do Chaco (1932-1935) entre o Paraguai e a Bolívia foi, também, um ponto de tensão na crônica rivalidade entre o Brasil e a Argentina. Este último país apoiava o Paraguai onde tinha notórios interesses econômicos. Sobre este apoio e a tensão com o Brasil, Vieira diz que:

Além dos interesses econômicos, a Argentina via no Paraguai um contrapeso à Bolívia, que na sua perspectiva inclinava-se para o lado brasileiro, e como uma possível plataforma para lançar ataques ao Brasil, ou, inversamente, amortecer uma possível

---

chefe do EMFA. Por fim, entre 1952 e 1956 Monteiro foi ministro do Superior Tribunal Militar (RAMOS, 2023).

invasão brasileira de seu território (Cisneros e Escudé, 1998) (VIEIRA, 2018).

Por fim, lembra-se das tensões domésticas analisadas no segundo capítulo que resultaram na Ruptura Institucional de 1964. Daí se destacam a alta polarização entre setores da sociedade, tanto à direita como à esquerda, e a disposição de empunharem armas para defenderem seus projetos; a crise econômica enfrentada pelo país, as ambições políticas de Goulart e a disposição dos governadores de Minas Gerais e São Paulo em frearem estas ambições.

Foi neste contexto que emergiram as ideias dos organizadores intelectuais, ideias estas, como visto, já munidas de uma série de conhecimentos (*common knowledge*) relacionados à infraestrutura de transportes e indústria que permitiram, anos depois, que estes oficiais aperfeiçoassem o que o Exército lhes passou. Na próxima seção é feito um resgate da biografia dos organizadores intelectuais geopolíticos, bem como uma síntese de suas principais contribuições antes de 1964.

### **3.3.1 Os Organizadores Intelectuais Geopolíticos**

Os autores analisados são reconhecidos geopolíticos por uma gama de estudiosos da geopolítica brasileira<sup>55</sup> (COSTA,1992; MIYAMOTO,1995; FREITAS, 2004), são eles o Marechal Mario Travassos, o General de Divisão Francisco de Paula Cidade<sup>56</sup> e o Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Rodrigues.

Mario Travassos em 1940 serviu no Estado-Maior do Exército; em 1941 foi professor da Escola de Estado-Maior (correspondente hoje à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME) e entre 1942 e 1943 comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ceará; foi comandante da Escola Militar do Realengo entre 1943 e 1944 (ocasião em que a mesma era transferida para a Academia Militar das Agulhas Negras); e integrou a FEB (Força Expedicionária Brasileira) em 1944 e 1945. Em 1948 comandou o CAER

---

<sup>55</sup> A geopolítica brasileira começa a ser sistematizada na década de 1920 com os estudos de Everardo Backheuser (MIYAMOTO, 1995). Antes deste autor, Delgado de Carvalho (1913), em “Geographia do Brasil”, analisou o desenvolvimento do Estado Brasileiro sobre o território em formação. O foco de seu estudo foi a expansão de atividades econômicas, políticas e religiosas, amarradas por um corpo burocrático incipiente durante o Brasil Colônia (1500-1808) e uma organização mais robusta durante o Brasil Império (1822-1889).

<sup>56</sup> Cidade tornou-se general de divisão quando foi para a reserva em 5 de julho de 1948.

(Centro de Aperfeiçoamento e Especialização de Realengo); foi também Diretor de Ensino do Exército (LUCENA, 1982). Ademais, “foi designado para indicar o local onde deveria ser construída a nova Capital do Brasil (Brasília)” (LUCENA, 1982, p. 168).

Francisco de Paula Cidade também tem uma biografia notória, “foi co-fundador e redator da Revista dos Militares, fundada em Porto Alegre em 1912 e da Defesa Nacional” (BENTO, 2012, p. 3). No início da década de 1930, foi professor de História e Geografia Militar na EMR. Deve-se a ele o crédito de haver introduzido a matéria de Geografia Militar na Escola do Estado-Maior (BENTO, 2012). Cidade também foi Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Exército entre 1939 e 1942 quando se dedicou a melhorias na Biblioteca do Exército (BENTO, 2012).

Lysias Augusto Rodrigues iniciou sua carreira na EMR, onde foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia em 1918; em 1927 tornou-se aviador pela Escola de Aviação Militar. Ele foi um dos militares que participou no estudo de terreno do interior do país para a implantação de campos de pouso para o Correio Aéreo Nacional.

Segundo Junior, Rodrigues foi responsável pelos traçados das “primeiras linhas do Correio Aéreo Nacional sobrejacentes às regiões Centro-Oeste e Norte” (JUNIOR, 2017, p. 08) e consolidou “uma complexa rede de aerovias, interligando-as aos centros mais avançados do Brasil” (JUNIOR, 2017, p. 08). Além de sua notória participação na criação desses campos de pouso e “interiorização” das rotas aéreas, Rodrigues foi importante defensor da criação de uma Força Aérea independente, como terceiro ramo das Forças Armadas (JUNIOR, 2017). A FAB foi fundada em 1941.

A biografia desses autores demonstra que eles não foram somente importantes escritores de geopolítica, mas também importantes disseminadores desse conhecimento, tanto no meio civil (com suas respectivas publicações) como no meio militar, atuando diretamente no ensino do Exército no caso de Travassos e Cidade.

### **3.3.1.1 Lysias Rodrigues e Mario Travassos**

Em Geopolítica do Brasil (1947), Rodrigues direciona seu olhar às ameaças exógenas (fronteira afora) e endógenas (fronteira adentro) e sugere soluções a partir do desenvolvimento de infraestrutura no território nacional. O autor tinha três principais inquietações: a) A influência dos EUA na América do Sul; b) Instabilidades em pontos da fronteira e na Bolívia e c) A possibilidade de desintegração do território (forças centrífugas) (RODRIGUES, 1947).



A influência dos EUA é vista com desconfiança e ela se adensa a partir da construção do maior projeto de infraestrutura de transportes da época, o Canal do Panamá. O Canal permitiria uma maior navegabilidade aos Estados Unidos que teria mais facilidade de se aproximar de estados como o Chile, Peru e o Equador (RODRIGUES, 1947). Sobre a projeção dos EUA para a América do Sul, Rodrigues diz o seguinte:

E se ainda hoje aparece um Nicholas Spykman, que enquadrando-se entre os imperialistas, declara abstrusamente que a principal área do continente sul-americano continuará a agir na política externa norte-americana, não como um vizinho continental, mas, como um território transoceânico dos Estados- Unidos, não só demonstra completo desconhecimento sobre essa área, cuja maior parte constitui o Brasil, país independente, soberano, senhor de si mesmo, orgulhoso do que tem e cioso do que já fez, como ainda prova que os imperialistas americanos, que se arvoram em geopolíticos, andam fundamente enganados com os povos que habitam essa área principal do continente sul-americano. (RODRIGUES, 1947, p. 44)

Afora as pressões estadunidenses no Chile, Equador e Peru, Rodrigues cita três regiões sensíveis ao país, chamadas de *Puncti Dolentes*, são elas o *Punctum* de Letícia, o *Punctum* de Iguazu e o *Punctum* da Bolívia. O *Punctum* da Bolívia será melhor analisado a seguir quando for apresentado o pensamento de Mario Travassos; não há, essencialmente, diferenças entre estes autores sobre os riscos considerados nesta região. Travassos, todavia, se aprofunda mais sobre o assunto. O *Punctum* de Letícia, município localizado na Colômbia, capital do departamento colombiano do Amazonas e vizinho de Tabatinga, município brasileiro do estado do Amazonas, era assim considerado devido a sua posição estratégica para a infraestrutura de transportes e influência dos EUA, nas palavras do autor:

Essa região apresenta-se como um grande nó dos diversos sistemas de transportes que buscam a porta de entrada do rio Amazonas nessa longínqua fronteira. Linhas de navegação fluvial e linhas aéreas comerciais, já trouxeram a essa região um impulso considerável, que cresce cada dia que passa, criando uma nova força de atração capaz de fazer fletir até ali rotas aéreas comerciais, que busquem ou venham da América do Norte, como o fêz o fator Canal do Panamá

O estágio de progresso retardado em que se encontra, no entanto, aquela região, fará breve com que o Brasil o encare mais atentamente e encontre a solução desejada.

Vemos assim que os processos geopolíticos, fruto dos fatores territoriais, em plena formação em nossas fronteiras, com forte repercussão em toda a América do Sul em caso de eclosão, pedem urgentemente uma ação eficiente do Brasil (RODRIGUES, 1947, p.66).

Já o *Punctum* de Iguazu poderia ser palco de uma disputa por fontes de energia entre o Brasil, Paraguai e Argentina devido às quedas d'água dos rios Paraná e Iguazu de amplo potencial hidrelétrico. A região, que em 1975, tornou-se palco da construção da maior hidrelétrica (à época) do mundo, a Itaipu Binacional, já recebia a atenção do geopolítico. Em resposta a este risco, Rodrigues enxergava no desenvolvimento econômico da região uma solução mais adequada do que a militar, algo percebido nesta passagem:

O desenvolvimento daquela região, acarretando a coincidência do espaço físico com o estado político, provocará sem dúvida uma poderosa influência econômica capaz de domá-lo inteiramente. Praza a Deus que assim seja. O Brasil para resolvê-lo a contento, não agiu somente no sentido de domesticar os vetores de força que atuam diretamente no âmbito regional, porém, foi ao encontro das causas criadoras de tais vetores, tentando anular algumas. Os vetores surgidos com as necessidades de transporte do país mediterrâneo que é o Paraguai, foram supridos com linhas aéreas comerciais e militar, e duas ferrovias em construção avançada marcham seguramente ao encontro dos centros vitais paraguaios. Nem mesmo a grande calha fluvial do rio Paraguai foi deixada de lado, pois, o Brasil procurou melhorar em muito o serviço de navegação ali existente, de modo que possa ele realmente atender às necessidades de transporte ao seu enlace. (RODRIGUES, 1947, p. 64-65)

Para Rodrigues, a solução dos desafios geopolíticos, incluía, portanto, uma percepção de organização do território que deveria considerar a construção de uma infraestrutura de transportes. Esta infraestrutura teria propósitos militares, mas também econômicos.

Em relação às forças centrífugas, a sua inquietação devia-se ao conjunto de instabilidades, algumas de cunho separatista, que ocorreram no país ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX. Diante deste quadro, Rodrigues analisa os esforços de integração do Brasil em quatro períodos, o período Colonial (1530 – 1822), o Imperial (1822 – 1889), o Republicano (1889 – 1930) e o período Revolucionário (1930 – 1945) e descreve como se deu o desenvolvimento da infraestrutura de transportes e a sua importância para a ligação dos diferentes pontos do território.

O país, apesar das dificuldades de comunicação, não se desintegrou no período Colonial e, durante o período Imperial foram dois os processos que permitiram a coesão, a figura do Imperador e diferentes projetos de infraestrutura de transportes e comunicações, projetos esses que sofrem uma descontinuidade durante o Período Republicano e que são retomados durante o período Revolucionário (RODRIGUES, 1947). O entendimento do autor sobre os períodos permite inferir que a integração do

estado teve mais resultados com dirigentes que centralizavam o poder, ou seja, Dom Pedro II (1840-1889) e Getúlio Vargas (1930-1945).

Como explicado anteriormente, Rodrigues e Travassos concordam sobre a sensibilidade da Bolívia para o Brasil (TRAVASSOS [1935], 1947). Sobre este ponto optou-se por explicar a partir do trabalho de Mario Travassos, *Projeção Continental do Brasil*<sup>57</sup> (TRAVASSOS [1935], 1947). Nesta obra, a geopolítica brasileira adquire um olhar mais exógeno; de todo modo, Travassos sugere, majoritariamente, soluções construídas a partir do interior do país.

O autor analisa duas expansões de influência estrangeira no continente, são elas a presença dos EUA no norte da América do Sul e a presença da Argentina na Bolívia (o que Rodrigues chama de *Punctum* da Bolívia). A inquietação do geopolítico devia-se, principalmente, à ampliação das capacidades de projeção de poder e de interesses desses países a partir do desenvolvimento da infraestrutura de transportes. No caso dos EUA, o modal aéreo e as capacidades navais decorrentes da construção do Canal do Panamá; no caso da Argentina, o modal ferroviário.

A resposta do Brasil deveria considerar, portanto, o amplo desenvolvimento dos diferentes tipos de transportes (naval, aéreo, hidroviário, ferroviário e rodoviário), sendo maior ênfase dada aos três últimos (TRAVASSOS, 1947). Isso ampliaria a presença do estado na Bacia Amazônica e proveria à Bolívia, à época, dependente das ferrovias Argentinas, uma outra solução logística para o escoamento de seus produtos.

O autor compreende a América do Sul a partir de dois antagonismos geográficos, o primeiro antagonismo, o do Oceano Pacífico v.s Oceano Atlântico e o segundo o da Bacia do Prata v.s a Bacia Amazônica. Estas quatro configurações geográficas haveriam de influenciar as dinâmicas políticas e econômicas da região. Sobre o primeiro antagonismo pouco se fala a não ser o fato de que, à época, o Pacífico era de pouca importância ao comércio o que fazia dos países voltados àquele oceano dependentes das capacidades de escoamento da Argentina (TRAVASSOS, 1947).

O segundo antagonismo, Bacia do Prata v.s Bacia Amazônica, poderia ser vantajoso para o Brasil caso o país desenvolvesse o seu interior e fosse capaz de estabelecer uma infraestrutura de circulação em ambas as bacias o que lhe propiciaria elevada capacidade

---

<sup>57</sup> Neste estudo faz-se uso da edição de 1947. A obra, contudo, foi primeiramente publicada em 1935.

de movimentação em quase todo o continente, excetuando-se o sul da América do Sul reservados ao Chile e Argentina.

A construção dos trilhos Argentinos até a Bolívia, podendo chegar ao Peru, daria àquele país grandes vantagens do escoamento dos produtos dos países andinos e, também, capacidade de movimentação de pessoas e tropas, ou seja, esta infraestrutura, em caso de beligerância, ladeava parte considerável da fronteira terrestre brasileira, marcando presença na Bacia Platina e chegando até mesmo à Bacia Amazônica. Sobre isto diz Travassos:

A rêde ferroviária argentina é resultante de três empuxos geopolíticos de extrema valia, a saber: - o anseio do Paraguai por uma saída para o mar, da Bolívia e do Chile por várias saídas para o mar, mas sobretudo à própria aspiração do domínio da bacia do Prata, cuja desembocadura está sob bandeira argentina, reforçada pela tendência a rematar sua influência por onde ela possa ser levada pelo barco e pelo trilho.

Assim é que Buenos Aires já se liga diretamente com Santiago, La Paz e Assunção, e que a ponte sobre o Uruguai, em Paso de los Libres, muito breve a ligará com a Capital do Brasil. E a conexão das linhas argentinas, bolivianas e peruanas já leva a influência argentina até Cuzco, a cavaleiro mesmo do anfiteatro amazônico, esboçando-se destarte, por iniciativa do Estado Argentino, a segunda transcontinental sul-americana. (TRAVASSOS, 1947, p. 20-21)

A dimensão econômica e, também, geopolítica desta investida argentina é percebida na seguinte passagem:

Em seguida, ressalta o significado da ligação Buenos Aires-La Paz mais avivado ainda pelo seu prolongamento até Cuzco. Seus trilhos representam, frente mesmo às cabeças dos vales do Mamoré, Beni e Madre de Dios (Amazônia) decisiva barreira econômica, verdadeira calha coletora em favor do Prata (TRAVASSOS, 1947, p. 58)

A resposta brasileira à projeção Argentina consideraria três principais infraestruturas de transportes até a Bolívia, as duas primeiras a partir da Amazônia e a segunda a partir do Centro-Oeste. Caberia ao Brasil, junto à Bolívia, desenvolver um escoamento a partir da construção do trecho ferroviário entre Santa Cruz (BOL) e Guajará-Mirim (BOL) e de lá até Porto-Velho, via a ferrovia Madeira-Mamoré, chegando ao rio Madeira afluente do rio Amazonas que desemboca no oceano Atlântico<sup>58</sup>. O Esboço desta proposta encontra-

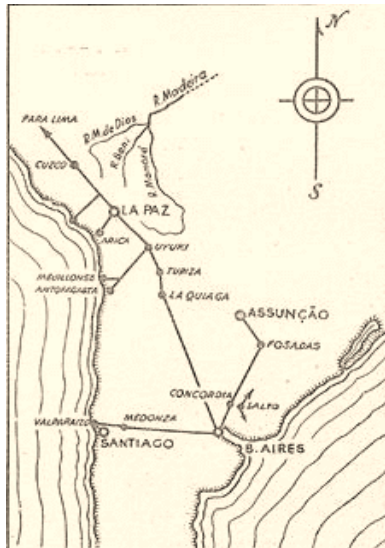
---

<sup>58</sup> Travassos trata disto na seguinte passagem: “A capacidade atrativa do Madeira, já francamente manifestada pela construção da estrada La Paz – Yungas, ao que nos consta, em vias de conclusão, espera apenas a ligação ferroviária Santa Cruz – Quatro Ojos (200 quilômetros, dos quais 100 já abertos em rodovia), ou melhor, Santa Cruz – Guajará Mirim, para que se faça ininterrupto o tráfego ferroviário de

se na Figura III. A outra solução, ampliada aos países da Bacia Amazônica, como um todo, consistia na exploração da navegação dos rios afluentes do Amazonas, como o rio Putumayo, Maranhão, Juruá, Puruás e Rio Madeira que chegava até a Bolívia onde se chama rio Beni, como esboçado na Figura V.

A solução que se dava pelo Centro-Oeste, seria aquela das ligações ferroviárias entre Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra (BOL) e Corumbá no Mato Grosso que haveria de escoar os produtos Bolivianos pelo porto de Santos em São Paulo. A ferrovia Noroeste vai de Corumbá no Mato Grosso até Bauru em São Paulo, onde se encontra com a Estrada de Ferro Sorocabana que desce até a Baixada Santista. Esta estrada conta também com um ramal (Indubrasil-Ponta Porã) o que oferecia também ao Paraguai outra alternativa de escoamento de seus produtos. Vide uma figura que ilustra o mapa do avanço ferroviário argentino e outras três figuras que apontam para soluções pela Bacia Amazônica e pelo Centro-sul brasileiros.

**Figura II: “Esquema do esforço ferroviário Platino”**



(TRAVASSOS, 1947, p. 54)

---

Santa Cruz até Porto Velho, onde os trilhos entregam às vias fluviais a carga que sobre eles rola” (TRAVASSOS, 1947, p. 65)

**Figura III: “Esquema das possibilidades de reação das comunicações da bacia amazônica sobre a política ferroviária platina”**



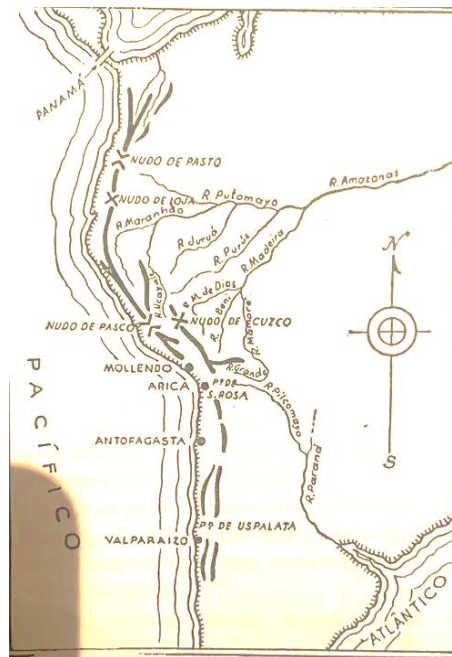
Fonte: Travassos (1947, p. 63)

**Figura IV: “Esquema das influências geo-políticas sobre Santa Cruz de La Sierra”**



(TRAVASSOS, 1947, p. 101)

**Figura V: As abertas andinas e a capacidade carreadora da Amazonia**



(Travassos, 1947, p.68)

A resposta de Travassos, portanto, considerou o desenvolvimento de hidrovias e ferrovias para que o Brasil pudesse se contrapor à projeção da Argentina na América do Sul. A exploração da navegabilidade da Bacia Amazônica, que chegaria a países como Peru, Equador, Venezuela e Colômbia seria uma forma também do Brasil competir com a presença dos E.U.A no norte do continente (TRAVASSOS, 1947).

O Brasil, para ser capaz de manter esta projeção, necessitaria de uma desenvoltura econômica, política e do desenvolvimento de infraestrutura de transportes ao longo do território. A infraestrutura de transportes no Brasil Longitudinal era essencial à estratégia de Travassos, já que seria a partir dela que o país poderia ligar as bacias Amazônica e do Prata e, assim, ter as maiores vantagens de circulação em toda a América do Sul (TRAVASSOS, 1947).

A sua “projeção continental”, portanto, não se daria somente pela exploração da navegabilidade dos afluentes do rio Amazonas ou pela projeção das ferrovias até a Bolívia e Paraguai, mas também por uma organização de infraestrutura dentro do Brasil que permitisse a ligação entre as duas bacias e, além disso, promovesse o desenvolvimento econômico de diferentes regiões do país (TRAVASSOS, 1947).

Este último aspecto fica evidente quando fala sobre o Mato Grosso e revela uma geopolítica indissociável da política e da ideia de desenvolvimento econômico, algo percebido nos seguintes trechos:

Já tivemos, certa vez, oportunidade de caracterizar a posição como expressão geográfica de Mato Grosso. Não somente por conter as lindes de nosso país com os dois países mediterrâneos sul-americanos, como por ser o prolongamento da pujança paulista até as barrancas do Paraguai e ainda pela participação nos destinos da Amazônia, a posição é bem a verdadeira definição das terras mato-grossenses no sentido político e econômico de seu papel continental (TRAVASSOS, 1947, p. 236)

-

*Para Oeste!* Tem toda a concisão das verdadeiras fórmulas políticas. Quer dizer antes de tudo compreensão e definição da *facies* geográfica do Continente e do Brasil. Em seguida, comunicações, colonização, atividade industrial. Por sua vez, nesses desdobramentos se encontram outros aspectos ligados à escolha dos meios de transporte, às questões de saneamento e educação, à noção de ordem de urgência dos cometimentos (TRAVASSOS, 1947, p. 246)

Neste sentido, Travassos compreende que a infraestrutura de transportes era parte de uma estratégia mais ampla de ocupação do território. Nesta estratégia, os vazios demográficos do país, em especial da região Centro-Oeste, mudariam de status com uma política que envolvesse a colonização e a implementação de atividades industriais.

Travassos compreendia a indústria como um elemento que viesse a prover soluções à própria construção e implementação da infraestrutura, aspecto encontrado em seu estudo quando diz que: “A indústria moderna é capaz de resolver todos os problemas que se apresentem, mesmo que custosamente. Onde quer que se imponha o porto aí devemos construí-lo” (1947, p. 214).

Rodrigues, igualmente, trata do assunto, para ele a mudança da capital para o centro do país teria dois propósitos, o de garantir a segurança do governo (que ficaria imune aos ataques de uma marinha hostil), viabilizar a integração das diferentes partes do país e o de desenvolver a região. Ainda que não se refira sobre a indústria, Rodrigues fala de “incremento à produção”, quando diz que:

A mudança da capital federal para o interior do país, daria um novo e poderoso influxo à economia nacional, por um maior incremento à produção, pela melhor distribuição da riqueza e seu melhor aproveitamento

Forçando-se a abertura para todos os quadrantes, de vias e meios de comunicação, no centro geográfico do país, com a criação da nova capital federal, provocar-se-ia um maior rendimento econômico do país, uma maior valorização do elemento humano ali localizado, um melhor índice econômico de todo o interior, com um incentivo crescente aos mais variados setores das atividades nacionais (RODRIGUES, 1947, p. 108-109)



Sobre estes pontos é possível traçar algumas conclusões. Travassos e Rodrigues desenvolveram uma geopolítica que tinha na integração do território a principal ação para manter a segurança interna e externa. Interna porque a integração reduziria ímpetus separatistas (força centrífuga) e externa porque permitiria uma maior movimentação de tropas e deveria mitigar as influências da Argentina e dos EUA no continente sul-americano.

Esta estratégia deveria vir acompanhada da construção de uma infraestrutura de transportes (com destaque às rodovias), a colonização de áreas ermas na região Centro-Oeste e, com ela, o incentivo a atividades produtivas e/ou industriais. A indústria, ademais, seria uma solução para a construção dos projetos de infraestrutura.

### **3.3.1.2 Francisco de Paula Cidade**

A questão da indústria e dos meios de transportes terrestres é também analisada por Francisco de Paula Cidade (1940). O autor não trata dos problemas do Brasil da mesma forma que Travassos ou Rodrigues, nem tampouco dá a mesma ênfase aos problemas das forças centrífugas. Seu estudo contribui pela ponte que faz entre a questão das distâncias, da política e da indústria de forma universal e, também, para o território brasileiro e a sua Defesa.

Em Notas de Geografia Militar Sul-Americana (CIDADE, 1940), Cidade faz denso estudo sobre os elementos mais relevantes de um Teatro de Operações, são eles o terreno, a água (em especial os rios), o clima, a vegetação e o que o autor chama de elementos antropogeográficos, que são as características econômicas do terreno como o potencial mineralógico, a agricultura e indústria, a população e as capacidades do homem de lidar com todos esses aspectos. Estas capacidades são os elementos mais importantes na guerra, assim diz Cidade:

Na guerra, a simples ação do homem prima sobre os elementos que possam influir no desenrolar dos acontecimentos. No domínio tático, a batalha moderna, conduzida de distâncias muito maiores que a batalha antiga, nem por isso altera muito fundamentalmente as linhas gerais do quadro. É que a preponderância dos materiais corresponde a um labor inteligente do homem, que os inventa, fabrica ou maneja (CIDADE, 1940, p. 50-51)

Logo, desafios como as dimensões do Teatro de Operações e as necessidades dos materiais; são ambos resolvidos pelo homem. A dimensão do Teatro ou a dimensão do

país é sanada a partir da infraestrutura de transportes terrestres que atendem às necessidades de defesa antes das necessidades comerciais <sup>59</sup> / <sup>60</sup> (CIDADE, 1940; VALLAUX, 1914).

Cidade também analisa todos os países da América do Sul e as colônias europeias no continente <sup>61</sup> sob os seguintes aspectos: o governo e sua posição astronômica, sua superfície, suas fronteiras, história, fisiografia, hidrografia, regiões naturais, vegetação, população e centros habitados, viação, indústria e comércio economia/finanças e Forças Armadas.

No caso do Brasil, a questão da viação é tratada quando Cidade disserta sobre a formação do território e quando considera a hipótese de guerra com a Argentina. Para Cidade:

O panorama geo-militar altera-se ao afastar-se da bacia amazônica, mas a situação dos vizinhos não melhora consideravelmente até atingir à fronteira argentina: tanto os vizinhos como o Brasil não dispõem de meios de transportes adequados, pelo menos até este momento. (1940, p. 321)

Situação esta que exigiria maior atenção do Estado na região. A viação também é fundamental para as capacidades produtivas do Estado, cujo último fim seria a guerra; diz Cidade que “a influência que as zonas industrializadas exercem sobre as operações de guerra decorre das suas redes de estradas, dos seus meios de transmissão, etc” (CIDADE, 1940, p. 56).

A produção industrial seria a principal capacidade econômica do estado em uma situação de guerra, de acordo com o autor:

---

<sup>59</sup> Sobre este aspecto, o seu estudo expõe maior preocupação das habilidades de o Estado brasileiro garantir capacidade de movimentação à sua tropa na região da Bacia do Prata devido às memórias da guerra contra o Paraguai e devido a preocupações com o poder da Argentina. Sobre as vulnerabilidades da Bacia Amazônica, o autor não dedica muita atenção, já que eram precárias, em todos os países da Bacia, as condições de transporte na região (CIDADE, 1940). Além disso, o Rio Amazonas funcionaria como um trunfo para o Brasil, pois o país poderia: “concentrar o seu exército onde mais lhe convenha e desferir golpes poderosos contra os seus adversários separados entre si” (CIDADE, 1940, p 320).

<sup>60</sup> Este ponto fica claro quando Cidade diz que: “As vias férreas mais ou menos retilíneas normais à fronteira, prestam-se não só a defensiva, mas principalmente à ofensiva. Nem sempre correspondem perfeitamente a todos os aspectos comerciais; porém, levam rapidamente aos pontos visados pelo comando superior; quando são paralelas à fronteira, prestam-se a deslocamentos laterais, isto é, a movimentos de roçada, destinados a concentrar onde fôr conveniente os elementos de ataque ou de defesa, transportados pelas vias normais à linha fronteiriça.” (CIDADE, 1940, p. 60)

<sup>61</sup> No ano da publicação de seu livro, a República do Suriname pertencia aos Países Baixos e se chamava Guiana Holandesa. A República do Suriname tornou-se independente em 1975. Já a República Cooperativa da Guiana, independente desde 1966, pertencia ao Reino Unido e se chamava British Guiana.

necessário se torna que se industrialize, isto é, que elabore ele mesmo [o povo] os elementos arrancados ao seio da terra. Os povos que se contentam com a condição de simples provedores mundiais de matérias primas, condenam-se a uma posição secundária no concerto das nações (1940, p. 295)

Por fim, para que esta produção industrial ocorresse de forma adequada seria necessária uma organização a partir do estado capaz de mantê-la. Cidade diz que:

O aproveitamento de todos os recursos de um país na sua defesa armada é, não obstante, uma questão de ordem e de método. Unicamente uma organização racional poderá permitir que à retaguarda dos que se batem nas linhas de fogo continuem outros a cultivar a terra, a cuidar dos rebanhos, a movimentar as usinas, as transportar os produtos reclamados pelas tropas para viver e combater (1940, p.294)

A premissa básica de que a guerra é vencida a partir da capacidade humana de gerir os seus recursos e lidar com a distância é essencialmente geopolítica e a sua aplicação ao Brasil demonstra as fragilidades da época e as formas de saná-las. A questão política tem a atenção de Cidade tanto no início da obra como em seu encerramento, somente um país com a devida ordem e método, ou seja, a devida liderança; seria capaz de organizar os recursos do estado em prol de uma defesa adequada.

Nesta seção viu-se que os organizadores geopolíticos pensaram o país em resposta às ameaças externas e internas e, a partir de uma reflexão geopolítica, buscaram soluções que solicitavam a melhoria da infraestrutura de transportes, principalmente a infraestrutura de transportes terrestres, e da indústria nacional. Os organizadores da Segurança Nacional, como analisado a seguir, também buscam soluções para os problemas do país, porém não as buscam a partir da geopolítica, o que têm em comum é o conceito de Segurança Nacional (SN), principal prisma pelo qual interpretam os problemas brasileiros e sugerem as respectivas soluções.

### **3.3.2 Os Organizadores Intelectuais da Segurança Nacional**

A exposição desta seção trata de como as ideias de defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústrias estão inseridas na compreensão dos autores sobre a Segurança Nacional. Uma ressalva é feita às contribuições do geopolítico e general de divisão Golbery do Couto e Silva que, devido a sua relação com a ESG, será analisado no capítulo seguinte. Apesar de geopolítico, aqui se sugere considerá-lo como um organizador intelectual da Segurança Nacional por conta do foco que dá a este tema.

### 3.3.2.1 Goés Monteiro

Goés Monteiro ganha relevância para o país e para o Exército na década de 1930 quando assume o comando militar do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís - PRP (último presidente da República Velha) e viabilizou o caminho para a ascensão de Vargas. Foi ministro da Guerra de Vargas entre 1934 e 1935, liderou a repressão contra a Intentona Comunista (1935), foi um dos articuladores do golpe que retirou Vargas do poder em 1945 e foi ministro da Guerra também neste ano e em 1946 durante o primeiro ano do mandato do general Eurico Gaspar Dutra.

Entre 1936-1937 e 1951-1952 foi comandante do Estado-Maior do Exército. A sua principal contribuição encontra-se na obra “A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército” (MONTEIRO, 1934). A obra de Monteiro, similar à de Lyra Tavares, ocupa a ambivalente posição de ter sido uma “ideia de um ator”, como proposto por Blyth, como, também, uma ideia de uma instituição. Isto por conta da natureza hierárquica do Exército. Logo, as suas ideias, enquanto Monteiro ocupava estas posições chave, em pouco se diferenciavam das ideias do próprio Exército.

A preocupação do general, essencialmente política, concentra-se em um conceito matricial, o conceito de Segurança Nacional, a partir do qual outras questões são pensadas como as questões políticas, sociais, militares e econômicas; antes de tratar destes temas, Monteiro diz: “E, agora, que as incertezas nos assaltam, o momento parece o mais adequado à reflexão e ao exame dos problemas capitais da segurança nacional” (MONTEIRO, 1934, p.125).

O principal problema era o político, subdividido em dois, a elite política convencional e os comunistas. O primeiro grupo é visto como:

uma politica cheia de contradições e de vícios, sujeita aos entrec choques de interesses, ás confusões e ás divisões que ela própria cria e alimenta com o fim de manterem os seus aproveitadores nas posições lucrativas de mando, próprias desses sistema democrático e funesto, á custa de prejuízos para a coletividade e até da ruina da pátria (MONTEIRO, 1934, p. 126)

Situação que exigia a união e monitoramento da Marinha e do Exército; já o comunismo seria o principal vetor da luta de classes que “é, hoje em dia, o expediente mais seguro e hábil para enfraquecer uma Nação, ativa-la à mercê dos golpes do imperialismo tanto político e moral, como econômico e material” (MONTEIRO, 1934, p.129). Nota-se que, um ano após a publicação de seu livro, Monteiro liderou a repressão contra a Intentona.

Diante dessas circunstâncias, seu principal argumento é que o Exército é um ator político que deve buscar sanar os problemas nacionais. Esta resolução dos problemas mitigaria tanto as vulnerabilidades internas como externas e mitigaria também problemas inerentes da própria força (MONTEIRO, 1934). As seguintes passagens sintetizam este raciocínio:

1. O Exército é um órgão essencialmente político; e a êle interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, e regime político-social – tudo, enfim afeta a política militar de um país (1934, p.133)
2. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a todos os interesses da pátria, suprimindo quando possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. (1934, p.134) [obs: texto transcrito com a grafia da época]

Embora Goés Monteiro compreendesse o Exército como ator político, ele preferia que a instituição apoiasse líderes fortes. Para o general, o liberalismo político-econômico não foi capaz de solucionar as crises mundiais que levaram o mundo à Primeira Guerra e à crise econômica de 1929 (MONTEIRO, 1934).

No Brasil, a versão nacional deste liberalismo motivou o envolvimento do Exército na Revolução de 1930 favoravelmente a Vargas. Logo, além de apoiar uma liderança forte, a instituição deveria apoiá-la no controle da economia de modo que pudesse direcioná-la à resolução de outros problemas como os educacionais, morais e industriais. É assim que Monteiro defende que o Estado dirija a Economia ao dizer que:

não é difícil de perceber que a base das transformações e reformas introduzidas nesses países é o nacionalismo econômico, dirigido pelo Estado cada vez mais fortalecido. Mesmo na França e na Inglaterra, onde elas são mais imperceptíveis, devido ao elevado grau de estabilidade política que alcançaram estas nações (MONTEIRO, 1934, p.159)

A questão, tanto da infraestrutura de transportes, como da indústria, não recebe maior atenção em seu estudo, não necessariamente porque Goés Monteiro não reconhece a sua importância, mas porque seriam aspectos da economia nacional que deveria ser dirigida pelo Estado.

Nos anos em que ocupou posições de líder do Exército, como ministro da Guerra e comandante do EME, as suas ideias influenciavam diretamente a instituição. O Plano de Guerra de 1938, portanto, é uma ilustração de como o Exército, sob o seu comando, pensou a questão da infraestrutura de transportes, diz o Plano:

Para enfrentar com exito o poder militar argentino e compensar as dificuldades de nossa mobilização e concentração, decorrentes as primeiras das imperfeições do nosso serviço de recrutamento e das condições desfavoraveis da distribuição da população pelo nosso vastissimo territorio, e as segundas, da escassez do nosso systema ferroviario(que não chega a formar uma rêde propriamente vital), do seu pequeno rendimento e de seus traçados não se haverem inspirado em fins estrategicos- teremos que: possuir em paz um exercito bem mais forte que o argentino e manter as tropas de cobertura com effectivos aproximados dos de guerra; ter o maximo de forças localizadas na região sul do Paiz e proximo aos provaveis theatros de operações. (PLANO GUERRA, 1938, p.29-30).

Uma característica relevante da obra de Monteiro, que é compartilhada por Tavares (1958) e Távora (1959), é a sua preocupação com a dimensão social que, junto com as dimensões econômicas, políticas e militares, fundamentam a Segurança Nacional. A moral e a educação do povo são frequentemente mencionadas junto a outras soluções para o país, já que é o povo o primeiro recurso das Forças Armadas e do Estado para a sua Defesa, estabilidade e prosperidade (MONTEIRO, 1934).

A passagem seguinte sintetiza o argumento da sua obra:

Modernamente, a organização do exército repousa em bases politicas e estas só são resistentes quando permitem o equilíbrio social, a disciplina social pelo trabalho e organização da economia, a justiça inflexível e a liberdade compatível com a segurança nacional. O Exercito não pode baixar ao nível de facções politicas interesseiras, e, disso decorre a necessidade de permanecer dentro de um mesmo espirito diretor – expressão vigente de todo o idealismo nacional, a cujo influxo devem organizar-se e orientar-se todos os grupos e classes sociaes (MONTEIRO, 1934, p.138).

O sentimento de compromisso com a pátria, “idealismo nacional” ou “nacionalismo econômico” é a essência do seu argumento, ou seja, é a partir deste sentimento que se deve pensar a Segurança Nacional e atentar para os outros problemas do Estado. Os demais organizadores tratam de temas de Defesa a partir deste conceito e compartilham o fato de terem sido ou instrutores, ou comandantes ou alunos da ESG.

### 3.3.2.2 Juarez Távora

Entre as décadas de 1930 e 1960, Távora foi notório político, militar, estadista e conspirador. Esta seção é reservada para a sua biografia enquanto a conseguinte é dedicada à sua contribuição como organizador intelectual. De acordo com a historiadora Sílvia Pantoja (2015; 2023) que escreveu o verbete “Távora, Juarez” para o CPDOC e o termo “Távora, Juarez” para o Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (2015), Juarez Távora saiu em 1919 da EMR como aspirante a oficial da arma de engenharia. Na década de 1920, tornou-se tenente (do movimento tenentista) e se juntou à Coluna Miguel Costa Prestes chegando a ser sub-chefe do Estado-Maior do movimento. Com a dissolução da Coluna em 1927, viveu na clandestinidade em diferentes cidades como Buenos Aires e Rio de Janeiro, onde foi preso e, depois, fugiu para a região Nordeste parando inicialmente em Recife. Nesta época, Távora já conspirava em favor de um golpe e pela queda do presidente eleito Júlio Prestes, passando a costurar esta manobra junto a militares, principalmente coronéis, de diferentes OMs (Organizações Militares) da região.

Em 1930, rompeu com Luiz Carlos Prestes que tinha se tornado comunista. Nota-se que em 1934 Monteiro já identificava duas ameaças endógenas ao país e, similar a Monteiro, Juarez também se inclui neste rol antagonizando tanto com as elites que governavam o país como com o comunismo.

Com a ascensão de Vargas em 1930, fez parte do Gabinete Negro, um influente grupo informal de conselheiros de Vargas (BRANDI, 2023). No primeiro governo da Era Vargas, (o Governo Provisório, 1930-1934), Távora ocupou a função, em 1931, de Delegado Militar das interventorias das regiões Norte e Nordeste. Em 1932, assumiu a pasta da agricultura<sup>62</sup> e, além das políticas públicas e projetos desenvolvidos a partir desta pasta, foi bastante atuante na Assembleia Constituinte de 1934. Neste mesmo ano ele

---

<sup>62</sup> Entre os vários órgãos criados na sua gestão para aumentar a eficiência funcional do ministério incluem-se ainda o Instituto de Tecnologia (maio de 1933), o Instituto do Açúcar e do Alcool (junho de 1933), a Diretoria de Estatística e Publicidade (julho de 1933), o Departamento Nacional de Produção Mineral (julho de 1933) e o Instituto de Biologia Animal (agosto de 1933). Em setembro de 1933 foi regulamentada a profissão de veterinário. Em outubro do mesmo ano foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e, em novembro, o Entrepasto de Pesca do Distrito Federal. Contribuiu ainda com os trabalhos de criação do Instituto Brasileiro de Estatística, que vinham sendo desenvolvidos por Mário Augusto Teixeira de Freitas, diretor de Estatística do Ministério de Educação e Saúde Pública. Esse instituto, criado em julho de 1934 com o objetivo de programar e coordenar todo o processo de levantamentos estatísticos do país, só se organizaria concretamente em 1935, já incluindo na sua competência os levantamentos geográficos e passando a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (PANTOJA, 2023).

retomou a carreira militar e concluiu o curso de aperfeiçoamento da arma de engenharia da ESAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) no ano seguinte.

Em 1936, ingressou na ECEME e concluiu o curso de Estado-Maior em 1938. Em 1939 foi comandante do 1º Batalhão Rodoviário e em 1941 tornou-se adido militar junto à embaixada do Brasil no Chile. Em 1944, assumiu o comando do Batalhão Vilagram Cabrita onde preparou uma Companhia de Transmissões para a 2ª Divisão Expedicionária da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Em 1945, filiou-se à UDN e apoiou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência. Em setembro de 1945, assumiu a chefia da Diretoria de Engenharia do Exército. Segundo Pantoja:

Em abril de 1946, Juarez foi nomeado membro da comissão regulamentadora da nova lei de organização do Ministério da Guerra. Em junho desse ano foi promovido a general de brigada, sendo nomeado, em outubro, para a segunda subchefia do EME, função que assumiu no mês seguinte. (PANTOJA, 2015, p. 8601)

Em 1948, Távora “participou de trabalhos da comissão organizada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para estudar formas de associar a exportação do minério de ferro à indústria siderúrgica no país” (PANTOJA, 2023), em 1949 foi delegado do Brasil na Junta Interamericana de Ajuda e Defesa em Washington e em 1950 fez oposição à candidatura de Vargas. Em 1951, cursou a Escola Superior de Guerra e em 1952 foi diretor de Engenharia do Exército. Em setembro deste mesmo ano foi promovido ao comando da Escola, quando instalou o “curso de estado-maior e comando das forças armadas, que vinha sendo objeto de estudo desde 1951, e a ampliação do acesso de civis aos cursos da ESG.” (PANTOJA, 2023).

Em 1954, ainda na função de comandante da ESG, Távora foi um dos principais militares que atuou na queda de Vargas (1951-1954). Durante o governo Café Filho (24 de agosto de 1954 – 9 de novembro de 1955) foi chefe do Gabinete Militar e indicou o general Henrique Duffles Teixeira Lott (que assumiu) para o Ministério da Guerra. No ano de 1955, foi candidato pela UDN à presidência, tendo por vice, também pela UDN, o ex-governador de Minas Gerais, Milton Campos. A chapa Távora-Campos foi derrotada pela chapa Kubitschek – Goulart. Em 1956, pediu transferência para a reserva no posto de general-de-exército e continuou atuante na política. Na crise de 1964, Távora era deputado federal do Estado da Guanabara pelo PDC (Partido Democrata Cristão).

Esta pesquisa não foi capaz de verificar se Távora estava no grupo (identificado por Stepan) dos dez generais chave que contribuíram para a ascensão de Humberto Castello Branco, ou seja, os dez generais chave que, em uma situação de Crise de Incerteza



Knighiana podem ter feito de suas ideias elementos essenciais à resolução da crise<sup>63</sup>. O que se pode dizer é que Távora conspirou pelo Regime Militar e, como comandante da ESG entre 1952 e 1954 contribuiu para o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional e para o desenvolvimento das ideias de uma instituição chave à formação de 90% destes generais. Sobre o envolvimento de Távora em 1964, Pantoja diz que:

A junta militar que assumiu o governo com a deposição de Goulart, após longos entendimentos entre chefes civis e militares, dos quais Juarez participou, editou o Ato Institucional nº 1 (9/4/1964), que, entre outras medidas, determinou a eleição indireta do presidente e vice-presidente da República, com mandato até 31 de janeiro de 1966. Assim, o Congresso Nacional elegeu, em 11 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco com 361 votos, contra três dados a Juarez Távora e dois dados ao marechal Eurico Gaspar Dutra (PANTOJA, 2023).

Entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1968, Távora atuou como ministro do Ministério de Viação e Obras Públicas e influenciou diretamente no alargamento da infraestrutura de transportes. Na seção seguinte busca-se compreender como este organizador intelectual entendia tanto a importância da infraestrutura de transportes como da indústria nacional.

### **3.3.2.2.1 As Contribuições de Távora**

Além de importante político, estadista e militar, Távora também contribuiu com diversas publicações como *Produção Para o Brasil* (1957), *Organização Para o Brasil* (1959), *Uma Política de Desenvolvimento para o Brasil* (1962) e *Petróleo Para o Brasil* (1956). Lembra-se que o autor produziu *Átomos para o Brasil* (1958), obra que não foi encontrada.

Seus livros não têm a mesma profundidade analítica da obra dos geopolíticos nem pode ser compreendido como a tentativa que foi “A Revolução de Trinta e a Finalidade Política do Exército”, de Monteiro (1934), de instruir e orientar seus comandados com uma visão específica de Exército e de Brasil. As obras *Produção para o Brasil* (1957) e

---

<sup>63</sup> Stepan identifica um conjunto de características particular ao grupo central de dez generais que apoiaram a ascensão do governo Castello Branco em 1964. Embora o autor não revele o nome destes generais, mais importante são as características em comum encontradas por ele. Os oficiais compartilhavam, em algum grau, um *background* de terem participado da FEB (Força Expedicionária Brasileira) (60%), serem egressos da ESG (90%), terem sido membros do Corpo Permanente da ESG (70%), terem sido os primeiros de turma (100%), terem sido alunos de Escola Militar no exterior (100%) e terem sido alunos da Escola Militar nos E.U.A (80%) (STEPAN, 1975).

Organização para o Brasil (1959) são os trabalhos onde se encontram as principais questões aqui estudadas, ou seja, a compreensão política dos organizadores intelectuais, e uma reflexão sobre os problemas do país, principalmente a infraestrutura de transportes e as capacidades industriais.

Em Organização para o Brasil (1959), o primeiro parágrafo é a melhor ilustração do que Távora entende como os problemas nacionais, nas suas palavras:

Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio – atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem sobre a ruína da vida comum (TÁVORA, 1959, p. 5)

Esta falta de direção política e orientação tanto econômica como social seria por conta de uma elite indisciplinada que desconhecia as realidades nacionais básicas (TÁVORA, 1959). O outro problema, o comunismo, é encarado como uma vulnerabilidade tanto interna ao “desacreditar a elite dirigente, perante o povo, e desiludir, uma e outro, da eficiência do regime democrático” (TÁVORA, 1959, p. 35), como externa “que não só perturba o desenvolvimento normal do país por meio de agitações e greves sistemáticas, como poderá, ainda, debilitar o *Poder Nacional*, em emergência de guerra, por variados processos de *quinta-colunismo*” (TÁVORA, 1959, p. 35-36).

Uma “Organização Para o Brasil”, portanto, deveria sanar os problemas oriundos da incapacidade da elite de governar e afastar a ameaça comunista (TAVORA, 1959). Os demais problemas nacionais, são compreendidos por Távora a partir de quatro áreas vistas de maneira complementar; são elas, a política-administrativa, a econômico-financeira, a psicossocial e a militar. Similar a Monteiro (1934), Távora também entende a Segurança Nacional como um conceito matricial a partir do qual se deveria pensar soluções para os problemas das áreas citadas. Para Távora:

A organização da Segurança Nacional objetiva e, ao mesmo tempo, condiciona toda a atividade do Estado, como agente de realização das aspirações e interesses nacionais. É alcançada pela organização coerente dos campos político, econômico e social, objetos daquela atividade, em paralelismo com a do poder militar, a fim de que sua resultante global seja máxima, como expressão do *Poder Nacional* (TÁVORA, 1959 p.10)

Para o militar, a economia é uma questão de Segurança Nacional por uma série de motivos; em bom estado ela não somente garantiria ao poder militar os insumos

necessários à guerra, como evitaria o “empobrecimento coletivo, que conduz à insolvência política” (TÁVORA, 1957, p.16) e “a fome, que impele à subversão social” (ibid). Esta economia é compreendida em três partes que se complementam; a produção, a circulação e o consumo (TÁVORA, 1957). Destas três partes, as principais à Segurança Nacional são as duas primeiras.

Távora entende a produção como “o mais importante dos fatores econômicos, porque a ela se vinculam a criação da riqueza e as aptidões de trabalho que enobrecem os indivíduos e, extensivamente, as coletividades nacionais, que eles integram” (TÁVORA, 1957, p. 77). Esta produção é dividida em duas principais atividades que é a “produção primária ou agrária (agrícola, pecuária e extrativa) e a produção secundária ou industrial (de base, intermediária e de transformação)” (TÁVORA, 1957, p.78).

Segundo o autor, não deveria haver uma priorização das atividades agrícolas em detrimento das atividades industriais ou vice-versa, pois:

O Brasil tem de ser uma nação industrializada em alto grau, inclusive por imperativos de sua Segurança Nacional. Mas essa industrialização só poderá realizar-se tendo como base um grande, rico e bem organizado mercado interno; e a organização desse mercado é função imediata da retaguarda econômica, que se constitui por uma agricultura de alta produtividade” (TÁVORA, 1957, p.81)

A indústria deveria ser, principalmente, de base como a metalúrgica, química e de materiais de construção; intermediária voltada para a “construção de vias e equipamentos dos vários meios de transportes, e com a produção, transporte e distribuição de energia” (TÁVORA, 1957, p.96) e “de transformação descentralizadas, visando ao beneficiamento de produtos agrários, em suas próprias zonas de produção” (TÁVORA, 1957, p.97). Sobre a indústria intermediária, Távora diz o seguinte:

Embora tenhamos progredido sensivelmente, nos últimos anos, quanto à laminação de trilhos, construção de material rodante e produção de cimento e de asfalto, muito precisamos andar ainda, no tocante à fabricação de maquinaria de terraplanagem, pavimentação, dragagem e equipamento de portos, e quanto às indústrias de material de tração ferroviária, de automóveis, de construção naval e aeronáutica, até satisfazer, razoavelmente, as exigências de nossos sistemas de transporte (TÁVORA, 1957, p.166)

Este argumento é similar ao de Travassos (1935) que fala da importância de uma indústria que estivesse à serviço da construção da infraestrutura de transportes. Esta infraestrutura é analisada sob o prisma da economia e, também, sob o prisma político-

militar. A Política Brasileira de Transportes (PBT), termo usado pelo autor, deveria “atender ao desenvolvimento econômico, à coesão política e às exigências da segurança nacional” (TÁVORA, 1957, p. 152).

Do ponto de vista político-militar a PBT deveria manter o regime político-administrativo a partir da “consolidação da unidade nacional e de uma melhor integração política” (TÁVORA, 1957, p. 153), “concentrar eventual recursos humanos e materiais de todo o território em determinadas zonas periféricas sujeitas a agressões estrangeiras” (ibid) e garantir a “movimentação de tais recursos no interior dessas zonas sensíveis, para efeito de sua defesa militar” (TÁVORA, 1957, p.154). Para isto deveria haver meios de transportes que garantissem “a ligação do centro ou centros de gravidade demográfica e econômica a cada uma das zonas de maior sensibilidade à agressão externa” (TÁVORA, 1957, p.155).

Trata-se de três zonas, a zona Nordeste “de particular interesse para o caso de uma agressão de potência extracontinental” (TÁVORA, 1957, p.161-162); a zona Sul “cuja situação apresenta inequívoca sensibilidade quanto às agressões de potências continentais” (TÁVORA, 1957, p.162) e a região Centro-Meridional (correspondente a região Sudeste) “de máxima concentração econômica e sensibilidade política, base redistribuidora de recursos” (ibid). A região Norte, para fins de planejamento de defesa, estaria atrelada a região Nordeste; e a região Centro-Oeste, à região Sudeste.

Os meios de transportes, ou a circulação (termo de Vallaux também usado por Távora) seria também um dos principais vetores da “consolidação da unidade nacional através de melhor integração política, econômica e social” (ibid). Ainda que tenha sido a malha rodoviária a malha que se consolidou como principal infraestrutura de transportes, Távora dava mais relevância à ferroviária tanto para a economia como para ações de Defesa, dizendo que “os transportes rodoviários complementarão os ferroviários no setor econômico, bem como nos deslocamentos de concentração de tropas motorizadas, carregamento de suprimentos e movimentos operacionais” (TÁVORA, 1957, p.165).

Dentre as várias recomendações de Távora para a melhora das malhas terrestres, aéreas, ferroviárias e hidroviárias, uma se destaca que é a relevância estratégica da continentalidade do Brasil. O autor sugere que se construa troncos longitudinais:

Interceptados em toda a sua extensão e, nomeadamente na altura do centro de gravidade político-econômico (região Centro-Meridional), por transversais terrestres ou fluviais, ligando as zonas interiores mais desenvolvidas às zonas Sul e Nordeste, de maior sensibilidade estratégica (TÁVORA, 1957, p.172).

Por região Centro-Meridional lê-se região Sudeste. A Segurança Nacional, como demonstrado, é o conceito central do autor. É a partir da ideia de Segurança Nacional que todos os outros assuntos são enxergados o que o caracteriza, portanto, como um organizador intelectual da Segurança Nacional. A Segurança Nacional também é tratada pelo general, ex-ministro do Exército e membro da Junta Militar, Lyra Tavares, sobre o qual se analisa a seguir.

### **3.3.2.3 Lyra Tavares**

Dentre os organizadores intelectuais, Lyra Tavares foi quem alcançou a mais alta posição de poder. Entre 31 de agosto de 1969 e 30 de outubro de 1969, enquanto general-de-exército, Tavares foi, juntamente com o Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e o Marechal-do-Ar da Força Aérea Márcio de Sousa e Melo, membro da junta militar que governou o país.

De acordo com a sua biografia disponível no site da Biblioteca da Presidência da República (BRASIL, 2024d), Tavares nasceu na Paraíba em 1905, estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro entre 1917 e 1922, na EMR entre 1923-1925, onde saiu como oficial da arma de engenharia e cursou a Esao entre 1932 e 1933. Entre os anos de 1936 e 1939 fez o Curso de Estado-Maior (atual Curso de Comando e Estado-Maior) na ECEME, tendo sido instrutor de tática geral desta Escola em 1942. Em 1943, Tavares fez o curso correspondente nos E.U.A e em 1944 participou da organização da FEB como chefe da 2ª seção do Estado-Maior Especial da Força no Brasil (1944-1945) e como Oficial do gabinete do ministro da Guerra em 1945. Em 1948, chefiou a Missão Militar Brasileira durante o Bloqueio de Berlim. Em 1952 foi chefe da 4ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA e membro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes, em 1955 se tornou chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército e, entre 1956-1957 comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria.

Entre 1958 e 1960 foi Diretor de Comunicações do Exército e, entre 1960 e 1961 Chefe do Estado-Maior do 1º Exército, neste ano Tavares foi, também, Diretor de ensino e formação do Exército. Entre 1962 e 1963 foi Comandante da 2ª Região Militar, em São Paulo e em 1964 apoiou a Ruptura Democrática. Entre 1964 e 1965 foi comandante do IV Exército e Chefe do Departamento de Produção e Obras do Exército entre 1965 e 1966, neste ano Tavares também foi comandante da ESG e, durante o governo Costa e Silva (67-69) foi ministro do Exército, sucedendo-o junto aos comandantes da Marinha e da

Força Aérea, na Junta Militar. Sua última função pública foi como embaixador no Brasil na França entre 1970 e 1974.

Na sua biografia não consta o envolvimento em movimentos de contestação/enfrentamento à ordem política, com exceção da Ruptura Institucional de 1964. Esta pesquisa se pautou na obra “Segurança Nacional Antagonismos e Vulnerabilidades” (TAVARES, 1958) publicada antes da Crise de Incerteza Knightiana de 1964.

Similar a Monteiro e Távora, Tavares compartilhava a preocupação com as ameaças exógenas e endógenas, mas, no caso desta última, se mostrava mais preocupado com o comunismo do que com as elites civis. Em Cuba, as instabilidades políticas proveram um terreno fértil à ascensão do comunismo em 1959. O movimento também se consolidava no Vietnã do Norte que governava a região/país desde 1945. Nesta década, no Brasil, o *Manifesto de Agosto* emitido pelo PCB, apontava para uma radicalidade do partido e um flerte com a luta armada (RIBEIRO, 2009) GUERRA FRIA.

Para Tavares (1958), a melhora das condições do Estado brasileiro e de seu povo deveria passar pela melhora das dimensões econômica, política, militar e psicossociais que, por desdobramento, também afastariam a população do projeto comunista de poder (TAVARES, 1958). Assim como Távora, Tavares tinha a Escola Superior de Guerra como referência e centro nacional mais importante para o estudo dessas dimensões. Uma hipotética ofensiva da URSS poderia se dar pelos métodos convencionais ou a partir do aliciamento de atores nacionais para um projeto revolucionário. Como diz Tavares em duas passagens:

Cumprir, além disso, assegurar o ritmo necessário do esforço de guerra, no interior do país, cobrindo-o contra qualquer ameaça de perturbação da ordem, contra a ação da 5ª coluna e, em particular, contra o desembarque e a ação de forças transportadas e lançadas pelo ar. Todas essas preocupações novas a respeito da segurança do território importam em mudança substancial da concepção do problema, exigindo um preparo prévio da mentalidade e de organização do povo, (TAVARES, 1958, p.140).

Em outra passagem, sobre o fato do comunismo ser uma ameaça interna, Tavares diz que:

Não é necessário, para isso, a ação direta do agente estrangeiro, sobretudo quando o trabalho de agressão se processa pela formação de líderes nacionais, formados em ideologia política e social, contrária à vontade da comunidade nacional, mediante trabalho de catequese, de propaganda e de infiltração que

convenha e seja possível ao Estado agressor (TAVARES, 1958, p.27)

A segurança, mais do que a Defesa, deveria responder a estas ameaças. É assim que Tavares diferencia os conceitos:

Nesse sentido, cumpre não confundir o sistema de Segurança com o sistema de Defesa. A Segurança implica o desenvolvimento coerente e progressivo das atividades normais do Estado, segundo o rumo e o ritmo ditados pelos objetivos nacionais, mediante o desenvolvimento racional do Poder nacional, que deve ser mantido, constantemente, em condições de afastar ou neutralizar os antagonismos existentes. Segurança é um estado, ao passo que defesa é um ato – ou um conjunto de atos – diretamente ligados a um determinado tipo de ameaça, caracterizada e medida. A defesa se organiza para o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a Segurança, no sentido em que a encaramos, é estabelecida como cobertura integral, contra qualquer tipo de ameaça que ela própria – a Segurança – torna inoperante e desencoraja. Ela se organiza para o fim de manter livres os movimentos do Estado, nos limites do seu poder de soberania, em suas relações com os outros Estados ou em face de ação perniciosa de agentes, externos ou internos, hostis aos interesses nacionais. Essa diferença existe, aliás, nas próprias definições dos dois termos: defesa é a “ação de defender”, ao passo que “segurança é a sensação de tranquilidade resultante da convicção de que não há perigo a temer”. (TAVARES, 1958, p.19)<sup>64</sup>

Para Tavares, a “sensação de tranquilidade resultante da convicção de que não há perigo a temer”, se daria, principalmente, pelo combate ao comunismo (TAVARES, 1958). Este combate não seria somente a partir da expressão militar (Defesa), mas também a partir da Segurança Nacional que incluiria áreas como uma política, educação, economia e coesão que deixasse o povo imune aos perigos da propaganda comunista (TAVARES, 1958).

A partir deste olhar sobre a Segurança Nacional, os meios de transportes, além de serem mantenedores da coesão, deveriam atender tanto aos interesses econômicos como aos interesses militares. A passagem a seguir sintetiza o argumento de Tavares:

No Brasil, dados os numerosos empreendimentos públicos reclamados, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento econômico

---

<sup>64</sup> Tavares define o Poder Nacional assim: “O poder nacional resulta, aliás, da integração dos poderes do Estado nesses quatro campos, em cada um dos quais podem ser verificadas vulnerabilidades a corrigir, para que não se encoraje nem venha a incidir sobre qualquer deles a ação dos antagonismos considerados, atuais ou futuros, internos ou externos” (TAVARES, 1958, p.90)

e pelas necessidades logísticas da defesa militar do país, o emprego da Engenharia Militar no setor das vias de transportes, que é decisivo interesse militar, constitui, sem qualquer dúvida, política de grande descortino, que os Governos vêm adotando, invariavelmente, sem solução de continuidade, desde o nascimento do Império. (TAVARES, 1958, p128-129)

A infraestrutura de transportes, portanto, atendia, concomitantemente, a interesses logísticos tanto militares como econômicos. Tavares, similar a Monteiro, atribui a essência da segurança nacional a um elemento subjetivo/idealista. Monteiro fala em idealismo nacional e nacionalismo econômico, sem citar Monteiro, o autor atribui a base da Segurança Nacional a um patriotismo que deveria estar mais ligado à vida econômica, do que a um sentimento “natural” e inerente ao cidadão. Neste sentido, Tavares argumenta que:

Para o cidadão que participa, realmente, dos anseios e dos interesses gerais da coletividade nacional, em condições de poder bem compreendê-los, a defesa do organismo do Estado implica, fundamentalmente, o fortalecimento do Poder Nacional, sobretudo no setor econômico. Para ele é, sem dúvida, a produtividade do homem o elemento fundamental e decisivo para o levantamento da expressão econômica do Estado, de que todos os cidadãos se tornam, direta ou indiretamente, beneficiários, uma vez que dele dependem o padrão de vida, o progresso da cultura e o grau de segurança da coletividade nacional (...). A produção nacional, a projeção do país no comércio exterior, a cotação da moeda nacional, os grandes empreendimentos industriais, a exploração e o aproveitamento das riquezas do território, os sucessos da ciência e da tecnologia em proveito da independência econômica do país são, nas civilizações adiantadas, fenômenos que polarizam a atenção e o interesse do povo, despertando nêles as manifestações de um patriotismo consciente e esclarecido, que decorre mais da compreensão – fruto da cultura – do que do simples apego inato ao torrão natal (TAVARES, 1958, p.36 - 37)

A essência, portanto, da Segurança Nacional e da coesão nacional, seria um sentimento de patriotismo compartilhado entre os brasileiros. Este patriotismo não deveria ser algo voluntário, mas sim algo que se desenvolvesse concomitantemente ao crescimento da produtividade que traria ao povo orgulho e um patriotismo consciente e esclarecido (TAVARES, 1958).

Tanto para Monteiro (1934), como para Tavares, a economia ocupa uma posição ambivalente, ela é tanto um elemento fundacional da Segurança Nacional, como um



elemento da Segurança Nacional. Ela seria, também, um aspecto subjetivo da formação dos oficiais<sup>65</sup>.

Logo, encontram-se em Tavares os mesmos elementos encontrados em Monteiro e Távora, ou seja, o anti-comunismo e a ideia de que a economia (que deveria estar a serviço do interesse do Estado) seria indissociável da Defesa, sendo a sua principal expressão as capacidades de produtividade do homem, dentre elas os empreendimentos industriais. Por fim, como visto, a infraestrutura de transportes estaria tanto a serviço desta economia como da logística militar.

Na última seção deste capítulo trata-se das ideias destes organizadores intelectuais em relação ao quadro analítico elaborado a partir das contribuições de Blyth (2002) e Wendt (2003) e, também, em relação ao debate oriundo da Geografia Política e Geopolítica apresentados no primeiro capítulo. Esta última discussão é também uma introdução ao quarto e último capítulo desta tese.

### **3.3.3 As Ideias de Defesa e Desenvolvimento do Exército e dos Organizadores Intelectuais**

Como elaborado na introdução, este capítulo buscou responder, em parte, as seguintes perguntas de pesquisa: De que maneira as ideias de Defesa e desenvolvimento foram forjadas no Exército? & Como os oficiais (organizadores) políticos e os oficiais (organizadores) intelectuais, contribuíram para a formação e/ou disseminação dessas ideias? Estas dimensões encontram-se também em dois dos objetivos específicos, que são: Verificar, a partir dos currículos das escolas de formação do oficial, quais foram as ideias de Defesa e desenvolvimento passadas do Exército a seus oficiais & Verificar, a partir das publicações dos oficiais (organizadores) intelectuais, quais eram suas respectivas ideias de Defesa e desenvolvimento, especialmente em relação à infraestrutura de transportes terrestres e indústria.

Nesta pesquisa estudou-se o que se considera uma fração das “ideias de Defesa e desenvolvimento do Exército”, ou seja, as grades curriculares entre 1810 e 1940. Entende-

---

<sup>65</sup> Especificamente sobre isso Tavares diz: Outro aspecto da formação militar, que hoje se vem tornando positivo, é o grau de conhecimentos dos nossos problemas conquistados nas escolas militares, e a nítida definição de um nacionalismo construtivo, de fundo pragmático, inspirado na preocupação de defesa da nossa soberania, não só nos seus aspectos políticos, mas também nos seus aspectos econômicos (TAVARES, 1958, pp. 122-123)

se que é possível que haja outros documentos/materiais que podem contribuir para o aprofundamento desta compreensão, como relatórios, diários, livros de oficiais ou professores, a própria forma como se dava os treinamentos ou exercícios militares nos hipotéticos Teatro de Operações, bem como experiências obtidas a partir de confrontos/guerras, missões, das quais aqui falou-se, principalmente, das do século XX, entre outros. Sugere-se que a reunião e estudo sistemático deste material pode contribuir para uma forma de se compreender o pensamento estratégico do Exército Brasileiro.

As ideias de Defesa e desenvolvimento aqui estudadas foram forjadas a partir de um processo, termo utilizado por Alexander Wendt (2003), para referir-se a um movimento de mútua influência entre a agência e a estrutura. Da estrutura (Exército) para a agência (organizadores), tomou-se uma parcela dessas ideias. O outro movimento analisado, ou seja, dos atores para a instituição se deu a partir da identificação dos organizadores intelectuais, do resgate de suas biografias e do estudo de suas principais contribuições antes da Ruptura Institucional.

Sobre esta segunda parte do processo é provável que os organizadores intelectuais, dada as suas respectivas posições de poder, tiveram a oportunidade de influenciar o Exército. No que diz respeito, especificamente ao ensino, tem-se que o General Francisco de Paula Cidade lecionou geografia militar na EMR no início da década de 1930 (BENTO, 2012). Travassos foi professor da Escola de Estado-Maior em 1941, comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ceará entre 1942 e 1943 e comandante da Escola Militar do Realengo entre 1943 e 1944 (LUCENA, 1982). Lyra Tavares, por fim, foi diretor de ensino e formação do Exército em 1961 (BRASIL, 2024d).

Desta forma, a resposta à pergunta de pesquisa: “De que maneira as ideias de Defesa e desenvolvimento foram forjadas no Exército?” Foi concretizada parcialmente. Um estudo mais amplo, como sugerido acima, pode oferecer uma resposta mais completa. Todavia, considerou-se não somente a análise das grades curriculares, mas também as obras dos organizadores como ideias oriundas do Exército; sobre esta segunda dimensão obteve-se uma demonstração mais clara da “forja” dessas ideias tanto a partir dos geopolíticos como a partir dos organizadores da Segurança Nacional.

Assim, no que diz respeito às ideias, os principais aspectos até então explicados nesta tese podem ser sintetizados da seguinte maneira: Os organizadores políticos, os organizadores setoriais e os organizadores intelectuais, foram formados e ascenderam no Exército tendo por base as ideias encontradas nas grades curriculares que caracterizaram

a instituição e, por desdobramento, a preparação para a guerra. Além dos oficiais se familiarizarem com temas relacionados à infraestrutura de transportes e indústria, também estudavam matérias das ciências humanas. Isto significa que a visão que tinham relacionada à infraestrutura de transportes e indústria se deu de forma indissociável da visão que tinham da lei, política, soberania ou história do país.

Daí tem-se, conforme exposto na Tabela I, em ordem de antiguidade, que o Marechal Goés Monteiro (cavalaria), quando aluno da Escola da Praia Vermelha em 1904 e, a partir de 1906, na Escola de Guerra em Porto Alegre, estudou matérias como Geografia, especialmente a da América do Sul, Topografia, Construção de Entrincheiramentos, Destruição de Vias Férreas, Pontes e Viadutos, Topografia, Telegrafia, Telefonia, dentre outros.

O general de divisão Francisco de Paula Cidade (infantaria), por ter sido aluno da Escola de Guerra em Porto Alegre e estar sob o Regulamento de 1905, também estudou as mesmas matérias, exceto Geografia da América do Sul, esta matéria estava inclusa no Regulamento de 1898 que vigorou até 1904 (primeiro ano de Monteiro). Ao invés de Geografia, com foco para a América do Sul, Cidade atendeu às matérias de Arte e História Militares.

O Marechal Mario Travassos (artilharia), quando aluno da Escola de Artilharia e Engenharia no Realengo (1908 – 1911), cursou matérias como Telegrafia, Metalurgia, Mineralogia, Telefonia, Topografia, Trabalhos Topográficos e Visita às Fábricas Militares. O Major-brigadeiro-do Ar, Lysias Rodrigues, que cursou a arma de artilharia quando aluno da Escola Militar do Realengo entre 1916 e 1918, estudou matérias como Mecânica, Topografia, Desenho de Máquinas, Fabrico do Material de Guerra, Telefonia, dentre outros.

O general de exército Juarez Távora, da arma de engenharia, quando aluno da EMR entre 1917 e 1919, estudou matérias como Topografia, Telefonia e Telegrafia, Organização da Engenharia Militar, Resistência dos Materiais, Estabelecimento e Melhoramento das Comunicações, Pontes, Estradas e Caminhos, Linha Férrea de Campanha, entre outros.

O general de exército Lyra Tavares, também da arma de engenharia, quando aluno da EMR entre 1923 e 1925, estudou matérias como Topografia, Curso Elementar de Estradas de Ferro e de Rodagem, Noções Essenciais de Geologia e de Resistência dos Materiais, Pontes Militares, Noções de Fortificação Permanente, Exercício Topográfico, entre

outros. Por fim, o general de divisão, da arma de infantaria, Golbery do Couto e Silva (EMR 1927 – 1930), estudou matérias como Topografia, Telefonista, Organização do Terreno, Radiotelegrafia, Noções de Fortificação Permanente, Tática Geral e História Militar, Exercícios Táticos na Carta e no Terreno, dentre outros.

Os organizadores intelectuais, desde o princípio de sua vida militar, estavam familiarizados com temas correlatos à infraestrutura de transporte terrestre e indústria e, ao longo de suas respectivas carreiras, haja visto a história do Exército, os choques exógenos apresentados no segundo capítulo, as posições que ocuparam e as suas publicações, se viram motivados a escrever sobre temas de Geopolítica e Segurança Nacional.

Embora os organizadores geopolíticos não se refiram a questões políticas com a mesma veemência dos organizadores da Segurança Nacional, é possível dizer que as publicações analisadas refletem o contexto do período 1889 -1930. Durante este período, como explicado no segundo capítulo a partir das contribuições de Frank McCann (2009), o país havia passado por quatro conflitos civis locais (Revolução Federalista 1893 – 1895, Canudos, 1896-1897; Contestado, 1912 – 1916; Revolução Constitucionalista, 1932) e, também, por um risco de guerra civil nacional que resultou na Revolução de 1930 (SKIDMORE, 1988; MCCANN, 2009).

Travassos (1947), Rodrigues (1947) e Cidade (1940), argumentavam a favor da criação de uma infraestrutura de transportes e de uma indústria para que o país pudesse melhor responder contra ameaças externas e ao que chamavam de “forças centrífugas” ou seja, o risco de dissolução do território.

No que diz respeito a um diálogo com os autores clássicos da Geografia Política e da Geopolítica, ao se apontar a semelhança entre os argumentos dos autores, destaca-se o potencial de um estudo sistemático entre estes campos e a geopolítica brasileira. Há, por exemplo, notável semelhança entre o estudo de Vallaux (1914) e dos organizadores intelectuais que reverberaram em suas obras a compreensão de que as vias de circulação têm “um caráter político, mesmo quando se propõe a fins puramente econômicos” (1914, p. 272, traduzido pelo autor).

Ademais, encontrou-se também convergências entre o argumento de Cidade (1940) e Sypkman (1942) sobre a relação entre indústria, infraestrutura de transportes e o Teatro de Operações. Em 1940, com a publicação de seu livro “Notas de Geografia Militar Sul-Americana”, sobre a relação entre guerra, indústria e meios de transportes, Cidade

argumentou que “a influência que as zonas industrializadas exercem sobre as operações de guerra decorre das suas redes de estradas, dos seus meios de transmissão, etc” (CIDADE, 1940, p. 56). Dois anos depois, em *America's Strategy in World Politics*, Spykman (1942) escreveu o seguinte:

Um combate prolongado envolve uma integração efetiva entre as atividades econômicas e militares em três zonas diferentes, uma zona de operações, uma zona pela qual correm as rotas de fornecimento, e uma área de base. O que já foi uma linha de depósitos e bases de abastecimento, é hoje co-extensiva ao coração econômico e industrial do país. (SPYKMAN, 1942, p. 29, traduzido pelo autor).

Outra semelhança importante foi verificada entre o estudo de Spykman (1938), “*Geography and Foreign Policy I*” e as obras dos geopolíticos brasileiros analisados. Como demonstrado na introdução, a integração, para Spykman (1938), seria a primeira tarefa geopolítica necessária à segurança de um Estado, aspecto transversal a estes geopolíticos que compreendiam que “*para melhor defender-se o Brasil precisaria melhor integrar-se*” (ROOY&FARIAS, 2020, p.97).

Uma possibilidade de diálogo entre Travassos e Spykman (1938) diz respeito à relação entre infraestrutura de transportes e projeção de poder. Em seu artigo, Spykman argumenta que Brasil e China seriam potências de segunda ordem até que superassem seus obstáculos naturais a partir das vias de comunicações. Travassos, em seu livro, ao sugerir para a Bolívia outras saídas para o Atlântico e, também, dissertar sobre conexões internas que ligassem a Bacia do Prata à Bacia Amazônica, compreendia que os meios de transportes poderiam fazer do Brasil uma potência regional ou um Estado capaz de se projetar no continente sulamericano; argumento base do título de sua obra “Projeção Continental do Brasil”.

A relação entre projeção de poder e infraestrutura de transportes é também do escrutínio de Halford Mackinder que, em “*Democratic Ideals and Reality*”, demonstrou, a partir de exemplos históricos, como que Romanos, Sarracenos, Persas e tribos oriundas da *Heartland*, expandiram a partir deste meio. Mackinder, todavia, enfatizou que somente esta infraestrutura não seria o suficiente para que um Estado pudesse projetar seu interesse. Para este fim, seria necessário, também, o adequado *man-power*, ou seja, uma população disciplinada devidamente liderada pelo organizador político e setorial (militarista ou capitalista), capaz de produzir adequadamente os meios que garantissem os projetos geopolíticos de um Estado (MACKINDER, 1942).

A partir desta alcinha de organizadores políticos e setoriais foi sugerido o termo organizador intelectual, isto é, um agente que também seria militarista ou capitalista, capaz de orientar os demais organizadores com as suas ideias. Dentre os organizadores analisados, estabeleceu-se nesta seção um maior diálogo entre os geopolíticos do que com os organizadores da Segurança Nacional. Isto se deve ao fato de ambos os grupos serem geopolíticos e, também, porque o debate com os organizadores da Segurança Nacional se dará no próximo capítulo onde se analisa o último dos organizadores intelectuais, Golbery do Couto e Silva. No quarto capítulo também se realiza um debate mais específico acerca da dimensão econômica.

Especificamente sobre o papel das ideias na Crise de Incerteza *Knightsiana* de 1964, tem-se que dos organizadores intelectuais, conforme demonstrado em suas biografias, Tavares, Távora e Silva conspiraram pela Ruptura e, depois, ocuparam importantes posições de poder que permitiram que influenciassem as políticas públicas do período. Ainda que Monteiro não tenha conspirado, pois faleceu em 1956, a sua ideia de que o Exército era um ator político foi mantida e aplicada pela geração seguinte de generais. Nos termos de Blyth (2002) é possível dizer, portanto, que as ideias aqui estudadas fizeram parte da resolução da Crise de Incerteza *Knightsiana* de 1964.

Contribui também a este argumento a importância da Escola Superior de Guerra para a Ruptura Institucional. Como explicado por Stepan (1975), dos dez generais que apoiaram a Ruptura, 9 frequentaram a ESG e a Escola tornou-se uma importante conselheira do Regime. Nos cursos que a ESG ofertava foram encontradas, também, recomendações de leituras de alguns desses organizadores. Para que estes aspectos sejam analisados com o detalhamento necessário e para que a terceira pergunta de pesquisa: “De qual forma os principais projetos de infraestrutura de transporte terrestre, entre 1964 e 1985, foram influenciados por essas ideias, assim como a expansão do setor industrial?” seja respondida, elaborou-se o quarto e último capítulo desta tese.

#### **4º Capítulo – A Materialização das Ideias de Defesa e Desenvolvimento de Infraestrutura de Transportes e Indústria**

Este estudo versou, a partir da Geografia Política e Geopolítica, sobre a importância da infraestrutura de transportes terrestres e indústria para o Estado e a sua Defesa. Consecutivamente, com as contribuições de Wendt (2003) e Blyth (2002), foram analisados o contexto político do país entre 1889 e 1964, os choques exógenos e a Crise de Incerteza Knightiana de 1964.

Encontrou-se que o Exército se tornou um ator político devido às oportunidades providas por conta da instabilidade política, de conflitos civis, da emergência do comunismo e de duas hipóteses (grande probabilidade) de guerra civil. Concomitantemente à ascensão da instituição como ator político, os organizadores intelectuais elaboraram suas próprias ideias sobre a importância da infraestrutura de transportes e da indústria para a Defesa/Segurança Nacional.

Também se encontrou um importante papel da ESG e de suas ideias na resolução da Crise de Incerteza Knightiana de 1964. Este capítulo estuda as ideias da ESG e a sua relação com os organizadores políticos, intelectuais e setoriais. Nesta quarta parte, também se traz à baila a materialização das ideias de Defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes terrestres e indústria em projetos estratégicos para o país durante o Regime Militar.

Estuda-se a ESG como uma instituição militar que promoveu conhecimentos nos campos de Geopolítica, Segurança Nacional, infraestrutura de transportes terrestres e indústria (dentre outras áreas) e que contribuiu, como se verificará, para a formação de alguns organizadores que atuaram na Ruptura Institucional de 1964 e/ou no Regime Militar<sup>66</sup>.

Assim, são estudadas as grades curriculares do Curso Superior de Guerra (ministrado a civis e militares) e do Curso de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (ministrado somente a militares) como uma outra fonte de ideias que serviu, como será demonstrado, a alguns organizadores políticos, organizadores intelectuais e organizadores setoriais

---

<sup>66</sup> Não se estuda a ESG, todavia, da mesma forma que se estudou o Exército. O estudo do Exército permitiu compreender a formação dos organizadores desde o seu princípio e, também, o estudo da instituição como ator político que resultou na Ruptura Institucional de 1964.

antes de 1964. Também se verificará que a Escola, além de ressoar essas ideias, foi receptora das mesmas.

Para estudar estes aspectos, buscou-se pela presença dos organizadores políticos e organizadores intelectuais na Escola, pela presença de publicações desses organizadores nas grades curriculares dos cursos ofertados e, também, por matérias relacionadas à Geopolítica, Segurança Nacional, infraestrutura de transportes terrestres e indústria. Além da importância da Escola, a mesma foi fundada pelo Governo Federal que incumbiu o Marechal César Obino e o à época general de divisão Cordeiro de Farias a fazê-lo. A ESG promoveu um considerável número das ideias encontradas no capítulo anterior, de modo que influenciou por vias indiretas e por vias diretas, a partir de legislação específica, o processo político-decisório do Regime Militar.

Na próxima seção retorna-se à dimensão econômica apresentada no primeiro capítulo e na introdução, analisa-se o último organizador intelectual, Golbery do Couto e Silva, e a história da Escola Superior de Guerra, bem como os marcos legais que tornaram a sua influência fundamental ao Regime Militar. Na seção conseguinte, analisa-se quais as matérias, relacionadas com Geopolítica, Segurança Nacional, infraestrutura de transportes terrestres e indústria, foram ministradas. Analisa-se também quais organizadores (políticos, setoriais e intelectuais); e como e quando estes organizadores atuaram ou estudaram na ESG.

Uma vez verificadas as ideias da ESG e a sua influência nos organizadores, estuda-se a materialização das ideias de Defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes terrestres e indústrias. Para isto, busca-se por menções a ações direcionadas a infraestrutura de transportes terrestres e indústria nos planos econômicos do Regime Militar e nas Atas das Sessões/Consultas do CSN (Conselho de Segurança Nacional) onde a cosmovisão da ESG foi aplicada para que se decidisse sobre projetos de infraestrutura de transportes e indústria. Daí se sugere a alcunha de “Desenvolvimento Estratégico” para este conjunto de ideias que tiveram impacto na industrialização do país e na construção de uma infraestrutura de transportes.

Analisa-se com maior profundidade o CSN do que os planos de desenvolvimento por alguns motivos essenciais a esta tese e ao desenho de pesquisa proposto. O CSN era presidido ou pelo presidente ou por um membro seu recomendado pelo presidente. O Conselho, por lei, como explanado a seguir, deveria respaldar suas decisões considerando os estudos da ESG. Ademais, como será demonstrado, havia no Conselho organizadores



intelectuais, políticos e setoriais, imbuídos das ideias analisadas no capítulo anterior de modo que as decisões oriundas do Conselho tinham, em diferentes graus, a influência das ideias aqui estudadas. Isto torna o CSN um objeto cuja observação das ideias identificadas se dá com maior clareza.

Os planos de desenvolvimento econômico, ainda que tratem dos aspectos estudados nesta pesquisa, não foram observados com este mesmo grau de profundidade e isto solicita uma outra pesquisa documental. Ademais, os planos de desenvolvimento contavam também com a participação de ministros civis<sup>67</sup>, que não foram alunos da ESG e cujo grau de relação de suas respectivas ideias com a Geopolítica e a Segurança Nacional ainda exigem pesquisa. Não obstante, de forma complementar à leitura das Atas do CSN, destacar-se-á pontos centrais dos planos de desenvolvimento que tratam de infraestrutura de transportes e indústria.

## **4.1 A Dimensão Econômica, o Desenvolvimento Estratégico, Golbery e a ESG**

### **4.1.1 A Dimensão Econômica & o Desenvolvimento Estratégico**

Na introdução deste estudo, mostrou-se que, para Fonseca (2015) que analisou um conjunto de critérios que caracterizam o desenvolvimentismo, os governos Médici e Geisel eram governos desenvolvimentistas. Para Bielchovsky, que analisou a história do desenvolvimentismo no Brasil entre 1930 e 1964, militares como o Marechal Anápio Gomes e os generais Horta Barbosa e Juarez Távora, eram desenvolvimentistas. O que não se encontrou nestes autores foi qualquer inferência de que estes militares poderiam ter um pensamento militar específico cujo impacto também resultaria em políticas de industrialização nacional. A partir desta indagação, buscou-se por este pensamento nesta tese.

---

<sup>67</sup> O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi emitido pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, sob a chefia do economista e civil Roberto Campos (BRASIL, [1965], 2024a). O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), esteve sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral que tinha por ministro o economista e civil Hélio Beltrão (BRASIL, 1967b). O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) contou com a assinatura de todos os ministros do Governo Médici quando ocupavam o cargo na data de publicação da Lei nº 5.727 de 4 de novembro de 1971 que instituiu as diretrizes do Plano. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, cujas diretrizes foram instituídas pela Lei 6.141 de quatro de dezembro de 1974 (BRASIL, 1974), também contou com a assinatura de todos os ministros do governo Geisel quando ocupavam o cargo na data de publicação da Lei.

A leitura dos geógrafos políticos Becker e Egler (2003), contribuiu para a sustentação da hipótese de que “os marechais e generais presidentes entre 1964-1985 e os oficiais intelectuais, aprenderam e/ou elaboraram uma forma específica de pensar a Defesa e o desenvolvimento nacionais que pode ter impactado projetos de infraestrutura, em especial a de transportes terrestres, e o crescimento da atividade industrial entre 1964-1985”.

Os autores apontaram que tanto a Geopolítica como a Segurança Nacional foram formas de se pensar os problemas nacionais usadas pelo Exército para que o país realizasse a modernização conservadora, ou seja, uma série de ações do poder político central tendo em vista a industrialização, o crescimento da burocracia estatal ao longo do território e, também, da infraestrutura (BECKER & EGLER, 2003).

Sobre a geopolítica usada pelos militares, Becker e Egler argumentaram que “Os militares conquistaram o Estado, que tomou para si a execução de um projeto geopolítico para a modernidade” (BECKER & EGLER, 2003, p. 124). Associada a esta Geopolítica, haveria a Doutrina de Segurança Nacional que seria uma “técnica de planejamento estratégico designada inicialmente para uso no campo da política de segurança nacional em tempos de guerra, mas que foi estendida a todos os setores de atividades do país.” (BECKER & EGLER, 2003, p.129).

Esta preocupação militar, portanto, com a indústria e infraestrutura nacionais, apesar de seu impacto na economia, tem notável relação com a guerra e a manutenção da soberania do Estado. Perspectiva que é corroborada pelo economista político Klaus Knorr, autor de “*Power and Wealth the Political Economy of International Power*” (KNORR, 1973), que argumenta que em uma dinâmica de permanente competição entre os Estados, se faz relevante analisar a força econômica (*economic strength*), compreendida como “os recursos produtivos que a sociedade controla, trabalho, tecnologia, recursos naturais; capital real (na forma de fábricas, represas de energia, rodovias, estoques de materiais e manufatura, etc.)” (KNORR, 1973, p.45, traduzido pelo autor)

O que não se encontrou nesta leitura preliminar foi um estudo que se aprofundasse sobre a Geopolítica e a Segurança Nacional a partir de um olhar que buscasse compreender a ascensão política do Exército e, em paralelo, compreender como estes campos de estudos/pensamento compreendiam a relevância da infraestrutura de transportes e indústria. Desta forma, tendo em vista contribuir com o debate apresentado, buscou-se realizar uma pesquisa nestes parâmetros.

Este enquadramento também encontrou respaldo em estudos recentes sobre a natureza das Ciências Militares. Autores como Maxwell (1997) e Harvey (2022), compreendem a guerra a partir de três principais níveis que são o nível estratégico, o nível operacional e o nível tático. Como apontado na introdução, para Harvey (2022), o nível estratégico engloba a dimensão política e a estratégia do teatro de operações, o nível operacional seria aquele referente às campanhas e grandes operações e o nível tático o nível relativo aos combates, engajamentos e ações de frações e guarnições (HARVEY, 2022). Maxwell define o nível estratégico como o nível que:

centra-se na definição e no apoio à política nacional e está diretamente relacionado com o resultado de uma guerra ou de outro conflito no seu conjunto. Normalmente, as guerras e os conflitos modernos são ganhos ou perdidos neste nível e não nos níveis operacional ou tático. O nível estratégico aplica-se a todas as formas de guerra e de conflito, desde as atividades militares fora da guerra até à guerra insurrecional, convencional e nuclear. Este nível envolve um conceito estratégico, planos para preparar todos os instrumentos nacionais de poder para a guerra ou conflito, orientação prática para preparar as forças armadas e liderança das forças armadas para atingir os objetivos estratégicos. (MAXWELL, 1997, p. 1, traduzido pelo autor)

O nível estratégico, portanto, ou faz parte do nível político (HARVEY, 2022) ou é aquele que apoia diretamente a política (MAXWELL, 1997). Como explica Maxwell (1997), o nível estratégico engloba, também, as atividades militares fora da guerra e envolve “planos para preparar todos os instrumentos nacionais de poder para a guerra ou conflito” (ibid). Embora não tenha usado o termo “instrumentos nacionais de poder”, Knorr (1973), como visto, destaca a infraestrutura de transportes e a indústria como elementos essenciais ao poder militar e dimensões da força econômica.

Assim, sendo o nível estratégico o nível da guerra que trata da política e da preparação dos instrumentos nacionais de poder, é possível que as noções de Defesa e desenvolvimento elaboradas pelo Exército Brasileiro e seus organizadores intelectuais, possam ser melhor enquadradas como Desenvolvimento Estratégico do que como desenvolvimentistas como sugeriu Bielchovsky ao se referir aos generais Horta Barbosa, Anápio Gomes e Juarez Távora; e Fonseca ao se referir aos governos Médici e Geisel.

Neste sentido, portanto, da indissociabilidade da expressão econômica para o poder militar, tem-se que para Vallaux (1914) e Whittlesey (1939) a Economia tinha um segundo grau de relevância em relação à Defesa do Estado ou suas necessidades políticas. Esta perspectiva muda em Ratzel para o qual a sociedade é o meio pelo qual o Estado se une ao solo e, quando lá instalado exerce a função fim de proteger “o território contra os

ataques externos que tendem a diminuí-lo” (RATZEL, 2011, p.96). No mais alto grau da evolução política, continua o autor:

a defesa das fronteiras não é a única a servir nesse objetivo; o comércio, o desenvolvimento de todos os recursos que contém o solo, numa palavra, tudo aquilo que pode aumentar o poder do Estado a isso concorre igualmente. A defesa do território (pays) é o fim último que se segue por todos esses meios (RATZEL, 2011, p.96)

Dos autores lidos, Ratzel é o primeiro a argumentar que a Defesa seria o último fim da combinação de uma série de dimensões que caracterizam o Estado, sendo as principais a social, a política, a militar (Defesa) e a econômica (RATZEL, 2011). Esta perspectiva é também encontrada tanto em Mackinder como em Spykman. Em *Democratic Ideals and Reality*, Mackinder ([1919], 1942) argumenta que as capacidades de movimentação dos elementos do estado teriam mais sucesso em um projeto de poder a depender das capacidades políticas que deveriam organizar a sociedade tornando-a a força motriz da Economia, diga-se, das capacidades produtivas, em especial a indústria.

Spykman, ao sugerir uma estratégia aos E.U.A no contexto da Segunda Guerra Mundial, estuda os elementos que, segundo ele, compõem o poder de um estado em um cenário de Guerra Total (SPYKMAN, 1942); isto é, um cenário em que o estado necessita de todos os seus recursos para manter a guerra. Os elementos são o ideológico, o político, o econômico e o militar.

No caso brasileiro, o primeiro esforço encontrado, durante esta pesquisa, de se compartimentar a Defesa, foi no editorial da revista A Defesa Nacional nr. 34 de 1916 que dizia:

Não é de extranhar que vivamos a tangenciar o abysmo da bancarrota financeira e fallencia moral e política. Só uma vontade hercúlea, inabalável, que seja surda ao clamor da rotina e às exigências da “burguesia egoística e obsecada” poderá salvar a nau brasileira de ser absorvida pelo *maelstrom* da anarchia, do despedaçamento e da ruina. E o caminho a seguir é o da preparação da defeza nacional sob o múltiplo **aspecto moral, político, economico e militar** (ADN, p 2-3, 1916, n. 34 – *termos destacados por este autor*).

Este trecho é a segunda menção mais antiga, encontrada nesta pesquisa, depois do texto de Ratzel, que argumenta que a Defesa pode ser compreendida sob diferentes aspectos que são, entre os autores, muito similares. Um olhar voltado para estes aspectos também foi encontrado nos organizadores da Segurança Nacional.

Tendo por finalidade a Defesa e Segurança Nacionais, Monteiro refere-se à importância da “política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, e regime político-social” (MONTEIRO, 1934, p.133). Távora fala que a Segurança Nacional “É alcançada pela organização coerente dos campos político, econômico e social” (TÁVORA, 1959 p.10) e, para Tavares, a Segurança Nacional também exige o aprimoramento da política, educação, economia e coesão nacional (TAVARES, 1958).

Tanto Tavares (1958), como Távora (1959), comandaram a ESG cujo principal conceito a partir do qual se pensava a segurança e Defesa do país, como será demonstrado, era a Segurança Nacional e as principais dimensões das quais os cursos da Escola se dedicavam eram as dimensões econômica, política, militar e psicossocial.

Nesta tese argumenta-se que o organizador que melhor sistematiza a relação destas dimensões com a Segurança Nacional é o geopolítico e general Golbery do Couto e Silva. Apesar de geopolítico, Golbery é considerado o último dos organizadores da Segurança Nacional por ter, na sua garantia, a finalidade de seu estudo.

#### **4.1.2 Golbery e a ESG**

Entre 1952 e 1956, Golbery ocupou a posição de adjunto do Departamento de Estudos da ESG. Em 1964, uma vez instalado o governo militar, tornou-se chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e, em 1967, ministro do Tribunal de Contas da União, posição que deixou em 1969. Golbery também foi o Chefe do Estado-Maior do Escritório Executivo da Casa Civil do Governo durante os mandatos presidenciais do general Ernesto Geisel (1974-1979) e do general João Baptista Figueiredo (1979-1985). Ele ocupou este cargo até 1981.

Este organizador também foi um dos redatores do Manifesto dos Coronéis (1954), documento de forte teor anticomunista e foi um dos conspiradores do IPES, organização que atuou a favor da Ruptura Institucional de 1964. Logo, suas ideias fizeram parte do conjunto das ideias que “solucionaram” a Crise de Incerteza Knightiana de 1964.

O seu olhar geopolítico é de um Brasil que ainda tem como principal desafio a integração. O autor fala de um Núcleo Central formado pelas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte ligado a três “Penínsulas” nas regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste e, ainda, com uma região pouco explorada a “Hiléia Amazônica” (SILVA, [1952],

1967)<sup>68</sup>. A solução, semelhante àquela dos geopolíticos brasileiros apresentados, passava pela construção de uma infraestrutura de transportes que ligasse estas regiões. Similar a Mario Travassos, Golbery também argumenta pela habitação das regiões ermas do país, principalmente a região Centro-Oeste e Norte, tendo por base uma política que incentivasse a migração interna e a construção da infraestrutura de transportes.

A finalidade de sua geopolítica seria a garantia da Segurança Nacional, definida como: “O grau relativo de garantia que o estado proporciona à coletividade nacional para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis.” (SILVA, [1959] 1967, p.160)

Estes objetivos são divididos em dois tipos, os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e os Objetivos Nacionais Atuais (ONAs). Os ONPs são as:

aspirações e interesses que perduram em determinada etapa, mais ou menos longa, da evolução do grupo nacional; como núcleo constante e universal aí figuram, sob formas mais agressivas e positivas ou mais defensivas e negativas, as idéias motoras de integração nacional, autodeterminação ou soberania, bem-estar e progresso (SILVA, 1959, p.159)

Integração, soberania e progresso/bem-estar seriam o fim dos ONPs. Os ONAs são definidos como: “a cristalização dessas aspirações e interesses, à luz das limitações impostas pelas possibilidades e circunstâncias do momento, em particular pelos antagonismos internos e externos, tanto existentes como presumíveis” (SILVA, 1959, p.159).

Tomando por base estes objetivos, Golbery argumenta que a Política Nacional é a governança do Estado para a concretização destes objetivos; neste sentido o país necessita de uma estratégia, ou Estratégia Nacional, cuja finalidade consta em orientar “o desenvolvimento e reforço dos recursos nacionais, como de sua aplicação, a fim de promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais (Atuais), a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis” (SILVA, 1959, p.160).

Em poucas linhas, neste quadro conceitual, a estratégia é a orientadora da política nacional cujo fim é a realização dos ONPs e ONAs enquanto a Segurança Nacional é o grau de certeza, garantido pelo Estado ao povo, da realização desses objetivos. Além da

---

<sup>68</sup> Este livro, reúne obras de Golbery entre 1952 e 1960. Assim, será feita referência ao ano original entre colchetes.

estratégia, a realização dos Objetivos também solicita meios que, em conjunto, constituem o Poder Nacional. Nas palavras de Golbery:

O Poder Nacional seria A expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psicossociais, econômicos e militares) de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para promover, no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis. (SILVA, [1959], 1967, p. 160)

O Potencial Nacional seria: “A expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psicossociais, econômicos e militares) suscetíveis de, em maior ou menor prazo, serem transformados em PODER para fazer a guerra” (SILVA, [1959], 1967, p. 159).

Para que os ONPs fossem atendidos deveria haver um planejamento, “mediante uma Avaliação Estratégica da Conjuntura” (SILVA, 1959, p.163) a partir do qual seria criado o Conceito Estratégico Nacional (CEN) que definiria os: “Objetivos Nacionais atuais e as correspondentes Políticas de Consecução (linhas de ação adotadas)” (ibid).

No estudo de Golbery encontram-se os elementos que caracterizam os organizadores da Segurança Nacional; seu ceticismo com as elites políticas não é tão claro como o de Monteiro ou Távora, todavia, a sua biografia demonstra a sua descrença no poder civil e sua rivalidade com o comunismo. Esta descrença vigora até 1981 com a publicação de Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo (GOLBERY, 1981), quando Golbery argumenta pelo fim do Regime Militar.

#### **4.1.2.1 A Escola Superior de Guerra**

Como verificado no segundo capítulo, a Escola Superior de Guerra exerceu importante papel ao ser reduto de ideias essenciais à “resolução” da Crise de Incerteza Knightiana de 1964. Segundo Hepple (1986), “depois de 1964 o governo militar implementou, em termos amplos, muito da filosofia da ESG” (HEPPLE, 1986, p. 84, traduzido pelo autor) e a instituição responsável por isso era o Conselho de Segurança Nacional (CSN).

As primeiras argumentações acerca da necessidade de um Conselho, de matiz militar, para pensar os problemas nacionais data de 1916 (VIEIRA, 2018)<sup>69</sup>. O CSN, *per se*, foi

---

<sup>69</sup> Segundo Vieira (2018), a proposta de criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) sugerida na ADN em seu nr. 152, ano 1926, foi “inicialmente formulada pelo EME em 1916 e retratada no relatório do

fundado com a Constituição do Estado Novo de 1937. Entre a data de sua fundação e o início do Regime Militar, o Conselho tinha relevância na estrutura burocrática do Poder Executivo e atuava, principalmente, como conselheiro de projetos e políticas públicas ligadas, direta ou indiretamente à Defesa Nacional (VIEIRA, 2018; CAMARGO; 2019; BRASIL, 2024d). Porém, somente a partir de 1964, o CSN adquiriu protagonismo e, com a Constituição de 1967, teve seus poderes ampliados tornando-se “o órgão de mais alto nível no assessoramento direto do Presidente da República, na formulação e na execução da Política de Segurança Nacional” (BRASIL, 1967a). Com o Decreto-Lei nr. 200 de 1967:

sua assessoria na formulação e conduta da política de segurança se definiria a partir do Conceito Estratégico Nacional, o qual, inspirado na doutrina da Escola Superior de Guerra, guiaria e orientaria a política nacional em sentido mais amplo. (BRASIL, 1967a).

Mais evidências da influência do “pensamento esguiano” no Conselho são identificadas no Decreto-Lei nº 348/1968, que determinou que a atuação do CSN relativa à formulação de políticas de segurança ocorresse “mediante o estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional e das diretrizes gerais do planejamento, incluindo a fixação dos objetivos nacionais permanentes e dos objetivos nacionais atuais estratégicos, bem como das hipóteses de guerra” (BRASIL, 1968a). O Decreto-Lei 900/1969 determinou que o CSN seria o “órgão de mais alto nível no assessoramento direto do presidente da República, na formulação e na execução da política de segurança nacional”

---

Ministro da Guerra em 1919” (VIEIRA, 2018, p. 90). No site do Arquivo Nacional encontrou-se que o Conselho de Defesa Nacional “foi criado pelo decreto n. 17.999, de 29 de novembro de 1927, com a finalidade de realizar estudos e coordenar informações sobre todos os assuntos de ordem financeira, econômica, bélica e moral relativos à defesa do país. Presidido pelo próprio presidente da República, o conselho também era composto pelos ministros da Guerra, Marinha, Fazenda, Viação e Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio, Justiça e Negócios Interiores, e Relações Exteriores, e pelos chefes dos estados-maiores do Exército e da Armada” (CAMARGO, 2019). Com a Constituição de 1934, o CDN muda de nomenclatura e torna-se o Conselho Superior de Segurança Nacional. Desde o ano de sua fundação em 1927, o Conselho contava com órgãos complementares ou subseções que, a partir da Constituição de 1934, são chamados de órgãos especiais, eram eles, a Comissão de Estudo de Segurança Nacional, a Secretaria-Geral de Segurança Nacional e a seções de Segurança Nacional. Conforme encontrado no Diretório Brasil de Arquivos, do Arquivo Nacional, cabia à Comissão de Estudos da Defesa Nacional estudar previamente as questões submetidas ao Conselho. A Secretaria-Geral tinha a função de centralizar e coordenar os estudos preparatórios submetidos à Comissão de Estudos, organizar relatórios, registrar as atas das sessões do Conselho e conservar os arquivos. Por fim, as seções da Defesa Nacional estabeleciam as relações entre elas e o Conselho e sugeriam programas de ação aos ministérios (BRASIL, 2024). Em 1937, com a Constituição do Estado Novo, o Conselho muda novamente de nomenclatura e se torna o Conselho de Segurança Nacional. O protagonismo do Conselho no processo político decisório só se dá, todavia, a partir de 1964 e, mais especificamente, a partir da constituição de 1967.



(BRASIL, 1969). Ainda sobre o CSN, o Artigo 91 da Constituição Federal de 1967 atribui ao Conselho importante atuação na área de infraestrutura e indústria, diz o artigo:

Art 91 - Compete ao Conselho de Segurança Nacional:

I - o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação dos órgãos de Informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares;

II - nas áreas indispensáveis à segurança nacional, dar assentimento prévio para:

a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação;

b) construção de pontes e estradas internacionais e campos de pouso;

c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional BRASIL. [Constituição (1967), 1967c]

O conhecimento que fundamentava os estudos elaborados pela ESG foram, portanto, fundamentais à criação de projetos durante o Governo Militar/Ditadura. A Escola teve como primeiro comandante o general e ex-tenente Oswaldo Cordeiro de Farias. Em conferência sobre a ESG realizada na ECEME em 1949, Farias explicou que a experiência da Segunda Guerra pressionava os países precavidos a criarem centros que pensassem a mobilização nacional de maneira permanente e que fossem capazes de realizar um planejamento de Defesa articulado com diferentes departamentos do Estado e esferas da sociedade; ou seja, um planejamento para além das Forças Armadas (FARIAS, 1949).

Para Farias, o advento da Segunda Guerra fez com que surgisse uma maneira nova de se encarar a guerra e a mobilização nacional deveria deixar de ser uma preocupação específica das Forças Armadas. A mobilização se tornaria total, ou seja, uma mobilização a partir da qual “a mobilização militar’ será simplesmente uma das partes, um dos ramos, uma de suas facetas” (FARIAS, 1949, p. 134). Depois do conflito, a importância da economia também ganha novo status e as autoridades do Estado deveriam garantir seu vigor e funcionalidade tanto na paz como na guerra (FARIAS, 1949). Ainda sobre a Economia, parafraseando o general estadunidense Dwight Eisenhower<sup>70</sup>, Farias diz:

creio haveremos aprendido que a defesa nacional não é prioridade exclusiva, nem incumbência peculiar dos homens de farda, mas que sua responsabilidade deve ser compartilhada pelo trabalho, o capital, a agricultura, a indústria e outros grupos que contribuem para o mosaico nacional (EISENHOWER *apud* FARIAS, 1949, p. 138)

---

<sup>70</sup> Eisenhower foi, também, presidente dos E.U.A entre 1953 e 1961.

Embora não seja um organizador intelectual, a conferência de Farias ilustra como a preocupação com a Economia e a questão industrial estava presente desde o momento da fundação da ESG. Sobre a Segurança Nacional e a fundação da Escola, o general diz o seguinte:

Voltemos, porém, à questão da segurança nacional, considerada em seus aspectos mais gerais e repitamos que sua política deve basear-se numa estrutura adequada de governo, num esforço permanente para melhoria da economia do país, numa coordenação completa entre as três forças armadas, entre estas, o Ministério do Exterior e as forças civis, tudo num ambiente da mais alta compreensão do sentido da segurança do país. E confessemos que nos falta a nós, civis e militares, pela magnitude da questão, uma base sólida para versarmos assuntos de tal monta e complexidade (...) criaremos também a mentalidade de cooperação interministerial inderdepartamental e mais ainda – nós que somos tão individualistas – o sentido de equipe de trabalho, tão necessário ao cumprimento da missão. Encarar a política de organização da segurança nacional dentro deste objetivo, com este rumo, com este sentido, com esta meta, é a finalidade da Escola Superior de Guerra (FARIAS, 1949, p. 140)

A ESG, portanto, foi fundada sob as lições da Segunda Guerra, o receio da Guerra Fria e, com ele, de uma terceira Guerra Mundial e por conta de uma fragilidade percebida pelo governo e os militares sobre a ausência de um pensamento estratégico capaz de organizar diferentes dimensões do Estado, das quais se destaca a dimensão econômica cujo desenvolvimento não deveria ser um fim *per se*, mas um meio para que se alcançasse a segurança interna e protegesse o país das ameaças externas.

Afora isto, a passagem acima ilustra o intento de Farias de transformar a ESG parte ativa da estrutura burocrática do Estado capaz de articular seus diferentes setores em torno da Segurança Nacional. Os estudos de Defesa Nacional ganham um novo contorno com a fundação da Escola e poderiam vir a ser aplicados no país a depender das circunstâncias.

Farias, à época o oficial mais antigo das três armas, foi um dos generais conspiradores da Ruptura Institucional de 1964 (LEMOS, 2023). A relação de Farias, Lyra Tavares, Juarez Távora e Castello Branco com a ESG é um fato que torna o estudo das ideias promovidas na Escola fundamental para esta pesquisa e para a compreensão da resolução da Crise de Incerteza Knightiana de 1964.

Para isto, recorreu-se aos arquivos da ESG, por meio de consulta à biblioteca da Escola, a Biblioteca General Cordeiro de Farias; e foram analisadas as ementas/grades

curriculares do Curso Superior de Guerra (CSG) e do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), entre 1952 e 1973, ano anterior a publicação do Segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Apesar de o curso ter iniciado em 1950, somente foi possível obter documentos que datam de 1951 e grades curriculares que datam de 1952.

Ao se analisar as grades curriculares destes cursos buscou-se pela matéria Geopolítica e matérias correlatas à Economia, infraestrutura de transportes e indústria. A tabela II mostra quais organizadores políticos, organizadores intelectuais e organizadores setoriais cursaram algum dos cursos da ESG ou lá conferenciaram e em qual ano. A Tabela III mostra quais foram as matérias de Geopolítica ou correlatas à Economia, indústria e transportes ministradas entre os anos 1952 e 1973.

**Tabela II: Participação (ou não) dos Organizadores na ESG**

<b>Organizadores Políticos</b>	<b>Na ESG</b>
Marechal <b>Humberto Castello Branco</b> Presidente da República 15 de abril de 1964 -15 de março de 1968	Diretor da Departamento de Estudos da ESG 1956-1958
General de Exército <b>Artur da Costa e Silva</b> Presidente da República 15 de março de 1967 - 31 de agosto de 1969	Cursou a Escola Superior de Guerra em 1953.
General de Exército <b>Emílio Garrastazu Médici</b> Presidente da República 30 de outubro de 1969 15 de março de 1974 & Chefe do SNI (1967-1969)	Cursou a Escola Superior de Guerra em 1951.
General de Exército <b>Ernesto Geisel</b> Presidente da República 15 de março de 1974 15 de março de 1979	Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra entre 1952-1954

<p>General de Exército <b>João Batista Figueiredo</b>  Presidente da República</p> <p>15 de março de 1989  15 de março de 1985</p>	<p>Cursou a ESG em 1960</p>
<p><b>Organizadores Intelectuais</b></p>	
<p>General de Exército <b>Pedro Aurélio de Góes Monteiro</b>  Ministro da Guerra (1934 – 1935// 1945-1946),  Comandante do Estado-Maior do Exército (1936-1937// 1951-1952)  (Organizador da Segurança Nacional)</p>	<p>Não se encontrou registro de que tenha cursado a ESG. Todavia, Monteiro foi chefe do EME durante o 3º e 4º ano de funcionamento da ESG, o que sugere alguma relação entre este organizador e a Escola.</p>
<p>Marechal <b>Mario Travassos</b>  Diretor de Ensino do Exército  (Organizador Geopolítico)</p>	<p>Não cursou a ESG</p>
<p>General <b>Francisco de Paula Cidade</b>  professor de História e Geografia Militar na EMR.  Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Exército entre 1939 e 1942  (Organizador Geopolítico)</p>	<p>Não cursou a ESG</p>
<p>Brigadeiro do Ar <b>Lysias Rodrigues</b>  Um dos fundadores da FAB e um dos criadores do Correio Aéreo Nacional  (Organizador Geopolítico)</p>	<p>Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG</p>
<p>General de Exército <b>Juarez Távora</b>  Comandante da ESG (1952-1954)  Ministro de Viação e Obras Públicas (15 de abril de 1964 e 15 de março de 1968)</p>	<p>Cursou a ESG em 1951  Foi Comandante da ESG entre 1952-1954</p>
<p>General de Exército <b>Lyra Tavares</b></p>	<p>Foi Comandante da ESG em 1956</p>

<p>Ministro da Guerra (15 de março de 1967 a 30 de outubro de 1969)  Membro da Junta Militar  31 de agosto de 1969  a 30 de outubro de 1969.  (Organizador da Segurança Nacional)</p>	
<p>General de Divisão <b>Golbery do Couto e Silva</b>  Chefe do SNI (1964-1966)  Chefe do Estado-Maior do Escritório Executivo da Casa Civil (1974-1981)  (Organizador da Segurança Nacional)</p>	<p>Foi adjunto do departamento de estudos da Escola Superior de Guerra entre 1952 e março de 1956</p>
<p><b>Organizadores Setoriais (do Exército)</b></p>	
<p>Marechal <b>Cordeiro de Farias,</b>  Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (atual Ministério do Interior), Governo Castelo Branco (1964 a 1966)</p>	<p>Foi Fundador e primeiro Comandante da ESG 1949 – 1952</p>
<p>Marechal  <b>Ademar de Queiroz</b>  Ministro da Guerra no Governo Castelo Branco.  Julho de 1966 a 15 de março de 1968</p>	<p>Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG</p>
<p>General de Divisão <b>Juracy Magalhães</b>  Ministro da Justiça de Castelo Branco  15 de abril de 1964 a 15 de março de 1968</p>	<p>Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG</p>
<p><b>Ney Braga</b>  Chegou a Major em 1950  Ministro da Agricultura de 18 de novembro de 1965 até 12 de agosto de 1966</p>	<p>Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG</p>
<p>General de Exército - <b>Orlando Geisel</b>  Ministro do Exército no Governo Médici de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.</p>	<p>Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG</p>

Ministro-Chefe do EMFA (1968 - 1969)	
General <b>Arthur Duarte Candal da Fonseca</b> Presidente da Petrobrás (04/1967 – 03/1969) Ministro-Chefe do EMFA (1972 - 1974).	Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG
Coronel <b>Hygino Caetano Corsetti</b> Ministro das Comunicações de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.	Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG
Coronel <b>Mário Andreazza</b> , Ministro dos Transportes nos Governos Costa e Silva e Médici, de 15 de março de 1967 a 15 de março de 1974, final do Governo Médici.	Foi adjunto da divisão de assuntos Doutrinários e Coordenação da ESG  E cursou a Escola
Tenente-Coronel <b>Jarbas Passarinho</b> Ministro do Trabalho e Previdência Social do governo Costa e Silva de 15 de março de 1967 a outubro de 1969 <b>Ministro da Educação</b> do governo Médici de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.	Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG
General de Brigada (e engenheiro da Metalurgia) Edmundo de Macedo <b>Soares e Silva</b> , Ministro da Indústria e Comércio no Governo Costa e Silva (1967-1969)	Integrou o Quadro Permanente da ESG em 1952,
<b>Jayme Portella de Melo</b> , Chefe do Gabinete Militar de março de 1967 a agosto de 1969 (Governo Costa e Silva)	Não cursou a ESG
Ministro do Interior Marechal <b>Afonso Augusto de Albuquerque e Lima</b> Governo Costa e Silva (1967-1969)	Chefiou o Depto. de Assuntos Econômicos da ESG (ano não sabido) e cursou a ESG em 1963
General de Exército Idálio Sardenberg, Ministro Chefe do EMFA, Governo Médici (1971-1972).	Não cursou a ESG

General Carlos Alberto da Fontoura Chefe do SNI (1969-1974)	Informação não encontrada
<b>Organizadores Setoriais (Marinha)</b>	
Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald – Ministro da Marinha (março de 1967 - outubro de 1969) Integrou a Junta Militar (1969) Vice-Presidente do Governo Médici, de outubro 1969 a março de 1974.	Cursou a ESG em 1964
Almirante de Esquadra Ernesto de Melo Batista Ministro da Marinha Governo Castello Branco (1964-1965)	Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG
Almirante da Marinha e Chefe do EMFA no Governo Castello Branco Luiz Teixeira Martini (1965-1966)	Cursou a ESG em 1950 e em 1951 tornou-se instrutor chefe da Escola de Guerra Naval
Ministro da Marinha Almirante Zilmar Campos de Araújo Macedo, Governo Castello Branco (dezembro de 1965 a 1967)	Foi transferido para o Corpo Permanente da ESG em janeiro de 1957
Ministro Chefe do EMFA Almirante-de-Esquadra Murillo Vasco do Valle e Silva, Governo Médici (1969-1971)	Cursou a ESG no período 1960-1961
Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra, Adalberto de Barros Nunes, Governo Médici, (1969-1974)	Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG
Almirante e Ministro da Marinha <b>Paulo Bósio</b> , Governo Castello Branco (1965)	Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG
<b>Organizadores Setoriais (Força Aérea)</b>	
Tenente-Brigadeiro <b>Nelson Freire Lavanère-Wanderley</b>	Indicado Membro Permanente da ESG em 1952

Ministro da Aeronáutica de Castello Branco de abril a dezembro de 1964,  Chefe do EMFA de 1966 a 1968	
Brigadeiro <b>Eduardo Gomes</b> Ministro da Aeronáutica no Governo Castello Branco entre 1965 e março 1967	Não se encontrou registro de que tenha cursado ou atuado na ESG
Tenente-brigadeiro-do-ar  <b>Joelmir Campos de Araripe Macedo</b>  Ministro da Aeronáutica de Garrastazu Médici de novembro de 1971 até o final do Governo Geisel em março de 1979.	Cursou a ESG em 1960
Marechal do ar <b>Márcio de Souza Melo</b> - Ministro da Aeronáutica 15 de dezembro de 1964 a 6 de janeiro de 1965 (Governo Castello Branco) Novamente em março de 1967 (Gov. Costa e Silva) até 25 de novembro de 1971 (governo Médici)	Cursou a ESG em 1953

Fonte: O Autor<sup>71</sup>.

De acordo com a tabela, todos os presidentes tiveram relação com a ESG antes de 1964. Três presidentes (Silva, Médici e Figueiredo) cursaram, provavelmente, o CSG ou o CEMCFA. Castello Branco atuou no departamento de estudos da Escola e Geisel fez parte de seu Corpo Permanente. Entre os organizadores intelectuais, tem-se que dois (Tavares e Távora) foram comandantes da ESG e Golbery foi adjunto do departamento de estudos entre 1952 e 1956. Ainda que Monteiro não tenha atuado ou estudado na ESG, um dado relevante é que ele foi chefe do EME durante os primeiros anos de funcionamento da Escola, entre 1951 e 1952. A ESG foi fundada em 1949 e iniciou os cursos em 1950.

Entre os organizadores setoriais do Exército tem-se que quatro de um universo de 16 tinham relação com a Escola. O General de Brigada e ministro da Indústria e Comércio do Governo Costa e Silva, Edmundo Macedo Soares e Silva, integrou o Quadro Permanente da Escola em 1952. O Marechal Cordeiro de Farias foi um dos responsáveis

---

<sup>71</sup> Assim como na TABELA I, as fontes sobre a biografia desses atores são públicas e consultou-se, principalmente, diferentes sites como o site do CPDOC, do acervo da Biblioteca da Presidência da República e da Associação de História Militar Terrestre do Brasil.



pela fundação da Escola e seu comandante entre 1949 e 1952. O ministro dos Transportes durante o governo Costa e Silva e Médici, Mário Andreazza, foi adjunto da divisão de assuntos Doutrinários e Coordenação da ESG quando tenente-coronel e, também, cursou a Escola, embora não se tenha encontrado o ano.

O ministro do Interior do governo Costa e Silva, Marechal Afonso Augusto de Albuquerque e Lima, cursou a ESG em 1963 e foi chefe da Divisão de Assuntos Econômicos. No acervo do jornal Folha de São Paulo, tem-se que este militar atuou a favor da Ruptura Institucional de 1964 e contribuiu para que a Escola o apoiasse, como consta no documento: “Como chefe de Divisão de Assuntos Econômicos da ESG (Escola Superior de Guerra), foi um dos responsáveis pela adesão dessa unidade ao movimento político-militar de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008)

Entre os organizadores da Marinha encontrou-se que quatro de um universo de sete tinham relação com a Escola. O Almirante, ministro da Marinha entre 1967 e 1969, membro da Junta de 1969 e vice-presidente de Médici, Augusto Hamann Rademaker Grunewald, cursou a ESG em 1964. O Almirante e chefe do EMFA do governo Castello Branco, Luiz Teixeira Martini, cursou a ESG em 1950. O Almirante e ministro da Marinha, Zilmar Campos de Araripe Macedo, foi membro do corpo permanente da Escola em 1957. Por fim, o Almirante-de-Esquadra e ministro Chefe do EMFA entre 1969 e 1971, no Governo Médici, Murillo Vasco do Valle e Silva, cursou a ESG entre 1960 e 1961.

Entre os organizadores da Força Aérea tem-se que quatro de um universo de cinco cursaram ou atuaram na ESG. O Marechal-do-Ar Eduardo Gomes foi ministro da Aeronáutica durante o governo Castello Branco entre 1965 e 1967, o Tenente-Brigadeiro do ar Nelson Freire Lavanère-Wanderley, ministro da Aeronáutica de Castello Branco de abril a dezembro de 1964 e Chefe do EMFA de 1966 a 1968 foi membro do corpo Permanente da Escola em 1952. O Tenente-Brigadeiro do ar Joelmir Campos de Araripe Macedo, ministro da Aeronáutica de Garrastazu Médici de novembro de 1971 até o final do Governo Geisel em março de 1979, cursou a ESG em 1960. O Marechal do ar Márcio de Souza Melo, ministro da Aeronáutica de 15 de dezembro de 1964 a 6 de janeiro de 1965 (Governo Castello Branco) e, novamente, em março de 1967 (Gov. Costa e Silva) até 25 de novembro de 1971 (governo Médici), cursou a ESG em 1953.

Em percentuais pode-se dizer que 100% dos organizadores políticos ou estudou na Escola ou serviu na Escola e 60% cursaram um dos cursos da Escola antes de 1964. Entre os organizadores intelectuais, tem-se que 42,85% ou estudou ou serviu na Escola. Entre os organizadores setoriais do Exército tem-se o número de 25%, entre os organizadores setoriais da Marinha tem-se o percentual de 42,85% e, na Força Aérea, 57,14%.

Estes dados permitem afirmar que os conhecimentos ministrados na ESG influenciaram os organizadores. As ideias de Defesa e desenvolvimento sobre infraestrutura de transportes terrestre e indústria, como visto, aprimoraram-se no Exército desde 1792. O conceito de Segurança Nacional já era trabalhado por, pelo menos, um importante militar antes da fundação da ESG e a questão da infraestrutura de transportes e indústria, pelos organizadores geopolíticos. Na década em que a Escola se tornou operacional, os organizadores da Segurança Nacional escreveram importantes obras sobre o tema e atuaram na Escola, com a exceção de Goés Monteiro.

Na tabela abaixo estão destacadas as principais matérias, relacionadas à infraestrutura de transportes terrestres e indústria e, também, a presença (ou não) da leitura dos organizadores aqui estudados.

**Tabela III. Matérias correlatas à Infraestrutura de Transportes Terrestres e Indústria na ESG (1950-1973)**

<b>Ano</b>	<b>Bibliografia</b>	<b>Documentos</b>
<b>1950</b> <b>1951</b>	Indisponível	
<b>1952</b>	Aspectos da Geopolítica e Noções Fundamentais de áreas estratégicas <i>Para verificação de matérias relativas a economia e indústria informa-se que não foi possível acessar o arquivo novamente.</i>	<b>Curso Superior de Guerra (CSG) Programa Detalhado do 1º Período.</b>
<b>1953</b>	<b>Matéria: O Poder Nacional: seus fundamentos geográficos. (pp. 06 – 07).</b> Tópicos: A circulação e sua influência decisiva – a acessibilidade, os caminhos naturais de penetração, as barreiras naturais, as grandes rotas internacionais. Doutrina de Segurança Nacional (p. 6)	<b>Curso Superior de Guerra (CSG) Programa Detalhado do 1º Período.</b>

	<p>Segurança a Política e a Estratégia: Conceituação e inter-relações (p.94)</p> <p>As teorias geopolíticas de Mahan, Mackinder e Spykman – sua atualidade.</p> <p>Conferências: “Aspectos Geopolíticos Nacionais” Ten. Cel. Golbery do Couto e Silva.</p> <p><b>Conferências:</b></p> <p>- A Estratégia como Política de Segurança Nacional (p.2)</p> <p><b>Matéria: O Poder Nacional Instrumentos de Ação Econômica</b></p> <p>Tópicos: Equipamento industrial – grau de industrialização, indústria de infra-estrutura, de base, de transformação e de montagem. (p. 12)</p> <p>- Equipamentos de circulação - transportes e telecomunicações; zonas críticas e pontos sensíveis. (p. 14)</p>	
1954	<p><b>Matéria: O Poder Nacional: seus fundamentos geográficos (pp. 18 – 19)</b></p> <p>Tópicos: Os conceitos básicos e os métodos da Geografia; o determinismo geográfico; Geografia e Geopolítica</p> <p>Os fundamentos geográficos e sua significação para o Poder Nacional // A extensão a forma e a posição // Os fatores fisiográficos como condicionantes do povoamento e da capacidade de produção // Os fatores fisiográficos e sua influência na circulação; os caminhos naturais; as grandes rotas internacionais // As teorias geopolíticas – seu valor na atualidade</p> <p><b>Publicações sugeridas:</b></p> <p>- Aspectos geopolíticos Nacionais – Ten. Cel. Golbery do Couto e Silva // O Poder Nacional: seus fundamentos geográficos – Gen. Mário Travassos</p> <p>- Os geopolíticos – Haushofer // Mahan: evangelista do Poder Marítimo // A Geografia na Paz e na Guerra – N. Spykman // A Posição do Hemisfério Ocidental N. Spykman // Traçando Mapas do Mundo – N. Spykman (pp 18 – 20)</p>	CSG Programa Detalhado do 1º Período
	<p><b>Conferências – Debates Especiais (última página do documento, sem numeração).</b></p> <p>Tópico :A Política exterior do Brasil // Conjuntura Nacional // Fatores geográficos // Fatores fisiográficos // Aspectos geopolíticos</p> <p><b>Fatores econômicos:</b> O problema da energia // Matérias Primas e Indústrias Básicas // Os transportes e sua coordenação // Comércio Interior // Comércio Exterior (<i>documento sem paginação</i>)</p> <p>Problemas da Circulação: Comércio Exterior e Transportes Internacionais // Ligações do Núcleo Central com o NE e o N //</p>	CSG Programa Detalhado do 2º Período

	Ligações do Núcleo Central com o S [Sul] e o O [oeste] ( <i>Documento sem paginação</i> )	
1955	<p><b>Matéria: O Poder Nacional: seus fundamentos geográficos (p. 14)</b></p> <p><b>Tópicos:</b> Os conceitos básicos e os métodos da Geografia; o determinismo geográfico; Geografia e Geopolítica: Os fundamentos geográficos e sua significação para o Poder Nacional // A extensão a forma e a posição // Os fatores fisiográficos como condicionantes do povoamento e da capacidade de produção // Os fatores fisiográficos e sua influência na circulação; os caminhos naturais; as grandes rotas internacionais // As teorias geopolíticas – seu valor na atualidade</p> <p><b>O Poder Nacional e seus Fundamentos Econômicos:</b></p> <p>- Recursos naturais, Ciência e Técnica, Força de Trabalho, Recursos Financeiros. Desajustamentos na circulação e distribuição interna das riquezas: zonas-problemas e zonas marginais, concentração da produção e zonas vitais. Grau de autonomia da economia, dependência em relação ao exterior, efeito abastecimento, efeito pressão, materiais essenciais, críticos e estratégicos. (p. 19)</p> <p><b>Leitura Complementar (pp. 14):</b> “Conjuntura nacional – Aspectos Geopolíticos” – Ten. Cel. Golbery do Couto e Silva” // “O Poder Nacional. Seus fundamentos geográficos”. Gen. Mario Travassos // “A geografia na Paz e na Guerra” – Nicholas John Spykman</p> <p>“Traçando Mapas do Mundo, do livro “Geography of the Peace”. Nicholas John Spykman.</p>	CSG Currículo do 1º Período
	<p><b>Fatores Econômicos:</b> Energia // O problema da Energia Elétrica; (p. 120/266)</p> <p>- O problema da circulação // Circulação: os transportes para o NE e o N;</p> <p>- Circulação: os transportes para o S e SO //Circulação: o problema das Telecomunicações (p. 11).</p> <p>Conjuntura Nacional : Fatores Geográficos; Aspectos Fisiográficos e Aspectos Geopolíticos (p.29/33)</p>	CSG Currículo 2º período
1956	<p><b>Matéria: O Poder Nacional: Seus Fundamentos Geográficos (p. 22)</b></p> <p><b>Tópicos:</b> Os fundamentos geográficos e sua significação para o Poder Nacional:</p> <p>- A extensão, a forma e a posição // Os fatores fisiográficos (estrutura geológica, relevo, clima hidrografia, vegetação, solos, caminhos de penetração, barreiras, etc...)</p>	CSG Currículo -1º período

	<p>- Valor relativo dos caminhos naturais de penetração e das barreiras naturais quanto ao desenvolvimento e à segurança de uma nação // A diversidade regional como fator de integração e desintegração nacional. Sua influência nos campos político, econômico, psicossocial e militar // Valor relativo das teorias geopolíticas</p> <p><b>Leitura</b>  “O poder Nacional: seus fundamentos geográficos”. General Mário Travassos” // “Conjuntura Nacional Aspectos Geopolíticos” – Ten. Cel. Golbery do Couto e Silva // A geografia na paz e na guerra – Capítulo I - Spykman</p> <p>X</p> <p>O Poder Nacional: Seus Fundamentos Econômicos: A infra-estrutura econômica, base física, posição, clima e recursos naturais; A Super-estrutura econômica: População e força de trabalho, Ciência e técnica, Recursos Financeiros. (p. 27)</p> <p>A Estratégia do Poder Nacional / Estratégia no Campo Econômico:</p> <p>Incentivo à industrialização, Tarifas e Subsídios à produção, Créditos, Impostos, Controle Cambial, Manipulação Monetária – inflação e deflação. (p. 32)// No âmbito Externo: Facilidade aduaneiras e de trânsito, portos francos, Intervenção econômica, ajuda econômica e técnica // A guerra econômica (p.32)</p>	
1956	<p><b>Análise da Conjuntura. Aspirações e interesses nacionais. Objetivos Permanentes do Brasil. (p. 12)</b></p> <p><b>Leitura recomendada: Objetivos Nacionais Permanentes. Gen. Div. Juarez do Nascimento Távora</b></p> <p>Análise da Conjuntura Nacional Aspectos geopolíticos (p.21)</p> <p>Tópicos:</p> <p>- A geopolítica, a estratégia e a política // Segurança Nacional e estratégia total para uma guerra total // As características geopolíticas fundamentais e a realidade brasileira – a análise geopolítica – o espaço brasileiro – a posição do Brasil // Os grandes dilemas brasileiros.</p> <p><b>Análise da Conjuntura Nacional – A Estrutura Econômica Brasileira (p.26)</b></p> <p>- A natureza das atividades produtivas // A dimensão das unidades econômicas // O tipo de organização econômica //A repartição da população ativa e a produtividade //Orçamento econômico // A orientação das atividades econômicas, mercado doméstico ou internacional</p>	CSG – Currículo – 2º Período

<p>Análise da Conjuntura Nacional – A produção Industrial – Industrialização do País</p> <p><b>Análise da Conjuntura Nacional – O Problema da Energia Elétrica (p.27)</b></p> <p>Leitura recomendada: Conjuntura Nacional o Problema da Energia do Brasil – General Juarez do Nascimento Fernandes Távora</p> <p><b>Análise da Conjuntura Nacional – Matérias Primas Necessárias À Produção</b></p> <p><b>Leitura Recomendada:</b></p> <p>Capacidade de Produção: matérias-primas minerais. <b>Cel. E. Macedo Soares</b></p> <p>Leitura de Base e Matérias Primas Estratégicas (Engenheiro Mario Abrantes da Silva Pinto)</p> <p><b>Análise da Conjuntura Nacional – A produção Industrial – Industrialização do País (p.31)</b></p> <p>Produção e produtividade // Importância do Desenvolvimento Tecnológico</p> <p>Produção Industrial // grau em que atende à necessidades do país em bens de consumo e bens de produção // o problema da mão – de – obra qualificada; a formação de técnicos // mentalidade industrial, capacidade para criar indústrias // Industrialização do país, bases para uma política de industrialização; créditos e financiamento</p> <p>Leitura recomendada: Indústrias de Transformação. General Carlos Berenhauser Junior.</p> <p><b>Análise da Conjuntura Nacional: O problema dos Transportes em Geral, sua importância no Desenvolvimento Econômico do Brasil. (p.32)</b></p> <p>Sistemas de Transporte Terrestre: Ferroviário, Rodoviário; Aquatil: Fluvial, Marítimo; Aéreo</p> <p>Importância relativa de cada tipo de transporte: Aspectos econômicos, políticos e sociais // Economia Nacional e os Transportes: Regiões geoeconômicas, dinâmica da produção, crises econômicas e sua relação com o sistema de transportes</p> <p><b>Análise da Conjuntura Nacional: O transporte Terrestre (p.33)</b></p> <p>- Sistemas existentes: Ferroviário, Rodoviário // Aspectos do problema: Geográfico, Socioeconômico, Político e Militar // Política Nacional dos Transportes Terrestres // Plano Nacional, Condições Gerais e Atuais de Execução</p>	
---	--

	Leitura Recomendada: Conjuntura Nacional. Política Brasileira de Transportes. Gen. <b>Juarez do Nascimento Fernandez Távora</b>	
<b>1957</b>	<p><b>O Poder Nacional Seus fundamentos Geográficos: (p. 26)</b></p> <p>- Os fundamentos geográficos (recursos naturais) e sua significação para o Poder Nacional; // a extensão, a forma e a posição; // valor relativo dos caminhos naturais de penetração e das barreiras naturais quanto ao desenvolvimento e à segurança de uma nação; // a diversidade regional como fator de penetração e de desintegração nacional. Sua influência nos campos político, econômico, psicossocial e militar.</p> <p>Bibliografia Complementar:  Haushofer: Os Geopolíticos, Por Derwent Whittlesey // O Poder Nacional – Seus Fundamentos Geográficos – General Mário Travassos  Conjuntura Nacional – Aspectos Geopolíticos – Golbery do Couto e Silva, Tenente Coronel. // Cap I. A Geografia na Paz e na Guerra – Nicholas John Spykman</p> <p><b>O Poder Nacional Seus Fundamentos Econômicos (p.28)</b></p> <p>Fundamentos Econômicos e sua Fundamentação para o P.N // Recursos de Base // Equipamento de Produção e Circulação // Estrutura Econômica // Desenvolvimento econômico, índices do vigor econômico</p> <p><b>A ação estratégica e o Poder Nacional – Estratégia no Campo Econômico (p.38)</b></p> <p>A estratégia do poder nacional e sua amplitude//A importância do campo econômico na guerra moderna // A ação estratégica no campo econômico // Linhas de ação da estratégia no campo econômico // Instrumentos da ação econômica utilizados pela estratégia // Guerra Econômica</p>	<b>CSG– Programa Pormenorizado do 1º período</b>
<b>1958</b>	<p>Encontrada a matéria geopolítica como tema subsidiário do Curso Superior de Guerra:</p> <p>Geopolítica - Teorias Geopolíticas <b>(p. 04)</b></p> <p>Encontrada a matéria geopolítica como tema subsidiário para o curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas <b>(p. 06)</b></p>	<b>Bases e Diretrizes para o Ano de Estudos de 1958</b>
<b>1958</b>	<p><b>Panorama Atual da Ciência Econômica (p.07)</b></p> <p><b>O Poder Nacional seus Fundamentos Econômicos (p. 20)</b></p> <p>Fundamentos econômicos e sua significação para o Poder Nacional // Recursos de Base // Estrutura Econômica // <b>Equipamento da Produção e Circulação</b> // Desenvolvimento Econômico; índices do vigor econômico</p> <p><b>A ciência e a técnica na era atual (p.27)</b></p>	<b>CSG - Programa Pormenorizado do 1º Período</b>

	<p>No campo econômico: a expansão da economia como fruto da evolução de ciência e da técnica // a radiotatividade e a economia // a importância da mineralogia e da metalurgia modernas // a atomística na indústria // benefícios recebidos pela indústria e o comércio consequentes à evolução da ciência e da técnica</p> <p><b>Nacionalismo e a Segurança Nacional (p.26)</b></p> <p>Conceito de Nacionalismo. Origens Históricas//Nacionalismo e Internacionalismo // O nacionalismo e as várias formas de Estado e de Governo. Influência relativa // O nacionalismo e os partidos políticos // Patriotismo // Os grande objetivos do nacionalismo nos campos: político, econômico, psico-social e militar</p> <p>Leitura do texto “A Guerra” do general Castelo Branco e outro texto, de autor não verificado chamado “A Economia da Guerra” (p.30)</p> <p><b>Economia de Guerra (p.31)</b></p> <p>A Segurança Nacional e a doutrina econômica // Objetivos de economia de paz e da de guerra // base econômica para a guerra. Mobilização Econômica // Métodos de Controle econômico // O problema financeiro na paz e na guerra.</p> <p>Leitura recomendada: Controle Econômico – Planejamento Econômico Social</p> <p><b>A Estratégia nos Campos Político, Econômico, Psico-Social e Militar (p.33)</b></p> <p>No campo econômico: A Importância do Campo Econômico na Guerra // A ação estratégica no campo econômico // instrumentos e técnicas da estratégia econômica</p> <p><b>Planejamento Elementos Fundamentais (p.36)</b></p> <p>Conceituação: Planejamento e planificação; planos e programas // Elementos básicos // Princípios // Classificação // Planejamento, administração e organização // Fases do Planejamento. Método adotado pela ESG</p>	
1958	<p><b>Análise da Conjuntura Nacional. Aspectos Geopolíticos Brasileiros (p.9)</b></p> <p>As características geopolíticas fundamentais e a realidade brasileira – a análise geopolítica // A geopolítica do Brasil. Posição do Brasil na América do Sul e no Mundo // Os grandes problemas brasileiros na Geopolítica</p> <p>Leitura recomendada: “Conjuntura Nacional – Aspectos Geopolíticas” Tem Cel Golbery do Couto e Silva.</p> <p><b>Perspectivas Sobre o Desenvolvimento Econômico (p.37)</b></p>	<p><b>CSG - Programa Pormenorizado 2º Período</b></p>



	Nacionalismo econômico e seus reflexos // A expansão industrial e seu equilíbrio com o aumento da produção agropecuária e de minerais	
1959	<p>O poder Nacional: Seus fundamentos Geográficos (p. 20)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os fundamentos geográficos (recursos naturais) e sua significação para o Poder Nacional:</li> <li>- A extensão a forma e a posição</li> <li>- valor relativo dos caminhos naturais de penetração e das barreiras naturais quanto ao desenvolvimento e à segurança de uma nação;</li> <li>- a diversidade regional como fator de integração nacional; sua influência nos campos político, econômico, psico-social e militar.</li> </ul> <p>Leitura Recomendada:  Haushofer: Os Geopolíticos, Por Derwent Whittlesey  O Poder Nacional – Seus Fundamentos Geográficos – Mário Travassos General  Conjuntura Nacional – Aspectos Geopolíticos – Golbery do Couto e Silva, Tenente Coronel.  Cap I. A Geografia na Paz e na Guerra – Nicholas John Spykman  Panorama atual da Ciência Econômica (p.16)  As Leis econômicas da produção. (p. 22)  O Poder Nacional: Seus Fundamentos  O Poder Nacional: seus Fundamentos Econômicos (p.24)  Recursos de Base, Estrutura econômica, Equipamentos da produção e circulação, Desenvolvimento econômico: índices do vigor econômico.  Política e Estratégia, Domínios da Estratégia, A Estratégia Política: O Poder Nacional e a Estratégia. (p. 31)  A Estratégia Econômica: A ação estratégica no campo econômico; A Guerra Econômica. (p. 33)</p>	<b>Programa do 1º Período (Para o CSG – CMN [Curso de Mobilização Nacional] – CI [Curso de Inteligência</b>
1960	<p><i>Para o ano de 1960 somente se encontrou as conferências, das quais se destaca:</i></p> <p>Identificado o estudo de Teorias Geopolíticas (p. 27)</p>	Programa das conferências do 1º período
1961	<p><i>Para o ano de 1961 somente se encontrou as conferências, das quais se destaca:</i></p> <p>Fundamentos Geográficos do Poder Nacional  A influência da Geografia sobre a Estratégia  <b>Aspectos Doutrinários Contemporâneos e a Segurança nacional (p. 06):</b>  Teorias Geopolíticas</p>	Programa do 1o Período do CSG.

	Aspectos Doutrinários Contemporâneos: Teorias Geopolíticas	2ª Parte – Curso de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA)
1962	<p><i>Nada Encontrado para a Geopolítica</i></p> <p><b>Campo Econômico:</b></p> <p>Problemas de Energia Petrolífera // Problemas da Energia Elétrica e do Carvão // Problemas dos Transportes // Problemas das Comunicações; (p. 11)</p> <p>Panorama Industrial // Mobilização: Mobilização Industrial // Mobilização dos Transportes // Mobilização das Comunicações. <i>(não há numeração de página)</i></p>	Programa do 2º Período (CSG – CEMCFA)
1963	<p><b>Quadro Geral dos Trabalhos (para o CSG – Ciclo I // Para o CEMCFA – Ciclo II)</b></p> <p>Segurança Nacional – Bases Doutrinárias</p> <p><b>Poder Nacional:</b></p> <p><b>Conceitos Básicos</b></p> <p>Fundamentos e Fatores Geográficos // Fundamentos e Fatores Militares // Fundamentos e Fatores Políticos // Fundamentos e Psico-Sociais // Fundamentos e Fatores Econômicos</p> <p><i>Provavelmente CSG &amp; CEMCFA</i></p> <p><b>Estratégia:</b></p> <p>Conceituação Básica – Estratégia Nacional e Militar // A estratégia no Campo Político/ A Estratégia no campo psico-social // A Estratégia no campo Militar // A estratégia no campo econômico</p>	CSG – CEMCFA Programa do 1º Período
1963	<p>- Análise Econômica</p> <p><b>Síntese da Conjuntura Nacional (p.07):</b></p> <p>- Campo Econômico: Desequilíbrios Regionais e Setoriais; Evolução da Estrutura Econômica Brasileira; Política Econômica do Governo (p. 38/102)</p> <p><b>Síntese da Conjuntura Internacional (p.08)</b></p> <p>- Panorama da Economia Mundial: Posição do Brasil. (p.08 ou 39/102)</p> <p><b>Aspectos Particulares da Conjuntura Nacional (p.08/09)</b></p> <p>- Campo Econômico: Matérias Primas Essenciais; Petróleo; Energia Elétrica; Transportes; Comunicações; Panorama Industrial; Panorama</p>	CSG – CEMCFA Programa do 2º Período

	<p>da Agricultura e da Pecuária; O Problema do Abastecimento; Orçamento, Finanças e Contas Pública; Balanço de Pagamentos e Financiamento das Importações.</p> <p>Aspectos Específicos da Mobilização e Informações: Mobilização Industrial; <b>Mobilização dos Transportes; Mobilização da Comunicações (p.10)</b></p> <p>Geopolítica e Segurança Nacional</p> <p>Programa Específico: Geopolítica e Segurança Nacional (p. 25)</p>	
1964	<p><b>O Poder Nacional (sem página)</b></p> <p>- O Poder Nacional - Considerações Gerais // Fundamentos e Fatores Geográficos de Poder // Fundamentos e Fatores Políticos // Fundamentos e Fatores Psico-sociais // Fundamentos e Fatores Econômicos // Fundamentos e Fatores Militares // A Ciência e a Tecnologia e o Poder Nacional</p> <p><b>A Estratégia:</b></p> <p>- A Estratégia – Considerações Gerais // Os Estudos Estratégicos de Áreas</p> <p><b>A Guerra:</b></p> <p>- Aspectos Modernos da Guerra // A Guerra Revolucionária // A Mobilização Nacional // A Economia de Guerra // As Pesquisas Operacionais // Informação e Contra-informação // As informações e a contra-informação</p> <p>Identificado o Estudo dos Fundamentos e fatores geográficos do Poder Nacional</p>	<p>CSG</p> <p>Programa do 1º Período</p>
1965	<p><b>Relação das Conferências do 1º Período (p.05/06)</b></p> <p>Elementos Econômicos do Poder Nacional: A ação Econômica. Elementos Geográficos do Poder Nacional</p>	<p>CEMCFA – Programa do 1º Período</p>
1965	<p>Objetivos do Primeiro período: O 1º Período do Curso Superior de Guerra comportará estudos de caráter teórico, visando à compreensão e discussão dos aspectos essenciais de uma doutrina de Segurança Nacional (p.01)</p> <p><b>Segurança Nacional – Bases Doutrinárias (p03)</b></p> <p>Segurança Nacional: Conceitos Fundamentais O Poder Nacional: Conceitos básicos, fundamentos e fatores</p> <p>A Estratégia: Considerações Gerais As Informações: Considerações Gerais A Guerra: Aspectos gerais e particulares</p>	<p>Curso Superior de Guerra – Programa do 1º Período (CSG) 1965</p>

1966	Identificado em: Relação das Conferências do 1o Período do Curso Superior de Guerra (p. 05 – 06) o estudo da: - Geografia e o Poder Nacional	CSG Programa do 1º Período
		CSG Programa do 3º Período
1967	Anexo Nr. 1 – Quadro Geral dos Trabalhos (pp. 05 – 06) O estudo da História, Geografia, Geopolítica e o Poder Nacional	Programa do 1º Período CSG
	Identificado em Quadro Geral dos Trabalhos (pp. 05 – 06) o estudo da: História, Geografia, Geopolítica e o Poder Nacional <b>Quadro Geral dos Trabalhos</b> Fundamentos e Fatores Econômicos do Poder Nacional	CEMCFA Programa do 1º Período
	<i>(sem página)</i> Os transportes Nacionais Os transportes no Brasil	CEMCFA Programa do 2º Período
1968	Quadro Geral dos Trabalhos – 1º Período Identificado o estudo da: História – Geografia e o PN (Poder Nacional) <b>Exclusivo para o CSG (p.3)</b> Bases Teóricas e Doutrinárias da Segurança Nacional: Doutrina da Segurança Nacional // Conceitos Relativos à Política Nacional // Segurança Nacional // Poder Nacional // Estratégia Nacional // Logística e Mobilização e Informações	Programa do 1º Período para os cursos: CSG, CEMCFA e Curso de Inteligência

1969	<p><b>Quadro Geral dos Trabalhos (pp. 05 – 06) (CSG &amp; CEMCFA 1º período)</b>  Identificado: A Geografia e o Poder Nacional</p> <p><b>Doutrina de Segurança Nacional</b>  Conceitos Relativos à Política Nacional, Poder Nacional, Segurança Nacional, Desenvolvimento, Estratégia Nacional, Logística e Mobilização e Informações  Objetivos Nacionais permanentes</p> <p>Poder Nacional, Segurança Nacional e Desenvolvimento</p> <p><b>Exclusivas para o CSG (2º Período)</b></p> <p><b>Problemas gerais referentes ao Desenvolvimento Nacional (p.6)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Problemas gerais referentes ao Desenvolvimento Nacional: Exame da necessidade ou conveniência de implantação, na estrutura administrativa brasileira, de um órgão de cúpula (um Conselho Nacional) responsável pelo trato simultâneo das questões relativas à Segurança e ao Desenvolvimento</li> <li>2. Divisão regional do Brasil para fins de planejamento, tendo em vista a implantação de um processo autônomo de desenvolvimento, particularmente nas regiões menos desenvolvidas.</li> </ol> <p><b>Conferências e Palestras CSG – CEMCFA (2º Período) (Anexo I)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>3. Ação do Ministério do planejamento e Coordenação Geral – Momento Atual e Perspectivas</li> <li>4. A Secretaria-Geral do CSN – Organização e <b>Funcionamento</b></li> <li>5. Ação do Ministério da Fazenda // Ação do Ministério da Indústria e Comércio // Ação do Ministério dos Transportes <i>(entre o estudo da ação dos outros ministérios)</i></li> </ol> <p><b>Conferências – Específicas do CSG (p.4)</b></p> <p>Política Governamental – Ação do IPEA Sistema Nacional de Planejamento // Estruturas Econômicas Contemporâneas // Aspectos Gerais da Estrutura Brasileira – A Estrutura Econômica // A Contribuição da Petrobrás no Desenvolvimento Nacional // O BNDE – Sua atuação no Fomento da Economia Nacional</p> <p><b>Específicas do CEMCFA (p.5)</b></p> <p>Aspectos Militares dos Transportes</p>	Programas do 1º Período e 2º Períodos, especificação ao lado
------	---	--

1970	<p>Política Nacional (p.3)</p> <p>6. Estudar e debater os aspectos essenciais da Política Nacional e a interdependência entre o Desenvolvimento e a Segurança Nacional</p> <p>7. Estudar e debater os aspectos da Segurança Nacional para um conhecimento adequado dos problemas de Segurança Interna e Externa, das Informações e Mobilização Nacionais e de conceitos correlatos.</p> <p>Programa de Trabalho (temas)</p> <p>Fundamentos dos Fatores Econômicos do Poder Nacional // A geografia e o Poder Nacional // A Estratégia e o Poder Nacional // Segurança Nacional // Desenvolvimento Nacional</p>	<p>Programa do 1º Período (Provável que seja CSG CEMCFA)</p>
1970	<p><b>Específicas do CSG</b></p> <p>Estrutura Econômicas Contemporâneas // A contribuição da Petrobrás no Desenvolvimento Nacional // A siderurgia e o Desenvolvimento Brasileiro</p> <p><b>Específica do CEMCFA</b></p> <p>Aspectos Militares dos Transportes</p>	<p>Programa do 2º Período CSG, CEMCFA</p>
1971	<p><b>Como nas demais grades curriculares, consta o Estudo da Política Nacional, Poder Nacional, Segurança Nacional, Estratégia Nacional (p.3)</b></p> <p><b>Política Nacional:</b> Estudar e Debater os aspectos essenciais da Política Nacional e a interdependência entre o Desenvolvimento e a Segurança” (p.3)</p> <p>Na lista das Conferências constam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Política Nacional de Desenvolvimento // Logística e Mobilização Nacional;</li> <li>- Estratégia Nacional de Desenvolvimento // Estratégia Nacional de Segurança. (p. 5/6)</li> </ul>	<p>Programa do 1º Período CSG e EMCFA</p>
	<p><b>Trabalho de Turma, para o CSG (p.11)</b></p> <p>O trabalho de Turma, constituído das Monografias dos Estagiários, será regulado em documento especial, oportunamente distribuído pelo DE, visando, em princípio, a atender aos seguintes principais assunto (p.10): (dentre eles)</p> <p>Fortalecimento da Indústria Nacional. Aumento do poder de competição. Exportação de produtos manufaturados. Importação de capitais. Sociedades Anônimas abertas. Empresas multinacionais. (p.12)</p>	<p>Programa do 2º Período CSG e EMCFA</p>

	Programa de Integração Nacional. Desenvolvimento Regional Integrado. Rodovia Transamazônica. Implantação e Interligação de pólos de Desenvolvimento e Pólos de Segurança. (p.12)	
1972	<p>(Para o CSG)</p> <p>Analisar o Poder Nacional como um todo e sua capacidade relativa, em particular, no contexto latino-americano // Estratégia Brasileira de Desenvolvimento // Estratégia Brasileira de Segurança, em particular com vistas à Segurança Interna. (p.1)</p> <p><b>Conferências e Debates</b> (p.08/9)</p> <p>Estudo da Expressão Econômica do Poder Nacional – Poder Econômico, enfatizando a estratégia do Governo nesse Campo em busca de um desenvolvimento acelerado e auto-sustentado com base na iniciativa privada, pra compreender a sua marcante influência na conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais</p> <p>temas: Economia Mundial // Economia Latino-Americana // Estrutura Econômica Brasileira // Plano Nacional de Transporte // Indústria Brasileira // Complexo Mineral Brasileiro // Contribuição da Petrobrás ao Desenvolvimento // Banco Central e o Desenvolvimento Econômico // Desenvolvimento Regional</p>	Programa do 2º Período
1973	<p>Objetivos do CSG em 1973 (<i>um ano antes do 2º PND</i>)</p> <p>8. Habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria, especialmente dos órgãos responsáveis pela formulação e planejamento da Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança</p> <p>9. Cooperar no aprimoramento de uma metodologia de formulação e planejamento da Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança (p.1)</p>	Programa do 1º Período do CSG
	<p>Matérias: Poder Econômico // Desenvolvimento do Poder Político // Desenvolvimento do Poder Militar // Desenvolvimento do Poder Psicossocial // Desenvolvimento do Poder Econômico // Sistemas Econômicos Contemporâneos // Política e Estratégia de Desenvolvimento Nacional // A Economia do Desenvolvimento // Segurança do Poder Econômico // Aspectos característico do Desenvolvimento dos EUA// Aspectos Característicos do Desenvolvimento Europeu (pp 2- 3)</p> <p>Matérias da sessão de estudo do Poder Econômio (p.9 – 10)</p>	Plano Geral de Estudos

	O Planejamento e a Coordenação do Desenvolvimento Brasileiro // O Plano Nacional de Desenvolvimento 72/74 // A Política Nacional de Transportes // Política de Indústria e Comércio Nacional // Panorama da Indústria Nacional // Grupos Permanentes de Mobilização das Federações de Indústria	
--	---	--

Fonte: Elaboração própria

O estudo, tanto para o CSG<sup>72</sup>, como para o CEMCFA<sup>73</sup>, se iniciava com uma introdução à Segurança Nacional. A ESG considerava a Segurança Nacional o principal dever do Estado. A passagem abaixo, do caderno de Informações Gerais sobre o CSG de 1955, ilustra a importância do contexto da Guerra Fria e, com ele, o sentimento de suspeita ao comunismo, vide:

Vivemos um período de enormes dificuldades nas relações internacionais, e o mundo – dividido em dois campos opostos e dificilmente conciliáveis – parece viver o entreato de duas grandes guerras. E é num mundo assim que os povos, em sua

<sup>72</sup> O Curso Superior de Guerra, dividido em 3 partes, cuja descrição da finalidade tem pouca variação entre os anos, constava em: “habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria, especialmente, dos órgãos responsáveis pela formulação e planejamento da Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança. b) cooperar no aprimoramento de uma metodologia de formulação e planejamento da Política Nacional de desenvolvimento e Segurança” (BRASIL, 1973, p.1) Na primeira parte o objetivo do curso seria: “proporcionar ao estagiário [alunos] o conhecimento: (1) da orientação escolar; (2) da Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional, Informações e Mobilização; da metodologia, ensaiada pela ESG, para a formulação e planejamento da Política Nacional” (BRASIL, 1973, p.1). Na segunda parte o objetivo do curso seria o de habilitar o estagiário a: “compreender os ONP [objetivos nacionais permanentes] e sua obtenção ou manutenção em termos de medidas de desenvolvimento e Segurança (2) proceder à análise da conjuntura interna e externa; (3) estabelecer as medidas de Desenvolvimento e Segurança, consideradas necessidades básicas e que devem ser aplicadas no âmbito interno e externo para a obtenção dos ONP”. E o 3º período tinha por objetivo: “(1) a formulação de uma política nacional de Desenvolvimento e Segurança, (2) a execução do respectivo planejamento, incluindo, também o de informações e de Mobilização” (BRASIL, 1973a, p.2).

<sup>73</sup> Já o CEMCFA, destinava-se a: “a) habilitar oficiais das Forças Armadas para o exercício de funções de comando, chefia e estado-maior de organizações e forças combinadas. b) aprimorar o desenvolvimento e promover a divulgação da Doutrina Militar Brasileira, em particular quanto ao exercício do Comando e funcionamento de estado-maior combinado” (BRASIL, 1973, p.09). O curso, dividido em três partes, na primeira parte proporcionava ao estagiário o “conhecimento da orientação escolar, (2) da Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional, Informações e Mobilização (3) da metodologia ensaiada pela ESG para a formulação e planejamento da Política Nacional” (BRASIL, 1973, p.09). Na segunda parte, o curso teria a finalidade de “habilitar o estagiário ao desempenho de funções no EMFA, na SG/CSN, bem como as de estado-maior de Forças Combinadas e Conjuntas” (BRASIL, 1973, p.09). O terceiro período, por fim, teria a finalidade de “habilitar o estagiário a projetar modelos brasileiros viáveis para a Segurança Nacional, ensaiando, segundo a metodologia estudada: (1) a formulação de uma Política Nacional de Segurança, particularmente no Campo Militar; (2) A execução do respectivo planejamento, incluindo também, o de Informações e Mobilização, particularmente no Campo Militar (BRASIL, 1973a, p.10)



maioria sedentos de paz, sentem a possibilidade, para não dizer a probabilidade de uma nova guerra. Nestas circunstâncias, a nenhuma Nação, ciosa de sua soberania, é lícito deixar de encarar a realidade dos dias que correm e de se preparar, na medida de suas possibilidades, para lutar pela sua sobrevivência, examinando, com maior acuidade, as hipóteses sobre a guerra futura e planejando, de igual modo, sua segurança. Ressalta, assim, como principal dever de um Estado, o planejamento para a Segurança Nacional (BRASIL, 1955a, p. 1)

Neste sentido, a finalidade da Escola Superior de Guerra seria a de:

desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção e ao planejamento da segurança nacional. Para isto, procurar a Escola obter uma convergência de esforços no estudo e equacionamento dos problemas de segurança nacional mediante: a) a sistematização da análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, psico-sociais e militares que condicionam a formulação de uma política de segurança nacional; b) o desenvolvimento do hábito do trabalho em conjunto que propicie um ambiente de ampla compreensão entre os grupos nela representados e efetiva colaboração entre os diferentes setores ligados aos problemas da segurança nacional; c) a difusão de um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que sirva de base à coordenação das ações de todos os elementos, civis e militares, responsáveis pela formulação e execução da política de segurança nacional. (BRASIL, 1955a, p.3)

A Segurança Nacional, por fim, era definida como:

A Segurança Nacional diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pela sua elite e pela sua massa, compreender seu papel permanente no conjunto de esforços de toda natureza, e a parcela da responsabilidade que lhe cabe, para que o país possa resolver, no caso de um conflito, os problemas relativos à sua própria sobrevivência. E não se pode perder de vista que a Nação, organizando-se para a guerra, está também se preparando para proporcionar a seu povo uma vida melhor e maior bem-estar (BRASIL, 1955a, p. 2)

Os temas aqui pesquisados, com a fundação da ESG, tornam-se parte de um conjunto de estudos cuja finalidade era um planejamento de Estado tendo em vista a garantia da soberania do país que se desdobraria em bem-estar para a população. A Tabela III demonstra que a geopolítica foi umas das matérias fundamentais do Curso Superior de Guerra e do CEMCFA. Antes de 1964, os estudos de Golbery do Couto e Silva e Mario Travassos fizeram parte do rol de leituras recomendadas para o Curso Superior de Guerra. Encontrou-se a leitura de Golbery em seis dos anos verificados (1953, 1954, 1955, 1957,

1959) e a leitura de Travassos em cinco dos anos verificados (1953, 1955, 1956, 1957, 1959).

Em relação ao CEMCFA, a Geopolítica foi encontrada nos anos de 1961, 1962 e 1963. Se considerado o grau de influência de Golbery na ESG e a possível semelhança entre o CSG e o CEMCFA, é grande a probabilidade dos tópicos de geopolítica do CSG terem sido lecionados no CEMCFA. Em 1963, por exemplo, encontrou-se ementas comuns aos dois cursos. Também se encontrou a leitura de Juarez Távora na grade curricular do segundo período do CSG em 1956.

Em relação aos assuntos relacionados com a questão da indústria e infraestrutura de transportes, tem-se o ano de 1953 como simbólico por ser o segundo ano em que se conseguiu informação sobre o CSG e por constar lá, de forma sucinta, os temas aqui estudados. No CSG se estudava: “A estratégia como Política de Segurança Nacional; Equipamento Industrial – grau de industrialização, indústria de infraestrutura, de base, de transformação e de montagem e Equipamentos de circulação, transportes e telecomunicações; zonas críticas e pontos sensíveis” (BRASIL, 1953).

Em 1963, um ano antes da Ruptura Institucional, tanto para o CSG como para o CEMCFA, no campo econômico consta o estudo de: “Matérias Primas Essenciais; Petróleo; Energia Elétrica; Transportes; Comunicações; Panorama Industrial; Panorama da Agricultura e da Pecuária; Problema do Abastecimento; Orçamento, Finanças e Contas Públicas; Balanço de Pagamentos e Financiamento das Importações” (BRASIL, 1963, p.09) & “Aspectos Específicos da Mobilização e Informações: Mobilização Industrial; Mobilização dos Transportes; Mobilização das Comunicações” (BRASIL, 1963, p.10).

Os estudos sobre a indústria e a infraestrutura de transportes encontram-se em diferentes seções, momentos ou fase de estudos do CSG e do CEMCFA e eram ministrados de maneira associada a outros tópicos. Em 1959, em grade curricular comum para o CSG, CMN (Curso de Mobilização Nacional) e CI (Curso de Inteligência), encontram-se na matéria: “O Poder Nacional: seus Fundamentos Econômicos”, onde estão os tópicos de estudo: “Recursos de Base, Estrutura econômica, Equipamentos da produção e circulação, Desenvolvimento econômico: índices do vigor econômico. Política e Estratégia, Domínios da Estratégia, A Estratégia Política: O Poder Nacional e a Estratégia”. (BRASIL, 1959, p. 31) & “A Estratégia Econômica: A ação estratégica no campo econômico; A Guerra Econômica.” (BRASIL, 1959, p. 33).

Além da própria Geopolítica<sup>74</sup> encontrada em diferentes anos, tem-se o estudo da indústria (ou dos equipamentos de produção), por vezes acompanhado do tema da circulação, esta combinação em muito se assemelha aos estudos de Mackinder (1942) que tratam da relevância tanto da circulação como da produção para os projetos geopolíticos do país. O fato de o tema ser estudado na ESG e ministrado a uma audiência que assumiria posições de poder durante o Regime Militar ilustra como a terminologia de “organizador” se adequa aos grupos estudados e como os mesmos eram municiados com conhecimentos iguais ou semelhantes aos apresentados no capítulo anterior.

As grades curriculares ministradas até 1963, somadas aos estudos que foram ministrados aos organizadores durante a sua graduação, aos editoriais da ADN e, depois, à contribuição dos organizadores intelectuais, compõem parte expressiva das ideias, no campo militar, que “solucionaram” a Crise de Incerteza Knightiana de 1964. Estas ideias, como visto no terceiro capítulo, eram acompanhadas de um ceticismo quanto às capacidades de civis governarem o país. Nas grades curriculares estudadas, não se encontra esta crítica contundente à classe política, mas encontram-se temas de estudos anticomunistas, a exemplo do estudo de guerra revolucionária encontrado no Programa do 1º Período do CSG de 1964, disposto no Anexo III.

Blyth (2002) diz que, em uma situação de Crise de Incerteza Knightiana, as ideias reduzem a incerteza em períodos de crise econômica, tornam a ação coletiva e as construções de coalisões possíveis, são armas contra instituições existentes, servem de modelos (*blueprints*) institucionais e, ao criarem outras instituições tornam a estabilidade institucional possível (BLYTH, 2002).

As ideias aqui estudadas contribuíram para a redução da incerteza econômica (como visto na próxima sessão), tornaram possível a ação coletiva e a construção de coalisões (principalmente entre militares) e foram armas contra o arranjo institucional anterior a abril de 1964. Por fim, o ceticismo às capacidades de civis governarem o país e o

---

<sup>74</sup> Sobre a Geopolítica durante o Regime Militar, Pittman diz: Em busca de soluções para os problemas de segurança e desenvolvimento, o Brasil desenvolveu uma escola bem definida de teoria geopolítica, que, particularmente sob a série de regimes militares desde 1964, foi traduzida em políticas e ações governamentais em um grau bastante observável. Há duas facetas deste fenômeno que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, grande parte da teorização geopolítica inicial era bastante abrangente, talvez descritível como do tipo "Destino Manifesto", aparentemente concebida para garantir o acesso brasileiro ao Pacífico e para alcançar uma hegemonia substancial na região. Em segundo lugar, grande parte da teorização geopolítica posterior, que foi traduzida em políticas e ações governamentais, é basicamente interna; isto é, destina-se a desenvolver o país internamente para cuidar da população crescente, mas ao mesmo tempo para aumentar a segurança nacional e fornecer as bases econômicas e industriais para que o país pudesse se tornar uma potência no futuro (PITTMAN, 1981, p.168-169, traduzido pelo autor)

anticomunismo, encontrado no conjunto de ideias analisado, auxiliou na construção dos modelos das novas instituições, em especial o Poder Executivo cujo poder se alarga a partir dos Atos Institucionais e da atuação do CSN.

Após 1964, há poucas mudanças nos temas estudados, com exceção de uma; à Segurança Nacional é acrescentado o termo desenvolvimento. Isto é, a doutrina Matricial da ESG, durante o Regime Militar, fundamenta-se nas alcunhas de Segurança e Desenvolvimento. Isto foi primeiramente percebido em 1969 como se verifica na Tabela III. Todavia, esta pesquisa somente conseguiu encontrar a definição do termo em 1971 em publicação interna da Escola.

O texto/documento de título “Política Nacional de Desenvolvimento” foi escrito por um militar e três civis que compuseram a Divisão de Estudos da ESG. Trata-se do coronel de infantaria Rosalvo Eduardo Jansen, do prof. Tarcísio Meirelles Padilha, do doutor Araken Faissol Pinto e do professor Hamilton Carvalho Tolosa. Destes, Padilha, Pinto e Tolosa realizaram o CSG. Padilha era graduado e doutor em Filosofia, Pinto era graduado e mestre em direito e Tolosa era graduado e doutor em economia.

A Política Nacional de Desenvolvimento, argumentam os autores, similar à Segurança Nacional, era compreendida a partir das dimensões que compunham o poder nacional, ou seja, a política, a militar, a econômica e a social (JANSEN *et al.* 1971). Os autores definem desenvolvimento como a “maximização da capacidade do Poder Nacional, em ritmo acelerado, objetivando a consecução do bem comum” (JANSEN *et al.* 1971, p.11).

O entendimento de desenvolvimento dos autores, ministrado na ESG, compreendia, portanto, as mesmas expressões do Poder Nacional que a Segurança Nacional e era indissociável desta, sendo a sua última finalidade o que os autores chamam de “consecução do bem comum”. Ao término do estudo, tem-se que o derradeiro foco do desenvolvimento é o homem como principal fator de produção e esta relação “homem-produção” seria indissociável do adequado arranjo institucional. Assim dizem os autores:

eis porque há que se promover intensamente, no processo de desenvolvimento, as potencialidades humanas, a fim de que possam ser descobertos novos meios e processos que permitam ao homem subordinar aos seus desejos os caprichos da natureza. Para tanto, necessário se faz que seja encarado também, o desenvolvimento da terra e das instituições, sem o que pontos de estrangulamentos poderão tirar-lhe a vitalidade (JANSEN *et al.*, 1971, p.43)

Os principais pontos aqui estudados, ou seja, as ideias do Exército e de seus organizadores intelectuais sobre a infraestrutura de transportes e indústria, além de serem

indissociáveis de uma visão política que crescia na Força, compuseram, principalmente, a expressão econômica do Poder Nacional e, a partir de 1969, foram também aspectos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Os projetos de infraestrutura de transportes terrestres e de indústria, portanto, foram parte deste projeto maior identificado com mais nitidez a partir da fundação da ESG. Na próxima sessão verificam-se as reuniões/consultas do CSN que resultaram em projetos dos temas estudados.

## **4.2 A Materialização das Ideias de Defesa e Desenvolvimento de Infraestrutura de Transportes e Indústria**

### **4.2.1 Os Planos de Desenvolvimento**

Foram cinco os planos de desenvolvimento econômico durante o Regime Militar, o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo - 1964-1967) (BRASIL, 2024a), o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento – 1968-1970), o 1º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972-1974), o 2º PND, instituído em 1974 e em vigor entre 1975 e 1979 e o 3º PND (1980 – 1985) (BRASIL, 2024b). O 3º PND não é do escrutínio desta pesquisa por ter vigorado durante o fim do Governo Militar e, portanto, não ter suas diretrizes continuadas a partir de um mandato presidencial característico do Regime.

O PAEG, divulgado em formato de livro com sete capítulos, reserva um capítulo para Indústria e Mineração e outro capítulo para Energia, Transportes e Comunicações. O mesmo ocorre no PED, onde as principais diretrizes para o setor de transportes eram garantir ou melhorar:

a circulação de pessoas ou bens, entre os centros de produção ou importação e os de consumo ou de exportação, através de ligações aquaviárias, terrestres e aéreas, integradas num mesmo sistema; b) o fortalecimento da integração e unidade nacional e, ao mesmo tempo, tornando possível a ação governamental junto aos aglomerados humanos, esparsos no território nacional; c) a concentração eventual de recursos materiais e humanos, de todo o território, em determinadas áreas, por intermédio de ligações permanentes de alto rendimento entre o centro do Governo e as áreas de maior sensibilidade estratégica. (BRASIL, 1967, p. 66)

E, para a indústria:

capacidade de diversificação em dois sentidos: no sentido de que não apenas a categoria de bens de capital como também a de bens de consumo duráveis e principalmente a de bens intermediários apresentem alta taxa de crescimento: e no sentido de que sejam explorados os diversos fatores de dinamismo, seja do lado da

substituição de importações (Indústria Química, Metais Não-Ferrosos, Siderurgia, Máquinas Ferramenta), seja do lado da promoção de exportações, notadamente na área da ALALC [Associação Latino Americana de Livre Comércio], seja do lado da expansão do mercado interno. (BRASIL, 1967, p. 85)

Em 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu o 1º PND que, também, destaca a relevância da infraestrutura (Energia, Transportes e Comunicação) e indústria. O principal Programa de Transportes do 1º PND foi o PIN (Programa de Integração Nacional) que tinha por objetivo construir a BR-163 ligando o município de Santarém no Pará ao município de Cuiabá no Mato Grosso, e a BR-230 (Transamazônica) ligando a cidade de Cabelo na Paraíba à Lábrea no Estado do Amazonas.

No item “Estratégia Industrial” consta o objetivo de:

Fortalecer o poder de competição da indústria nacional, a fim de o setor industrial atingir taxas de crescimento superiores a 10% ao ano, tendo condições de concorrer, pela redução de custos e pelo avanço qualitativo do produto final, com os produtos do exterior (BRASIL, 1971a).

Segundo Perdigão e Junior, o Índice de Confiança na Indústria (ICI), no período 1966-1974, teve um bom resultado “atribuído aos planos promovidos pelo governo em prol da industrialização, tais como o PED e o 1º PND, associados à política monetária expansionista, fortes investimentos públicos com recursos internos e externos e crescimento da produção” (PERDIGÃO&JUNIOR, 2021). Este desempenho perduraria até o início da década de 1980. A chegada do presidente Ernesto Geisel ao poder em março de 1974, coincidiu com o primeiro choque do petróleo em outubro de 1973. Segundo Marangoni o 2º PND era um:

projeto de investimentos e estímulos coordenados, que tinha o planejamento como métrica e uma combinação de capital privado, estatal e externo agindo como propulsores do crescimento. O II PND priorizava o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital (MARANGONI, 2016).

No Segundo PND, além das preocupações do governo no que diz respeito aos transportes e indústria, encontra-se também o objetivo de ocupação da Amazônia e da Região Centro-Oeste por meio da promoção de polos agropecuários, agrominerais e da criação de um complexo Minerador Metalúrgico na Amazônia Oriental (BRASIL, 1974).

A média de crescimento do PIB brasileiro entre os anos de 1964 e 1979 foi de 7,77 (ABREU, 1990). O alargamento da infraestrutura de transportes e da indústria eram prioridades em todos estes planos. O PED destaca-se pelos termos usados e seu alinhamento

com os estudos da ESG, lançado 4 meses depois da emissão do Decreto-Lei 200/1967<sup>75</sup>. O plano reservava um capítulo inteiro ao que chama de Programa Estratégico, onde três dos seus quatro principais objetivos guardam notória semelhança ao conceito de *man-power* de Mackinder (1942).

A este respeito, nota-se que as políticas econômicas, industriais e financeiras deveriam obedecer à essência do Programa que era:

b) elevar a eficiência do sistema produtivo, e, de modo especial, a do setor público; c) possibilitar a expansão da produção, procurando enfrentar e resolver as principais deficiências e pontos de estrangulamento da infra-estrutura; d) habilitar o homem brasileiro para o processo de desenvolvimento (BRASIL, 1967b, p. 35)

Logo, a ideia encontrada tanto nos estudos de Golbery (1967), como na ESG, de que a Estratégia deveria ser a principal orientadora das políticas do governo, permite sugerir que o desenvolvimento nacional entre 1964 e 1985, não foi, exatamente, produto do desenvolvimentismo como argumentado por Fonseca (quando se referiu a Geisel e Médici), mas produto de um pensamento oriundo do Exército Brasileiro, com um relativo grau de difusão antes da fundação da ESG. A este pensamento, sugere-se a nomenclatura de Desenvolvimento Estratégico Brasileiro.

#### **4.2.2 O Desenvolvimento Estratégico Brasileiro**

O Desenvolvimento Estratégico Brasileiro foi calcado nas experiências que os militares tiveram ao longo de 172 anos, onde a combinação de ensino, guerras regionais, civis e mundiais, associadas à profundas instabilidades políticas e financeiras, propiciou o surgimento de um pensamento específico na instituição cuja maior expressão encontra-se nas publicações dos organizadores intelectuais. Este pensamento pode ser dividido em duas principais vertentes.

A síntese da vertente geopolítica, sugerem Rooy e Farias, é: “*para melhor defender-se o Brasil precisaria melhor integrar-se*” (ROOY&FARIAS, 2020, p. 97), a vertente da Segurança Nacional, que tinha uma perspectiva política mais contundente, argumentava pelo aperfeiçoamento das diferentes dimensões do Estado (política, econômica, militar e psicossocial), dentre elas a infraestrutura de transportes e indústria tendo em vista a Segurança do país. O principal fundamento desta vertente, para dois de seus autores, seriam

---

<sup>75</sup> Sobre este Decreto-Lei, vide página 168.

o sentimento nacionalista e patriótico associado à desenvoltura econômica do Brasil (MONTEIRO, 1934; TAVARES, 1958).

Este pensamento, diferente do desenvolvimentismo, não tinha por base o crescimento da produtividade industrial tendo por objetivo a superação da pobreza (BIELCHOVSKY, 1988; FONSECA, 2015), mas sim a manutenção da integração do território, a sua soberania e a Segurança Nacional. A garantia de Segurança Nacional proporcionaria ao povo “uma vida melhor e maior bem-estar” (BRASIL, 1955a, p. 2).

Para que se aprofunde sobre a nomenclatura “Desenvolvimento Estratégico Brasileiro”, faz-se uma digressão aos termos trazidos à baila nesta tese. A leitura de economistas políticos e geógrafos políticos, como Fonseca (2015), Bielchovsky (1988) e Becker e Egler (2003), permitiu que fossem encontrados dois termos sobre o qual se tratou do aumento da capacidade produtiva no país, foram eles: a modernização conservadora e o desenvolvimentismo.

A modernização conservadora, termo sugerido por Becker e Egler (2003), envolveria uma série de ações do poder político central tendo em vista a industrialização, o crescimento da burocracia estatal ao longo do território e, também, da infraestrutura (BECKER & EGLER, 2003). Segundo os autores a modernização conservadora se intensificou com o Regime Militar.

Um outro olhar sobre o aumento da capacidade produtiva do Brasil é encontrado nos estudos de Fonseca (2015) e Bielchovsky (1988). Para Fonseca, desenvolvimentismo é:

*a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista* (FONSECA, 2015, p. 40)

Segundo Bielchovsky, desenvolvimentismo é:

A ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução e expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (BIELCHOVSKY, 1988, p. 07).



Assim, tem-se que estes autores se debruçaram sobre o estudo deste processo de melhoria das capacidades produtivas do Brasil e concordaram, ainda que sob perspectivas distintas, sobre a importância da liderança do Estado neste processo. Apesar disto, não se encontrou uma pesquisa que se propusesse a compreender o impacto das ideias encontradas no sistema de ensino do Exército e de seus organizadores, e seu impacto no alargamento das capacidades produtivas e da infraestrutura nacionais. Logo, o que se encontrou nesta tese, permitiu a cunhagem do termo Desenvolvimento Estratégico Brasileiro (DEB).

Para que se compreenda este termo, explica-se novamente conceitos pertinentes ao meio militar durante o período estudado, como o conceito de Defesa, Segurança e Estratégia, que compõem o DEB tanto quanto a própria ideia, analisada acima, de que o Estado deve liderar a capacidade produtiva do país. Sobre estes conceitos, tem-se em “Segurança Nacional Antagonismos e Vulnerabilidades” de Lyra Tavares (1958), a definição do que é Defesa e Segurança. Segundo o autor, como visto no terceiro capítulo:

cumpra não confundir o sistema de Segurança com o sistema de Defesa. A Segurança implica o desenvolvimento coerente e progressivo das atividades normais do Estado, segundo o rumo e o ritmo ditados pelos objetivos nacionais, mediante o desenvolvimento racional do Poder nacional, que deve ser mantido, constantemente, em condições de afastar ou neutralizar os antagonismos existentes. Segurança é um estado, ao passo que defesa é um ato – ou um conjunto de atos – diretamente ligados a um determinado tipo de ameaça, caracterizada e medida. A defesa se organiza para o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a Segurança, no sentido em que a encaramos, é estabelecida como cobertura integral, contra qualquer tipo de ameaça que ela própria – a Segurança – torna inoperante e desencoraja. Ela se organiza para o fim de manter livres os movimentos do Estado, nos limites do seu poder de soberania, em suas relações com os outros Estados ou em face de ação perniciosa de agentes, externos ou internos, hostis aos interesses nacionais. Essa diferença existe, aliás, nas próprias definições dos dois termos: defesa é a “ação de defender”, ao passo que “segurança é a sensação de tranquilidade resultante da convicção de que não há perigo a temer”. (TAVARES, 1958, p.19)

É desta forma que se tem a Segurança como um aspecto mais amplo e abrangente do que a Defesa e foi a partir desta perspectiva que se falou sobre uma Doutrina de Segurança Nacional ao invés de uma Doutrina de Defesa Nacional. Esta Doutrina, como visto, solicitaria uma estratégia para orientar a sua prática. Como dito na seção 4.1.2, neste quadro conceitual, a estratégia seria uma orientadora do “desenvolvimento e reforço dos

recursos nacionais, como de sua aplicação, a fim de promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais (Atuais), a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis” (SILVA, 1959, p.160).

Ademais, a escolha pelo termo estratégia se dá, também, por uma outra dimensão desta nomenclatura no meio político-militar. O nível estratégico é aquele nível da burocracia estatal que engloba a dimensão política e a estratégia do teatro de operações (Harvey, 2022). Para Maxwell, o nível estratégico:

centra-se na definição e no apoio à política nacional e está diretamente relacionado com o resultado de uma guerra ou de outro conflito no seu conjunto. Normalmente, as guerras e os conflitos modernos são ganhos ou perdidos neste nível e não nos níveis operacional ou tático. O nível estratégico aplica-se a todas as formas de guerra e de conflito, desde as atividades militares fora da guerra até à guerra insurrecional, convencional e nuclear. Este nível envolve um conceito estratégico, planos para preparar todos os instrumentos nacionais de poder para a guerra ou conflito, orientação prática para preparar as forças armadas e liderança das forças armadas para atingir os objetivos estratégicos. (MAXWELL, 1997, p. 1, traduzido pelo autor)

Na definição do nível estratégico sugerida por Maxwell tem-se uma série de elementos que foram estudados aqui. Diz o autor que o nível estratégico “centra-se na definição e no apoio à política nacional e está diretamente relacionado com o resultado de uma guerra ou de outro conflito no seu conjunto” (ibid). Como analisado neste estudo, o que se propõe chamar de Desenvolvimento Estratégico Brasileiro foi, em parte, um desdobramento de uma série de “choques exógenos” pelo qual o país e o Exército passaram, além da competição com a Argentina. Isto também pode ser relacionado à continuação da explicação do autor quando diz que: “O nível estratégico aplica-se a todas as formas de guerra e de conflito, desde as atividades militares fora da guerra até à guerra insurrecional, convencional e nuclear” (ibid). Como explicado na próxima seção, se pensou numa série de projetos tanto de indústria como de infraestrutura “fora da guerra”, porém por conta dela; sejam guerras internas ou externas ou, como dito na nomenclatura da época, antagonismos externos ou internos.

A dimensão da guerra, portanto, é o principal diferencial entre o desenvolvimentismo e o Desenvolvimento Estratégico. O DEB tinha como finalidade garantir a Segurança Nacional entendida como um estado de coisas planejado a partir do Conceito Estratégico Nacional, que garantiria a realização dos Objetivos Nacionais Permanentes e dos Objetivos Nacionais Atuais. Estes objetivos seriam divididos em quatro principais áreas, a econômica, a política, a militar e a psicossocial. Para o DEB a industrialização deveria vir acompanhada da infraestrutura (principalmente de transportes e energética) e, para

garantir a Segurança Nacional, tanto a infraestrutura como a indústria deveriam estar espalhadas pelo país e servir à ocupação de áreas ermas, principalmente no Centro-Oeste e Norte.

O Desenvolvimento Estratégico Brasileiro, assim, se caracteriza por um conjunto de pensamentos e argumentos elaborados principalmente no Exército onde se entendia que a manutenção da integração e integridade do território, a partir da ideia ou do conceito matricial da Segurança Nacional, por vias políticas, econômicas, militares e psicossociais, proporcionaria à sociedade uma vida melhor e maior bem-estar. A infraestrutura de transportes terrestres e a indústria, como visto, eram dois dos principais elementos do DEB. A geopolítica brasileira, principalmente aquela elaborada por Cidade, Travassos, Rodrigues e Silva, foi um conjunto de ideias complementar à Segurança Nacional, à serviço do DEB.

Na próxima seção analisa-se como esta forma de pensar o desenvolvimento nacional foi aplicada pelo Conselho de Segurança Nacional.

#### **4.2.3 As Reuniões/Consultas do CSN**

Afora os Planos sumarizados acima, as reuniões do CSN ilustram como uma parte fundamental do processo político-decisório era realizada<sup>76</sup>. O tema da repressão política e da repressão ao comunismo é o principal tópico da maioria das reuniões. Todavia, houve discussões importantes sobre a infraestrutura de transportes e indústria que resultaram em projetos e, também, em uma série de Decretos-Lei de impacto direto na infraestrutura e capacidades industriais do país. Nesta pesquisa foram consultadas as Atas de Reunião entre os anos de 1964 e 1973. Nas atas das reuniões encontrou-se debates que envolveram:

- ➔ A estatização de empresas do setor elétrico (Vigésima Quarta Sessão do CSN em 21 de agosto de 1964) (BRASIL, 1964c).

---

<sup>76</sup> A análise deste processo se deu a partir da leitura das Atas de Reunião/Consultas ao CSN entre 1964 e 1973, onde se buscou por decisões referentes a projetos de infraestrutura de transportes terrestres e indústria. Estes documentos encontram-se disponíveis *on-line* no Centro de Referência do Arquivo Nacional. A identificação destes projetos deu-se da seguinte maneira: A partir da leitura das Atas/Consultas ao CSN, buscou-se por temas relacionados aos temas pesquisados. Após os achados desta busca, procurou-se pela existência do próprio projeto ou de legislação aprovada em pouco espaço de tempo após a Reunião/Consulta ao Conselho, de modo que se verificou a concepção ou implementação de projetos de alargamento da infraestrutura de transportes terrestres, especialmente de rodovias, e de projetos industriais, especialmente relacionados à indústria petroleira, oriundos de decisões da Presidência da República no ato da reunião ou em poucas semanas ou meses depois das Reuniões/Consultas ao CSN onde se tratava dessas questões.

- ➔ A abertura do setor petroquímico para o capital privado (Vigésima Sétima Sessão do CSN em 2 de julho de 1965) (BRASIL, 1965c), que resultou no Decreto nr. 56.571 de 9 de julho de 1965 (BRASIL, 1965d).
- ➔ A industrialização, lavra e pesquisa do xisto (Vigésima Nona Sessão do CSN em 08 de setembro de 1965) que resultou na criação do Decreto nr. 56.980 de 1º de Outubro de 1965 (BRASIL, 1965e).
- ➔ A criação de Diretrizes da Política Nacional de Recursos para o Mar na Trigésima Quarta Consulta de 15 de janeiro de 1973 (BRASIL, 1973b).

Houve, também, reuniões onde a questão da infraestrutura de transportes e indústria foram tratadas com maior profundidade e onde é mais nítida a participação dos organizadores ou menções às expressões estudadas na ESG. Na Vigésima Quinta Sessão do CSN (BRASIL, 1964d) em 18 de dezembro de 1964, Juarez Távora (à época ministro de Viação e Obras Públicas), tratou da política de mineração e exportação de minérios e sugeriu um entendimento entre a Vale do Rio Doce e o estado do Espírito Santo, visando a construção de um terminal de minérios no município de Tubarão. O Porto de Tubarão iniciou as suas operações em 1 de abril de 1966.

Em 10 de março de 1966, durante a Trigésima Quinta Sessão do CSN (BRASIL, 1966b), Távora propôs normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, Portos Nacionais e Rede Ferroviária. O ministro apresentou um decreto que regulamentava, principalmente, questões trabalhistas das categorias de trabalhadores ligadas a esses setores. É provável que este decreto veio a ser o Decreto Lei nr. 05 de 4 de abril de 1966 que “Estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da marinha mercante, dos portos nacionais e da rede ferroviária federal s.a., e dá outras providências” (BRASIL, 1966c).

A Reunião de 15 de fevereiro de 1968, chamada de Primeira Consulta, merece atenção. Nela, o Ministério da Justiça, que tinha o civil Luís Antônio da Gama Filho como ministro, sugere que 260 municípios fossem classificados como Municípios de Interesse para a Segurança Nacional, esta classificação dava ao presidente o direito de indicar diretamente o prefeito do município<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> A alcunha de Municípios de Interesse da Segurança Nacional encontra-se no artigo 16, inciso 1, alínea b da Constituição Brasileira de 1967 onde se lê: § 1º - Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação: a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual; b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo. (BRASIL, 1967, p. 8)

Durante a reunião não se delibera sobre a classificação de nenhum município, sendo este processo realizado em outras reuniões. No encontro, contudo, ganha destaque a fala do Secretário Geral do CSN, General de Brigada Jayme Portella de Mello. O general, antes de tratar dos municípios, fala da Segurança Nacional como princípio norteador da sua sugestão de quais municípios deveriam ser classificados como Município de Interesse para a Segurança Nacional, o general diz o seguinte:

O nosso estudo [sobre a classificação de municípios como Municípios de Interesse para a Segurança Nacional], da mesma forma que o apresentado pelo Senhor Ministro da Justiça, ficou subordinado ao amplo conceito de que Segurança Nacional é o “grau relativo de garantia que-por meio de ações políticas, psicossociais, econômicas e militares – o Estado proporciona à nação que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos internos e externos (BRASIL, 1968, p.1)

A sua sugestão concentra-as na inclusão de uma série de municípios na faixa de fronteira. Ao longo da reunião, outros ministros sugerem outros municípios, principalmente na faixa litorânea. Ainda que haja uma divergência geográfica, o fundamento da reunião é o mesmo; ou seja, o CSN pretendia proteger e ampliar o controle do Poder Executivo sobre municípios industrializados e voltados, principalmente, para a atividade de refino e exploração do petróleo (ao longo da costa), ou proteger e controlar municípios que deveriam ter infraestrutura de transportes e indústria como aqueles da faixa de fronteira, isto deveria vir acompanhado de uma política habitacional.

Na Ata da Quinta Consulta ao Conselho de Segurança Nacional, no dia 21 de agosto de 1969, foi lida uma carta ao CSN onde o governador do Pará solicitava que o município de Santarém fosse classificado como Município de Interesse para a Segurança Nacional. O Conselho votou favoravelmente ao pedido do governador e o seu argumento fundamentava-se nos seguintes termos:

O agravamento da conturbada situação política local, que determinou a atual intervenção federal no município: - a valorização sócio-econômica com a projetada implementação da SUDAM [Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia] de programa integrado de desenvolvimento para a região do Baixo Amazonas; - por essas razões o município de Santarém pode ser incluído no rol dos municípios considerados de interesse para a Segurança Nacional. (BRASIL, 1969c, p.2)

Em 11 de setembro de 1969, durante a Sétima Consulta ao CSN (BRASIL, 1969d), tratou-se da inclusão do município de Santos na lista de municípios de Interesse para a Segurança Nacional. Foi argumentado que devido a quantidade de trabalhadores

portuários que poderiam ser cooptados pela subversão e, também, pela importância do porto de Santos, o município deveria ser considerado um Município de Interesse para a Segurança Nacional.

Na Ata da Décima Quinta Consulta (BRASIL, 1970b), em 23 de abril de 1970, decidiu-se classificar os municípios de Paulínea e Castilho, em São Paulo, e Três Lagoas em Mato Grosso como Municípios de Interesse para a Segurança Nacional. Nesta época estava em curso a construção da usina hidrelétrica de Jupuíá, no rio Paraná, próxima dos municípios de Castilho e Três Lagoas. O município de Paulínea abriga uma das maiores Refinarias de Petróleo da América do Sul, a Refinaria de Paulínea inaugurada em 1972.

Em 15 de outubro de 1970, durante a Décima Sexta Consulta ao CSN (BRASIL, 1970c), incluiu-se os municípios de Marabá, Altamira e Itaiatuba na classificação de municípios de Interesse para a Segurança Nacional, devido ao PIN (Programa de Integração Nacional) criado em 16 de junho de 1970 com o Decreto-lei nº1.106/1970. A justificativa, baseada nos critérios militares, políticos, psicossociais e econômicos, argumentava que as cidades se caracterizavam como “municípios onde haja localização de atividades industriais ou parque industrial de maior interesse da Segurança Nacional” (BRASIL, 1970c, p. 02/78)

Em 22 de março de 1971, durante a Décima Oitava Consulta ao CSN, discutiu-se a inclusão de determinadas terras devolutas aos bens da União “declaradas indispensáveis à Segurança e ao Desenvolvimento Nacionais” (BRASIL, 1971d, p.1) devido ao PIN, Tratava-se da:

expansão da fronteira econômica nacional, principalmente em relação ao Planalto Central, vales unidos do Nordeste, e progressivamente, a AMAZÔNIA, para tirar proveito da dimensão continental do País, ampliando o mercado interno pela incorporação de novas áreas, e simultaneamente, pela melhor utilização da mão de obra abundante. (BRASIL, 1971d, p. 100).

A finalidade era “financiar o plano de obras de infraestrutura, nas áreas compreendidas entre a SUDENE e a SUDAM, e promover a sua mais rápida integração à economia nacional” (BRASIL, 1971d, p.100). O resultado desta reunião foi a assinatura, pelo presidente, do Decreto-Lei nr. 1.164/1971 que: “declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado, do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências” (BRASIL, 1971e)

Na Vigésima Quarta Consulta, em 29 de março de 1972, tratou-se da classificação dos municípios baianos Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias e Camaçari como Municípios de Interesse para a Segurança Nacional (BRASIL, 1972b). Todos estes municípios estão localizados no Recôncavo Bahiano onde era desenvolvida uma malha industrial e de infraestrutura estratégicas para a Segurança Nacional. O Centro Industrial de Aratu, promovido pelo governo baiano, iniciou as suas atividades em 1967. A COPENE (Companhia Petroquímica do Nordeste S.A) iniciou as suas atividades em 1972 e o Complexo Petroquímico de Camaçari, que incluía também indústria metalúrgica, instalações portuárias e uma base naval, tornou-se operacional em 1978.

Em 30 de abril de 1973, durante a Trigésima Primeira Consulta (BRASIL, 1973c), discutiu-se sobre a inclusão dos municípios de Guadalupe (PI) e São João dos Patos (MA) na lista dos Municípios de Interesse para a Segurança Nacional. A justificativa foi a construção da usina hidrelétrica Marechal Castelo Branco (hoje Usina Hidrelétrica de Boa Esperança) que se situa no Rio Parnaíba, localizado entre os municípios. A construção teve início em 1964 e a usina tornou-se operacional em 1970. Em 29 de maio de 1973, o presidente sancionou o Decreto-Lei de nº 1272 declarando Guadalupe e São João dos Patos municípios de interesse para a Segurança Nacional.

Durante a Trigésima Segunda Consulta, em 27 de julho de 1973 (BRASIL, 1973d), tratou-se da classificação do município de Anápolis (GO) como município de Interesse para a Segurança Nacional sob a justificativa da importância econômica e logística da cidade onde estavam localizadas indústrias de beneficiamento de alimentos, encontro de rodovias, terminal ferroviário e crescimento demográfico próximo de Brasília. Em 21 de agosto de 1973, o presidente sancionou o Decreto-Lei 1.284 declarando o município de Anápolis de interesse para a Segurança Nacional.

As atas das reuniões/consulta do CSN ilustram como a questão industrial e da infraestrutura de transportes foi pensada a partir dos conceitos da ESG. Outras importantes obras do período foram a BR-277 no Paraná, a duplicação da via Dutra, e a ponte Rio-Niterói. A BR-277, com a extensão de 730 km, inaugurada em 1969, liga o Porto de Paranaguá à cidade de Foz do Iguaçu. A BR – 364, que liga o estado do Acre a São Paulo, foi iniciada em 1960 e em 1980 foi pavimentada.

No que diz respeito à indústria, além dos pontos analisados nas atas das reuniões do CSN, registra-se a criação do terceiro polo petroquímico do país em Triunfo, Rio Grande do Sul, iniciado em 1977 com a construção da Companhia Petroquímica do Sul –

COPEL. Em dezembro de 1982, a COPEL iniciou suas operações como fornecedora dos petroquímicos básicos como o Eteno, Propeno, Butadieno, MTBE e Solventes (estes produzidos a partir da nafta, do gás e do etanol) para as indústrias de 2ª geração (polipropileno, polietileno, poliestireno, metiletilcetona, etilbenzeno e outros produtos) (COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DO POLO, 2012).

A indústria bélica também teve substancial desenvolvimento na época; em 1964 foi criado o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) que servia de interface entre a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e as Forças Armadas (PEREIRA, 1987; VASCONCELLOS & GOMES, 2017)

No início da década de 1970, o Brasil fechou acordo com a empresa inglesa Vosper Thornycroft para a construção de seis fragatas da classe Niterói, 4 foram construídas nos estaleiros da Vosper Thornycroft na Inglaterra e duas foram construídas no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (GODOY, 1987). No campo da aviação o governo fundou a EMBRAER em 1969.

Para a Força Terrestre, tem-se que em 1975 o Ministério do Exército criou a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). O período também foi positivo para empresas privadas nacionais como a Taurus, a Bernardini, a Avibrás e a Engesa. Segundo Godoy (1987), em 1984 havia no Brasil 350 empresas que diretamente ou indiretamente participavam do segmento bélico. Essas empresas empregavam em torno de 120.000 pessoas e movimentavam US\$ 5.5 bilhões. A indústria bélica brasileira chegou a vender seus produtos a 33 países, em particular no Oriente Médio, América Latina, América Central e África (GODOY, 1987).

Afora o foco na indústria petroquímica e a construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança encontradas nas Atas do CSN, o setor elétrico e de telecomunicações cresceram substancialmente. Outros projetos de produção de energia e energia elétrica do período foram as usinas nucleares de ANGRA I, ANGRA II, o pro-álcool e a usina hidrelétrica de Itaipu. No setor de telecomunicações, tem-se a substantiva ampliação da telefonia com a criação da Embratel em 1965.

A ampliação dos setores elétrico e de telecomunicações durante o Governo Militar, concomitantemente à ampliação da infraestrutura de transportes e indústria, é um caso a ser estudado em outra oportunidade. O mesmo pode ser dito sobre o estudo da dimensão operacional. Além das questões políticas e geopolíticas, é possível que as necessidades operacionais das Forças Armadas tenham influenciado na implementação desses projetos.



Um estudo que se proponha a analisar as grades curriculares dos cursos de Comando e Estado-Maior das Forças e, também, compreender suas necessidades operacionais, bem como a atuação dos centros de pesquisa militares como o IME, o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e o Centro Tecnológico do Exército, certamente trará mais respostas.

Ademais, é possível que o universo dos organizadores analisados pode ser ampliado se estudadas a atuação de oficiais da alta burocracia das Forças Armadas. O estudo da atuação destes oficiais pode se dar pela análise de suas biografias e, possivelmente, publicações, diários etc. Houve oficiais que tiveram um papel importante na implementação da infraestrutura ou indústria nacionais antes de 1964. Cita-se o exemplo do marechal Cândido Rondon responsável, dentre outros feitos, pela construção de inúmeras linhas telegráficas na região Norte e Centro-Oeste (MAYER, 2024), o general Horta Barbosa que defendia a nacionalização do petróleo, foi o primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo e teve contribuição notória para a exploração do minério bem como para o desenvolvimento de uma indústria petrolífera (JUNIOR, 2014), dentre outros.

Além de apontar para a relevância do estudo da atuação destes oficiais e, também, do estudo das reuniões do Alto Comando, observa-se que desde 1927 o Conselho de Defesa Nacional (Conselho de Segurança Nacional a partir de 1937), contava com sua própria estrutura de estudos e promoção de políticas públicas ligadas à Defesa. A análise da atuação desses órgãos e, possivelmente, sua cosmovisão, poderá contribuir para um aprofundamento da compreensão do DEB.

Não menos importante, ao fim deste capítulo, é sugerir a continuidade desta pesquisa para o período pós 1985. A estrutura burocrática do Regime Militar que dava vazão a este pensamento foi transformada durante o período democrático. A ESG não possui a mesma relevância nem o CSN que retorna à nomenclatura de 1927 e volta a se chamar Conselho de Defesa Nacional. Este Conselho é “o órgão consultivo do Presidente da República nos assuntos relacionados à soberania nacional e à defesa do Estado democrático” (BRASIL, 2023) e tem por seu secretário executivo o ministro do Gabinete de Segurança Institucional. O Conselho é composto pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos que “propõe critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, opinando sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira” (BRASIL, 2023)

No regime democrático houve também a recente inclusão de civis em programas de pós-graduação das respectivas escolas militares (Escola Superior de Guerra, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Escola de Guerra Naval e Universidade da Força Aérea), o que sinaliza para um importante retorno ao pensamento estratégico, desta vez, elaborado a partir dos fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988<sup>78</sup>. Este esforço, contudo, se revela insuficiente, se aos estudos ou pensamento, elaborado nos diferentes centros de pesquisa ou nos Estados-Maiores, não houver apoio, principalmente, do Poder Executivo.

Aqui foram encontradas as bases do DEB, mas os diferentes aspectos do Desenvolvimento Estratégico Brasileiro e seu potencial para este século ainda solicitam estudos.

Neste capítulo, buscou-se responder a terceira pergunta de pesquisa: “De qual forma os principais projetos de infraestrutura de transporte terrestre, entre 1964 e 1985, foram influenciados por essas ideias, assim como a expansão do setor industrial?”. Para isto, viu-se a importância da Escola Superior de Guerra e do Conselho de Segurança Nacional para o processo político decisório durante o Regime Militar. Consecutivamente, uma vez encontrada substancial participação dos organizadores na ESG, procurou-se projetos ou políticas voltadas à infraestrutura de transportes e indústria no PAEG, PED e nos 1º e 2º PND.

Afora a contínua menção ao desenvolvimento destes setores verificada nos planos econômicos, encontrou-se, nas reuniões/consultas do CSN a concepção de uma série de projetos, tanto no setor de transportes como no setor de indústrias, com destaque à indústria petroquímica, que foram pensados, debatidos e elaborados, com notória influência do conjunto de ideias aqui estudados. Conjunto de ideias este observado desde 1913, com a publicação do primeiro editorial da ADN e que, após seu aprimoramento a partir tanto da Geopolítica como da Segurança Nacional, alcançou contornos práticos e instrumentais, materializando-se nos projetos verificados acima. Nas considerações finais

---

<sup>78</sup> Em “A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA TRÍPLICE TRIÁDE: pensando o futuro do País”, Goés (2024) trata da importância de se pensar uma Grande Estratégia Brasileira para o século XXI baseada na concretização do artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cujo os incisos são “1º construir uma sociedade livre, justa e solidária, 2º garantir o desenvolvimento nacional, 3º erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, 4º promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Especificamente sobre a garantia do desenvolvimento nacional, a Grande Estratégia deveria ser elaborada a partir de 4 eixos ou “arquetipos geopolíticos fundantes” como Goés sugere, que seriam as potencialidades energéticas, aquíferas, ambientais e agropecuaristas (alimentares) do país.

busca-se realizar uma síntese desta pesquisa e apontar para a relevância da continuidade dos estudos sobre o DEB.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da hipótese de que “os marechais e generais presidentes (organizadores políticos) entre 1964-1985 e os oficiais intelectuais (organizadores intelectuais), aprenderam e/ou elaboraram uma forma específica de pensar a Defesa e o desenvolvimento nacionais que pode ter impactado projetos de infraestrutura, em especial a de transportes terrestres, e o crescimento da atividade industrial entre 1964-1985”, este estudo teve como perguntas centrais: De que maneira as ideias de Defesa e desenvolvimento foram forjadas no Exército? Como os oficiais políticos e os oficiais intelectuais, contribuíram para a formação e/ou disseminação dessas ideias? De qual forma os principais projetos de infraestrutura de transporte terrestre, entre 1964 e 1985, foram influenciados por essas ideias, assim como a expansão do setor industrial?

Para que estas perguntas fossem respondidas, estudou-se, no primeiro capítulo, a importância da infraestrutura de transporte terrestre e da indústria para a Defesa Nacional. No segundo capítulo buscou-se compreender o papel do Exército na política entre 1889 (início da República) e 1964, início do Regime Militar.

No terceiro capítulo verificou-se, a partir dos currículos das escolas de formação do oficial, quais foram as ideias de Defesa e desenvolvimento passadas do Exército a seus oficiais. Verificou-se, também, a partir das publicações dos organizadores intelectuais, quais eram suas respectivas ideias de Defesa e desenvolvimento, especialmente em relação à infraestrutura de transportes terrestres e indústria. Por fim, no quarto e último capítulo analisou-se como estas ideias de Defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes terrestres e indústria se materializaram em projetos nacionais durante 1964-1985.

Chegou-se à conclusão de que as ideias de Defesa e desenvolvimento elaboradas tanto pelo Exército como pelos seus organizadores intelectuais, influenciaram projetos de infraestrutura de transportes terrestres e o alargamento do setor industrial durante o Regime Militar.

Para que fosse possível chegar a este resultado, compreendeu-se, a partir da Geopolítica e da Geografia Política, sobre a importância tanto da indústria, como da infraestrutura de transporte terrestre para a soberania do Estado e, conseqüentemente, para a Força Terrestre. A leitura de Vallaux (1914), Whittlesey (1939), Ratzel (2011), Mackinder (1904, 1942) e Spykman (1938, 1942) permite afirmar que a infraestrutura de transporte terrestre é essencial à coesão do Estado, em alguns casos a sua expansão, a

circulação de pessoas, produtos e, mais importante, tropas e dirigentes políticos. Esta infraestrutura também tem fundamental importância militar ao ligar as indústrias de guerra aos TOs. A indústria é a principal atividade econômica às necessidades militares e às ambições geopolíticas do Estado.

Também foi possível verificar que, para estes autores, outras dimensões que formam o Estado tangenciavam estes dois principais temas. Dentre estas dimensões encontra-se a social e a política a partir da qual o Estado firma o seu vínculo com o solo. Sobre estas dimensões ganha destaque o conceito de *man-power* de Mackinder (1942) que entende que as ambições geopolíticas, além da adequada infraestrutura de transportes e indústria, necessitariam de um organizador político e, auxiliares a este, dos organizadores setoriais. O organizador político seria capaz de liderar a sociedade de modo que esta alcançasse as melhores condições produtivas.

A argumentação de Mackinder de que estes organizadores pensariam em termos geopolíticos, poderiam ter uma natureza militar e tinham a disciplina como lente pela qual pensavam a gestão do Estado, adequou-se ao caso brasileiro dos marechais e generais presidentes entre 1964 e 1985. Todavia, Mackinder não se debruçou sobre a possível existência de conselheiros do governo que viessem a sugerir políticas públicas de impacto geopolítico, ou de impacto na infraestrutura de transportes e indústria que garantissem a soberania do Estado e sua expansão caso assim a elite dirigente o desejasse.

A partir daí sugeriu-se a alcunha de organizadores intelectuais e tomou-se por caso de análise o Brasil onde oficiais do Exército, imbuídos da mesma visão militar e disciplinada do organizador político, escreveram sobre como o Estado poderia garantir a sua soberania e expandir a sua infraestrutura de transportes terrestres e indústria. Esta pesquisa encontrou dois grupos de organizadores intelectuais, os organizadores geopolíticos e os organizadores da Segurança Nacional.

Os organizadores geopolíticos, em poucas linhas, compreendiam que “*para melhor defender-se o Brasil precisaria melhor integrar-se*” (ROOY&FARIAS, 2020, p.97). A indústria, para estes organizadores, deveria, principalmente, estar a serviço da ocupação das áreas ermas do país e da construção de uma infraestrutura de transportes.

Os organizadores da Segurança Nacional, anticomunistas e céticos da capacidade das elites civis governarem o país, tinham este conceito como o principal prisma de sua análise. Destes, dois argumentavam que o nacionalismo econômico (MONTEIRO, 1934) ou o patriotismo econômico (TAVARES, 1958), seria a essência da Segurança Nacional e a

economia seria um dos seus aspectos, em conjunto com os aspectos políticos, sociais e militares. Ainda que Monteiro tratasse menos da infraestrutura de transportes e indústria, os demais organizadores da Segurança Nacional compreendiam que ambas eram essenciais à neutralização de ameaças internas e externas.

Para todos estes organizadores é transversal a ideia de que a infraestrutura de transportes e a indústria é algo essencial à soberania. Uma vez verificada estas ideias, perguntou-se então como adquiriram protagonismo a partir de 1964? Para compreender este protagonismo sugeriu-se as lentes propostas por Alexander Wendt (2003) e Mark Blyth (2002). O estudo de Wendt permitiu compreender que as ideias são produzidas e reproduzidas a partir da relação entre instituição e atores. Há alguns fatores ou fenômenos que contribuem para mudanças na instituição e nas suas ideias, dentre eles destacam-se os choques exógenos. Blyth, por sua vez, entende que as ideias dos atores adquirem protagonismo durante um tipo de crise que chama de Crise de Incerteza Knightiana.

A partir desta contribuição, estudou-se a relação entre instituição e atores, diga-se, Exército e oficiais, onde foi verificado que os mesmos, antes de desenvolverem as suas ideias, adquiriam as noções sobre infraestrutura de transporte e indústria desde o período de graduação. Os choques exógenos, ao longo do período 1889-1964, contribuíram para a emergência de uma consciência, entre alguns militares, de que a necessidade do desenvolvimento da infraestrutura de transporte e indústria era indissociável do ceticismo quanto às capacidades das elites políticas governarem o país e dos comunistas assumirem o poder.

Entre 1913 e 1924, os editoriais da Revista A Defesa Nacional já demonstravam uma preocupação tanto com a política como com a infraestrutura de transportes e indústria. Entre 1934 e 1963 estas ideias ganharam novos contornos identificados nas publicações dos organizadores intelectuais e na ESG, de modo que foram essenciais na “resolução” da Crise de Incerteza Knightiana de 1964 e contribuíram para uma momentânea e autoritária estabilização política, bem como para a resolução da crise econômica que havia contribuído para a instabilidade política.

É fato, também, que não foi somente o pensamento estudado nesta tese que influenciou a tomada de decisão durante o Governo Militar/Ditadura. As presidências de Castello Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel, tiveram como ministros ligados a esta área os economistas Roberto Campos (ministro do Planejamento entre 1964 e 1967), Hélio Beltrão (Ministro do Planejamento entre 1967 e 1969), Delfim Neto (ministro da Fazenda entre 1967

e 1974) e Mario Henrique Simonsen (ministro da Fazenda entre 1974 e 1979), que também influenciaram na economia e nos setores estudados.

Todavia, o estudo da formação do oficial, das obras dos organizadores intelectuais e dos currículos da ESG; a leitura do artigo 91 da CF (Constituição Federal) de 1967, dos decretos lei nr. 200 de 1967, nr. 348 de 1968 e nr. 900 de 1969, das Atas de Reuniões/Consultas do CSN e, depois, a pesquisa e compilado de projetos reunidos no quarto capítulo; compreendidos em conjunto com o fato de que importantes oficiais do Exército envolvidos na Ruptura Institucional de 1964 tinham uma relação com a ESG, sendo alguns destes também organizadores intelectuais, permite afirmar que as ideias de Defesa e desenvolvimento de infraestrutura de transportes e indústria oriundas do Exército, influenciaram tanto na resolução da Crise de Incerteza Knightiana de 1964 como nos anos posteriores e, em conjunto, formaram um entendimento específico do desenvolvimento nacional distinto do desenvolvimentismo. Motivo pelo qual se sugere que o Exército Brasileiro (e seus organizadores intelectuais) formulou uma série de argumentos sobre os temas pesquisados que, em conjunto, podem ser compreendidos pela alcunha de Desenvolvimento Estratégico Brasileiro (DEB).

O DEB tinha como objetivo final a Segurança Nacional entendida como um estado de coisas, planejado a partir do Conceito Estratégico Nacional, que garantia a realização dos Objetivos Nacionais Permanentes e dos Objetivos Nacionais atuais. Estes objetivos seriam divididos em quatro principais áreas, a econômica, a política, a militar e a psicossocial. Para o DEB, a industrialização deveria vir acompanhada da infraestrutura (principalmente de transportes e energética) e, para garantir a Segurança Nacional, tanto a infraestrutura como a indústria deveriam estar espalhadas pelo país e servir à ocupação de áreas ermas, principalmente no Centro-Oeste e Norte.

Os editoriais da revista A Defesa Nacional e os estudos dos organizadores intelectuais revelam mais do que uma preocupação exclusiva com a política e a infraestrutura de transportes terrestres e indústria. Havia também consternação em relação à educação pública, capacidades energéticas e telecomunicações, sendo estas três dimensões correlacionadas, na visão militar, pelo temor da ameaça externa e do perigo da desintegração nacional/guerra civil.

Em 1985, com a abertura democrática, inaugurou-se um novo período na história do país. Passados 39 anos, as Forças Armadas cumprem o seu dever constitucional e seguem

subordinadas, em obediência à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, às lideranças políticas dos mais distintos matizes ideológicos.

A atual conjuntura geopolítica e as tensões políticas e sociais, contudo, exigem um esforço da sociedade, em especial das comunidades política e jurídica, da imprensa, da academia e das Forças Armadas para que se evite o agravamento de crises que não foi possível ser evitado no passado. Para isto, além de uma melhor interface entre estes diferentes campos, torna-se premente o fortalecimento institucional dos estudos de Defesa no Brasil e, neste âmbito, dos estudos das Ciências Militares para civis e militares.

No século passado, estes estudos contribuíram para que guerras (internacionais e civis) fossem evitadas, para que o território não fosse desintegrado e para que o país contasse com uma infraestrutura e com uma base industrial que é basilar para o desenvolvimento político, social, econômico e militar do Brasil hoje. Apesar disto, o período viu a emergência de dois governos autoritários que geraram marcas profundas na sociedade. As Ciências Militares precisam ter em mente este passado, em seus diferentes aspectos, para serem úteis aos tomadores de decisão neste século. Neste contexto, o DEB do século XX, pensado e aprimorado a partir dos fundamentos constitucionais que vigoram no século XXI, pode ser uma ferramenta poderosa à segurança e ao progresso do Estado Brasileiro.



## BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, Angelica R. Conselho de Defesa Nacional (1927-1930). In: Arquivo Nacional Ministério da Inovação e Gestão em Serviços Públicos. **Dicionário Primeira República**. Disponível em: <<https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/829-conselho-da-defesa-nacional-1927-1930>>. Acesso em: 12/12/2024.
- ABREU, Marcelo de Paiva (org.), **A ordem do Progresso – Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**, 22ª tir. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990
- ABREU, Alzira A. Revolução Federalista. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbetes Primeira República**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20FEDERALISTA.pdf>>. Acesso em: 20 aug. 2023
- Arquivo Juscelino Kubitscheck, FGV CPDOC. Biografia: Celso Furtado. 2024. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/celso-furtado-0>. Acesso em: 02/02/2024
- BACKHEUSER, Everardo. 1948. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert
- BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. Brasil Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003
- BELLVÉ, Mariano Rubió. **Diccionario de ciências militares**. Barcelona: Revista científico-militar y Biblioteca Militar, 1895.
- BENTO, Claudio M. **Paula Cidade, um Soldado e Escritor A Serviço Do Progresso Do Exército (1883-1968)**. Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil. 2012
- \_\_\_\_\_. **A Academia Real Militar (A Atual Aman) Uma Decorrência da Vinda da Família Real para o Brasil em 1808**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/Cl%C3%A1udio%20Moreira%20Bento%20-%20A%20Academia%20Real%20Militar.pdf>. Acesso em 12/18/2023
- \_\_\_\_\_. **A Esquecida Escola de Porto Alegre no Ensino Militar Acadêmico do Exército de 1792-Atualidade**. Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.ahimtb.org.br/A%20ESQUECIDA%20ESCOLA%20DE%20GUERRA%20DE%20PORTO%20ALEGRE%20NO%20ENSINO%20MILITAR%20ACA.pdf>. Acesso em: 1/02/2024
- BENTO, Claudio M; GIORGIS, Luiz E. C. Escolas Militares do Rio Pardo 1859-1911. Porto Alegre: Academia de História Militar Terrestre do Brasil. 2005. Disponível em: <https://www.ahimtb.org.br/Escolas%20Militares%20de%20Rio%20Pardo.pdf>. Acesso em 08/12/2023
- BIELCHOVSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, IPEA/ INPES, 1988. 552p. (IPEA/INPES. Série INPE, 19)
- BIELCHOVSKY, Ricardo. Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL – Uma Resenha. In: BIELCHOVSKY, Ricardo (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL; tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BLYTH, Mark. Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century. New York: Cambridge University Press, 2002.
- BOGDANOVE, S. A. Military Science, its structure and content as the present stage in the development of military thought. **Military Thought**, v. 13, n. 2, p. 135-150, 2004

- BRANDI, Paulo. VARGAS, Getúlio. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>. Acesso em: 15/10/2023
- BRASIL. [Constituição (1967); 1967c]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília, DF: Presidência da República [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 06/01/2024
- \_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Presidência da República [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02/06/2024
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/ENDPND\\_Optimized.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/ENDPND_Optimized.pdf)>. Acesso em 15/08/2020
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: < [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressonacional\\_22\\_07\\_2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf)> Acesso em: 15/08/2020
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: < [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressonacional\\_22\\_07\\_2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf)> Acesso em: 15/08/2020
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro, Secretaria-Geral do Exército. Portaria nr. 734, de 19 de agosto de 2010. Conceitua Ciências Militares, estabelece a sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006\\_outras\\_publicacoes/07\\_publicacoes\\_diversas/01\\_comando\\_do\\_exercito/port\\_n\\_734\\_cmdo\\_eb\\_19ago2010.html](http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/01_comando_do_exercito/port_n_734_cmdo_eb_19ago2010.html). Acesso em: 08/01/2024
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA GUERRA. Circular reservada do Chefe de Estado-Maior do Exército, Castelo Branco. 20/03/1964. Disponível em: < <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2020/08/circular-reservada-do-chefe-de-estado-convertido.pdf>>. Acesso em: 08/10/2023
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA INOVAÇÃO E GESTÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Biblioteca Digital. Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 (2ª Edição) – 2024a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1073>. Acesso em: 03/01/2024
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA INOVAÇÃO E GESTÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Biblioteca Digital. Planos Nacionais de Desenvolvimento – 2024b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/6>. Acesso em: 03/01/2024
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA INOVAÇÃO E GESTÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Arquivo Nacional. Diretório Brasil de Arquivos. Fundo/Coleção AS – Goés Monteiro – 2024c. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/goes-monteiro>. Acesso em 02/02/2024
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA INOVAÇÃO E GESTÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Arquivo Nacional. Diretório Brasil de Arquivos.Fundo/Coleção N8 - Conselho de Segurança Nacional – 2024d. Disponível em:

<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/goes-monteiro>. Acesso em 02/02/2024

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. CDN. – 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/conselho-de-defesa-nacional>>. Acesso em: 16/10/2024

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Biblioteca Presidência da República. **Aurélio Lyra Tavares Biografia**. Brasília, 2024d. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/aureliol-tavares>. Acesso em: 08/01/2024

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Diretrizes de Governo / Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1967b.

Escola Superior de Guerra Curso Superior de Guerra (CSG) **Programa Detalhado do 1º Período**. 1952

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Programa Detalhado do 1º Período**. Rio de Janeiro, 1953b

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Programa Detalhado do 1º Período**. Rio de Janeiro, 1954a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Programa Detalhado do 2º Período**. Rio de Janeiro, 1954b.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Informações Gerais**. Rio de Janeiro, 1955a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Currículo para 1955 1º Período**. Rio de Janeiro, 1955b.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Currículo para 1955 2º Período**. Rio de Janeiro, 1955c.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Currículo para 1956 1º Período**. Rio de Janeiro, 1956a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Currículo para 1956 2º Período**. Rio de Janeiro, 1956b.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Programa Pormenorizado do 1º período**. Rio de Janeiro, 1957.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Bases e Diretrizes para o Ano de Estudos de 1958**. Rio de Janeiro, 1958a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Currículo para 1958 1º Período**. Rio de Janeiro, 1958b.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Currículo para 1958 2º Período**. Rio de Janeiro, 1958c.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 1º Período para o CSG – CMN – CI.** Rio de Janeiro, 1959a.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 2º Período para o CSG – CMN – CI.** Rio de Janeiro, 1959b.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa das Conferências do 1º Período.** Rio de Janeiro, 1960.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 1º Período do CSG.** Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. Programa do 1º Período do CEMCFA. Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 2º Período (CSG-CEMCFA).** Rio de Janeiro, 1962.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **CSG – CEMCFA: Programa do 1º Período.** Rio de Janeiro, 1963.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **CSG – CEMCFA: Programa do 2º Período.** Rio de Janeiro, 1963.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Programa do 1º Período.** Rio de Janeiro, 1964b.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas: Programa do 1º Período.** Rio de Janeiro, 1965a.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Programa do 1º Período.** Rio de Janeiro, 1965b.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Programa do 1º Período.** Rio de Janeiro, 1966a.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso Superior de Guerra: Programa do 1º Período.** Rio de Janeiro, 1967d.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas: Programa do 1º Período.** Rio de Janeiro, 1967e.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas: Programa do 2º Período.** Rio de Janeiro, 1967f.

\_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 1º Período para os cursos: CSG, CEMCFA e Curso de Inteligência.** Rio de Janeiro, 1968b.

- \_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 1º Período CSG**. Rio de Janeiro, 1969a.
- \_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 2º Período CEMCFA**. Rio de Janeiro, 1969b.
- \_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 2º Período CSG-CEMCFA**. Rio de Janeiro, 1970a.
- \_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 1º Período CSG-CEMCFA**. Rio de Janeiro, 1971b.
- \_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 2º Período CSG-CEMCFA**. Rio de Janeiro, 1971c.
- \_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Programa do 2º Período**. Rio de Janeiro, 1972a.
- \_\_\_\_\_  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **Currículo dos Cursos DI**. Rio de Janeiro, 1973a.
- \_\_\_\_\_  
**Legislação Informatizada - Decreto nr. 56.571 de 9 de julho de 1965. Câmara dos Deputados. Brasília, 1965d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56571-9-julho-1965-396915-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08/10/2022**
- \_\_\_\_\_  
**Decreto-Lei nr. 5, de 4 de abril de 1966**. Congresso Nacional. Brasília, 1966c. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=5&ano=1966&ato=11dgXTE9EMZRVT9bc>. Acesso em: 23/12/2023
- \_\_\_\_\_  
**Decreto-Lei 200 de 25 de Fevereiro de 1967**. Presidência da República. Brasília, 1967a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acesso em: 06/08/2018
- \_\_\_\_\_  
**Decreto-Lei 348 de 4 de janeiro de 1968**. Presidência da República. Brasília, 1968a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0348.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0348.htm). Acesso em: 04/08/2018
- \_\_\_\_\_  
**Decreto-Lei 900 de 29 de setembro de 1969. Presidência da República**. Brasília, 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0900.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0900.htm). Acesso em: 10/08/2018
- \_\_\_\_\_  
**Decreto-Lei 1.106 de 16 de junho de 1970**. Presidência da República. Brasília, 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm). Acesso em: 01/02/2018
- \_\_\_\_\_  
**Decreto-Lei nº 1.164 de 1 de Abril de 1971. 01/04/1971**. Senado Federal. Brasília, 1971e. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/524949>. Acesso em 20/02/2024
- \_\_\_\_\_  
**Lei nr. 5449, de 4 de Junho de 1968**. Congresso Nacional. Brasília, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L5449.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5449.htm). Acesso em: 03/12/2018
- \_\_\_\_\_  
**Lei nº 5.727 de 4 de novembro de 1971**. Congresso Nacional. Brasília, 1971a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/15727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15727.htm). Acesso em: 01/01/2024

**Lei nr 6.151, de 4 de dezembro de 1974.** Congresso Nacional. Brasília, 1974. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6151.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6151.htm). Acesso em: 01/01/2024

Ato Institucional nr. 1. Planalto. Brasília, 1964a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 07/01/2024

**Vigésima Quarta Sessão do Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 2. 1964c. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=11566](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=11566). Acesso em: 08/11/2023

**Vigésima Quinta Sessão do Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 2. 1964d. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=11591](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=11591). Acesso em 03/01/2023

**Vigésima Sétima Sessão do Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 2. 1965c. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=11683](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=11683). Acesso em: 15/11/2023

**Vigésima Nona Sessão do Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em: Livro de Atas nr. 2. 1965e. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=11757](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=11757). Acesso em: 04/07/2023

**Trigésima Quarta Consulta do Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em: Livro de Atas nr. 7. 1973b. Acesso em: 09/01/2024

**Trigésima Quinta Sessão do Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em: Livro de Atas nr. 2. 1966b. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=12059](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=12059). Acesso em: 27/11/2023

**Primeira Consulta ao Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 3. 1968c. Disponível em [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&pagfis=12438](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&pagfis=12438). Acesso em: 15/02/2023

**Quinta Consulta ao Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 5. 1969c. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13665](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13665). Acesso em: 10/11/2023

**Sétima Consulta ao Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 5. 1969d Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13691](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13691). Acesso em: 15/01/2023

**Oitava Consulta ao Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 6. 1969e. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13697](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13697). Acesso: 12/01/2023

**Décima Quinta Consulta ao Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em: Livro de Atas nr. 7. 1970b. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13802](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13802). Acesso em: 12/01/2023

**Décima Sexta Consulta ao Conselho de Segurança Nacional.** Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 7. 1970c. Disponível em:

[http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&PagFis=13843](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&PagFis=13843). Acesso em: 02/01/2019

\_\_\_\_\_. **Décima Oitava Consulta ao Conselho de Segurança Nacional**. Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 7. 1971d. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13865](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13865). Acesso em: 18/01/2023

\_\_\_\_\_. **Vigésima Quarta Consulta ao Conselho de Segurança Nacional**. Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 7. 1972b. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13938](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13938). Acesso em: 07/02/2023

\_\_\_\_\_. **Trigésima Primeira Consulta ao Conselho de Segurança Nacional**. Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 7. 1973c. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13985](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13985). Acesso em: 24/01/2023

\_\_\_\_\_. **Trigésima Segunda Consulta ao Conselho de Segurança Nacional**. Conselho de Segurança Nacional. Em Livro de Atas nr. 7. 1973d. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN\\_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13991](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&id=4479609409469&pagfis=13991). Acesso em: 02/02/2023

CACHAPUZ, Paulo B. **Vargas, Getúlio**. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbetes Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/VARGAS,%20Get%C3%BAlio.pdf>. Acesso em: 04/02/2024

CAMBRIDGE DICTIONARY ON LINE. Cambridge, Cambridge University Press. Disponível em: < <https://dictionary.cambridge.org/us/> >. Acesso em: 23 de out. 2023.

CARVALHO, Delgado. **Geografia do Brasil**. Impressões Artísticas. Rio de Janeiro 1913.

CASTRO, Celso. O Espírito Militar: um Antropólogo na Caserna. 2.ed.revista – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORANEA. João Goulart. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/joao-goulart>. Acesso em: 02/12/2023 (2023a)

\_\_\_\_\_. Revolta dos Marinheiros. In: Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: < <https://atlas.fgv.br/verbetes/6362> >, Acesso em: 4/10/2023 (2023b)

CIDADE, Francisco de Paula. **Notas de Geografia Militar Sul – Americana**. Biblioteca Militar 2ª edição. Rio de Janeiro 1940.

CLEMENTINO, Mario. EDITORIAL. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, N. 1. p. 1 – 3, Outubro, 1913.

COHEN, Saul B. C. Geopolitics the Geography of International Relations. London: Rowman & Littlefield, 2015.

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DO POLO. Jornal do Comercio Destaca historia do Polo Petroquimico de Triunfo. 2012. Disponível em: <https://cofiprs.com.br/noticia-jornal-do-comercio-destaca-historia-do-polo-petroquimico-de-triunfo-794>. Acesso em: 08/11/2022

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

CUNHA, R. S.; MIGON, E. X. F. G. As ciências militares e a configuração dos estudos de defesa como área do conhecimento científico. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 13, n. 46, p. 9-28, 10 abr. 2019.

EDITORIAL. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, N. 34, p. 1 – 4, Julho, 1916.

\_\_\_\_\_. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, N. 44, p. 249 – 252, Maio, 1917.

- \_\_\_\_\_. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, N. 125, p. 1 – 4, Março, 1924.
- \_\_\_\_\_. A Industria Civil e Militar e os Arsenaes de Guerra. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro. N. 114, p. 1-3, 1923.
- \_\_\_\_\_. Serviço de Estradas de Ferro. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, N. 47, p 1-4, 1917.
- ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. Historical Background and Development of Social Security, Pre-Social Security Period Traditional Sources of Economic Security *in* Social Security. 2023a. Disponível em: <https://www.ssa.gov/history/briefhistory3.html>. Acesso em: 10/12/2023
- ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. 1935 passage of the Wagner Act *in* National Relations Board. 2023b. Disponível em: <https://www.nlr.gov/about-nlr/who-we-are/our-history/1935-passage-of-the-wagner-act>. Acesso em: 10/12/2023
- BLACHE, Vidal. **Tableau de la Geographie de la France**. Vol I, 3a ed. Paris. Hachette. 1908
- BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "**Frank Hyneman Knight**." *Encyclopedia Britannica*, 10 Apr. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/money/Frank-Hyneman-Knight>. Acessado em 5 de Agosto de 2023.
- FARIAS, CORDEIRO O. . **Razões que Levaram o Governo a Pensar na Organização da Escola Superior de Guerra**. Conferência Pronunciada na Escola de Estado-Maior do Exército – 1949. Revista da Escola Superior de Guerra. Ano VII, nr. 20, 1991. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/507/460>. Acesso em: 02/01/2024
- FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimentismo a Construção do Conceito. 2103 Texto Para Discussão. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada – Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2015
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo**. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbetes Primeira República. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/TENENTISMO.pdf>>. Acesso em: 10/10/2022
- FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.
- GEMAEL, C. **Introdução à Geodésia Física**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1999.
- GALLERA, A. S.; ROOY, G. G. Góis Monteiro, Backheuser e Travassos: Uma Análise do Plano de Guerra de 1938 e sua Relação com o Pensamento Geopolítico Brasileiro na Era Vargas. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 72, p. 86–110, 2019.
- GODOY, Roberto. O Modelo da Indústria Bélica Brasileira: História e implicações. *In*: Militares: Pensamento e Ação Política. Eliézer Rizzo de Oliveira (org.), Campinas, Papirus. 1987.
- GOES, Guilherme S. A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA TRÍPLICE TRÍADE: pensando o futuro do país. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 39, n. 86, p. 34-61, maio – ago. 2024.
- GOLDONI, Luiz Rogerio F. Indústria de Defesa no Brasil entre as Duas Guerras Mundiais. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, UFF, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2011
- HARVEY, Andre S. Os Níveis de Guerra como Níveis de Análise. **Military Review**. Primeiro Trimestre 2022.
- HAY, Colin. Constructivist Institutionalism. *In* Rhodes *et al.* The Oxford Handbook of Political Institutions. Oxford: Oxford University Press. 2006



- HEPPLE, Leslie. Geopolitics, Generals and the State in Brazil. **Political Geography Quarterly**, Supplement to Vol. 5, No. 4, October 1986, pp79-90
- HURD, Ian. **Constructivism**. In The Several Contributors. The Oxford Handbook of International Relations. Oxford: Oxford University Press. 2008
- JAGUARIBE, Helio. Estudos filosóficos e políticos / Helio Jaguaribe. – Brasília: FUNAG, 2013. 424 p.
- JANSEN *et al.* Political Nacional de Desenvolvimento. Estado Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra. Indicativo C3 – 123 – 71. 1971
- JUNIOR, Manuel. **Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues Pioneiro do Correio Aéreo Nacional Patrono do INCAER**. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. 2017. Disponível em: <[http://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo\\_lysias\\_rodrigues.pdf](http://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_lysias_rodrigues.pdf)>. Acesso em: 03/12/2018
- JUNIOR, Helid R. C. **O Marechal Horta Barbosa e o Nacionalismo Brasileiro: A Campanha “d’O Petróleo é Nosso” (1947-1953)**. 2014, 196f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2014.
- KNORR, Klaus. **Power and Wealth the Political Economy of International Power**. London and Basingstoke. Palgrave Macmillan, 1973.
- KNIGHT, Frank H. **Risk, Uncertainty and Profit**. Boston: Houghton Mifflin Company, the Riverside Press. 1921
- LACERDA, Carlos. EDITORIAL. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro 1º de Junho de 1950
- LAGO, Luis Aranha Correia. Milagre Economico Brasileiro. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbete/6001>>. Acesso em: 10/10/2022
- LAMARÃO, Sergio. Manifesto dos Coronéis. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Atlas Histórico do Brasil**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5991>. Acesso em: 10/10/2023
- LEITÃO, Estevão. EDITORIAL. A Defeza Nacional, Rio de Janeiro, N. 13, p. 1 -2, Outubro, 1914.
- LEMOS, Renato. Cordeiro de Farias. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbetes Primeira República**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/FARIAS,%20Cordeiro%20de.pdf>. Acesso em: 28/12/2023
- LUNA, Cristina. A Defesa Nacional. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbetes Primeira República**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DEFESA%20NACIONAL,%20A.pdf>. Acesso em: 12/10/2023
- \_\_\_\_\_. O Desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920). 2011. 251 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MARANGONI, Gilberto. 2016. A Maior e Mais Ousada Iniciativa do Nacional Desenvolvimentismo. Desafios do Desenvolvimento. Ed. 88. Ano 13. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3297&catid=2](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3297&catid=2). Acesso em 1/1/2023.
- MCCAN, FRANK. Soldados da Pátria História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

- MACKINDER, J.H. The Geographical Pivot of History. The geographic journal, vol. 23, No. 24.  
em:<<http://www.thinkorbebeaten.com/Library/M/MacKinder's%20Heartland%20Theory.pdf>>. Acesso em: 10/01/2015
- \_\_\_\_\_. Democratic Ideals and Reality. NDU Press. Disponível em: <[https://www.files.ethz.ch/isn/139619/1942\\_democratic\\_ideals\\_reality.pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/139619/1942_democratic_ideals_reality.pdf)> Acesso em: 12/08/2021
- MARTIN, Geoffrey J. [American Geography and Geographers: Toward Geographical Science](#). Oxford Academic Books, 2015
- MATTOS, Carlos de Meira. A Geopolítica e as Projeções de Poder *in*: MATTOS, Carlos de Meira, Geopolítica, v. I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- MAXWELL, AFB, AL. Three Levels of War. *Air and Space Power Mentoring Guide*, Vol. 1. USAF College of Aerospace Doctrine, Research and Education (CADRE). Air University Press, 1997. Disponível em: <https://www.gatech.edu/search/google?keys=College+of+Aerospace+Doctrine#gsc.tab=0&gsc.q=College%20of%20Aerospace%20Doctrine&gsc.page=1>. Acesso em: 02/02/2023
- MAYER, Jorge M. RONDON, Candido *in*: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil. Verbetes Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/RONDON,%20C%C3%A2ndido.pdf>. Acesso em: 15/10/2024
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1995.
- \_\_\_\_\_, Shiguenoli. (2013). Política Externa Brasileira: 1964-1985. *Carta Internacional*, 8(2), 03–19. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/120>. Acesso em: 04/03/2023
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Goes. A Revolução de Trinta e a Finalidade Política do Exército. Rio de Janeiro: Assis Cintra e Adersen Editores. 1934
- MORAES, Rafael. O Governo Castello Branco e a Federação das indústrias do Estado de São Paulo: as bases do "Milagre" (1964-1967), disponível em: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S140522532016000200064](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S140522532016000200064). Acesso em 17 de dezembro de 2023.
- MOTTA, Jeovah. Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Biblioteca do Exército Editora. 1998
- PANTOJA, Silvia. Távora, Juarez. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil. **Verbetes Primeira República**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/T%C3%81VORA,%20Juarez%20r%20.pdf>. Acesso em: 15/11/2023
- \_\_\_\_\_, Silvia. Távora, Juarez. *In*: Alzira Alves de Abreu (org.). Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora FGV.
- PEREIRA, Roberto. A Natureza Política da Produção de Armamentos no Brasil. *In*: Militares: Pensamento e Ação Política. Eliézzer Rizzo de Oliveira (org.), Campinas, Papyrus, 1987.
- PERDIGÃO, Cláudia & JUNIOR, Aloisio C. Blog do IBRE/FGV. Um novo olhar sobre a economia brasileira nos anos 70 e 70. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/um-novo-olhar-sobre-economia-brasileira-nos-anos-60-e-70>. Acesso em 14/12/2023.
- PITTMANN, Howard T. *Geopolitics in the ABC Countries: A Comparison*, 1981, pp. 1771. The American University. Tese de Doutorado.

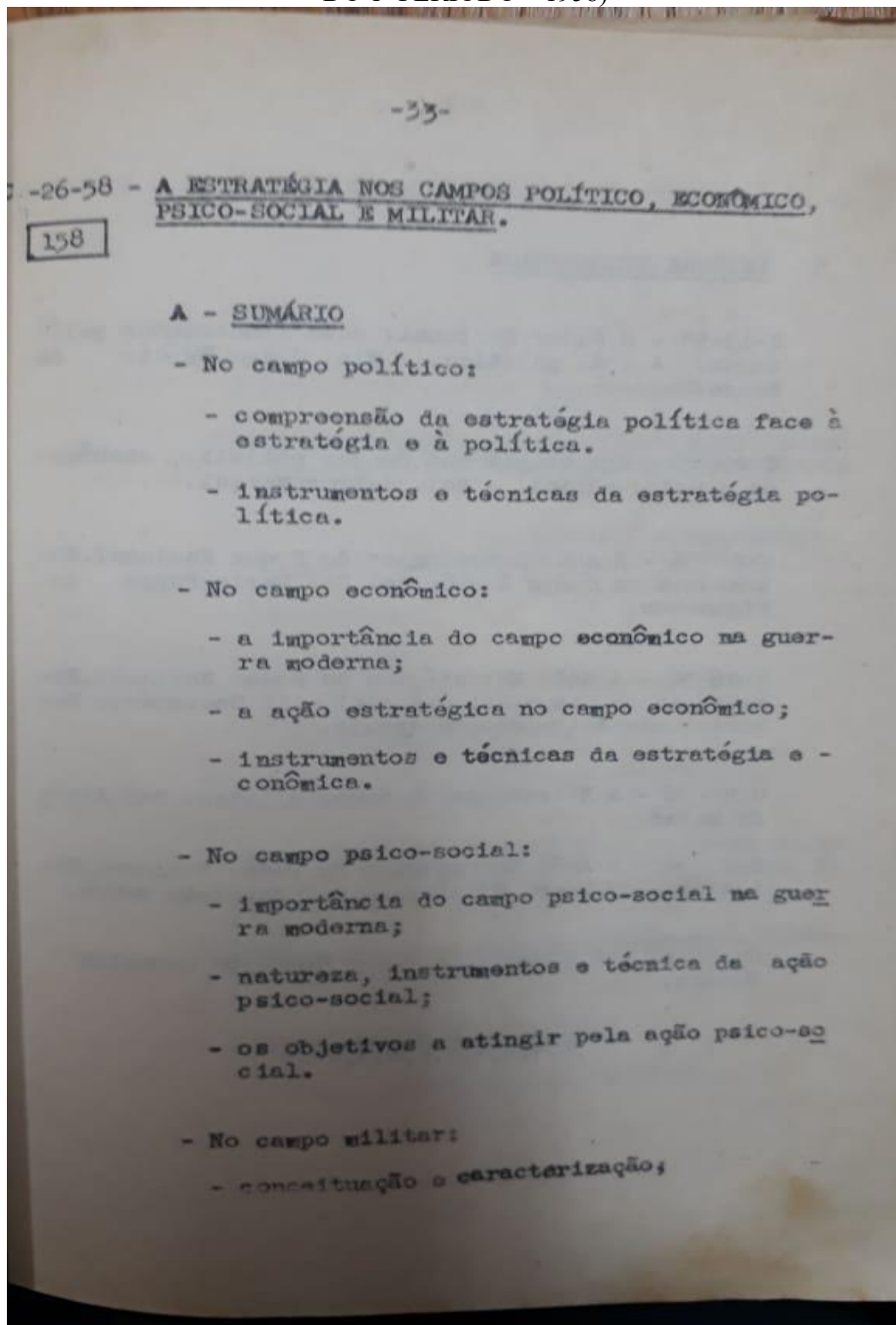
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In BIELCHOVSKY, Ricardo (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL; tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000
- RAMOS, Plínio de Abreu. Silva, Golbery do Couto e. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Atlas Histórico do Brasil**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5015>. Acesso em: 03/03/2024
- \_\_\_\_\_. Monteiro, Góis. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/3588>. Acesso em: 07/01/2024
- RATZEL, Friedrich. O SOLO, A SOCIEDADE E O ESTADO. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 2, p. 93–101, 2011. DOI: 10.7154/RDG.1983.0002.0008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081>. Acesso em: 5 jul. 2024
- RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: **A Ordem do Progresso – Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Marcelo de Paiva Abreu (org.), 22ª tir. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990, p. 214
- RIBEIRO, Antonio S. Revolução Constitucionalista de 1932 “80 anos de uma epopeia”. Aesp Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 05/07/2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=329170>. Acesso em: 06/08/2023
- RIBEIRO, Jayme L. F. Entre a China e o Brasil: o pensamento maoísta e Revolução Chinesa no Partido Comunista do Brasil na década de 1950. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2009, Fortaleza. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0758.pdf>. Acesso em: 15/10/2023
- RODRIGUES, Lysias A. **Geopolítica do Brasil**. Biblioteca Militar Volume CXI. Rio de Janeiro, 1947.
- ROESLER, Rafael. A Formação do Oficial do Exército Brasileiro no início do século XX: A missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1923). Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 12, nr. 24, p. 73-85 – 2016.
- ROIO, Marcos. A Ruptura Institucional de 1964 e o Sentido da Democracia. Aurora, Marília, v. 7, n. 2, p. 11-16, Jan.-Jun., 201. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/3847/2875>. Acesso em: 12/12/2023
- ROOY, Gregor G. A. A. De. 2019. Um estudo da influência do pensamento geopolítico na concepção do Programa de Integração Nacional (PIN). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2019.
- ROOY, G. R; FARIAS, H. C. A Integração Nacional analisada segundo a geopolítica brasileira entre 1910-1950. Revista Brasileira de Estudos de Defesa. v. 7, nº 1, p. 97-124. jan./jun. 2020
- SÁ, Alexandre Avelar de. O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. Militares e Política, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 62-8.
- SANTOS, Everton. (2011). Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Sociedade E Estado*, 22(1). Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5323>. Acesso em: 03/11/2023
- SAES, Guillaume De. 2005. A República e a Espada a Primeira Década Republicana e o Florianismo. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005. Disponível

- em:[https://www.researchgate.net/profile/Guillaume-De-Saes/publication/35685132\\_A\\_republica\\_e\\_a\\_espada\\_a\\_primeira\\_decada\\_republicana\\_e\\_o\\_florianismo/links/57da287b08ae601b39b16b0d/A-republica-e-a-espada-a-primeira-decada-republicana-e-o-florianismo.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Guillaume-De-Saes/publication/35685132_A_republica_e_a_espada_a_primeira_decada_republicana_e_o_florianismo/links/57da287b08ae601b39b16b0d/A-republica-e-a-espada-a-primeira-decada-republicana-e-o-florianismo.pdf). Acesso em: 20/08/2020
- SELCHER, Wayne A. **The National Security Doctrine and Policies of the Brazilian Government**. Strategic Studies Institute U.S Army War College, Carlisle Barracks, Pennsylvania, 1977
- SHNEIDER, Ronald M. 1971. *The Political System of Brasil*. New York and London: Columbia University Press, 1971.
- SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Nacional o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio 1981.
- SILVA, Ricardo S. A mobilização política dos marinheiros brasileiros no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953). *Aurora, Marília*, v.12, p. 63-72, 2019. Edição Especial
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Arte Nova. 1975
- SPYKMAN, Nicholas. *America's Strategy in World Politics*. New York: Harcourt, Brace and Company, inc. 1942
- \_\_\_\_\_. *The Geography of the Peace*. New York: Harcourt, Brace and Co., 1944, p. 37-38.
- \_\_\_\_\_. *Geography and Foreign Policy I*. **The American Political Science Review**, Vol. 32, No. 1938 p. 28-50
- SVARTMAN, Eduardo M. Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de idéias nas décadas de 1930 e 40. In Vigésimo Quinto Simpósio Nacional de História. 2009. Fortaleza. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019/01/1548772192\\_746572dcc52c4903a3485d65cb537c74.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019/01/1548772192_746572dcc52c4903a3485d65cb537c74.pdf)>. Acesso em: 17/09/2023
- WHITTLESEY, Derwent. *The Earth and the State: A Study of Political Geography*. New York: Henry Holt and Company, 1939.
- WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- TAVARES, Aurelio de Lira. **Segurança Nacional Antagonismos e Vulnerabilidades**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1958.
- TAVORA, Juarez. **Produção para o Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Organização para o Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. Brasileira Biblioteca Pedagógica Brasileira. 1947.
- VALLAUX, Camille. *El Suelo y El Estado*. Madrid: Daniel Jorro, 1914.
- VASCONCELLOS, Carlos A. R.; GOMES, Luiz N. A Escola Superior De Guerra e a Contribuição Acadêmica No Desenvolvimento Tecnológico De Defesa No Brasil in III Seminário Internacional de Defesa – SEMINDE 2017, Santa Maria. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/ptbr/composicao/estudosestrategicos/ESCOLASUPERIORD EGUERRAEACONTRIBUIOACADMICANODESENVOLVIMENTOTOTECNOLGI CODEDEFESANOBASIL.pdf>. Acesso em: 15/01/2024
- VIEIRA, Ricardo Zortea. Geopolítica, State-Making e Industrialização No Brasil: O Papel Do Poder Militar e do Planejamento Estratégico no Auge do Nacional-Desenvolvimentismo Brasileiro. *Revista da Escola de Guerra Naval*, vol. 5. Nr 1, 2019.
- \_\_\_\_\_. **EM BUSCA DA SUPREMACIA. Guerra Multidimensional no Cone Sul e a Transformação Estrutural Brasileira do Século XX**. 2019, 197f. Tese

- (Doutorado em Economia Política) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2018.
- VISENTINI & PEREIRA. Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. 3. ed. rev. atual. – Brasília, 2012. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1005-Manual\\_do\\_Candidato\\_Historia\\_Mundial\\_Contemporanea\\_1776-1991.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1005-Manual_do_Candidato_Historia_Mundial_Contemporanea_1776-1991.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2018.
- 1968 – ATO INSTITUCIONAL NR. 5 OS PERSONAGENS. Folha de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/afonsoAlbuquerque.html>. Acesso em: 15/01/2024

## ANEXOS

### ANEXO I (CURSO SUPERIOR DE GUERRA – PROGRAMA PORMENORIZADO DO 1º PERÍODO – 1958)



ANEXO II (PROGRAMA DO 3º PERÍODO PARA O CSG, CMN E CI) 1959

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS  
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

N.º 3479  
DATA 14 11 1959

D-11-59

001

SG-00010912-0

PROGRAMA DO 3º PERÍODO  
(Para os CSG, CMN e CI)

1 - OBJETIVOS DO 3º PERÍODO

O 3º Período dos Cursos Superior de Guerra, de Mobilização Nacional e de Informações comportará uma aplicação, prática e objetiva, mas sobretudo didática, dos estudos realizados nos períodos anteriores, visando a proporcionar, aos Estagiários, visão ampla e real, quanto possível, do complexo e difícil trabalho de Planejamento da Segurança Nacional.

2 - DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PERÍODO

O 3º Período abrangerá 10 semanas (de 5 de outubro a 11 de dezembro), compreendendo três ciclos de estudos, a saber:

- Ciclo VII - Estudo Preparatório dos Trabalhos de Planejamento;
- Ciclo VIII - Realização das tarefas de planejamento nos altos escalões governamentais: elaboração dos "Planos em Esboço";
- Ciclo IX - (Realização das tarefas de planejamento nos altos escalões governamentais): Ensaio de elaboração de Diretrizes Particulares de Planejamento para o planejamento de 2º grau.

Neste período se inclui uma semana para a 3ª viagem de Estudos ao Estado de Minas Gerais, em complemento às já realizadas, no 2º Período, às regiões N, NE e

## ANEXO III (PROGRAMA DO 1º PERÍODO CSG) 1964

### RELAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS DO 1º PERÍODO

#### CICLO I

01-01-64 - Conferência de abertura dos Cursos.

#### CICLO II

##### (1) - A SEGURANÇA NACIONAL

01-01-64 - Introdução ao Estudo da Segurança Nacional (2 partes)

01-02-64 - A Segurança Nacional: Conceitos Fundamentais.

##### (2) - O PODER NACIONAL

01-03-64 - O Poder Nacional: Considerações Gerais.

01-04-64 - Fundamentos e Fatores Geográficos do Poder Nacional.

01-05-64 - Fundamentos e Fatores Políticos.

01-06-64 - Fundamentos e Fatores Psico-Sociais.

01-07-64 - Fundamentos e Fatores Econômicos.

01-08-64 - Fundamentos e Fatores Militares.

01-09-64 - A Ciência e a Tecnologia e o Poder Nacional.

##### (3) - A ESTRATÉGIA

01-10-64 - A ESTRATÉGIA: Considerações Gerais.

01-11-64 - Os Estudos Estratégicos de Áreas.

##### (4) - A GUERRA

01-12-64 - Aspectos Modernos da Guerra.

01-13-64 - A Guerra Revolucionária.

01-14-64 - A Mobilização Nacional.

01-15-64 - A Economia de Guerra

01-16-64 - As Pesquisas Operacionais.

##### (5) - AS INFORMAÇÕES E A CONTRA-INFORMAÇÃO

01-17-64 - As Informações e a Contra-Inteligência.



- 6 -

a) Conferências (C) e Palestras (P)

Ver Anexo nº 1.

b) Trabalhos de Grupo (IG) e Trabalhos de Turma (TT)

Os TG e TT versarão sobre assuntos objetivos de interesse especial na avaliação da conjuntura, no âmbito interno e externo, e de aplicação nos trabalhos do 3º Período. Compreenderão entre outros os seguintes:

I - Curso Superior de Guerra

1) Problemas gerais referentes ao Desenvolvimento Nacional

- exame da necessidade ou conveniência de implantação, na estrutura administrativa brasileira, de um órgão de cúpula (um Conselho Nacional) responsável pelo tratamento simultâneo das questões relativas à Segurança e ao Desenvolvimento;

- divisão regional do Brasil para fins de planejamento, tendo em vista a implantação de um processo autônomo de desenvolvimento, particularmente nas regiões menos desenvolvidas.

2) Doutrina de Mobilização Nacional

- exame dos elementos básicos que possam estruturar uma Doutrina de Mobilização Nacional.

3) Segurança Interna

- o problema da Segurança Interna em face sobretudo das ameaças da Guerra revolucionária.

ANEXO V - PROGRAMA DO 2º PERÍODO CSG & CEMCFA 1971

- 12 -

- Fortalecimento da Indústria Nacional. Aumento do poder de competição. Exportação de produtos manufaturados. Importação de capitais. Sociedades Anônimas abertas. Empresas multinacionais.
- Programa de Integração Nacional. Desenvolvimento Regional Integrado. Rodovia Transamazônica. Implantação e interligação de pólos de Desenvolvimento e pólos de Segurança.
- Programa de Integração Social. Maior participação dos brasileiros na riqueza nacional. Amparo ao trabalhador.
- Programa de Assistência Social e Sindical. Objetivos a atingir. Melhoria dos instrumentos de ação.
- Plano de Telecomunicações. Desdobramento atual e futuro. Conseqüências.
- Plano de Expansão da Siderurgia Nacional. Comportamento em face do mercado interno e externo.
- Transporte Marítimo e Fluvial. Infra-estrutura, meios e fretes. Construção Naval.
- Mar territorial. Riquezas do mar. Novas fronteiras políticas e econômicas resultantes. Conseqüências a curto, médio e longo prazos.

ANEXO VI - PROGRAMA DE ESTUDOS – ANEXO C AO PGE (PROGRAMA GERAL DE ESTUDOS) / 1973

- 2 -

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	
BÁSICA	2. Política Nacional	2. Política Nacional	T6	Teoria Política-Conceitos Fundamentais	DD-DB	Todos				1	DAP		
			T7	Objetivos Nacionais	DD-DB					1	DPD		
			T8	Política Nacional	DD-DB					2	DAP		
			T9	Estratégia Nacional	DD-DB					1	DPD		
	3. Poder Nacional	3. Poder Nacional	T10	Poder Nacional	DD-DB	Todos				1	DPD		
			T11	Poder Político	DD-DB					1	DAP		
			T12	Poder Econômico	DD-DB					1	DAE		
			T13	Poder Psicossocial	DD-DB					1	DAPS		
			T14	Poder Militar	DD-DB					1	DAM		
	II - DOCTRINA	2 e 3	2 e 3	SP1	Política Nacional e Poder Nacional	SP					14	DAP	VF1
		4. Desenvolvimento Nacional	4. Teoria do Desenvolvimento	T15	Desenvolvimento Nacional	DD-DB	Todos				1	DAE	
				T16	Desenvolvimento do Poder Político	DD-DB					1	DAP	
				T17	Desenvolvimento do Poder Econômico	DD-DB					1	DAE	
				T18	Desenvolvimento do Poder Psicossocial	DD-DB					1	DAPS	
T19				Desenvolvimento do Poder Militar	DD-DB	1					DAM		
5. Modelos de Desenvolvimento		5. Modelos de Desenvolvimento	T20	Regimes Políticos Contemporâneos	DD-DB	Todos				1	DAP		
			T21	Sistemas Econômicos Contemporâneos	DD-DB					1	DAE		

ANEXO VII - PROGRAMA DE ESTUDOS – ANEXO C AO PGE/ 1973 (p.3)

II - DOUTRINA BÁSICA	4. Desenvolvimento Nacional (Cont.)		T22	Estruturas Sociais Contemporâneas	DD-DB		1	DAPS
		5. Modelos de Desenvolvimento (Cont.)	T23	Modelos Militares Contemporâneos	DD-DB	Todos	1	DAM
		6. Política e Estratégia de Desenvolvimento	T24	Política e Estratégia de Desenvolvimento Nacional	DD-DB	Todos	2	DAE
			T25	Sistema de Desenvolvimento Nacional	DD-DB		1	DAE
		7. Conhecimentos Complementares de Desenvolvimento	T26	A Economia no Desenvolvimento	DD-DB	Gp Des	2	DAE
			TG1	Indicadores de Desenvolvimento	TG	Gp Dse	4	DAE
		5. Segurança Nacional	8. Teoria da Segurança	T29	Segurança Nacional	DD-DB		2
	T30			Segurança do Poder Político	DD-DB		1	DAP
	T31			Segurança do Poder Econômico	DD-DB	Todos	1	DAE
	T32			Segurança do Poder Psicosocial	DD-DB		1	DAPS
	T33			Segurança do Poder Militar	DD-DB		1	DAM
	9. Teoria dos Conflitos Contemporâneos			T34	Guerra Contemporânea	DD-DB		1
			T35	Guerra Revolucionária Comunista	DD-DB	Todos	2	DAM
			T36	Guerra Psicológica	DD-DB		1	DAPS
	10. Política e Estratégia de Segurança		T37	Política e Estratégia de Segurança Nacional	DD-DB	Todos	2	DAM
			T38	Segurança Interna	DD-DB		1	DAM

